

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

BOLETIM N.º 230

PSICOLOGIA N.º 7

DANTE MOREIRA LEITE

CARÁTER NACIONAL BRASILEIRO

Descrição das características psicológicas do brasileiro
através de ideologias e estereótipos



SÃO PAULO — (BRASIL)
1954

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho

Vice-Reitor: Prof. Dr. João Francisco Humberto Maffei

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

Diretor: Prof. Dr. Paulo Sawaya

Vice-Diretor: Prof. Dr. Antonio Soares Amora

Secretário-substituto: — Jack Frederick Ge' ara

CADEIRA DE PSICOLOGIA

Prof. Dra. Annita de Castilho e Marcondes Cabral

Assistente: Dr. Dante Moreira Leite (até março de 1958)

Lic. Walter Hugo de Andrade Cunha

Auxiliar de Ensino: Maria Margarida M. J. de Carvalho

Tôda correspondência relativa
ao presente boletim e às publi-
cações em permuta deverão ser
dirigidas à

All correspondence relating to
the presente bulletin as well as
exchange publications should be
addressed to

CADEIRA DE PSICOLOGIA

Faculdade de Filosofia — Caixa Postal 8105 — São Paulo — Brasil

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

BOLETIM N.º 230

PSICOLOGIA N.º 7

DANTE MOREIRA LEITE

CARÁTER NACIONAL BRASILEIRO

Descrição das características psicológicas do brasileiro
através de ideologias e estereótipos



SÃO PAULO — (BRASIL)
1954

**COMPOSTO E IMPRESSO NA SECÇÃO GRÁFICA DA
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
1959**

**WE HAVE LEARNED THE ANSWERS, ALL THE ANSWERS:
IT IS THE QUESTION THAT WE DO NOT KNOW.**

Archibald MacLeish

Faculdade de Filosofia
Ciências e Letras
Biblioteca Central

APRESENTAÇÃO

Para nós, a publicação de um trabalho como o que ora apresentamos tem um sentido que convém ressaltar, neste momento em que os psicólogos brasileiros tão ardorosamente se empenham em ver aqui asseguradas as bases científicas de sua formação e autonomia de seu exercício profissional, com a obtenção de um estatuto legal apropriado.

Formamos, como é de dever, na linha avançada desse movimento e procuramos, por todos os meios, melhorar as condições para o desenvolvimento da Psicologia como disciplina cada vez mais decididamente científica e experimental.

Mas, como conhecimento e instrumental metodológico hoje ainda inelutavelmente importados, do mesmo modo que outros artigos de primeira necessidade que não produzimos, a Psicologia corre aqui o risco de alheiar-se dos problemas do meio a que, como profissão, busca servir.

Um trabalho como o que constitui a presente tese de doutoramento demonstra, pelo carinho e lucidez com que seu tema é tratado, que o ímpeto científico e experimental da nova geração — a quem compete realizar de fato a Psicologia científica no Brasil — não descarta os problemas que vêm do passado, mas procura abordá-los com novos instrumentos, prometedores de maior eficácia e precisão.

Assim, o tema por excelência do que se poderia chamar a Psicologia Social brasileira do passado é retomado, por Dante Moreira Leite, de uma forma crítica e cautelosa que, a nosso ver, coloca definitivamente o problema do caráter nacional brasileiro em termos incompatíveis com a repetição — por quem se possa intitular psicólogo — de tentativas do tipo daquelas, a um tempo ambiciosas e ingênuas, que passa em revista em seu trabalho. Na Psicologia, a promoção de um tema

tradicional a uma fase nova, de característicos mais nítidamente científicos é um mérito que se deve reconhecer.

* * *

Nem só por retomar um assunto que empolgou antecessores, demonstra o autor ter presentes a seu espírito os requisitos da situação concreta em que seu trabalho tem lugar.

Parece-nos que é também desconhecer os requisitos da situação em que uma tese doutoral ou uma pesquisa tem lugar e função, pôr-se alguém hoje — sempre falando com referência à particular situação da ciência psicológica no Brasil — a pesquisar ou a teorizar para um meio que não é o nosso. Antes que tais trabalhos possam ser encaminhados ao grande mercado internacional, atendendo-lhe às especificações e exigências quanto à forma e ao fundo, na Psicologia estamos na situação de ter de criar ainda as condições para que isso venha a ser possível.

Sem tradição de ensino universitário da matéria, muito menos com qualquer tradição de pesquisa científica, sem laboratórios, sequer dispondo da bibliografia necessária, quem queira aqui contribuir para melhorar nossa própria situação não pode proceder como se aqui houvesse aquelas tradições, aqueles laboratórios, aquelas facilidades bibliográficas. Para o nosso meio, enfim, tem hoje mais importância uma discussão crítica de hipóteses e teorias de certa generalidade (diríamos talvez com propriedade, “molares ou macroscópicas”), discussão que se **encaminhe** — ou que possa encaminhar — à pesquisa de novos fatos ou à verificação de hipóteses particulares, do que o escolher o pesquisador uma área por demais restrita de investigação, que, depois, na mente de ninguém aqui possa encontrar o contexto em que tenha sentido. Não porque estejam os psicólogos em geral mal informados, mas porque, sendo tão poucos os que pesquisam e tão numerosos e variados os problemas, raro será o problema de um ser também o de outro, não encontrando a especificidade de uma contribuição dêsse tipo quem aqui a possa aproveitar.

Resulta, pois, vão o esforço do pesquisador que aqui trabalhando, feche os olhos a seu meio, queira saltar etapas e, intelectualmente, viver fora de sua terra. Trabalha melhor, hoje, pelo desenvolvimento da ciência psicológica no Brasil quem plantar para o futuro: para que os estudantes que, cada vez mais numerosos, nas universidades buscam a Psicologia, amanhã, nas condições que hoje lhes prepararmos, possam ser aquêles pensadores e pesquisadores que se façam ouvir no cenário da ciência internacional.

Hoje, mesmo os que, como Dante Moreira Leite, que após seu doutoramento estudou em universidades norte-americanas e que, se lá houvesse ficado, iria trabalhar segundo outros padrões, ajustados a outras circunstâncias, têm que plantar agora para colher depois. Sua tese doutoral, desenvolvendo com clareza o roteiro das idéias sôbre o caráter nacional brasileiro tem valor, a meu ver, por ter feito o que era preciso que fôsse feito **primeiro**. O que **depois** deverá vir, êle próprio nô-lo dará ainda, ou outros que possam partir do ponto em que colocou seu problema. O que fêz, tem sentido, e, acreditamos, não foi em vão.

* * *

Ao apresentar ao público esta tese defendida nesta Caixa, queremos ainda uma vez agradecer a colaboração prestada aos trabalhos dêste doutoramento pelos ilustres componentes da Banca Examinadora: Profs. Drs. Lourenço Filho, da Universidade do Brasil; Roger Bastide, Paul Arbousse-Bastide e Mario Wagner Vieira da Cunha, todos desta Universidade, na data da argüição do candidato (1.954).

Annita de Castilho e Marcondes Cabral

São Paulo, agôsto de 1.958

PREFÁCIO

Este ensaio procura analisar as descrições, por brasileiros, de suas próprias características psicológicas coletivas. Ao que posso saber, não existe ainda tentativa semelhante, o que digo, menos para reivindicar um precário título de originalidade, que para justificar a imprecisão do método, a insegurança de princípios e conclusões.

O exame das ideologias sobre o caráter nacional brasileiro parece justificado, quando pensamos ser este um dos temas constantes de nossa vida intelectual, uma das formas preferidas de nosso diálogo com Portugal, com a África, com a América, com a nossa história. Olhamos para os portugueses, africanos e índios procurando nêles uma explicação para nossas mazelas coletivas, nossas infelicidades políticas, nossa **incapacidade** científica e filosófica. Qual a origem intelectual e social dessas ideologias? Qual sua validade, qual sua margem de erro? Acaso nos vimos sempre com os mesmos traços? Como nos explicamos?

Seria impossível responder a todas as questões; muitas delas seriam legítimas na história intelectual ou filosófica, e não no campo da Psicologia Social. Aqui, selecionei apenas um aspecto das ideologias, a **descrição dos traços psicológicos**, para compará-la à descrição encontrável nos estereótipos, hipoteticamente considerados descrições sem teoria,

Esta definição do campo de estudo explica também que este ensaio não seja tarefa de erudição, mas pesquisa intencionalmente limitada.

Por isso não teria sentido uma análise extensiva de teorias e descrições específicas, num campo extraordinariamente vasto e rico, como é o do caráter nacional.

Meu critério nas referências bibliográficas foi citar o mínimo possível, não o máximo; como não era possível ana-

lisar **todos** os autores, conviria restringir as citações às tendências provavelmente mais importantes.

Para dar apenas um exemplo: no conflito Sociologia-Psicanálise, a bibliografia poderia ser aumentada facilmente para vinte ou trinta referências, mas limitei-me a indicar o problema em Malinowski, reconhecidamente um dos autores fundamentais para este problema teórico.

Por outro lado, mesmo com esta consideração, desejaria ter tido oportunidade de reunir uma bibliografia específica mais completa, sobretudo de revistas que, encomendadas, não me foram entregues. De qualquer forma, o núcleo da pesquisa — a descrição do brasileiro pelo brasileiro — não parece ter sido prejudicado por essa deficiência bibliográfica, mas apenas pela inexistência de critérios bem nítidos para a análise.

Esta é que, ainda agora, está imprecisa e incompleta, pois não consegui retirar do material tôdas as inferências possíveis.

A disposição dada ao trabalho foi procurar, inicialmente, uma apresentação do campo de estudo do caráter nacional, indicando algumas análises concretas e algumas dificuldades teóricas, a fim de situar a pesquisa (Parte I); a seguir, resumi as ideologias sobre o caráter nacional brasileiro, para analisá-las tentando verificar o seu conteúdo teórico e os traços psicológicos descritos (Parte II); depois, descrevi a pesquisa sobre estereótipos nacionais de estudantes do curso secundário (Parte III); finalmente, nas conclusões, procuro indicar a relação entre as ideologias e os estereótipos.

Formalmente, teria sido mais adequado apresentar resumos menores das ideologias e se não o fiz — mas não estou seguro de ter seguido a melhor solução — foi para permitir ao leitor acompanhar e criticar a análise empreendida. Foram apresentados mais sucintamente os autores que, embora referindo-se ao caráter nacional como ponto fundamental, apresentaram-no num contexto mais amplo que esse tema. Em outras palavras, quando Cruz Costa, por exemplo, analisa o pensamento brasileiro, interpreta-o como decorrência de ca-

racterística psicológica do brasileiro, mas analisa a filosofia brasileira, e não apenas o caráter nacional. Paulo Prado, ao contrário, tem a intenção de descrever, em toda a obra, o caráter do brasileiro.

Embora não seja possível agradecer nomeadamente a todos os que me auxiliaram na elaboração deste estudo, gostaria de lembrar os que mais diretamente a ele estiveram ligados.

Como orientadora desta tese, Dra. Annita de Castilho e Marcondes Cabral representou um estímulo constante ao trabalho, confiando, mais do que eu próprio, na sua significação e alcance, sugerindo leituras e formas de interpretação ou análise. Não apenas o tema me foi sugerido por um de seus cursos — o de Psicologia Social, de 1948 — como também grande parte da interpretação decorre de suas sugestões nas várias fases da redação do estudo.

A minha mulher devo não apenas a organização da bibliografia geral e a confecção das tabelas, como também comentários e críticas às sucessivas redações dadas ao ensaio.

Quero agradecer ao Diretor da Faculdade, Dr. Eurípedes Simões de Paula, a gentileza e boa vontade com que atendeu a todas as minhas solicitações durante a elaboração da tese.

São Paulo, Setembro de 1954

PRIMEIRA PARTE

TEORIAS DO CARÁTER NACIONAL E OBJETIVO DO ENSAIO

O período anterior ao século XIX

Poucas idéias nas ciências humanas apresentarão tantas contradições e dificuldades quanto a de **caráter nacional**. Muito dessa contradição decorre da origem popular dessa idéia ou dêsse sentimento. A forma rudimentar da idéia de caráter nacional pode ser encontrada no etnocentrismo e nos estereótipos das várias nacionalidades (1). Por isso, realizar a história completa do conceito de caráter nacional envolveria não só o estudo da Antiguidade, como também das idéias dos primitivos sobre si mesmos e sobre os povos vizinhos. Na realidade, a tarefa é menos ampla, se pensarmos que o termo **nacional** não pode ser aplicado corretamente antes dos fins do século XVIII (v. págs. 61 ss. discussão sobre a existência e características das nações).

Assim, as teorias dedicadas ao caráter nacional terão sua grande época nos fins do século XIX e princípios do XX. E por que exatamente neste período? A explicação de certo modo mais simples, para este fenómeno, seria a apresentada por Linton (2), para o aparecimento das teorias sobre raças: apenas a partir do século XVI os europeus (pelo contacto com ameríndios e africanos), adquiriram consciência de raça. Inicialmente, procuraram racionalizar sua superioridade militar através da vontade de Deus e, mais tarde, na teoria evolucionista, encontraram a fórmula preciosa para justificar seu domínio.

(1). — V. George P. Murdock — "Ethnocentrism" in *Encyclopaedia of Social Sciences*, Vol. V, pgs. 612-4; Donald Pierson — *Teoria e Pesquisa em Sociologia*, pgs. 160 ss.

(2). — Ralph Linton — *O Homem* (Uma Introdução à Antropologia), pgs. 63 ss.

Na realidade, embora a apresentação de Linton esteja certa, parece ter havido outros motivos para o aparecimento das teorias racistas. Primeiramente, seria necessário compreender a teoria da evolução não apenas no quadro biológico, mas também na moldura mais ampla da Filosofia do século XIX, tôda ela penetrada pelo pensamento histórico. Precisariâmos lembrar também o conflito entre a ideologia liberal-democrática e a existência de escravos e do imperialismo colonial; os conflitos entre nações e entre classes sociais dentro das nações industrializadas; o desenvolvimento das ciências naturais permitindo o estudo dêsse novo problema.

Êsses motivos valem tanto para as teorias sôbre raças, quanto para as teorias sôbre nações, pois os dois aspectos não podem ser separados nessa época. Para as teorias sôbre diferenças entre nações, concorre decisivamente o romantismo, de um lado com sua preferência pelo exótico (enquanto o classicismo exigia a expressão do normal) e, de outro, com a pesquisa do passado nacional, talvez pela melancolia produzida pelo presente **materializado** (3).

Evidentemente, êstes aspectos todos não surgiram como por milagre no pensamento europeu, mas unicamente se acentuaram na época. Para dar um exemplo apenas, tomemos a poesia de Camões: nos *Lusiadas* ocorrem versos de sentimento nacionalista e na lírica passagens onde se observa a descrição de diferenças físicas entre indivíduos e raças diferentes.

Nos *Lusiadas*:

“Fazei, Senhor, que nunca os admirados
Alemães, Galos, Italos e Inglêses
Possam dizer que são para mandados,
Mais que para mandar, os Portugêses”

Lus. X, 152

(3). — Esta volta ao passado tem sido descrita em vários poetas e prosadores românticos. No Brasil, o Romantismo voltou-se para o passado colonial, aqui representando o mesmo sentido que a Idade Média teve para o europeu.

“Vereis amor da pátria, não movido
De prêmio vil, mas alto e quase eterno;
Que não é prêmio vil ser conhecido
Por um pregão do ninho meu paterno.
Ouvi: vereis o nome engrandecido
Daqueles de quem sois senhor superno,
E julgareis qual é mais excelente,
Se ser do mundo rei, se tal gente’

Lus. I, 10

Nas Endechas a Bárbara Escrava:

Aquela cativa,
Que me tem cativo,
Porque nela vivo
Já não quer que viva.

.....

Rosto singular,
Olhos sossegados,
Pretos e cansados,
Mas não de matar.

Uma graça viva,
Que nêles lhe mora,
Para ser senhora,
De quem é cativa.
Pretos os cabelos,
Onde o povo vão
Perde opinião
Que os louros são belos.

Pretidão de amor.
Tão doce a figura,
Que a neve lhe jura
Que trocara a côr.
Leda mansidão,
Que o siso acompanha;
Bem parece estranha,
Mas bárbara não.

.....

Teóricos do século XIX e seus continuadores.

Gobineau, Taine, Fouillée, Letourneau

Certamente não seria possível analisar todos os autores que no século XIX e princípios do século XX apresentaram teorias direta ou indiretamente relacionadas com o caráter nacional. Por isso, selecionamos alguns autores que nos pareceram típicos: Gobineau, Taine, Fouillée e Letourneau.

Gobineau (4) parece ter tido uma preocupação fundamental: explicar porque alguns povos decaem e desaparecem (introdução). A idéia de uma decadência dos costumes (e aqui se percebe a referência implícita a Montesquieu), Gobineau opõe a idéia da degenerescência da raça: “ce peuple n’a plus la valeur intrinsèque qu’autrefois il possédait, parce qu’il n’a plus dans ses veines le même sang, dont les alliages successifs ont graduellement modifié la valeur” (pg. 24, 1.º vol.). O processo de exposição de Gobineau é curioso, pois demonstra hipoteticamente suas afirmações e, depois, apresenta o exemplo para confirmar a dedução teórica. Para o autor, não existe influência do clima, pois no mesmo lugar, em épocas diferentes, desenvolvem-se civilizações muito diversas, devidas às qualidades inatas das raças. Outra prova dessa desigualdade está no desenvolvimento diferente dos vários povos: se há povos iguais aos povos francês e inglês, por que não descobriram nem a imprensa, nem a máquina a vapor? Porque não produziram guerreiros como César ou Carlos Magno e por que não houve entre eles poetas como Homero ou médicos como Hipócrates?

Taine apresenta uma teoria extremamente sugestiva e de grande influência, sobretudo na crítica literária. Inicialmente, o objetivo de Taine não é a explicação do caráter nacional, mas a fundamentação científica da crítica de arte (5) e integra portanto o que se poderia denominar o **cientifismo literário** do século XIX. Para realizar a crítica científica,

(4). — A. Gobineau — *Essai sur l'inégalité des races humaines*. 5ème. édition.

(5). — V. Ernst Cassirer — *La Ciencias de la Cultura* pgs. 119 ss.; Lanson — *Histoire de la Littérature Française*, pgs. 1043 ss. (1a. ed., 1894).

Taine procura mostrar a obra literária como decorrência de três fatores: a raça, o meio e o momento histórico. Esta teoria tem sido criticada e analisada de vários pontos de vista, e não precisamos repetir essas críticas aqui. Para nós, sua teoria tem importância por pretender analisar expressões do caráter nacional. Dêste ponto de vista, seu livro mais interessante é “Notes sur l’Angleterre”, (6) e, neste, o capítulo VIII, onde Taine analisa o espírito inglês, comparando-o com o francês.

Para Taine, o traço fundamental do caráter francês seria a análise de idéias; o do inglês seria a preocupação com fatos e não com idéias. Esta característica inglesa pode ser em parte explicada pela educação, pelas leituras, pelo gosto de viajar. Mas estes fatores não seriam suficientes para explicar essa inclinação; além dêles, devemos notar “un penchant inné à la race, à savoir le goût des faits, l’amour de l’expérience, l’instinct de l’induction, le besoin de certitude. Qui-conque a étudié leur littérature et leur philosophie, depuis Shakespeare et Bacon jusqu’aujourd’hui, sait que cette inclination chez eux est héréditaire et qu’elle appartient à la forme même de leur esprit, qu’elle tient à leur façon de comprendre la vérité” (pg. 332).

Mais, para o crítico francês, essa inclinação inglesa está presente não apenas nas camadas e nas expressões intelectuais, mas em toda a vida inglesa; procura mostrar ainda as vantagens e desvantagens dessas inclinações diferentes de franceses e ingleses. Mais, para Taine sequer a língua inglesa está dotada de palavras capazes de exprimir corretamente as idéias gerais.

Fouillée (7) representaria talvez um momento novo na teoria do caráter nacional, distinguindo nitidamente os fatores responsáveis por sua formação. Fouillée divide êsses fatores em dois grandes grupos: os estáticos e os dinâmicos. Os estáticos seriam a raça (exceção feita para variações introduzidas a pouco e pouco pelos diversos cruzamentos) e o

(6). — Hypolite Taine — *Notes sur l’Angleterre*. Douzième édition.

(7). — Alfred Fouillée — *Bosquejo psicológico de los pueblos europeos*.

meio (exceção feita para as diferenças levadas ao meio pela civilização). Os fatores dinâmicos são os fisiológicos (seleção das raças mais adaptadas ao meio físico ou social) e os sociológicos (história do povo, relação com os povos vizinhos, desenvolvimento intelectual, estético e moral).

A partir desta distinção, o autor supõe um caráter inato ou psicológico e um caráter adquirido ou psico-sociológico. De qualquer forma, e apesar destas distinções, as raças continuam sendo fatores importantes pois se não determinam, **condicionam** o desenvolvimento de um povo, assim como a constituição fisiológica e cerebral de um indivíduo marca os limites de sua possibilidade de desenvolvimento. Se um indivíduo pertence a uma raça degenerada ou inferior, é suscetível apenas de um certo desenvolvimento, além do qual será incapaz de avançar. Para o autor, é necessário notar, “se o clima nada pode sem a raça; se a raça pode muito, apesar do clima, quando este não oferece obstáculos físicos intransponíveis, são sobretudo os homens, reunidos em sociedade, que podem quase tudo entre si” (pg. 19). Mas também seria erro atribuir tudo à população, pois esta é um fenômeno de quantidade, “demasiadamente material e exterior”. São as forças psico-sociais mais profundas (simpatia ou comunidade afetiva; acôrdo das inteligências, que se verifica principalmente na razão, e o acôrdo das vontades) que chegam a constituir não raças, mas tipos nacionais. Desta forma, cada povo compreende um “determinismo sociológico, isto é, um conjunto de sentimentos e de idéias produzido pela ação dos sentimentos de todos sobre cada um e dos sentimentos de cada um sobre todos” (pg. 22).

Ocorre, entretanto, que na descrição concreta da vida mental dos vários povos, a explicação através da raça é fundamental para o autor. Assim, a descrição do povo russo (pg. 536) se baseia na raça e na educação.

Mas o mais saboroso dos autores da época será talvez Charles Letourneau (8). Não é um homem de gênio, talvez

(8). — Charles Letourneau — *La Psychologie Ethnique* (Mentalité des Races et des Peuples).

não tenha sequer o bom senso de um Fouillée para fazer afirmações prudentes. Mas se — como se tem observado muitas vezes — é nos escritores medíocres que devemos procurar os traços característicos de uma época literária, é também nos autores de pequena envergadura que podemos observar, em ponto grande, os **biases** de uma formulação e o **jargão** científico de um momento histórico. Letourneau é como um repostório de todo o sonho cientifista do século XIX, que não poupou sequer a literatura, como o demonstram Zola e Taine. Mas, digamos logo, não é ciência de laboratório ou pesquisa de campo, mas ciência de biblioteca, com todos os seu maneirismos e até com uma poesia própria. Assim, por consciência se entenderá “la propriété primordiale, que possèdent, chez l’animal et chez l’homme, certaine cellules nerveuses a aristocratiques, celle de sentir, de percevoir les ébranements, les vibrations moléculaires, dont elles sont le siège, et de les repercuter en phénomènes psychiques...” (pgs. 1-2). Descrevendo os defeitos morais do chinês, inclui êste: “Une autre imperfection morale est la haute opinion, qu’a le Chinois, de la supériorité de son pays et de sa race sur le reste du genre humain” (pg. 259).

E todos os pressupostos da ciência da época estão explicitados em Letourneau: a criança apresenta em seu desenvolvimento as várias fases por que já passou a humanidade. Os caracteres adquiridos são transmitidos às gerações seguintes: “Chacun de nous, en effet, a reçu des circonvolutions cérébrales, psychiquement modélés par la longue lignée de ceux qui nous ont précédés dans la vie et qui, par leur conduite, nous ont moralisés ou démoralisés sans le vouloir” (pg. 60). Umas raças são superiores às outras e isto se explica porque: “Tout ce qui constitue la supériorité cérébrale des races supérieures sur les autres a été acquis lentement par la domestication sociale, par la pratique, par l’effort ou par la contrainte subie” (idem). As sociedades se organizam partindo do simples para o complexo: o clã primitivo seria a “célula das sociedades” (pg. 85). Por isso mesmo, os indivíduos dos clãs australianos podem mostrar várias características de infe-

rioridade infantil, entre as quais “une sorte d'inquiétude motrice, une grande difficulté à rester immobiles; sans cesse ils exécutent des mouvements automatiques, rapides, saccadés” (pg. 97).

Críticas às teorias.

Ora, é fácil verificar que essas teorias apresentam como pontos fundamentais: a) explicação pela raça; embora o grau de influência dêste fator varie entre os vários autores; b) explicação pelo ambiente geográfico; c) às vêzes, tentativa de explicar o caráter nacional pelas condições “histórico-culturais” do grupo considerado; d) aceitação de um evolucionismo linear, cuja meta é a sociedade ocidental, admitindo-se ainda que as transformações sobrevindas são transmitidas hereditariamente às gerações seguintes (é o que se poderia denominar o **lamarckismo** social); e a evolução se faz em termos de “luta pela vida” com sobrevivência do mais apto (é o que se denominaria **darwinismo** social); f) a descrição psicológica se faz em termos de psicologia clássica e os vários fenômenos psíquicos são supostos como mais ou menos independentes (afetividade, volição e razão considerados como categorias mentais); g) supõe-se a existência de caracteres fixos nos vários povos ou raças. Naturalmente êstes traços teóricos não aparecem em tôdas as exposições e muitas vêzes se inter-relacionam. Assim, no caso de Fouillée (v. p. 19), a raça é considerada como a matéria prima que se desenvolverá numa ou noutra direção, de acôrdo com os outros fatores; para Lapouge (9), o “darwinismo social” seria a explicação básica.

As críticas a essas teorias vieram de várias direções, ferindo tão profundamente os seus postulados que o próprio conceito de caráter nacional desaparece das cogitações científicas.

Crítica da Antropologia e da Sociologia

A Antropologia destrói uma das suposições básicas dos teóricos do caráter nacional, substituindo a idéia de raça

(9). — V. Lapouge — *Anthroposociologie*; cf. Gilberto Freyre, *Sociologia*, V. II, pgs. 300 ss.

pela de cultura. Embora Lowie, (10) discípulo direto de Boas, afirme que este não afastava a possibilidade de encontrar diferenças psicológicas entre as raças, a sua apresentação do problema não deixa muita margem a dúvidas: "it does not matter how the similar traits in diverse races may have originated, by diffusion or independent origin. They convince us of the independence of race and culture because their distribution does not follow racial lines" (11). Ora, é suficiente a afirmação da independência da cultura com relação às raças, para a idéia de raça perder seu valor como forma de explicação para diferenças psicológicas. Mas com relação à idéia de caráter nacional, Boas foi ainda mais explícito: "Our characterization of the mentality of a people is merely a conceptionalization of those traits that are found in a large number of individuals and that are, for this reason, impressive. In another population other traits impress themselves upon the mind and are conceptionalized. This does not prove that, if in a third population both types are found, it is mixed in its functional behavior. The objective value of generalizations of this type is not self-evident, because they are merely the result of the subjective construction of types, the wide variability of which is disregarded" (12).

Nesta etapa da teoria, como se observa, é o próprio conceito de caráter nacional que desaparece, juntamente com o desaparecimento da explicação das diferenças entre os povos através das raças.

Os estudos de Sociologia confirmaram tais resultados, quando analisaram as características do híbrido racial, por exemplo. Essas características não resultavam dos possíveis caracteres das raças em cruzamento, mas sim das peculiares condições de vida; estas, semelhantes para todos os marginais, determinavam caracteres semelhantes para indivíduos

(10). — Robert Lowie, *Historia de la Etnologia*, pg. 169.

(11). — Franz Boas — "The problem of race" in *Anthropology*, apud V. F. Calverton (ed.), *The Making of Man*, pg. 141.

(12). — *Idem*, pg. 129.

de raças diferentes e vivendo em ambientes geográficos os mais diversos (13).

Crítica da Psicologia Diferencial.

Quando a Psicologia Experimental desenvolve técnicas para a avaliação quantitativa da inteligência e da personalidade, pode afastar as afirmações puramente qualitativas das teorias anteriores (14). Embora essas pesquisas fôsem paralelas às da Antropologia Cultural, e utilizassem muitas vezes os resultados desta, responderam a uma pergunta específica. Admita-se a existência de culturas diferentes, independentes das diferenças raciais: não permaneceria a possibilidade de que, dentro da mesma cultura, as raças se desenvolvessem de forma diferente? E isto não seria uma prova da existência de diferenças psicológicas devidas às variações raciais?

A significação das pesquisas de Psicologia foi demonstrar que, quando tais diferenças existem, são devidas a critérios sociais de segregação e não a condicionamento ou determinismo biológico. Assim, as pesquisas de Otto Klineberg, por exemplo, demonstraram a variação da personalidade e da inteligência em indivíduos do mesmo grupo racial, uma vez vivendo em condições sociais diferentes (15).

Crítica da Genética.

A Genética contemporânea, afastando a idéia da transmissibilidade dos caracteres adquiridos, afastou um dos pontos fundamentais das teorias do século XIX: uma evolução linear da sociedade com a transmissão de caracteres adquiridos na luta pela vida (16). A idéia de transmissão de caracteres adquiridos, a genética mendeliana opôs à idéia de

(13). — V., como exemplo, o livro clássico de Stonequist, *O Homem Marginal*, 1942.

(14). — Para a significação da *medida* no estudo das diferenças psicológicas: Anastasi and Foley, *Differential Psychology*, pgs. 7 ss.; Leona E. Tyler, *The Psychology of Human Differences*, pgs. 5 ss.

(15). — Klineberg, Otto — *Race Differences*.

(16). — V. L. C. Dunn e Th. Dobzhanski — *Heredity, Race and Society*, pgs. 76 ss.; H. S. Jennings et al. *Aspectos Científicos del Problema Racial*, caps. I e II.

mutações. Além disso, os estudos de Genética tiveram também importância para o estudo da raça, quando demonstraram que, a não ser o reduzido grupo dos australianos, todos os outros grupos raciais estão no mesmo grau de evolução (17).

Outra crítica ao “darwinismo social” decorreria de um conhecimento mais minucioso das sociedades primitivas. Através desse conhecimento, não apenas se verifica a multiplicidade das formas de vida criadas pelo homem, como também a idéia de “tipos” da organização social, de formas da religião evoluindo gradativamente, desaparece. A uniformidade desses tipos era aparente e não havia o desenvolvimento uniforme anteriormente suposto. Assim, caem por terra as teorias “acabadas” do totemismo, das várias formas de família evoluindo em etapas pré-estabelecidas (18).

Crítica à suposição de caracteres fixos.

Outro dos fundamentos das teorias do caráter nacional era a existência de caracteres fixos. A crítica a esta idéia pode ser exemplificada com dois autores, de formação teórica muito diferente: J. F. Brown e Hamilton Fyfe.

De Brown: “The Germans were characterized as thrifty and sentimental and liberty loving in the period before the world war. Owing to industrial expansion during this period the underlying dynamic situation in Germany was either stable or progressing toward greater fluidity. Correlated with this was the growth of liberal democracy. Events since 1918 have shown the characterization completely inadequate, since the field struture has changed During the inflation period (1918-1923), the intrinsic thrifty of the German disappeared completely” (19).

(17). — Cf., entre outros, Kay Birket-Smith — *Raças Humanas*, pgs. 73 ss.; tem-se posto em dúvida também este primitivismo dos australianos: Anthony Barnett, *The Human Species* (A Biology of Man), pgs. 95 ss.

(18). — Esta a posição, por exemplo, de Frederick Engels — *The Origin of the Family, Private Property and the State*. (A edição original é de 1884).

(19). — J. F. Brown — *Psychology and the Social Order*, pg. 126.

De Fyfe: "As lately as 1904 a careful observer of British manners could report that the aim of Englishmen who had made fortunes in commerce was to get out of trade and be "gentlemen". That was true at the time. It seemed to many to be part of the national character. Since then, the aristocracy of title work in banks, stockbrokers' and merchants' offices; no branch of trade or finance is despised by them. Cabinet Ministers turned out of office become Company Directors. Has the national character altered? No, circumstances have changed" (20).

Para êsses dois autores desaparece também a idéia de caráter nacional, pois não existe continuidade nos traços apresentados.

Crítica através da análise dos estereótipos.

Uma análise dos estereótipos será apresentada na parte III dêste estudo e nos dispensamos de antecipá-la aqui. Como crítica à idéia de caráter nacional, os estudos sobre estereótipos tiveram importância fundamental. Se se demonstra, como se demonstrou, a variação do estereótipo não de acôrdo com uma variação do objeto estereotipado, mas de acôrdo com modificações na situação dos manifestantes de estereótipos, êstes perdem sua significação como possíveis tradutores de uma observação. Em outras palavras o estereótipo não é *real*, pois apresenta uma realidade falseada pelo interêsse ou pela posição dos seus portadores.

Estudos contemporâneos feitos sob os mesmos princípios.

Essas críticas não atingem, entretanto, tôdas as camadas intelectuais, e continuamos a encontrar tentativas de análise feitas nos moldes de Fouillée e Taine. Inútil tentarmos explicar porque continuam a aparecer teorias dentro dêsse quadro ultrapassado pela ciência. Poder-se-ia pensar que, apesar de tudo, continua-se a perceber diferenças entre os indivi-

duos de grupos nacionais diferentes, e as formas de expressão artística, filosófica, esportiva, política, continuam a despertar a necessidade de uma explicação. De outro lado, se o cientista, habituado a analisar diferenças de pormenor, encontra semelhanças entre as várias culturas, ou afirmações contraditórias sobre os mesmos povos, o intelectual menos informado percebe as diferenças globais e procura descrevê-las e explicá-las.

Tais descrições são mais ou menos felizes, mais ou menos penetrantes, de acôrdo com o gênio do autor. Alguns exemplos dão relêvo a estas afirmações.

De Ortega y Gasset:

“Si ahora tornamos los ojos a la realidad española facilmente descubrimos en ella un atroz paisaje saturado de indocilidad y sobremanera exento de ejemplaridad. Por una extraña y trágica perversión del instinto encargado de las valoraciones, el pueblo español, desde hace siglos, detesta todo hombre ejemplar, o, cuando menos, está ciego para sus cualidades excelentes. Cuando se deja conmover por alguien, se trata, casi invariablemente, de algún personaje ruin e inferior que se pone al servicio de los instintos multitudinarios.

El dato que mejor define la peculiaridad de una raza es el perfil de los modelos que elige, como nada revela mejor la radical condición de un hombre que los tipos femeninos de que es capaz de enamorarse. En la elección de amada, hacemos, sin saberlo, nuestra más verídica confesión.

Después de haber mirado y remirado largamente los diagnósticos que suelen hacerse de la mortal enfermedad padecida por nuestro pueblo, me parece hallar el más cercano de la verdad en la aristofobia u odio a los mejores” (21).

De Patrick Romanell:

“Asi como el heroe de un drama trágico se ve dividido entre dos bienes en conflicto, asi el latinoamericano típico lo está entre los valores y los ideales de su herencia indígena precolombiana, por una parte, y los de su herencia europea

por otra parte. Y precisamente en el cruce de esos dos legados es donde convergen y a la vez divergen las raíces de la cultura latinoamericana. El sentimiento trágico de la vida tiñe semejante dualismo, dualismo que aparece en el carácter **mestizo** de todas las instituciones pertenecientes a aquella cultura. En una palabra, contemplar el mundo latinoamericano es asistir a una verdadera tragedia hispanoindia en gran escala, el cual suscita a un tiempo en nosotros misericordia y admiración, y no, pese a Aristoteles, “misericordia y temor” (22).

“Y claro está que las tradiciones puritana y democrática de los Estados Unidos, son respectivamente las expresiones religiosa y política del sentimiento épico de esa nación. Lo que dijo el presidente Franklin D. Roosevelt en un momento de crisis internacional, a saber: que nuestra generación tenía “un **rendez-vous** con el destino”, es aplicable a todas las generaciones de norteamericanos, pues tan atinada frase se adapta perfectamente al pueblo de los Estados Unidos, siempre seguro de alcanzar cosas más grandes e mejores, tanto materiales como espirituales” (23).

E Romanell apresenta não só a “prova histórica” de suas afirmações, como, de certo modo, provas na vida intelectual e no esporte. Historicamente, enquanto os espanhóis aceitaram os índios e cruzaram-se com eles, os ingleses destruíram os ameríndios de seu território; na vida intelectual, o pragmatismo é a “expressão teórica do sentimento épico da vida” e o existencialismo a expressão do sentimento trágico. Na vida esportiva, o baseball é um simples jogo, enquanto a tourada, “um elegante ritual que simboliza o sentimento trágico com todos os seus presságios”.

Em Romanell desaparece a idéia de raça, mas continua a idéia da história, como, em grande escala, determinante do caráter nacional.

(22). — Patrick Romanell — *La Formación de la Mentalidad Mexicana* (Panorama actual de la Filosofía em México), pg. 30.

(23). — *Ibidem* pg. 32.

De Robert Minder:

“C’est le terme extraversion qui résume le mieux, peut-être, la qualité dominante des Francs ou Rhénans; une attitude ouverte à l’égard du monde; quelque chose d’aisé, de large, de seigneurial; le besoin d’agir, de se remuer, mais aussi celui de se divertir et de plaire aux autres. Audace, sens des initiatives, goût du risque, sont contrabalançados chez eux par un élément que fait défaut au nordique pur: la capacité de savourer le moment, l’insouciance morale du “carpe diem” (24).

Embora Robert Minder critique os racistas — principalmente Gobineau e Günther — e cite uma das pesquisas de Boas, a raça continua sendo, para êle, um critério de explicação, como se vê pelo texto citado. Outro traço do estudo de Minder é aceitar o estereótipo como critério de verdade (embora não fale em estereótipo mas em “traços” que ocorrem ao espírito de todos) (25).

De Fidelino de Figueiredo:

“Individualista ao extremo, por sentimento nato de independência, por orgulho e por até vaidade, o povo português não pôde nunca construir um estável sistema de governo legal, depois da queda do absolutismo . . .”. “Apesar das grandes realizações da sua história heróica, ou talvez por isso mesmo, o povo português tem vivido sempre fora da realidade co-mezinha da vida burguesa, comer e dormir, ter que comer e onde dormir em paz, prevenir o futuro como a formiga . . . É uma ilha da Utopia, obstinadamente seqüestrada da realidade por séculos e séculos. A forma atual desse sonho utópico é o seu orgulho passadista, cuja expressão literária recorda por vèzes a fábula da rã, que aspirava a ser boi . . . Gente de invencível inclinação erótica, deu ao amor as formas mais transcendentales e proteicas, da grossaria medieval mal disfarçada pela liturgia cavalheiresca ao petrarquismo, ao conceito

(24). — Robert Minder — *Allemagne et Allemands*, (2a. ed.) pg. 41.

(25). — *Ibidem*, pg. 20.

platônico, ao romantismo, às sondagens do mundo interior, ao alto vôo místico” (26).

Formulação de uma nova teoria do caráter nacional.

Se os estudos da Antropologia Cultural e da Psicologia contemporânea invalidaram os fundamentos da idéia de caráter nacional, será em grande parte através desses estudos que se vai restabelecer o conceito aparentemente ultrapassado. Tentemos esquematizar esta reformulação nas duas ciências.

Boas não chega a descrever uma cultura globalmente, nem a desenvolver tôdas as implicações de sua teoria (27) e, em suas mãos, a idéia de cultura perde a significação de um todo unitário, para refratar-se numa série de pesquisas de pormenor.

Quem repõe na Antropologia o sentido “orgânico” da cultura é talvez Ruth Benedict (28). E não deixa de ser sintomático o fato de Benedict tomar como fundamento teórico as idéias centrais de Nietzsche e Spengler, que apresentavam descrições globais de culturas diferentes. Outro traço importante desse livro é procurar relacionar seus dados com a cultura ocidental, e a tentativa de estabelecer relações gerais entre cultura e personalidade. Mais ainda, quando Benedict supõe a possibilidade de descrever a unidade de uma cultura, não se supõe também a possibilidade de descrever da mesma forma as várias culturas das sociedades civilizadas?

Quanto à Psicologia, a sua contribuição para a nova formulação vem principalmente da Psicanálise e especificamente da tentativa de aplicar essa técnica no estudo de sociedades diferentes daquela onde surgira. Estas tentativas revelaram, ao menos para os antropólogos, a impossibilidade de tranpor, integralmente, a psicanálise para sociedades de cultura diferente. O ponto dramático desse choque poderá ser en-

(26). — Fidelino de Figueiredo — *Últimas Aventuras*, pg. 133 ss.

(27). — Robert H. Lowie — *Op. cit.*, pg. 187.

(28). — Ruth Benedict — *Patterns of Culture*, 1934.

contrado em Malinowski: “As has been already mentioned, the crux of the difficulty lies in the fact that to Dr. Jones and other psycho-analysts the Oedipus complex is something absolute, the primordial source, in his own words the **fons et origo** of everything. To me, on the other hand, the nuclear family complex is a functional formation dependent upon the structure and upon the culture of a society” (29).

Ora, se existia esta incompatibilidade entre os conflitos mentais aparecidos em uma sociedade primitiva e os de uma civilizada, quem poderia garantir a inexistência de diferenças fundamentais entre as várias sociedades civilizadas?

Como se observa, desde a década de 30 — desde a formulação da teoria da cultura como um todo e do conflito entre a Sociologia e a Psicanálise — a Antropologia e a Psicologia tinham amadurecido para uma reformulação do conceito de caráter nacional e desenvolvido os fundamentos que permitiriam estudar este problema. Apesar disto, esta formulação não se fez até 1941-1942, data dos estudos de Fromm e Margaret Mead. Talvez não existisse antes da Segunda Grande Guerra uma motivação suficientemente forte para esse estudo; talvez somente então tivesse aparecido a imperiosidade de compreender as várias nacionalidades. Mas a explicação talvez esteja na perspectiva nova que os intelectuais foram obrigados a enfrentar a partir do início da guerra: as ondas de refugiados, as perseguições movidas aos judeus pelos alemães, o tratamento dispensado às vítimas da guerra ou da política interna em alguns países. Como observou Ernst Cassirer em página magistral, os homens aparentemente se tinham esquecido da possibilidade de crueldade e de cegueira que pode existir em seres humanos sob determinadas circunstâncias. Houve também, e muito significativo, o problema prático a ser resolvido pelos cientistas: a guerra psicológica, tanto no seu aspecto interno de controlar as reações da população, quanto no seu aspecto externo, isto é,

(29). — Bronislaw Malinowski — *Sex and Repression in Savage Society* (1927); as citações são da 3a. ed., London, 1949, pgs. 142-143.

combater eficazmente o inimigo. Além disto, otimistas sociólogos e psicólogos americanos estavam procurando os meios que pudessem conduzir à re-educação democrática de alemães e japoneses. Sem dúvida, muitas destas questões eram pensadas com muita ingenuidade, ao ponto de supor a possibilidade a apreender com justeza o caráter de um povo inimigo.

Os livros básicos desta fase quase heróica do novo conceito de caráter nacional foram elaborados com êsse *élan* guerreiro tão em moda há dez anos atrás. Assim, Margaret Mead apresentando “*And Keep your Powder Dry*” (pg. 8) justifica o livro como sua parte no esforço de guerra. Se bem que, ainda durante a guerra, houve momentos pitorescos e até picantes na análise do caráter americano ou dos aliados. A mesma Margaret Mead pôde demonstrá-lo, ao examinar as diferenças no comportamento sexual de americanos e ingleses, “qui donnèrent lieu à d'affreux malentendus et à des rancunes réciproques”. Esse desentendimento se deve ao fato de que, “aux États-Unis, les jeunes gens prennent de grandes initiatives, mais les jeunes filles sont habituées à exercer leur veto vis-à-vis de ces importunités”; na Inglaterra, “les jeunes filles sont douées d'une certaine timidité protectrice, mais elles envisagent avec une relative soumission les avances des jeunes gens entreprenants qui, à leur tour, maîtriseront leurs élans de manière adéquate” (30). Por outro lado, segundo Mead, as conseqüências deste conflito não foram muito graves, pois o número filhos ilegítimos não foi necessariamente maior que em outros lugares de aquartelamento de soldados.

Exemplos de análises contemporâneas.

Evidentemente não poderíamos comentar tôdas as análises ultimamente feitas dos vários povos, nem apresentar tôdas as teorias que se escreveram dentro desta nova tendência. Seleccionamos, por isso, os livros que nos parecem representa-

(30). — Margaret Mead “*L'étude du caractère nationale*” in Harold D. Lasswell et Daniel Lerner (eds.) — *Les “Sciences de la Politique” aux États-Unis*, pg. 123.

tivos das várias tendências existentes, e as elaborações teóricas aparentemente mais significativas; finalmente, comentaremos as críticas feitas a esses estudos. Sem dúvida, nos é impossível garantir a precisão desta escolha, pois não pudemos consultar muitos artigos e livros talvez mais importantes que os apresentados por nós como típicos.

Análise Antropológica.

“And Keep your powder dry” (31) de Margaret Mead, é a primeira tentativa de utilização da técnica antropológica para descrição total de uma sociedade civilizada. Para a autora, a vitória americana somente seria possível se os americanos se dispusessem a lutar à sua maneira, e não tentassem imitar a forma de guerrear de outros povos. A primeira dificuldade enfrentada pela autora é a separação entre a sua observação imparcial e seus sentimentos de participação no grupo descrito; pensa, entretanto, que o treino adquirido por ela no estudo das sociedades primitivas lhe permitirá dar da sociedade americana uma descrição objetiva. Outra dificuldade está na grande extensão dos Estados Unidos e, portanto, na possibilidade de diversificação regional. Esta dificuldade foi afastada, eliminando da pesquisa as referências ao sul dos Estados Unidos, indiscutivelmente uma região de cultura muito diferente das outras.

O primeiro traço apresentado como característico do americano é sua ascendência européia muito próxima ou, para empregar suas palavras, “nós somos todos terceira geração”. Isto tem conseqüências extraordinárias na vida americana, pois deixam de existir os hábitos tradicionais e se interrompe a cadeia de uma cultura longamente amadurecida e obedecida. O imigrante abandona a Europa na esperança de encontrar uma terra onde obtenha maior sucesso e esta expectativa será transmitida ao filho. Mais importante talvez, é o fato de que o imigrante de primeira geração sabe perfeitamente que não conseguirá integrar-se perfeitamente na vida

(31). — Margaret Mead — *And Keep your Powder Dry!*

americana; por isso mesmo, sua ambição irá refletir-se principalmente nos filhos, desejando que êstes o superem. O pai deixa de ser, portanto, o que é na Europa, um modelo que devemos imitar, para se transformar numa pessoa cujas realizações devemos ultrapassar. Esta seria a razão de grande mobilidade americana, não apenas social, como também geográfica. Não existe a terra fixa, o lugar onde nasceram os nossos antepassados que devemos respeitar; não existe, na organização social, o lugar determinado que o indivíduo deve ocupar. Mas por isso, o americano tenta criar um passado à sua maneira. A pequena cidade do interior onde passou alguns anos de sua infância adquire um conteúdo afetivo extraordinário. Pela mesma razão, o americano tenta criar as mais diferentes associações, onde encontra, de certo modo, o quadro amplo de família que, como descendente de imigrantes, nunca teve. A ausência de padrões fixos pode ainda ser observada na educação das crianças, desde os primeiros dias de vida. As mães européias têm as formas tradicionais de cuidar das crianças e, assim, êsse processo não é um problema; as mães americanas socorrem-se dos pediatras à falta de uma forma tradicional de criar os filhos. Além disso, desde os primeiros dias de vida, a criança é posta em comparação com outras, a fim de se verificar se está crescendo normalmente. Êste, o primeiro passo para o estabelecimento de uma vida voltada inteiramente para o sucesso e a competição. A escola continua de certo modo a formação dêsse esquema de vida: como os pais desconhecem o que está sendo ensinado às crianças, o seu julgamento sobre os filhos e sobre o valor dêstes se faz exclusivamente em função das notas obtidas, comparando-as às notas de seus companheiros de mesma idade.

Aqui ocorre a interferência do segundo aspecto fundamental da vida americana: a aceitação da moral puritana. Segundo essa moral, o triunfo é a recompensa pelo bom procedimento; mas a autora vai mais longe ainda, ao afirmar que a cultura americana é uma cultura fundada sobre a moral, e êste será o seu traço distintivo quando comparada às outras culturas.

Análise Antropológica à Distância

Escrevendo *The Chrysanthemum and the Sword* (32) durante a guerra, Ruth Benedict não pôde observar diretamente a vida japonesa e sua descrição foi baseada em documentação indireta, como livros, fitas de cinema japonesas, entrevistas com japoneses ou com pessoas que tivessem vivido no Japão.

Benedict apresenta como primeiro traço do caráter japonês a sua aceitação de normas contraditórias: agressividade e pacifismo, insolência e polidez, rigidez e adaptabilidade, lealdade e deslealdade, o crisantemo e a espada...

Para a autora, qualquer que seja a situação, o povo age de acordo com seu caráter e é necessário entendê-lo, se queremos obter sucesso numa guerra, ou conduzir um povo a nova forma de viver.

Por isso, devemos entender no japonês a importância atribuída por ele à hierarquia, pois isto se verifica não apenas na vida política e na relação com outros povos, mas em toda a vida japonesa. Assim, enquanto os americanos lutam porque os inimigos praticaram atos imorais, os japoneses lutam para que cada nação seja mantida no lugar que lhe compete no concerto internacional.

Um traço também importante seria a rígida divisão japonesa das várias esferas de moralidade. Para o japonês o círculo da família independe do círculo do estado, e independe também da esfera do código não escrito.

Análise antropológica e psicanalítica

O método fundamental utilizado por Gorer em *The Americans* (33) é ainda o antropológico, como Mead e Benedict já o tinham feito. Mas, além dêsse método seu estudo utiliza em larga medida os conceitos e as hipóteses fundamentais da psicanálise.

(32). — Ruth Benedict — *The Chrysanthemum and the sword*.

(33). — Geoffrey Gorer — *The Americans*.

Suas afirmações se fundamentam na observação direta dos americanos, sobretudo em suas relações típicas: filho e pai, marido e mulher, amigos, vizinhos, etc. Algumas observações são entretanto interpretadas de acôrdo com a psicanálise, principalmente no mais substancioso dos capítulos de seu livro, **A Europa e o pai rejeitado**. Neste ponto, sua observação coincide com a de Mead (com quem aliás, estudou): o filho do imigrante rejeita o pai, e êste não deseja outra coisa. Esta situação, fàcilmente compreensível no filho do imigrante, passa a fazer parte da vida americana, ou do padrão familiar do americano. Mas sua interpretação vai adiante da de Mead: para Gorer, o americano, como não toma o pai como modelo, vem a formar um super-ego feminino. Ora, em várias atividades, a mulher não pode ter interferência direta e êstes campos — os negócios, em grande parte a política — não são vistos do ponto de vista moral, mas simplesmente como coisas. A política será ainda marcada pelo horror que o americano tem de tôda dominação e, por isso, as atividades políticas ou as obrigações militares não são bem vistas pelo povo e, de outro lado, não se considera com a repugnância do europeu o fato de que políticos tenham interêsses econômicos no govêrno; prefere-se aceitar esta possibilidade a supor a intenção de um govêrno despótico.

Como Mead, Gorer salienta a importância da idéia de sucesso para o americano. Assim como na escola as notas obtidas eram recompensadas pela mãe, na vida adulta a possibilidade de obter dólares assume o mesmo valor simbólico.

Gorer analisa o “date” como um aspecto da busca de sucesso e como atividade com pouca ou nenhuma significação sexual.

Analisa ainda as regiões diferentes, entre as quais a mais importante é o Sul, que por suas condições econômicas e históricas apresenta uma vida completamente diversa da do Norte. Outras regiões diferenciadas seriam o Texas, a Nova Inglaterra e a Califórnia.

Uma análise Psiquiátrica

O ponto de partida de Schaffner — **Father Land**, study of authoritarianism in the German Family (34) — é a semelhança entre o padrão da família alemã e o do governo alemão. As observações de Schaffner — americano de família alemã — são muito variadas: como estudante viveu na República Alemã e mais tarde visitou a Alemanha sob o regime hitlerista, para lá voltar após a vitória aliada.

Suas conclusões derivam, entretanto, não apenas dêsse contacto como principalmente de várias técnicas psicológicas, sobretudo testes de frases incompletas, como esta: “Se um pai não inspira respeito ao seu filho...”

O autor descreve a família alemã como um grupo dirigido autoritariamente pelo pai; a mulher e os filhos devem-lhe obediência e respeito. As manifestações afetivas são raras; as relações comuns entre marido e mulher não são baseadas, como nos Estados Unidos, no amor romântico. A escôlha, no casamento, depende em grande parte da aprovação dos pais. Dentro da família, o marido espera da mulher não apenas obediência, como admite, inclusive, o direito de puní-la, quando não proceda de acôrdo com sua vontade. Por isso a mãe tem importância secundária na família alemã e, com exceção da cozinha e do trato com os filhos, o lar é um domínio masculino. O ajustamento feminino se faz pela identificação da mulher com o marido, reduzindo assim as possibilidades de atrito. A realização da mulher se dá nas esferas tidas como femininas e, então, como exclusivamente femininas: a cozinha, a costura, a economia no lar, a limpeza e a ordem da casa.

E a criança? Desde cedo, aprende a obedecer e a aceitar uma posição de inferioridade. Desde cedo também, desenvolve o medo ao fracasso, e êste medo se reflete, mais tarde, no seu caráter obsessivo, no seu desejo de completar a tarefa iniciada (se não estiver correta, será ao menos a demonstração

(34). — Bertram Schaffner — *Father Land*.

de um esforço e será menor o castigo). Daí decorre sua dificuldade de adaptação, ou modificação do que já foi aprendido. Donde existir, para Schaffner, uma estreita semelhança entre o caráter obsessivo-compulsivo e as características dos alemães estudados.

Mas a intenção fundamental do autor é estudar a desnazificação da Alemanha. Para êle, o nazismo não é uma tendência política imposta aos alemães, mas sim uma forma política perfeitamente de acôrdo com tôda a estrutura da vida alemã. Algumas experiências de re-educação da juventude demonstraram muito claramente a impossibilidade de modificar a vida política, quando a família continua sendo fundada sôbre uma autoridade indisputável e os jovens são impedidos de discutir livremente seus pontos de vista.

Em outras palavras, uma nova ideologia política não é suficiente para alterar a vida política alemã: será necessário transformar a organização da família, baseada, ainda agora, nos princípios que permitiram o desenvolvimento do nazismo e sua aceitação pelo povo.

Análise de atitudes

Em *Jeunesse Sans Chrysanthème Ni Sabre* (35) Stoetzel nos oferece mais do que promete ("um estudo sôbre as atitudes da juventude japonesa de após-guerra") e apresenta um quadro completo, embora esquemático, da história, da geografia, da economia e das transformações por que passou o Japão a partir de 1945.

O tema específico é estudado preferentemente de forma quantitativa, através de questionários sôbre atitudes, questionários utilizando a teoria de Spranger dos tipos de personalidade, uma técnica projetiva, entrevistas com os sujeitos, e autobiografias do futuro, escritas pelos jovens. A simples enumeração dos estudos demonstra o largo emprêgo de técnicas quantitativas e não nos seria possível sumariar todos os processos e resultados obtidos. Tomemos alguns pontos provavelmente mais significativos.

(35). — Jean Stoetzel — *Jeunesse sans Chrysanthème ni Sabre*.

Chama a atenção no livro, inicialmente, a ausência de comparações, com dados objetivos, entre os japoneses e outros povos. Para tomar um exemplo apenas: quando descreve alguns dos traços da juventude japonêsa, apresenta a imaturidade como um desses traços. Discute então se a imaturidade decorre das condições psicológicas do desenvolvimento pessoal ou se das condições sociais e afirma: "C'est ce qu'il est très difficile de dire, encore que la part importante que joue le **status** juvénile dans l'im maturité des jeunes soit très vraisemblable: des obligations d'agir moins urgentes, une responsabilité atténuée, l'attente et même l'acceptation, par le monde adulte, d'initiatives fort réduites sont autant de facteurs qui favorisent la pensée optative, l'entrétien des illusions agréables, le romantisme, l'irréalisme. Mais il se trouve qu'au Japon les jeunes partagent une bonne part de ces traits avec leurs aînés, de sorte qu'il est très malaisé de dire si la présence en eux de ces traits est bien une caractéristique d'imaturité qui se dissipera avec l'ascension à l'âge adulte, ou s'ils préfigurent une structure de personnalité durable, souvent considérée comme indésirable" (pg. 200). A única forma de responder a esta pergunta — aliás legítima — seria comparar esses traços de personalidade japonêses com os de indivíduos de outros países. Bem poderíamos verificar que os traços apresentados como de adolescentes, muitas e muitas vezes aparecem na idade adulta, exatamente como o autor pensa verificar no Japão.

Já veremos que este é um problema, com os recursos atuais de investigação, insuperável: isto aparece muito claramente no questionário formulado a partir da teoria de Spranger (note-se: o questionário foi extremamente simples, contrastando com o conhecido teste de Allport-Vernon baseado na mesma teoria). O autor, com efeito, verifica que, se fornecesse uma prova igual à apresentada a ocidentais, muitas das questões não teriam significação para os sujeitos; de outro lado, aplicando uma prova diferente, os resultados não serão estritamente cotejáveis. Os dados obtidos — no conjunto — apresentam a seguinte ordem decrescente: social,

econômico, estético, político, teórico e religioso, mas com grandes variações se passamos do grupo rural para o urbano, dos indivíduos de 16-19 anos para os de 30 ou mais. Stoetzel observa como êsse quadro coincide com os estereótipos ocidentais dos japoneses e, mais, com outros dados da pesquisa.

Na técnica projetiva, é necessário observar que as figuras devem ser forçosamente diferentes das empregadas nos países ocidentais e algumas respostas são significativas apenas no quadro cultural japonês, o que tornaria impossível uma justaposição de resultados. Assim, a prancha II do teste empregado apresenta dois indivíduos curvados, e uma das respostas obtidas refere-se à reverência “a uma nobre personagem” (pg. 272), o que para nossos padrões culturais não teria significação, ou teria significação tão diversa da aí existente, que não poderíamos pensar em comparar os resultados.

Mas o estudo de Stoetzel parece-nos principalmente significativo por ser uma análise de uma sociedade cujos fundamentos mesmos estão sendo abalados por uma poderosa influência cultural exótica (a americana).

Os jovens analisados, observa o autor, demonstram uma curiosa combinação de valores: superficialmente (ou conscientemente) aceitam os valores impostos pelos vencedores, mas a uma análise mais minuciosa apresentam as mesmas atitudes da cultura tradicional: é o que ocorre com as mulheres, aparentemente satisfeitas com o novo status obtido, mas em muitos casos desejando o padrão anterior. Êste fato é significativo — como a análise de Schaffner sobre a vida política alemã — pois aparentemente confirma a estruturação da cultura e a força do processo de enculturação para a formação de personalidade.

Um Estudo Psicológico

Kurt Lewin (36) não pretendeu explicar, através da causalção histórica, as diferenças entre alemães e americanos,

(36). — Kurt Lewin — “Some Social Psychological Differences Between the United States and Germany” in *Resolving Social Conflicts*, pp. 1-33.

mas referiu-se exclusivamente “a questões sistemáticas” de inter-relações dinâmicas (pg. 33).

Para isso examina e descreve várias situações na Alemanha e nos Estados Unidos, iniciando sua análise pela observação do processo educativo nos dois países. Neste processo, não podemos considerar apenas os ideais e princípios que o dirigem, mas também a **atmosfera cultural** comum a todas as famílias e classes sociais. Por isso mesmo, é inútil descrever as variações formais da educação, pois estas não nos oferecem os fatores dinâmicos da situação, e, sabemos, são estes fatores que exercem maior influência na personalidade do educando. Na **situação dinâmica**, “liberdade”, “autoridade” e “atmosfera social” (embora tais termos pareçam vagos) são os mais importantes elementos a ser considerados. Lembrese, de outro lado, que, até certo ponto, a “natureza humana” é a mesma por toda parte, e certas características sociais são semelhantes em todos os países capitalistas da “sociedade ocidental” (pg. 5).

Se se considera o espaço de movimento livre, verifica-se que a criança americana tem maior espaço que a criança alemã; a criança americana é tratada com mais respeito que a alemã nas mesmas condições. Esta diferença se observa tanto na família quanto na escola.

De outro lado, na Alemanha a atmosfera educacional é mais homogênea e a criança tem limites menos estritos que nos Estados Unidos, quanto a uma série de regras: o horário, o planejamento de estudos, etc.

Ora, a educação americana é a expressão do estilo americano de vida.

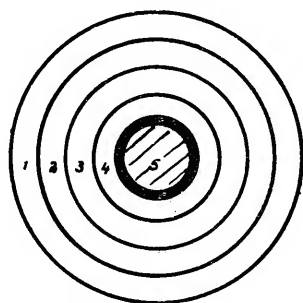
Na atividade social notamos que as várias **regiões** nos Estados Unidos são mais circunscritas: dois políticos ou dois cientistas podem dissentir asperamente em questões técnicas e manter o mesmo tratamento cordial; na Alemanha, o desacôrdo em qualquer campo implica em desaprovação moral. O respeito pela criança, existente na educação, manifesta-se na vida social como respeito pelo indivíduo, qualquer que seja a sua posição na sociedade. Ao lado disso, o americano pa-

rece considerar a todos como dotados das mesmas habilidades e admitir, por isso, o insucesso como inferioridade moral.

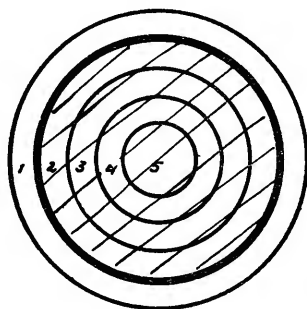
Esta descrição de traços pareceria contraditória: qual a sua interpretação teórica?

Lewin procura esta interpretação através da descrição topológica dos indivíduos .

A descrição de Lewin se apoia na distinção das várias regiões da personalidade, do ponto de vista de região exterior ou íntima.



americano



alemão

Observando do ponto de vista do grupo, e não do indivíduo, veremos que o americano considera maior número de regiões como públicas do que o alemão; o americano atribui maior ênfase às regiões periféricas (exteriores) e, por isso, valoriza mais a experiência; dá maior ênfase à ação do que à ideologia; na ciência, dá maior ênfase à prática que à teoria.

Essa distinção fundamental entre o valor atribuído às regiões e sua acessibilidade, permite ainda a Lewin descrever as diferenças entre os grupos, sua homogeneidade e analisar as pessoas em situações diferentes.

Um Estudo Psicanalítico

Certamente não se poderia esperar a existência de uma análise psicanalítica, independente de condições sociais e his-

tóricas, pois os princípios da teoria o condenariam, tão certo é que, para Freud, o drama humano é universal, a própria sociedade suposta como decorrência da história familiar e individual.

Nêsse sentido, tôda interpretação psicanalítica do caráter nacional necessariamente se liga à Sociologia ou à Antropologia e Erich Fromm não foge à regra, em sua interpretação do nazismo (37). Embora o autor não apresente seu estudo como análise do caráter nacional alemão, e procure mesmo as conseqüências gerais de sua teoria para todos os países, não há dúvida de que alguns de seus capítulos são precisamente tentativas de analisar o caráter alemão de determinada época.

O que separa êste estudo de Fromm do de Gorer é a ênfase dada aos aspectos históricos, sociais e econômicos, enquanto Gorer utilizou sobretudo a teoria da cultura. Fromm afasta tanto a idéia de uma determinação exclusivamente econômica do nazismo, quanto a idéia da determinação psicopatológica para o fenômeno: "Nazism is a psychological problem, but the psychological factors themselves have to be understood as being molded by socio-economic factors; nazism is an economic and political problem, but the hold it has over a whole people has to be understood on psychological grounds" (pg. 208).

O nazismo não teve o mesmo significado, nem foi igualmente aceito e defendido por tôdas as classes sociais da Alemanha. O proletariado, por volta de 1930, após as derrotas sofridas a partir da vitória inicial de 1918, apresentava "um profundo sentimento de resignação, de descrença em seus líderes, de dúvida sobre o valor de qualquer tipo de organização ou atividade política" (pg. 209). Outro grupo a não aceitar — mas também a não combater — o nazismo foi a burguesia liberal-católica.

Em contraste com essa atitude resignada, a classe média inferior, a grande indústria e os Junkers, ativamente aceita-

(37). — Erich Fromm — *Escape from Freedom*.

ram o nazismo, embora por razões diferentes: a classe média inferior como resultado das frustrações sofridas sobretudo com a inflação e a queda da Monarquia; os grandes industriais e os Junkers para manter o desenvolvimento do monopólio capitalista.

Um fator válido para todos os grupos foi a identificação entre a Alemanha e o nazismo: "the fear of isolation and the relative weakness of moral principles help any party to win the loyalty of a large sector of the population once that party has captured the power of the state" (pg. 210).

Mas se os fatores econômico-sociais são importantes e suportam de certa forma os elementos psicológicos, é possível entretanto analisar estes fatores, deixando de lado os primeiros: "the Nazi system express an extreme form of the character structure which we have called "authoritarian" and [that] by this very fact he made a powerful appeal to those parts of the population which were — more or less — of the same character structure" (pg. 221).

A essência do caráter autoritário está contida na presença simultânea de impulsos sádicos e masoquistas. O sadismo é entendido como o desejo de poder ilimitado sobre outras pessoas e mais ou menos combinado com impulsos de destruição; o masoquismo é apresentado como o desejo de fundir-se numa força poderosa e participar de sua força e sua glória.

Para Fromm, segundo quem Hitler seria um exemplo perfeito de caráter autoritário, o nazismo satisfaz aos dois impulsos desse tipo de caráter. De um lado, a submissão do próprio chefe a uma força mais elevada: a natureza, o destino, Deus. Todo indivíduo sente acima de si este domínio ou poder superior. Mas de outro lado, o impulso sádico se satisfaz pelo direito de governar um inferior, enquanto para a massa dominada são indicados inimigos a ser sádicamente dominados: os judeus, os comunistas, os franceses.

Análise do cinema

Para Kracauer (38), o cinema reflete com mais precisão a mentalidade de uma nação que outras manifestações artísticas, por duas razões: a) as fitas de cinema não são obra de um só indivíduo; b) são destinadas às multidões anônimas e, freqüentemente, são feitas para satisfazer os desejos de grandes grupos (pg. 5).

O problema da apreciação da fita pelo público é sumariado pelo autor da seguinte forma: "What counts is not so much the statistically measurable popularity of their pictorial and narrative motifs. Persistent reiteration of these motifs marks them as outward projections of inner urges" (pg. 8). Além disso, serão mais sintomáticos os motivos apresentados em vários níveis de produção, desde a fita popular até a super-produção. O autor pretende ter dado uma interpretação baseada em fitas de tôdas as categorias.

De outro lado, a exposição da mentalidade de um povo não implica, para Kracauer, na aceitação de um caráter nacional fixo, mas na existência de traços peculiares a uma época. No caso concreto, o período analisado foi o de 1918 a 1933. Se os aspectos econômicos, sociais e políticos dêste período já tem sido analisados, não se escreveu ainda a história psicológica dessa época, na Alemanha, e a intenção do autor é preencher esta lacuna, examinando as suas manifestações no cinema alemão. Na verdade, êste passou a ter significação a partir da Primeira Grande Guerra, quando as necessidades de propaganda, inicialmente, e o sentimento da derrota, logo depois, despertaram a expressão da alma alemã através do cinema.

O primeiro filme significativo do após-guerra é **Caligari**: "Whether intentionally or not, Caligari expouses the soul wa-

(38). — Siegfried Kracauer — *From Caligari to Hitler* (A Psychological History of the German Film).

vering between tyranny and chaos, and facing a desperate situation: any escape from tyranny seems to throw it into a state of utter confusion. . . The normal as a madhouse: frustration could not be pictured more finally. And in this film, as well as in *Hemunculus*, is unleashed a strong sadism and an appetite for destruction. The reappearance of these traits on the screen once more testifies to their prominence in the German collective soul". (pg. 74) .

Ora, o próprio autor demonstrou que, no período compreendido entre 1924 e 1929, o cinema alemão apresenta uma fase de estabilidade, onde os traços verificáveis logo após a derrota não podem ser identificados; mas, acrescenta, nessa época o cinema alemão entra em fase de decadência, por alguns autores explicada pela tentativa de imitar o cinema estrangeiro, sobretudo o americano. Finalmente, no período denominado pré-hitlerista, procura demonstrar a acentuação das tendências apresentadas no após-guerra.

Análise do teatro

Donald V. McGranaham e Ivor Wayne (39) estudaram as peças de teatro mais populares na Alemanha e nos Estados Unidos, durante o ano de 1927. A seleção mostrou a possibilidade de reduzir essas peças a 45 em cada país, medindo sua popularidade pelo número de exibições obtidas pelas peças nos dois países, excluindo-se as comédias musicais, óperas e revistas. Excluíram-se, também, as peças que não eram originais de alemães ou norte-americanos.

A análise foi feita não apenas pelos autores, mas também por outros sete julgadores, de origem distinta, e procurou verificar as variações quanto ao tema da peça, quanto ao seu epílogo, quanto aos conflitos apresentados, etc.

(39). — Donald V. Mcgranaham and Ivor Wayne "A Comparative Study of National Characteristics" in James G. Miller (ed.) *Experiments in Social Process* pg. 97 ss.

Quanto aos temas, os autores puderam verificar a predominância, nas peças alemãs: a) do que foi denominado idealismo, b) poder, c) amor; nas peças americanas, a ordem de frequência foi a seguinte: a) amor, b) moralidade, c) carreira. Portanto, entre as peças alemãs predominaram aquelas que apresentam a figura central conscientemente lutando por princípios elevados, ou a luta do conflito com o poder e apenas em terceiro lugar as peças referentes à trama amorosa. Nas americanas, se consideramos apenas os três temas mais frequentes, veremos que a situação é bem diferente: a trama baseada no amor é a mais frequente, seguindo-se aquela em que o problema central é a moral e depois o problema da carreira, isto é, a forma de ascensão social.

Quanto ao que os autores denominaram o nível de ação, se ideológica, se pessoal, as diferenças são também acentuadas: enquanto 51% das peças alemãs se passam no nível ideológico, apenas em 4% isto acontece com as americanas.

Quanto ao epílogo das peças, a diferença é ainda sensível: entre as americanas, 67% têm um “happy-end” ao passo que este aparece em apenas 40% das alemãs.

Estamos sumariando apenas alguns dos resultados, mas as diferenças são ainda mais acentuadas se encaramos a estrutura de cada um dos temas nas peças alemãs ou americanas.

Assim, no tema **Amor**, enquanto nas peças americanas os conflitos apresentados são de adolescentes contra os pais, e amor verdadeiro contra amor doentio, nas alemãs os conflitos mais apresentados são entre amor e ideais ou valores mais altos.

Entretanto, poder-se-ia pensar que tais diferenças decorreram da situação específica, no momento histórico nos dois países. Para responder a esta questão, os autores examinaram também peças do período 1909-1910, encontrando resultados basicamente idênticos.

Desta verificação, os autores concluem pela existência de diferenças entre o caráter americano e o alemão, embora não desprezando a possibilidade de que algumas condições

peculiares ao teatro de cada um dos países pudessem interferir neste resultado. Entretanto, as observações realizadas coincidem com diferenças em outros níveis, tais como a política ou a filosofia. (pg. 138).

Além disso, êsses resultados coincidem também com outras verificações obtidas, por outros autores, utilizando outros métodos de comparação, entre as peças alemãs e as americanas.

Seria oportuno indicar a diferença entre êste estudo e o Kracauer, pois McGranham e Ivor Wayne não só pela verificação da receptividade do público a peças, como pela concordância de vários julgadores e utilização de técnicas quantitativas (embora muito simples) obtêm resultados de muito maior segurança e verificabilidade.

Veremos agora, ao estudar as críticas às análises de caráter nacional, e as teorias sobre êste campo, que a possibilidade de verificação das interpretações e descrições é um dos pontos mais importantes, senão o mais importante de todos, na teoria ou na investigação concreta.

A Semelhança entre as várias descrições

Ao contrário do que se poderia esperar, as descrições que tentamos sumariar, são geralmente concordes. Observe-se como o autoritarismo, descrito por Schaffner, é também descrito por Lewin, por Erich Fromm. A maior liberdade da criança e do indivíduo nos Estados Unidos é apresentada por vários autores. Stoetzel encontra, aproximadamente, confirmação para os resultados de Ruth Benedict.

Em outras palavras, a variação do método empregado não implica em descrições ou resultados diferentes. Evidentemente seria possível pensar que várias teorias, assim como os vários métodos são apenas formas mais precisas ou elaboradas para apresentar apenas impressões causadas pelos vários povos. Claro, não é possível afastar esta hipótese e a ela voltaremos repetidas vezes no decorrer do estudo. Mas, de outro lado, não se poderia pensar que, se vários investigadores, de

procedência e formação tão diferentes, encontram os mesmos resultados, estamos diante de caracteres reais dos povos analisados?

De qualquer forma, essa concordância parece justificar a idéia de caráter nacional, isto é, de características ou traços psicológicos comuns a indivíduos da mesma nação.

Crítica às análises de caráter nacional

Otto Klineberg não chega, certamente, a formular uma teoria sobre o que seja o caráter nacional. Sua análise é, entretanto, importante, pela crítica por ele feita às várias formas de estudo e pelo estabelecimento das condições necessárias a um estudo objetivo do problema.

A exposição mais completa de seu ponto de vista foi feita em *États de Tension et Compréhension Internationale*, (40) embora anteriormente tenha feito exposições parciais, e críticas específicas (41).

Em *États de Tension*, Klineberg resume as várias tentativas de estudo, desde as simples descrições de viajantes até as complexas elaborações de antropólogos, psicólogos e psiquiatras. Procuramos resumir não todo o seu estudo, mas apresentar os pontos talvez mais importantes de sua apreciação e os requisitos que Klineberg considera necessários para o estudo objetivo do caráter nacional.

Klineberg evita empregar o termo caráter nacional (a fim de não permitir a conotação "personalidade coletiva" de um povo) e fala então em relação entre personalidade e nacionalidade, para designar o campo "de diferenças de comportamento, de ideal, de sistemas de valor, de elaboração da personalidade com relação às origens e aos elementos que formam

(40). — Otto Klineberg — *États de Tension et Compréhension Internationale*.

(41). — — "Psychologie et Caractère National" in *Revue de Psychologie des Peuples*, ano III, n.º I; pgs. 14 ss.: "Recent Studies of National Character" in S.S. Sargent and Marian W. Smith (eds.) *Culture and Personality*; "American Culture and American Personality; some Methodological Considerations" in *The Journal of Social Issues* v. VII, n.º 4, 1951, pgs. 40 ss.; *Social Psychology* (Revised Ed.) pgs. 377 ss.

o fundo nacional dos indivíduos em causa” (pg. 23). Quanto às descrições, o autor julga que, embora não mereçam confiança enquanto descrições não fundamentadas, podem ser utilizadas sob três formas:

1) como sugestão para os pesquisadores; 2) pode-se partir da idéia de que o observador projeta seus próprios traços no povo descrito e este estudo seria como uma técnica projetiva; 3) poderíamos comparar as descrições de vários autores que estivessem, por peculiares histórias de vida, colocados em perspectivas diferentes.

Nas descrições de antropólogos, Klineberg considera as de Mead, Gorer e Benedict, mas critica-as por lhes faltar uma documentação rigorosa sobre o número de pessoas observadas, e os limites de validade das observações. Sua objeção mais séria se faz quanto “às variações entre indivíduos que constituem os grupos nacionais” (pg. 35), e reclama a utilização de outros métodos de investigação, especialmente do tipo quantitativo.

Em outras palavras, sua objeção fundamental a esses estudos pode ser formulada da seguinte forma: como se podem provar as afirmações feitas?

Mais ou menos a mesma objeção é feita aos estudos psiquiátricos de uma nação: “... deve-se dizer novamente que a aplicação, a nações consideradas como todos, de categorias psiquiátricas que demonstraram ser úteis para uma classificação psiquiátrica de indivíduos precisa, para ser justificada, de provas suplementares” (pgs. 56-57).

Depois de analisar as descrições de psicanalistas, o estudo de comunidades, a aplicação de testes de personalidade, Klineberg conclui que o ideal, neste campo, será o emprêgo de várias técnicas, mesmo porque ainda não se tem um método que seja indiscutivelmente correto; a validade dos vários processos de estudo será comprovada se pudermos cotejar os resultados obtidos através da utilização das várias técnicas.

Poderíamos resumir o ponto de vista de Klineberg, dizendo que para o autor existe um caráter nacional, isto é, diferenças de comportamento entre indivíduos de grupos nacio-

nais diferentes, que persistem através das modificações apresentadas pelas condições gerais de vida (relações econômicas, concentração urbana ou dispersão rural, etc.) mas não existem ainda técnicas capazes de descrever corretamente essas diferenças. Para o autor, as descrições deveriam ter um caráter quantitativo mais acentuado, e devemos procurar a confirmação de umas técnicas por outras.

A crítica de Géza Róheim (42) aos estudos do caráter nacional é feita sob uma perspectiva muito diferente da de Klineberg, de certo modo renovando a velha questão entre a Psicanálise e Sociologia ou Antropologia: "... we see that we first have shown that the slogan of modern anthropology, according to which interpretation should only be made within one culture, cannot be proved. If it were true, how is it that we find a striking correspondence between dreams of people who are being analyzed, phantasies of psychotics, and beliefs or myths of people in quite different cultures?" (pg. 361).

Estas idéias equivalem a afirmar ou reafirmar a identidade da história psicológica vivida pelo homem nas várias culturas: donde repetir, várias vezes, que os estudos sobre caráter nacional decorrem do nacionalismo e seriam apenas nova forma de etnocentrismo ou preconceito racial. Mas se, como Róheim reconhece, êsses estudos admitiram a peculiar estrutura da cultura nacional como responsável pela conformação característica das personalidades dentro de um grupo, verifica-se a inexistência, aí, de que quer que seja semelhante a preconceito.

Não chegamos a apreender corretamente a sua teoria, aparentemente construída sobre uma série de incompreensões. Por exemplo, para refutar a análise de Ruth Benedict sobre a cultura japonesa, lembra a frase de uma jovem desse país: "Parece (a teoria de Benedict) um mestre escola daqui, falando a seus alunos" (pg. 387). Se assim é, Benedict está, não refutada, mas confirmada em sua descrição. Da mesma forma, quando pretende que as teorias são apenas formas

(42). — Géza Róheim — *Psychoanalysis and Anthropology*, pp. 361-396.

mais eruditas de um sentimento comum aos povos (pg. 394), não vemos porque isto seja uma prova contra as análises do caráter nacional.

Apesar disso, Róheim parece ter tocado em ponto fundamental, ao lembrar as diferenças regionais dentro de um país e as semelhanças entre indivíduos de classe média e alta em vários países. Alguns de seus exemplos sôbre diferenças regionais na Hungria são felizes, pois indicam uma variação muito grande dentro do país analisado; de outro lado, a descrição de uma situação peculiar a um grupo parece antes confirmar que negar a existência de caráter nacional, apenas com limites menores do que os habitualmente marcados pelos teóricos. Infelizmente, em sua crítica às análises de Mead e Gorer esquece, muito significativamente, o fato de ambos terem assinalado e, Gorer, descrito diferenças regionais nos Estados Unidos.

Sua crítica é novamente feliz quando se refere à idéia de Mead de uma cultura moral, a americana, oposta às outras culturas; aqui, seria necessário lembrar que, se tôdas as culturas apresentam padrões morais mais ou menos diferentes, está fora de dúvida não existir cultura onde não haja padrão moral de comportamento. E, por esta razão, é certamente difícil afirmar, como o faz Mead, ser a cultura americana essencialmente moral, como se as outras não o fôsem. Em outros pontos, revela novamente incompreensão do que foi dito: por exemplo, ao examinar as afirmações de Gorer sôbre o *date* americano. O *date*, segundo o antropólogo inglês, não tem, fundamentalmente, função sexual, embora possa assumir êsse caráter em alguns casos excepcionais e imediatamente reconhecidos como tal. O próprio Gorer mostrava, entretanto, que o *date* é o caminho mais seguro para o casamento, e a êste, evidentemente, não negaria um caráter sexual. Mas Róheim toma a afirmação como se significasse que o *date* não tem qualquer significado sexual — nem inconsciente — e demonstra, com base nisso que, quando submetidos à psicanálise, os indivíduos demonstram o sentido sexual do encontro com moças. O engano aqui, tão do agrado dos psicanalistas,

seria entre **genital e sexual**: Gorer falaria em sexual no sentido de genital e Róheim lhe atribui o sentido de sexual mais amplo. Se deixamos de lado os pequenos equívocos de minúcia e passamos para os aspectos gerais, podemos resumir os pontos de vista de Róheim nestas frases suas, referentes à Hungria:

- a) The childhood situation is completely different in various regions.
- b) Each class and even minute sub-classes form a closed group.
- c) The ideal of how a Hungarian should behave is a distinctly upper-class country squire ideal; the great majority of the nation has nothing to do with it" (pg. 390).

O autor pretende que essas afirmações sejam também válidas para os outros povos. Na realidade, se pretendêssemos analisar essas afirmações aqui, veríamos sem muita dificuldade que antes confirmam que infirmam as análises e teorias do caráter nacional até aqui apresentadas. Por exemplo, não é característica a afirmação de que na Hungria as várias classes procedem de forma completamente diferente? Pois foi justamente o que Mead procurou mostrar não acontecer nos Estados Unidos, onde a semelhança entre as várias classes sociais é maior que em outros países, sobretudo europeus. Além disso, não é significativo também que se fale em caráter nacional e mesmo em nações a partir do desenvolvimento das comunicações atualmente existentes, e que vieram a eliminar as diferenças entre várias regiões de um mesmo país, permitindo a sua estruturação como um todo?

Mas esses aspectos serão discutidos mais adiante, ao analisarmos as teorias sobre nações e as explicações dadas para o seu aparecimento. Aqui, importa lembrar que o erro de Róheim pode ter consistido em analisar um país cujo desenvolvimento como nação não estava ainda completo e, por isso mesmo, não poderia encontrar traços comuns a todos os indivíduos participantes do grupo nacional, porque esses traços não existiam, na época analisada.

Teorias do Caráter Nacional

Supomos que as três teorias mais importantes do caráter nacional sejam as de Morris Ginsberg, Geoffrey Gorer e Margaret Mead. Por isso, procuramos dar uma síntese de suas idéias e comentar os problemas mais importantes em suas afirmações.

Morris Ginsberg (43) reconhece dois sentidos diferentes em que a expressão caráter nacional é habitualmente empregada: 1) "Indica diferenças na distribuição de certos traços ou talvez tipos em grupos distintos, como, por exemplo, quando dizemos que os alemães são mais dóceis que os ingleses..."; 2) "Indica os padrões de comportamento do grupo como um todo, isto é, a natureza de sua organização tal como está corporificada em suas instituições, suas realizações coletivas e sua política" (pg. 188).

Embora considere que muitas das generalizações feitas a partir da observação de indivíduos são muitas vezes contrariadas pelos fatos e pelas modificações porque passam os povos, Ginsberg não pensa ser impossível um estudo feito nesta base, desde que possamos contar com métodos mais precisos de observação. Apesar disso, o estudo das realizações coletivas parece-lhe mais produtivo que a observação de indivíduos. Quando consideramos, por exemplo, as observações feitas de ingleses e alemães, podemos verificar um "consenso universal" nessas descrições: os ingleses apresentados como empíricos e individualistas, os alemães também como individualistas, dotados de força de vontade, militaristas e românticos. Mas a combinação desses traços não se faz da mesma forma em alemães e ingleses. Nestes, o individualismo é contido pela capacidade de organização espontânea, enquanto nos alemães o individualismo apenas é dominado pela disciplina autoritária.

A origem do caráter nacional, segundo tudo indica, não pode ser explicada pelas características raciais, embora não

(43). — Morris Ginsberg — "National Character" in *The British Journal of Psychology*, v. XXII, Part. 3, January 1942, pgs. 183 ss.

possam ser postas de lado as influências genéticas, consideradas de forma bem ampla, pois se existem diferenças hereditárias entre indivíduos, é muito provável que o mesmo aconteça entre grupos.

Quanto às diferenças entre povos europeus, provavelmente não devem ser explicadas por tendências inatas, mas por variações quanto às formas pelas quais essas tendências “are expressed, balanced and directed” (pg. 203). “There is, for example, a French individualism, an English individualism and a German individualism. So again different peoples may successfully work the same institutions — but with a difference. To account for these differences we have to look to historical and social conditions and only in the last resort should we appeal to genetic variation” (idem).

Portanto, Ginsberg aceita de um lado a variação das características nacionais, supondo que essa variação se deve às circunstâncias históricas de desenvolvimento. Mas, de outro lado, supõe uma congruência dos diferentes aspectos da vida da nação. Esta congruência também se deve à unidade e continuidade de seu desenvolvimento histórico” (pg. 204).

Supomos que os aspectos mais interessantes e também os mais discutíveis da teoria de Ginsberg são: a aceitação das condições históricas e sociais como explicadoras do caráter nacional; admissão de continuidade e congruência dos traços do caráter nacional, embora o autor não admita a idéia de caracteres fixos, justamente pela influência contínua dos fatores históricos e sociais.

Margaret Mead fez três exposições teóricas a respeito do caráter nacional (44). A exposição feita em *Anthropology*

(44). — Margaret Mead — “L’Étude du Caractère National” in M.D. Lasswell et Daniel Lerner (eds.) *Les “Sciences de la Politique” aux Etats Unis*; “The Study of Culture at a Distance” in M. Mead and H. Metraux (eds.) *The Study of a Culture at a Distance*; “National Character” in Kroeber (ed.) *Anthropology Today*; — as referências a páginas, sem outra indicação, remetem a este último artigo.

Today é, não apenas a mais recente, como também a mais específica e supomos ser a mais representativa da tendência antropológica para o estudo da caráter nacional. Nesse artigo, pensamos que as suposições mais significativas são as seguintes: 1) relação cultura-personalidade; 2) unicidade de cada cultura; 3) relações entre as culturas; 4) relação entre o padrão cultural mais amplo e os sub-grupos culturais; 5) o método empregado.

1) **relação cultura-personalidade:** Mead descreve o campo do caráter nacional como um dos aspectos do campo cultura-personalidade que, desenvolvendo-se inicialmente no estudo das culturas primitivas, passou a ser empregado também para o estudo das sociedades civilizadas. Para ela é um equívoco supor a cultura como determinante da personalidade; antes, existe aí um sistema cíclico “no interior do qual a criança recém-nascida ou o imigrante adulto recebe, perpetua e estimula o comportamento dos outros no conjunto de uma tradição cultural” (45). Esta afirmação é ainda demasiadamente geral ou indeterminada e não sem razão foi criticada por vários autores, como por exemplo, por Linton: “Until we know very much more about interrelations of infantile training and adult personality — and I may say that the information that is now coming in from the few places in which we have been able to follow individuals from childhood on raises increasing doubt as to whether the personality is the result of a specific factor of this sort — is it possible to get everything that will really be useful along this line directly on a cultural basis?” (46)

Certamente, esta teoria da relação entre cultura e personalidade necessita ainda de uma formulação mais precisa, e neste artigo Mead procura justamente esta maior exatidão, embora não consiga mais que confundir o leitor, quando diz:

(45). — “L'Étude du Caractère National” pg. 111 ss. Note-se que, neste artigo, critica Ruth Benedict, não criticando seus trabalhos anteriores onde a suposição era exatamente a mesma...

(46). — In Sol Tax, L. C. Eiseley, Irving Rouse and C. F. Vogelin (eds.) *An Appraisal of Anthropology Today*. pg. 140.

“A culture and personality approach may use as one part of its conceptual apparatus a relatively simple tentative psychological scheme...” e enumera as várias tendências da psicologia contemporânea (Neo-behaviorismo, Gestalt, Psicanálise, Psicologia Social, etc.). Ora, cada uma dessas tendências tem uma interpretação para a vida mental e as descrições, nas várias bases, serão sem dúvida diferentes e heterogêneas. Dizendo de outro modo, a autora não nos apresenta uma descrição aceitável da relação entre cultura e personalidade, sequer hipóteses seguras para dirigir uma análise do campo.

2) **unicidade de cada cultura:** Cada cultura não é apenas única, mas também suas características podem “ser relacionadas numa regressão infinita a condições anteriores” (pg. 647), o que significa que uma cultura é diferente de todas as outras e que seus padrões podem ser explicados, historicamente, pela própria cultura.

3) **relação com outras culturas:** A cultura pode ser modificada por acontecimentos exteriores mas os limites dessas transformações podem ser previstos pelos conhecedores de determinada cultura. Isto se compreende, sabendo-se que “mudanças num setor têm irradiações para todos os outros de uma sociedade” (pg. 647).

4) **relação entre o padrão cultural mais amplo e os sub-grupos de uma cultura:** A autora sintetiza este aspecto dizendo que “é provável que se encontre uma relação sistemática entre a versão do padrão cultural mais amplo, manifestada pelos membros de um sub-grupo da cultura, e o padrão cultural mais amplo”. Isto significaria que na cultura americana haveria padrões comuns verificáveis nos americanos de diferentes regiões; mas a recíproca não é verdadeira, porque o padrão do sub-grupo pode não aparecer no padrão comum.

5) **método de estudo:** Margaret Mead parece limitar os estudos de caráter nacional àqueles em que a análise foi feita à distância, isto é, sem pesquisa de campo (“... the group

of persons with a shared social tradition whose culture is studied is selected because they are the citizens or subjects — the “nationals” of a sovereign political state, and the society may be so inaccessible to direct field observation that less direct methods of research have to be used” (pg. 642). Tal distinção, entre pesquisa de campo e estudo à distância, sobre a qual se tem armado tantas fastidiosas discussões, é resultado de puro academismo: num caso ou noutro o psicólogo e o antropólogo utilizam a entrevista e a observação de seres humanos e o fato de êstes não serem observados no seu “habitat natural” é, no caso, de importância mínima, tão evidente é a impossibilidade de observar todos os indivíduos de uma cultura nacional (47).

Mas a questão do método chega a outras questões e convém apresentar uma delas a título de exemplificação: o estudo do caráter nacional utiliza o mesmo método de estudo empregado para a análise de sociedades primitivas ou pequenas comunidades? (48). Ora, como procuramos indicar páginas atrás, os estudos recentes sobre o caráter nacional não empregaram métodos idênticos. Coisa muito diferente seria, certamente, discutir o método ideal de pesquisa, mas Mead discute os métodos efetivamente utilizados, nem sempre coerentemente. Assim, em 1949, escrevia a autora: “Therefore when we try to apply anthropological methods to contemporary cultures, we use the methods we have developed in primitive society” (49). Já em 1953, no artigo que estamos acompanhando, diz ela: “Perhaps the most frequent misconce-

(47). — O problema de estudo sem pesquisa direta de campo foi proposto, inicialmente, por Ruth Benedict (*The Chrysanthemum and the Sword*, pg. 5).

(48). — E’ suficiente lembrar dois estudos recentes sobre comunidade para que este problema seja visto a uma nova luz: *Anáazon Town* de Charles Wagley e *Life in a Mexican Village* de Oscar Lewis, utilizam métodos completamente diversos, sobretudo quando pensamos que o segundo se valeu de dados fornecidos por técnicas psicológicas, e o primeiro não. Como pensar em comparar as duas análises com uma terceira? Claro, poderíamos pensar que os métodos antropológicos — quaisquer que sejam — são inadequados para o estudo do caráter nacional, mas neste caso a proposição também não tem sentido, pois então se poderia admitir o método do caráter nacional como mais um dos métodos.

(49). — Margaret Mead — *Male and Female*, pg. 453.

ption about work in national character has been the belief that students of national character used the **same methods** to study German or English or Japanese character that were used for the study of the Alorese, the Navaho, or the Pukapukans" (pg. 646).

A contradição mostra muito bem a incerteza ainda reinante quanto ao método de estudo de caráter nacional, incerteza que decorre, em grande parte, da inexistência de princípios teóricos aceitos e seguidos uniformemente.

Gorer (50) distingue três sentidos diferentes para a expressão caráter nacional: 1) análise de comportamento observado nas pessoas de determinada sociedade, em tempo e local determinados; 2) o comportamento ideal do grupo que, ao contrário do que acontece no sentido 1 é, por definição, conhecido pelos indivíduos analisados; 3) descrição dos processos pelos quais a sociedade faz com que os novos membros mantenham o mesmo comportamento por mais de uma geração.

A maioria dos estudos de caráter nacional tem-se referido não ao processo pelo qual a cultura é transmitida ou adquirida, mas às normas culturais. Estas não implicam universalidade, isto é, sabe-se que não se aplicam a todos os indivíduos de uma cultura, mas definem "atitudes e predisposições manifestadas pelos membros mais representativos e aceitos da sociedade" e cuja "não-manifestação, em outros, é criticada ou punida" (pg. 59).

Destas verificações o antropólogo tenta isolar o tipo, mesmo porque seria impossível observar todos os comportamentos de todos os indivíduos, durante a existência de uma sociedade.

Os processos para o estabelecimento do tipo têm variado, desde a descrição de um, suposto como perfeito, até o chamado processo aritmético, no qual o tipo resulta da soma de caracteres encontrados em indivíduos. Entre êsses vários processos, o mais adequado para o estudo do caráter nacional é

(50). — Geoffrey Gorer "National Character: Theory and Practice" in *The Study of Culture at a Distance*, op. cit., pgs. 57 ss.

o empregado para a análise, por exemplo, dos objetos artísticos de uma cultura. O tipo, no caso do caráter nacional (como no caso da cerâmica) possui um número menor de fatores ou caracteres que cada membro da série; o tipo é determinado pela combinação de fatores e não pela sua soma; é a combinação que determina o caráter único, pois cada um dos fatores pode ser encontrado em outras sociedades. "The apprehension of style, is probably dependent on certain idiosyncracies and sensitivities . . ." Por isso, para o estudo do caráter nacional é necessária uma capacidade quase-estética para reconhecer padrões; de outro lado, essa capacidade somente será desenvolvida com os elementos teóricos da Antropologia e da Psicologia.

Dois princípios são básicos no estudo do caráter nacional: a idéia de continuidade social e a de congruência. A primeira estabelece que o comportamento do adulto é consequência de suas experiências infantis e que, por sua vez, as crianças manifestarão mais tarde o comportamento atualmente apresentado pelos adultos (v. pgs. 67 ss.).

O princípio da congruência estabelece que "the goals of the various institutions which make up a society are coherently related to one another" (pg. 63; v. pgs. 69 ss.). Entretanto, em sociedades complexas ou em rápida transformação pode ocorrer a exigência de comportamentos contraditórios, cuja consequência será o conflito intra-individual e, provavelmente, desenvolvimento de sintomas neuróticos.

A coleta de dados deve ser feita preferentemente em termos de linguagem comum, não utilizando termos de Psicologia contemporânea (entretanto, o conhecimento técnico é necessário para avaliar os processos psicológicos em jogo, inclusive a posição e as reações do pesquisador). Os dados técnicos devem ser afastados porque nas condições usuais da pesquisa é impossível obter as condições habituais de laboratório. Mas a teoria psicológica deve ser empregada na exposição dos processos endopsíquicos, pois descrever apenas as observações materiais seria supor o comportamento de autómatos. O autor aceita, em linhas gerais, o esquema psica-

nalítico freudiano, embora admita que, se “os processos de maturação são biologicamente determinados, suas vicissitudes dependem das modificações individuais das normas culturais” (pg. 71). Mas, ao lado do esquema psicanalítico, Gorer admite o processo de aprendizagem descrito por Hull.

Suposições básicas para o estudo do caráter nacional

Pensamos poder agora delinear alguns dos problemas fundamentais para o estudo do caráter nacional, tanto no seu aspecto teórico quanto nas suas suposições metodológicas. Os problemas teóricos mais importantes são: a) a idéia de nação; b) a continuidade dos traços e a variação histórica; c) congruência dos traços de uma cultura; d) diferenças dentro da nação. Os problemas metodológicos mais significativos são: análise quantitativa ou análise qualitativa e problemas de interpretação.

Entre os teóricos do caráter nacional que analisamos, pode-se dizer que nenhum enfrentou o problema da nação, de sua existência, de sua extensão. Aparentemente, êsses autores preferiram não tocar no tema, sabidamente perigoso, não só porque a êle estão relacionados aspectos políticos, como também porque não existe ainda uma compreensão indiscutível para o fenômeno nação, seja historicamente, seja sociologicamente. Mas o problema existe e não sabemos se será legítimo afastá-lo, tão certo é que reaparece a cada instante na pesquisa ou na simples hipótese do caráter nacional. A objeção de que não podemos sequer formular a idéia de caráter nacional porque não podemos estabelecer diferenças psicológicas entre grupos diferenciados apenas por fronteiras muitas vêzes arbitrárias, somente será respondida com uma análise precisa da idéia de nação. Por isso, procuramos aqui esquematizar alguns dos problemas encontráveis nêsse estudo.

De modo geral, os historiadores das nações admitem seu aparecimento a partir da segunda metade do século XVIII

(51) mas sempre fazendo notar a existência de alguns dos elementos muito antes dessa época.

Mas mesmo historicamente a questão é complexa porque a formação das nações não se fez uniformemente nos vários países, nem em todos seguiu sempre o mesmo processo, variando inclusive a época em que as nações européias deixam de ser apenas estados, baseados na fidelidade à casa reinante, para se transformarem em nações, no sentido moderno da palavra. Seria de observar ainda que os autores que pudemos consultar levaram em conta apenas os nacionalismos europeus, deixando de lado o mesmo fenômeno na América do Sul, onde condições diversas exigiriam interpretações ainda mais extensas ou contraditórias (esta observação não cabe talvez apenas a Znaniecki e Deutsch, que consideraram os países latino-americanos, embora de maneira nem sempre justa ou correta).

Alguns autores acentuam um aspecto da formação de nações, enquanto outros procuram considerar os vários elementos que contribuíram para o seu aparecimento: o aspecto geográfico, o econômico, o ideológico, as comunicações entre as várias regiões, a origem estatal da nação, a língua, o sentimento de participação numa entidade mais ampla que a região natural, o desenvolvimento da burguesia e do comércio, o liberalismo político libertando os povos da sujeição feudal, etc. Não procuraremos resumir as várias opiniões ou teorias existentes no campo, mas precisamos chegar a conceito aceitável, capaz de evitar interpretações erradas, muito comuns no campo de estudo de caráter nacional.

Não parece necessário demonstrar a impossibilidade de identificar **raça** e **nação**, pois esta é uma distinção corrente, atualmente, nas ciências humanas. O mesmo, entretanto, não se dá com os conceitos de nação e estado, frequentemente superpostos. Apontamos apenas um exemplo desta superposição, em J. F. Brown: "By **nation** we mean a group of peo-

(51). — Hans Kohn — *Historia del Nacionalismo*, pg. 17; Paul Henry — *Le Problème des Nationalités*, pg. 17; Frederick Hertz — *Nationality in History and Politics*, pgs. 30-33.

ple as an organized political body, living under control of a state" e "the state..... may be defined as the pattern of social institutions through which the social organization of the nation is perpetuated" (52).

Os fatos demonstram o erro desta identificação, e encontramos não apenas uma nação dividida em mais de um estado, como várias nações vivendo sob o controle político de um só estado. A Alemanha Ocidental e a Alemanha Oriental contemporaneamente, seriam exemplos do primeiro caso, e o Império Austro-Húngaro um exemplo do segundo.

A questão está longe de ser uma batalha de palavras, como o demonstram as lutas de minorias nacionais antes de 1939 e a disputa em torno de Trieste, depois de 1945.

A dificuldade, aqui, reside no fato de que se o estado (organização política) é uma instituição facilmente definível, o conceito de nação apresenta aparentemente algumas dificuldades insuperáveis para uma definição indiscutível. De resto, a identificação entre nação e estado é justificada historicamente, porque muitas nações se originaram de estados, isto é, de organizações políticas soberanas (53).

Aparentemente, existem duas formas gerais para definir nação: uma, levando em conta os seus fatores externos (língua, território comum, religião); outra, analisando os fatores internos de coesão (passado comum, desejo de viver vida comum no futuro, consciência nacional). Não entraremos aqui na discussão das várias definições, mas apenas procuraremos justificar a aceitação da teoria que nos parece a mais correta. Antes de o fazer, convém lembrar a observação de Hertz, para quem — em fenômenos tão complexos quanto o de nação — é impossível pretendermos uma definição e devemos procurar tipos ideais, ao modo de Weber (54). Já veremos que, em alguns casos pelo menos, a conceituação

(52). — J. F. Brown — *Psychology and the Social Order*, pg. 123.

(53). — Tanto assim que alguns autores (por exemplo R.M. MacIver — *O Estado*), supõem que as nações sempre se originaram de estados.

(54). — Frederick Hertz — *Op. cit.*, pg. 15.

adiante descrita é inadequada, ao menos sob alguns aspectos.

A caracterização mais correta de nação, pensamos, foi a apresentada por Florian Znaniecki (55), que distingue quatro tipos de sociedades: 1) a sociedade tribal; 2) sociedade política ou estado; 3) sociedade eclesiástica; 4) sociedade de cultura nacional. Para Znaniecki, portanto, a nação se caracteriza pela criação de uma cultura comum a seus membros. Ora, esta suposição é a mesma que encontramos na principal corrente contemporânea de estudo do caráter nacional (v. pgs. 55 ss.) apresentação das teorias de Margaret Mead e Geoffrey Gorer), mas aqui aparece um problema fundamental e muitas vezes não explicitado, e origem de muito equívoco na pesquisa e na teoria: a não caracterização correta da nação. Se supusermos a existência de uma cultura nacional, mas não pudermos distinguir dentro desta cultura várias **sub-culturas** ou **sub-regiões culturais**, evidentemente qualquer estudo sobre determinada nação correrá o risco de, quando certo, o ser apenas para uma dessas sub-regiões. Aqui, a crítica de Otto Klineberg (v. pg. 49) é perfeitamente justificada, ao lembrar que muitas das análises de caráter nacional não podem provar para quantos indivíduos são válidas as afirmações feitas. Não proporíamos a questão nos mesmos termos de Klineberg, pois não parece que a dúvida fundamental possa residir no número de indivíduos considerados ou analisados efetivamente — pois o processo, no caso do estudo da personalidade, seria absurdo se fôsse realizável (56), mas no alcance das observações feitas de determinados grupos e destes estendidas para grupos maiores. Dizendo de outro modo, a observação de um grupo primitivo (do que Znaniecki denomina sociedade tribal) é de certa forma muito mais ampla do que aquela que é possível realizar dentro de uma sociedade civilizada, pois pode abranger, senão todos, pelo

(55). — Florian Znaniecki — *Modern Nationalities*, pg. 21.

(56). — Sobre a impossibilidade de realizar esta análise em extensão, v. a observação de Gregory Bateson "Formulation of End Linkage" in Mead and Métraux (eds.) *Op. cit.*, pg. 369.

menos um número significativo de indivíduos que vivem dentro dessa cultura, enquanto o observador do grupo nacional jamais poderá analisar um número relativamente tão grande de personalidades. Mas num ou noutro caso, não é tanto o número que importa, mas a descrição correta da cultura, pois se tivermos o quadro teórico da relação cultura-personalidade, teremos a descrição do caráter nacional; se não existir êsse quadro teórico, tôdas as descrições — qualquer que seja o seu número — serão inúteis ou inexpressivas.

De outro lado, se não supusermos a existência de uma cultura nacional, evidentemente será impossível pensarmos em caráter nacional, ao menos dentro dos quadros da ciência contemporânea. A suposição nos parece justificada, se pensarmos não apenas nos estereótipos nacionais, que exigem uma verificação, mas também que indivíduos de culturas diferentes apresentam, ao observador comum, diferenças pronunciadas nos seus comportamentos. Já indicamos também como as várias análises do caráter nacional, mesmo com métodos diferentes, chegaram a conclusões perfeitamente superponíveis.

Mas esta é uma hipótese, aceita dentro dêstes limites. Não é difícil perceber, além disso, que alguns grupos, aparentemente, não poderiam ser estudados dentro dêste critério. O exemplo mais característico talvez seja o grupo judaico, pois a êste faltava uma cultura nacional, o que não impediu o movimento sionista e finalmente a organização do estado de Israel. Na realidade, talvez os aspectos a ser considerados neste caso sejam outros. Talvez se deva pensar que algumas culturas apresentam um traço dominante, em torno do qual se organizam todos os outros elementos da cultura. Assim, no caso do grupo judaico, poderíamos ser levados a pensar que a sua cultura se estrutura em torno da religião, e esta, no caso específico, teve condições para unir o grupo em torno de uma aspiração diferente de seu objetivo inicial. Ainda empregando o critério de Znaniecki, poderíamos dizer que neste caso uma cultura religiosa, vivendo em contacto com culturas nacionais, absorveu êste traço e, a par-

tir de então, foi possível o desenvolvimento de um nacionalismo judaico, apresentando as mesmas aspirações de outros nacionalismos da época, inclusive língua e território comuns (57).

O exemplo indica perfeitamente o problema aí existente e justifica a idéia de que não podemos esperar uma definição, mas apenas tipos dos quais as sociedades concretas se aproximam mais ou menos, passando por vários estágios.

Outro problema proposto pela suposição da existência de um caráter nacional é o da continuidade dos traços característicos.

Demonstrada a impossibilidade de admitirmos caracteres fixos nos diferentes povos, para alguns autores estaria encerrado o capítulo caráter nacional para as ciências (v. as críticas apresentadas por Brown e Fyfe). Será justa a eliminação do problema, com este fundamento? Não o supomos. Se assim fôsse, talvez devêssemos eliminar também a possibilidade de se falar em personalidade, uma vez verificadas suas transformações nas diversas fases da vida individual. A personalidade se reduziria assim a uma sucessão de quadros ou combinações caóticas de traços, ao acaso dos acontecimentos e influências que a cercam. Entretanto, é provável que a personalidade adquira significação quando a supomos como estrutura, mais ou menos estável, a própria estabilidade relativa compreendida como um dos seus traços constituintes.

Provavelmente devemos pensar o mesmo das culturas, por maior que seja a sua complexidade, e por mais variadas

(57). — O fenômeno do nacionalismo judaico, visto d'êste ponto de vista, é particularmente sugestivo, pois as características nacionais, com tôda evidência, não existiam no grupo, bastando considerar as grandes diferenças entre os grupos judaicos sefardim e ashkinazim, não só quanto à língua, mas também quanto aos hábitos de vida. Sobretudo, é característico que na organização do estado de Israel se tenha procurado reviver a língua hebraica como língua oficial, quando esta não era falada por nenhum dos grupos sionistas; característica também a identificação entre o nacionalismo judaico e os outros nacionalismos, provavelmente como forma de defesa (por isso, o movimento sionista coincide com os movimentos nacionalistas europeus). Outra questão seria examinar as características psicológicas dos judeus, já que o grupo não tinha cultura comum, pois este caso talvez pudesse ser compreendido apenas como decorrência de situação e não de cultura.

as influências a que estejam submetidas. De outro lado, a demonstração desta hipótese não é empresa simples. Quando se analisam as culturas primitivas ou pequenas comunidades, lidamos com estruturas (internamente) de grande estabilidade e, externamente, quase inteiramente desligadas de outras culturas. Essa verificação nos coloca no núcleo dos dois aspectos que a suposição de continuidade de traços no caráter nacional propõe: o desenvolvimento histórico das culturas nacionais e a análise das influências externas sobre as culturas.

Entretanto, admitir continuidade nas pequenas comunidades ou nas culturas primitivas e não admiti-la nas culturas nacionais, seria supor entre os dois tipos de cultura uma diferença qualitativa. Será suficiente pensar em algumas das mais conhecidas análises antropológicas, para verificar a impossibilidade de aceitar essa idéia. Pense-se, por exemplo, no **Civilização e Cultura de Folk** de Redfield onde são analisadas quatro comunidades diferentes, e cuja distinção reside precisamente no maior ou menor contato com a civilização. Ainda aqui, portanto, como aliás sugere R. Redfield (58), devemos pensar em **tipos** (civilização e cultura de folk) das quais as sociedades concretas se aproximam mais ou menos. Desta forma poderíamos localizar convenientemente os grupos primitivos, os grupos rurais, os das grandes cidades, pontos todos estes intermediários entre os **tipos**.

Com esta hipótese, desapareceria o problema que aí tem sido visto. As culturas nacionais seriam então culturas de maior complexidade, de estudo mais difícil, mas nem por isso escapariam às condições encontráveis nas sociedades primitivas (ou tribais, se preferimos a classificação e a terminologia de Znaniecki).

Além disso, é fácil observar que esta hipótese é válida tanto para o problema da variação histórica quanto para a questão da influência externa sobre as culturas nacionais.

(58). — Robert Redfield — *Civilização e Cultura de Folk*, pg. 351.

Ainda assim, a demonstração de continuidade não é empírica simples. Como vimos páginas atrás, Geoffrey Gorer fala em **recapitulação**, isto é, hipótese de que os adultos observáveis em determinada cultura passaram pelas mesmas experiências por que estão passando agora as crianças que podemos observar; além disso, as crianças observadas em determinado momento manifestarão, quando adultas, o comportamento que observamos nos adultos contemporâneos (59). Com toda probabilidade, e de certo modo a própria análise de Gorer do americano o demonstra, estas afirmações não são válidas para os indivíduos das culturas nacionais pois, aparentemente ao menos, cada geração vem recebendo um tratamento específico na infância, a relação com os pais sofrendo modificações básicas.

Não supomos, portanto, que uma continuidade dêesse tipo possa ser demonstrada, e devemos talvez entendê-la de outra forma. Existirá continuidade na medida em que as transformações observadas, de geração para geração ou de época para época, se dêem nos quadros de uma cultura e a influência estranha seja filtrada pelas formas culturais existentes.

Procuremos alguns exemplos concretos de influências de uma cultura sobre outra, onde se poderá, grosseiramente embora, observar essa continuidade, tal como é aqui entendida.

Consideremos uma aquisição técnica, o parto sem dor. A introdução desta técnica não se faz da mesma forma nas várias culturas, pois existe, para opor-se a ela ou aceitá-la, um conjunto de crenças religiosas, experiências pessoais, preconceitos populares. O parto sem dor opor-se-ia à idéia cristã de que a mulher deve dar à luz com sofrimento; as mães (que já passaram por essa experiência, sob forma diferente) reagem à inovação sugestando e interferindo no processo a que estão sendo submetidas as filhas. De outro lado, a nova técnica acabará por introduzir-se, mas não o fará num vácuo, e sim num contexto cultural mais ou menos capaz de aceitá-la ou rejeitá-la.

(59). — Geoffrey Gorer — "National Character" in Mead and Métraux *Op., cit.*, pg. 63.

Tomemos agora um exemplo da vida política. O nome ou os ideais de um partido político estrangeiro podem ser aceitos numa cultura nacional, mas essa introdução não significa nem a continuação da vida política anterior a essa introdução, nem a aceitação pura e simples da nova técnica. Esta irá chocar-se com as condições — não apenas políticas, é certo — já existentes e, além disso, será modificada para ser aceita como parte integrante da cultura.

Supomos que a mesma coisa poderá ser observada no esporte, nas artes, na educação, etc. Não existe identidade entre êsses aspectos de uma cultura, considerada em várias épocas, mas uma mesma cultura modifica seus traços e aceita traços estranhos, adaptando-os às formas culturais já existentes.

Como lembra Gorer, foi talvez Ruth Benedict quem primeiro salientou a idéia de congruência de uma cultura, como fundamental para a sua compreensão (60). Mas todos sabemos como essa idéia tem sido discutida e combatida, aparentemente com razão. Se, considerando as sociedades primitivas, a idéia de congruência é discutível, o é certamente muito mais quando tentamos analisar uma cultura nacional. De resto, mesmo Ruth Benedict e Gorer (61) aceitam a suposição de que algumas culturas não manifestam congruência nos seus padrões. Gorer lembra que a sociedade em rápida transformação pode não apresentar essa característica. Ora, as culturas nacionais são, todos o sabemos, culturas em rápida mudança; seus quadros são suficientemente amplos para permitir a manifestação de ideais de comportamento contraditórios. Assim, ao lado do ideal “respeitar e prolongar a vida humana”, encontramos também o ideal “matar para salvar a honra”, individual ou coletiva. A análise não pode ser prolongada aqui. Lembremos, entretanto, a existência de um fator ainda não suficientemente analisado e que seria a relação entre a coerência lógica e a coerência psicológica. Pensamos poder falar em congruência da cultu-

(60). — Op., cit., pg. 63; Ruth Benedict, *Patterns of Culture*, pp. 206 ss.

(61). — Gorer — loc. cit.; Ruth Benedict, loc. cit.

ra mesmo quando não exista (nem possa existir) coerência lógica entre os padrões igualmente admitidos. No exemplo apontado acima, a cultura apresenta os dois padrões antagônicos mas se continua a aceitar um **padrão** certo (no caso seria o respeito à vida humana) e o seu oposto é apresentado como recurso para defender o padrão correto. Os aspectos culturais e os comportamentos verificáveis continuam a ser congruentes, embora não sejam logicamente coerentes.

A coerência psicológica tem, entretanto, aspectos novos, pois no indivíduo pode ser impossível a manutenção do equilíbrio psicológico desde que obrigado a comportamentos antagônicos. O problema propriamente psicológico seria investigar quais as personalidades capazes de manter o equilíbrio quando submetidas a essas tensões e as incapazes de o fazer.

Esta distinção entre as duas formas de coerência (a lógica e a psicológica) é significativa se pensamos nos traços de uma cultura. Aqui pode ocasionalmente não existir coerência lógica entre os padrões aceitos pelos membros de uma cultura; nem por isso deixaremos de aceitar a possibilidade da existência de congruência, se os vários padrões forem aceitos no comportamento dos mesmos sujeitos. Em outras palavras, no estabelecimento da congruência não conta a análise pessoal do pesquisador, mas vale o **sistema** de padrões aceitos pelos que participam da cultura. A existência desta coerência interna (isto é, vista pelos sujeitos) é que devemos pesquisar, não a coerência lógica. Proposta a questão nestes termos, não parece absurda a hipótese de congruência nas culturas nacionais (e a suposição de coerência lógica evidentemente o seria).

Um exemplo mostra perfeitamente a diferença entre os dois níveis. Quando, para manter a liberdade, se impede a manifestação de algumas idéias, certamente se deixa de lado a coerência lógica. Mas não se perde, necessariamente, a congruência, pois os sujeitos que participam dessa cultura podem continuar admitindo que estão correspondendo ao ideal **liberdade**.

Esquemáticamente, podemos supor a existência da duas grandes ordens de diferenciação dentro da cultura nacional: 1) diferenças regionais e 2) diferenças entre as classes sociais.

Sem que se chegue a provar a existência de um padrão cultural mais amplo cujos traços podem ser encontrados nos sub-grupos (já vimos que esta é uma das suposições básicas de Margaret Mead), será impossível admitir como válida a idéia de caráter nacional. Não deixa de ser curioso notar que Gorer (v. pg. 35) e Mead (v. pg. 33), ao realizarem a análise do caráter nacional americano consideraram os grupos regionais como mais ou menos independentes do todo. Ora, se efetivamente essa hipótese não se mantivesse, seríamos obrigados a deixar de lado a idéia de cultura nacional, para falar em culturas regionais, e conseqüentemente, em caráter regional. Nossa impressão é que mesmo os que se abalancaram a realizar análises concretas do caráter nacional não se movem ainda com segurança, neste ponto. Mead, por exemplo, fala em cidadãos das nações-estados, os indivíduos assemelhando-se pela participação nos elementos estatais de cada nação. Infelizmente, não desce à análise minuciosa do problema. Talvez o fato de que os autores que se referem a caráter nacional não tenham procurado analisar corretamente o fenômeno nação, e a participação nesta dos membros de uma cultura, explique essa insegurança. Seja como fôr, a relação entre o padrão cultural mais amplo e os sub-grupos culturais é ainda agora questão aberta, aceitável apenas como hipótese, não como verificação.

Outra ordem de diferenciação é a classe social, e também aqui os autores recentes pouco fizeram ainda, no sentido de separar corretamente os padrões válidos para todos os grupos dos que são válidos apenas para uma ou algumas classes sociais. E' tão grande o número de verificações acumuladas quanto às diferenças psicológicas existentes entre as classes sociais, que provávelmente será falha uma descrição incapaz de dar conta dessas diferenças. Para dar apenas um exemplo, Lloyd Warner recentemente observava que os

indivíduos da classe baixa inferior (lower-lower) são supostos pelos indivíduos de outras classes como não possuidores das “virtudes cardinais das quais se orgulham os americanos” (62). Se lembrarmos que a classe baixa inferior constitui 25% da população da comunidade, veremos facilmente o perigo existente na generalização sobre determinado caráter nacional (63). Bastaria aliás a descrição feita por Warner — para continuar apresentando o mesmo exemplo — da variação de educação familiar de acôrdo com a classe social, para indicar a possibilidade de que não se possa falar em caráter nacional, sem antes demonstrar a inter-relação das várias classes e sua dependência ou participação num padrão comum.

Parece ser hoje um lugar comum que a ciência — humana ou natural — deve ser quantitativa. Não vamos reviver agora a debatida questão de se a ciência humana pode ou não empregar os métodos utilizados pelas ciências naturais; nem se as ciências humanas podem deixar de lado a noção de valor. O problema aqui focalizado é saber se a análise qualitativa de caráter nacional é aceitável, até onde se pode pensar que as diferenças, para ser consideradas, devem resultar de medidas.

Exemplos de análises concretas nos permitem apreender com exatidão os termos do problema proposto. Quando Mead afirma que a cultura americana tem como característica fundamental o ser uma cultura moral, estará fazendo uma afirmação quantitativa ou qualitativa? Se a afirmação é qualitativa, estamos diante de afirmação errada, pois evidentemente tôdas as culturas apresentam princípios morais. Se, de outro lado, a afirmação é quantitativa, isto é, se admite apenas que a cultura americana dá maior importância aos aspectos morais que a outras culturas conhecidas, então seria necessário provar a medida dessa proporção ou dessa

(62). — Lloyd Warner — *The Structure of American Life*, pg. 7.

(63). — — Op. cit., pg. 8. Warner, aliás, interpreta o sentimento das classes mais altas como resultado de projeção de sua fantasia sobre a classe social mais baixa. Neste caso, evidentemente, existiria caráter nacional, pois todos, de uma forma ou de outra, participariam dos mesmos sentimentos ou padrões.

diferença. Da mesma forma, quando Ruth Benedict afirma que o japonês é um povo contraditório, ou capaz de aceitar valores antagônicos, seria preciso provar que outros povos não apresentam o mesmo traço (se a afirmação fôr qualitativa) ou o apresentam em menor proporção que o japonês (se a afirmação pretende ser quantitativa).

Aparentemente, portanto, a solução seria o emprego da quantificação. Esta, por sua vez, apresenta uma dificuldade até agora intransponível que é a possibilidade de encontrarmos padrões homogêneos para realizar as medidas. Mesmo em domínio aparentemente mais simples, como é o caso da medida da opinião pública, tem sido impossível garantir a homogeneidade (64). Sem esta, é certo que a medida não tem valor ou significação e as comparações serão absurdas.

Na realidade, as dificuldades aqui apresentadas e que condenariam ambas as formas de análises, não nos parecem insuperáveis, mas apenas estágio inevitável por que deve passar a pesquisa de um aspecto da vida psicológica ou social.

As ideologias e os estereótipos como forma de descrição do caráter nacional: limites e intenção do estudo

Ao lado da análise direta do caráter nacional, realizável, como vimos, através de técnicas psicológicas e antropológicas, é possível tentar a sua descrição indiretamente, analisando as ideologias e os estereótipos apresentados, pelos indivíduos de um país, a respeito de seu povo. Pode-se pensar também que a própria maneira de ver a psicologia de um povo é um traço de determinado caráter nacional, assim como — se a analogia pode ser formulada sem muita margem de erro — a maneira de ver a si mesmo é um traço importante de personalidade.

(64). — Buchanan and Cantril — *How nations see each other: a study in public opinion*.

Assim, se o americano se vê como um povo generoso (65), podemos pensar que, mesmo não sendo verdadeira esta idéia, tem significação na vida americana, na sua maneira de estabelecer relações com outros povos, na sua atitude diante da nação, de suas instituições. As ideologias são, desta forma, significativas, se pensarmos na política de um país, no seu sistema educacional, pois as teorias formuladas nestes campos são inevitavelmente afetadas pela idéia que fazemos de nós mesmos. A idéia de **índole nacional** tantas vezes repetida nas discussões políticas, tantas vezes apresentada como desculpa ou justificação para nossos comportamentos, aparece não apenas nas discussões diárias — sem teoria — mas também nas ideologias. O **descaso** pela situação nacional, o **desinteresse**, ao menos aparente, com que a vida brasileira é vista, o **alheamento** do povo das questões **fundamentais** da nação, são também mais claramente compreendidos quando verificamos a idéia que o brasileiro faz de si mesmo.

Estudos desse tipo não tem sido, entretanto, numerosos, provavelmente porque o método para realizar a pesquisa é necessariamente impreciso e, além disso, psicólogos e antropólogos têm preferido lidar com realidades, aparentemente mais simples que interpretações de realidades. Mais, tem-se procurado na ideologia um retrato fiel ou infiel de um povo, esquecendo-se de que ela é, em si mesma, um dos traços desse retrato.

Compreende-se assim que se tenha suposto a interpretação do estrangeiro como mais verdadeira ou mais fielmente traduzindo determinada realidade nacional. Henry Steele Commager expôs muito claramente este ponto de vista, dizendo: "It might be supposed that they (os estrangeiros) could tell us little that we did not already know. Yet such a supposition, however logical, runs contrary to experience: biographies are usually more revealing than autobiographies and portraits than photographs" (66). Mas o próprio Commager

(65). — Clyde Kluckhohn — *Mirror for Man*, pg. 320.

(66). — Henry S. Commager — *America in Perspective*, pp. XIV.

lembra a frase de Maurois para quem “um povo é um espelho no qual cada viajante contempla sua própria imagem” (67). Esta suposição, capaz de levar alguns a pensar que a interpretação de um povo por outro se aproxima das técnicas projetivas, mereceria provavelmente um desenvolvimento maior, mas aqui nos limitamos a lembrar os seus aspectos fundamentais e as dificuldades que apresenta. Para uma verificação desta hipótese, seria necessário discutir as funções em ação nas técnicas projetivas; depois disso, o primeiro passo seria verificar até onde os indivíduos de uma mesma cultura concordam em suas interpretações de outra cultura e, de outro lado, até que ponto indivíduos de cultura diferente apresentam interpretações semelhantes ou idênticas de determinada cultura. Apenas depois destas verificações preliminares, poderíamos aceitar a idéia de **projeção** como capaz de explicar as interpretações das várias culturas nacionais. Sem estas verificações, essa hipótese é gratuita, provavelmente contrária aos fatos.

Lembramos esta possibilidade de interpretação para indicar que, se o membro de uma cultura tem uma perspectiva **falseada** ou **condicionada** por sua posição participante, o **estranho sociológico** tem também uma perspectiva própria — talvez tão falseadora quanto a primeira — que é a sua própria cultura.

Tais verificações nos permitem localizar, e de certa forma justificar a intenção de nosso estudo. Apenas como questão secundária nos interessará neste trabalho verificar uma possível coincidência entre o estereótipo ou a ideologia e a realidade do caráter nacional brasileiro. O exame dessa correspondência, se o quisermos independente de puro impressionismo ou opinião pessoal, deverá levar em conta tantos fatores e tais suposições teóricas, que seríamos levados a examinar apenas êsse campo em todo o nosso trabalho. Entretanto, indicaremos alguns fatos para o estudo dessa correspondência.

(67). — *Loc. cit.*

Mas, dizíamos, a maneira de um povo ver a si mesmo é um traço de seu caráter nacional, corresponda ou não, sua interpretação, à realidade. Assim, quando o brasileiro se considera “bondoso” (v. parte III), isto pode não ser verdade (isto é, talvez o brasileiro não seja bondoso), mas esta idéia do brasileiro a seu respeito é traço do caráter nacional brasileiro. Infelizmente, bem percebemos a limitação do estudo a ser realizado, pois certamente um traço cultural, assim como um traço de personalidade, somente num contexto adquire significação. Provavelmente não chegaremos a entender a importância de um traço, se não podemos localizá-lo em determinada estrutura de caráter nacional. Apenas numa hipótese se poderia supor a consideração de um traço como fundamental: se admitirmos que os traços se **organizam** em torno ou em função de um predominante, e capaz de explicar todos os outros. Se pensamos no estudo de Schaffner sobre os alemães, veremos que é esta, grosso modo, sua perspectiva: o autoritarismo na família alemã seria capaz de explicar todos os outros aspectos da vida alemã ou do caráter alemão. Nem é outra a consideração encontrável nas tipologias, onde um traço nos permitiria compreender a personalidade, pois esta se **organiza** em função desse traço fundamental (assim, a classificação como introvertido ou extrovertido permitiria prever a personalidade ou o conjunto de traços de uma personalidade). De modo semelhante, poderíamos pensar que a forma de um povo ver a si mesmo é traço fundamental para o caráter desse povo, e seria o núcleo em torno do qual se agrupariam todos os outros traços. Mas esta é uma hipótese que necessita um acúmulo muito maior de provas a seu favor, para ser corretamente formulada.

De uma forma ou de outra, esta é uma limitação séria de nosso estudo, admissível, entretanto, se pensamos que nos falta ainda, nas ciências humanas, uma teoria suficientemente ampla, capaz de englobar todas as análises particulares e dar sentidos às pesquisas realizadas em campos diferentes.

SEGUNDA PARTE

OS IDEÓLOGOS DO CARÁTER NACIONAL BRASILEIRO

Ideologia e Literatura; distinção entre os dois níveis

Analisamos as teorias mais significativas de brasileiros, formuladas sobre o nosso caráter nacional, no período compreendido entre 1900 a 1950.

Analisamos unicamente os estudos apresentados como descrições do caráter brasileiro, deixando de lado, portanto, as referências incidentais às nossas características coletivas, feitas por poetas e prosadores. Também não foram analisadas as descrições feitas por viajantes que procuraram explicar ou simplesmente enumerar os traços psíquicos nacionais. Na poesia, são mais ou menos freqüentes as referências às nossas características coletivas. Por exemplo, “Música Brasileira” de Olavo Bilac e “Noroeste” de Ribeiro Couto.

De Bilac:

Tens, às vêzes, o fogo soberano
Do amor: encerras, na cadência, acesa
Em requieiros e encantos de impureza
Todo o feitiço do pecado humano.

Mas sobre essa volúpia, erra a tristeza
Dos desertos, das matas, do oceano;
Bárbara poracé, banzo africano,
E soluços de trova portuguesa.

Ês samba e jongo, chiba e fado, cujos
Acordes são desejos e orfandades
De selvagens, cativos e marujos:

E em nostalgias e paixões consistes,
Lasciva dor, beijo de três saudades
Flor amorosa de três raças tristes (1).

(1). — Olavo Bilac — *Poesias*, pg. 287.

De Ribeiro Couto (referindo-se aos bandeirantes)

“Oh, raça misteriosa,
Raça migratória e expansionista
Raça temerária que quer enriquecer
E invade mundos irrevelados,
Sem esperança de solidariedade nenhuma,
Sem saber quantas tribos ferozes estavam na frente,
Sem saber se era possível voltar!
Oh, raça insatisfeita de fronteiras,
Raça tósca, enérgica, decisiva,
Raça incendiada de ambições construtoras!
Nasceu dela essa gente que regressa agora,
Tem na alma, adormecida por três séculos,
A mesma audácia persistente e sem juízo
Que outrora fêz o espanto da burocracia colonial” (2).

Na prosa, a caracterização de Machado de Assis: “Ora, é certo que nós não damos para reuniões. Não me repliquem com teatros nem bailes; a gente pode ir ou não a êles, e se vai é porque quer, e quando quer sair, sai. Há os ajuntamentos de rua, quando alguém mostra um assovio de dois sopros, ou um frango de quatro cristas . . . O que não podemos tolerar é a obrigação. Obrigação é eufemismo de cativo: tanto que os antigos escravos diziam sempre que iam à sua obrigação, para significar que iam à casa dos senhores. Nós fazemos tudo por vontade, por escolha, por gosto; e, de duas uma: ou isto é a perfeição final do homem, ou não passa das primeiras verduras. Não é preciso desenvolver a primeira hipótese; é clara de si mesma. A segunda é a nossa virgindade; é preciso aceitar a teoria de Rousseau: o homem nasce puro. Para que corromper-nos? (3)

Ou a deliciosa descrição de A. Alcântara Machado:

“O brasileiro tem a suscetibilidade aguda de uma menina de quinze anos. Qualquer coisinha o fere. Por qualquer motivo fica de burro e fecha-se no quarto batendo a porta e engulindo soluços.

(2). — Ribeiro Couto — *Dia Longo* — Poesias escolhidas, pg. 208 (publicado in *No-
roeste*, 1932).

(3). — Machado de Assis — *A Semana*, 1.º vol. (1892-1897 — obras completas, W. M. Jackson, Inc., pg. 47).

Suscetibilidade de povo adolescente. Falta de traquejo internacional. Caipirismo. Em tudo enxerga uma afronta. Vive desconfiado. De ouvidos bem atentos que é para ver se estão falando mal dêle” (4).

Ainda na literatura, embora num livro de memórias, esta passagem cruel de Graciliano Ramos:

“Embora não me restasse ilusão, a franqueza nua abalou-me: sem papas na língua, suprimiam-nos de chofre qualquer direito e anunciavam friamente o desígnio de matar-nos. Singular. Constituíamos uma sociedade numerosa, e não tínhamos nenhum direito, nem ao menos o direito de viver. Esquisita afirmação. Várias pessoas estavam ali sem processo, algumas deviam quebrar a cabeça e perguntar por que as tratavam daquele jeito; não havia julgamento e expunham claro o desejo de assassiná-las. Não nos faziam ameaça vã, como notei depois. Atenazavam-me as palavras do caolho: todos iguais, nenhum direito, os soldados podiam jogar-nos impunemente no chão, rolar-nos a pontapés. E finar-nos-íamos devagar. Isso me trouxe ao pensamento a brandura de nossos costumes, a índole pacífica nacional apregoada por sujeitos de má fé ou idiotas. Em vez de meter-nos em forno crematório, iam destruir-nos pouco a pouco. Certamente era absurdo responsabilizar o Brasil, quarenta milhões de habitantes, pela sentença do zarolho. Ali dentro haveria pessoas bem intencionadas, mas não valeriam muito na engrenagem que nos agarrava” (5).

Também não analisamos as descrições de estrangeiros. Entre estas, lembrariamos êste trecho de André Siegfried:

“Un exportateur de Philadelphie s'étonnait devant moi qu'au Brésil, en Argentine, il fallût, pour gagner un client, commencer pour s'en faire un ami! Le “personnalisme” est en effet partout, et nous avons vu la place, presque pathologique, qu'il tient dans la politique” (6).

(4). — Alcântara Machado, *Cavaquinho e Saxofone* (solos), 1926-1935, pg. 69.

(5). — Graciliano Ramos — *Memórias do Cárcere*, 3.º vol. pgs. 80-81.

(6). — André Siegfried — *Amérique Latine*, 4a. edição (a 1a. é de 1934) pg. 148.

E não estendemos a análise a essas manifestações intelectuais, porque, decorrendo de níveis tão diversos, não podem ser consideradas no mesmo plano em que estão colocadas as análises específicas do caráter nacional.

Os autores estrangeiros, compreende-se imediatamente, estão numa perspectiva diferente e não podem ser considerados sob o mesmo ponto de vista. Podemos considerá-los como um observador estranho e com mais possibilidade de verificar corretamente o comportamento (7); podemos, inversamente, supor, como André Maurois, que “um povo é um espelho no qual cada viajante contempla sua própria imagem” (8). De uma forma ou de outra — admitindo-se no estrangeiro menor ou maior precisão — está num plano diverso.

Quanto à literatura, a distinção se faz com dificuldade bem maior. As citações que fizemos anteriormente foram selecionadas por referências a traços descritos pelos ideólogos do caráter nacional.

A idéia de um povo triste, que aparece em Bilac, é também exposta por Paulo Prado; a incapacidade de associação, indicada por Machado de Assis, poderá ser encontrada em Sérgio Buarque de Holanda; a sensibilidade, ridicularizada por Alcântara Machado, será notada igualmente por Fernando de Azevedo; as palavras de Graciliano, criticando a idéia da “índole pacífica” do brasileiro, encontram seu alvo nas teorias de Gilberto Freyre e Fernando de Azevedo.

Por que, diante desses exemplos, naturalmente multiplicáveis, não estudar tôdas as idéias sobre o caráter nacional, nas suas várias formas?

A favor dessa forma de estudo encontramos vários argumentos.

Primeiramente, seria possível considerar tôdas essas manifestações como **crenças** e estudá-las sob essa forma. Este o sentido dado ao termo por Krech e Crutchfield e seria talvez, adequado ao nosso estudo: “The term belief will be used in a generic sense to include knowledge, opinions, and faith. There

(7). — Gunnar Myrdal — *An American Dilemma*, pg. XVIII.

(8). — Apud Commager, H. S. — V. Parte I, pg. 75.

are observable differences among what we call knowledge, opinion and faith, but there is a common set of factors governing them, and a common set of characteristics in terms of which they can be described" (9).

Outro argumento, seria a dificuldade de separar, nitidamente, a expressão literária da teoria sociológica ou de psicologia social. Dificuldade tanto maior quando se sabe que "as melhores expressões do pensamento e da sensibilidade têm assumido quase sempre, no Brasil, forma literária. Isto é verdade tanto para o romance de José de Alencar, Machado de Assis ou Graciliano Ramos; para a poesia de Gonçalves Dias, Castro Alves ou Mário de Andrade; quanto para livros de história e sociologia, como *Um Estadista do Império*, de Nabuco, *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre" (10).

Finalmente, poder-se-ia supor uma unidade em manifestações de uma mesma época e de um mesmo lugar.

Não afastemos a possibilidade de fazer um estudo englobando tanto a literatura como o que denominamos ideologias. Observe-se, no entanto, que essas manifestações são perfeitamente distintas. Admita-se que sua forma de expressão seja igual (fato apontado por Antônio Cândido); admita-se que podem chegar a conclusões idênticas (apontamos, linhas atrás, a aproximação entre as idéias apresentadas na literatura e as dos ideólogos); permanecerá a diferença quanto à sua intenção, quanto às origens de suas afirmações.

Estas diferenças nem sempre têm sido consideradas: assim, a literatura é usada, largamente, seja na exemplificação de fenômenos, seja como ponto de partida ou sugestões para as teorias, bastando lembrar a utilização, feita por Freud, da literatura. Mas, se o uso da literatura tem trazido contribuições à ciência, é também responsável por uma série de equí-

(9). — David Krech and Richard S. Crutdfield — *Theory and Problems of Social Psychology*, 1948, pg. 151.

(10). — Antônio Cândido de Mello e Souza — *A Literatura Brasileira no século XX*, mimeografado, pg. 3.

vocos, decorrentes de um critério obscuro ou impreciso na distinção entre obra literária e obra científica.

Deixemos de lado a literatura como sugestão para uma teoria, pois aqui desempenha o mesmo papel que qualquer objeto do mundo social ou físico: é uma sugestão, uma forma de pensar ou interpretar transposta para a teoria. E' o caso da lenda de Édipo. E' a descrição de D. Quixote.

Analisemos o emprêgo da literatura como exemplificação de fenômenos e como objeto de estudo. Na exemplificação de fenômenos, a literatura tem uma função preferentemente didática: aliás, é assim empregada por Armand Cuvillier, no seu clássico *Manual de Filosofia*. Aqui, o trecho literário ou a interpretação artística não podem servir como critério de verdade. Apenas ilustram uma afirmação científica, podem torná-la mais acessível.

Mais difícil é a utilização da literatura como objeto de estudo da Psicologia e da Sociologia.

Além da questão metodológica, enfrenta-se aqui, inevitavelmente, o problema do objetivo do autor, e do conteúdo e forma de sua obra, integralmente relacionados. A forma literária torna difícil uma interpretação rigorosa ou indiscutível, as mesmas palavras assumem significados diferentes.

O objetivo pode não ser a descrição da realidade; mesmo quando tenha essa intenção, o autor poderá mover-se dentro de regras mais ou menos rígidas.

Dizendo de outra forma, o aspecto fundamental a ser considerado é a relação entre a realidade, vivida ou intuída pelo autor, e a obra literária.

Dois exemplos de análises, no campo da Psicologia, demonstram a importância desta relação.

Viola Klein (11) e Helena Deutsch (12) utilizam a obra literária num meio termo entre o que denominamos de **ilustração** de um fenômeno e a sua análise como objeto de estudo.

(11). — Viola Klein — *The Feminine Character, History of an Ideology*, pgs. 181-207.

(12). — Hélène Deutsch — *La Psychologie des Femmes*, trad. da 7a. ed. ingl. por Hubert Benoit, 1.º vol. pg. 304-308.

Viola Klein analisa, em apêndice a seu livro, o romance **A Geração Rebelde** de Amers-Küller. A autora não admite a literatura como forma objetiva de descrição, mas admite sua análise como forma útil para a compreensão do clima mental de uma época. A escolha de **A Geração Rebelde** se faz porque nessa novela aparecem três gerações e também porque suas principais personagens são mulheres.

Viola Klein procura mostrar como as etapas descritas no romance coincidem com a descrição da época em que apareceram as teorias científicas sobre a psicologia feminina. Para a autora, **A Geração Rebelde** descreveria a mudança de situação da mulher na sociedade européia, apresentando o mesmo quadro que vai servir de fundamento para o aparecimento das teorias científicas.

Helena Deutsch analisa **Os Caminhos do Amor**, de Alexandra Kollontay, supondo que, como líder da Revolução Russa de 17, a autora teve oportunidade de conhecer muito de perto histórias de vida das mulheres da época. Como **A Geração Rebelde**, **Os Caminhos do Amor** narram a história de três gerações. Além disso, ambos os romances historiam os conflitos de gerações; mas enquanto a intenção do livro de Kollontay é retratar os conflitos de gerações, Deutsch procura interpretar os mesmos conflitos como consequência de motivos psicológicos profundos. Para ela, as ideologias são apenas máscaras diversas para o mesmo conflito, ou expressões formalmente diversas de personalidades tipicamente semelhantes. Em outras palavras, para o psicanalista, as condições de vida social dão apenas expressão diferente à vida psíquica não a determinam.

Que podemos notar com tais exemplos? Que a obra literária permite interpretações contrárias, e estas dependem de teorias antecipadamente aceitas. Em outras palavras, procura-se na literatura uma confirmação para a teoria admitida como correta; sua análise não permite um avanço da ciência. Além disso — e mais importante, talvez — as possibilidades de interpretação são inúmeras, tirando à literatura qualquer significação de realidade indiscutível.

O exemplo nos adverte do perigo de se utilizar a literatura como objeto de estudo, isto é, como realidade ou representação da realidade a ser analisada.

Poder-se-ia entretanto pensar que as descrições encontradas nos literatos podem ser analisadas como crenças (no sentido de Krech e Crutchfield, já indicado) e apresentadas no mesmo nível das afirmações ideológicas. Isto seria possível se a literatura tivesse a intenção de apresentar a realidade ou a maneira de sentir ou pensar do autor. Acontecerá isto?

Algumas afirmações de escritores indicam justamente o contrário. “A arte moderna é toda de análise, de experiência, de comparação. A antiga inspiração que em quinze noites de febre criava um romance é hoje um meio de trabalho obsoleto e falso. Infelizmente já não há musas que insuflam num beijo o segredo da natureza! A nova musa é a ciência experimental dos fenômenos — e a antiga, que tinha uma estrêla na testa e as vestes alvas, devemos dizê-lo com lágrimas, lá está armazenada a um canto, sob o pó dos anos...” (13).

Neste trecho, observamos duas coisas: a idéia de apresentar a realidade na arte, e a afirmação de que o romantismo utilizava exclusivamente a fantasia.

Num outro texto, de Euclides da Cunha, notamos um objetivo diferente, embora próximo do de Eça: “O artista de hoje é um vulgarizador das conquistas da inteligência e do sentimento ... Resta-lhe, para não desaparecer, uma missão difícil: descobrir, sobre as relações positivas cada vez mais numerosas, outras relações mais altas em que as verdades desvendadas pela análise objetiva se concentrem, subjetivamente, numa impressão dominante ...” (14).

Certamente, não é relevante, no presente contexto, verificar se essa intenção se realiza ou não; sua importância está no fato de apresentarem, Eça de Queiroz e Euclides da Cunha, formas diferentes de entender a relação realidade-literatura.

(13). — Eça de Queiroz — *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e mais Páginas Recolhidas*, pg. 179.

(14). — Euclides da Cunha — *Contrastes e Confrontos*. 8a. ed. pg. 41.

A existência de objetivos diferentes torna extraordinariamente difícil verificar-se até que ponto a arte exprime o sentimento ou as crenças dos autores. Mesmo na história ou na crítica literária êsse problema aparece. E os românticos brasileiros constituem um exemplo esplêndido dessa dificuldade.

Duas análises da vida de Casimiro de Abreu e da relação de sua vida com sua poesia, indicam formas diferentes de apreciação: “Espontaneidade, ardor muitas vezes irrefletido, expansão fervente de todos os sentimentos que lhe abraçavam a alma; eis o que temos a admirar nas poesias que Casimiro de Abreu escrevia sobre o joelho, quando o abraçava uma louca paixão, quando o salteava um fúnebre pressentimento” (15). “O tema de destêrro, da pátria distante, das “canções de exílio”, sentido embora, seria também literário. Portugal daria ainda imagens e impressões e os “carvalhos”, “choupas”, “calhandras” de que fala o poeta. Passear por terra estranha, onde nos festejam, hoje é prazer, procurado. Casimiro transpôs tudo em saudade, nos seus versos. Todo o êrro de biógrafos e amorosos do poeta vem de que tomam literatura como realidade” (16).

E’ fácil observar que Pinheiro Chagas admite a **sinceridade** de Casimiro, enquanto Afrânio Peixoto, pelo menos, a põe em dúvida.

Continuando o exemplo, se pretendêssemos analisar o sentimento de amor nos românticos, poderíamos acaso tomar essas poesias como apresentando a realidade psicológica da época? Não deveríamos antes considerá-las como exprimindo o ideal afetivo de uma época, distante da realidade?

Haveria ainda, a considerar, a verificação da aceitação de uma obra de arte, mas isto nos levaria muito longe nesta exposição (17).

(15). — Pinheiro Chagas — in *Obras Completas de Casimiro de Abreu*, 5a. ed., Garnier, 1877, pg. 66. . . .

(16). — Afrânio Peixoto — introdução à edição fac-similar de *As Primaveras*, de Casimiro de Abreu, Instituto Nacional do Livro, Rio, 1945, pg. xi.

(17). — L. L. Schucking — *The Sociology of Literary Taste*, trad. inglesa, 3a. ed., 1950 (a 1a. alemã é de 1931).

Pretendemos apenas indicar que, diante da obra literária nem sempre é possível admitir os mesmos princípios admitidos no exame de obras cujo objetivo é descrever a realidade (18). Assim, não é possível considerar as manifestações literárias como pertencendo ao mesmo nível das teorias explicitamente dedicadas à descrição ou explicação do caráter nacional brasileiro (19).

Essa distinção de níveis diferentes, feita por nós, não implica a suposição de níveis falsos e outros verdadeiros; já vimos, inclusive, a existência de afirmações semelhantes ou iguais dentro de obras de caráter bem diferente.

Resumindo o que vimos dizendo, a literatura e o que denominamos ideologia se distinguem pela sua intenção. Embora em alguns casos o artista possa ter a intenção de descrever a realidade, em outros não ocorre a mesma coisa. O ideólogo, ao contrário, tem sempre a intenção de descrever as características reais do brasileiro. O emprêgo que aqui se faz do termo ideologia é, certamente, impreciso, e foi utilizado à falta de outro termo capaz de traduzir o sentido de **uma descrição que nem sempre se fundamenta em observações cientificamente conduzidas**. Esta característica poderá ser observada mais adiante, quando procurarmos interpretar descrições do caráter nacional brasileiro. Supomos que esse emprêgo do termo é justificado quando pensamos que Viola Klein, por exemplo, utilizou-o para referir-se às teorias sobre psicologia feminina.

A ideologia e os fatores extra-teóricos

Além de limitar este estudo às teorias brasileiras explicitamente referentes à análise do caráter nacional, fazemos ainda outra limitação: não relacionar, a priori, as teorias à vida social brasileira, ou à situação do teórico dentro da sociedade.

(18). — Para análise dessa variação, na literatura européia, veja-se Erich Auerbach — *Mimesis: la representación de la realidad en la Literatura Occidental*, trad. espanhola, 1950 (a 1a. alemã é de 1942).

(19). — Um exemplo onde se poderia examinar essa variação é em Bilac; na prosa apresenta descrições diferentes das que sugere na poesia.

Esta tomada de posição não é arbitrária. E como aparentemente contraria algumas das mais ponderáveis tendências do pensamento contemporâneo, é necessário justificá-la.

Não partimos da suposição de que a **teoria** (qualquer que seja o seu nível intelectual) independa da situação existencial do sujeito cognoscente. Muito ao contrário, parece estar fora de dúvida a larga participação das condições de vida na formulação de uma **teoria**, na origem de uma **atitude** ou da **fé**.

Essa participação tem sido afirmada, mas não é corretamente conhecida a sua natureza, como não é conhecida a natureza do **fundo de verdade**, talvez existente na **teoria** ou nos estereótipos.

Até que ponto existe influência das condições de vida sobre a forma e o conteúdo das idéias? A partir de onde, e por que processo, podemos chegar a ultrapassar as limitações impostas pelas condições existenciais? Ou não será possível ultrapassá-las?

O exame de uma questão concreta nos apresenta esses problemas de uma forma bem viva.

Se analisamos o preconceito anti-semita verificamos a existência de todas essas dificuldades, quando pretendemos compreender as **teorias**, as **atitudes**, a **fé** envolvidas nas respostas. Poderemos admitir o mesmo grau de validade para o preconceito formulado popularmente e a teoria racista? Como podemos saber que uma teoria (ou uma atitude) é **neutra** ou **parcial**? Qual o critério existente para afirmar que as teorias explicativas do preconceito não apresentam, elas mesmas, uma outra forma de preconceito? Poderemos admitir, por outro lado, a impossibilidade de uma resposta, afirmando a inexistência de uma verdade válida para todos, e válida apenas para determinados grupos em determinadas condições histórico-sociais?

Estas perguntas poderão ser respondidas apenas através do exame das teorias, apresentadas como científicas, de sua relação com as formas populares de entender os problemas.

Sem dúvida, a possibilidade de enfrentar essas questões existirá somente quando estivermos certos de uma independência com relação aos fatores extra-teóricos do pensamento, pois “it is impossible to make any meaningful statement about the existential determination of ideas without having an Archimedean point beyond all existential determination” (20).

Na realidade, é impossível fugir a esta afirmação básica: não posso admitir a determinação existencial das idéias ou teorias sem cair, imediatamente (ou ao mesmo tempo), em contradição (21).

Entretanto, a verificação de tendências contraditórias no pensamento, tem levado às mais diversas afirmações relativistas, fundadas, certamente, em princípios inaceitáveis, mas nem por isso mesmo sedutoras ou difundidas. Como a confirmar tais teorias, o relativismo aparece em épocas caracterizadas pelas mudanças bruscas, pela maior instabilidade nas instituições (22).

Será acaso impossível superar essa posição na teoria do conhecimento, não apenas através da refutação dialético-formal de que fala Heidegger, mas pela verificação dos vários aspectos de conteúdo e forma de uma proposição ou teoria?

Talvez não, e talvez as teorias relativistas estejam certas quando afirmam a **condicionalidade** do pensamento, er-

(20). — Ernst Grünwald, *Das Problem einer Soziologie des Wissens*, pg. 206, apud Karl Mannheim, *Essays on the Sociology of Knowledge*, intr. de Paul Kecskemeti, pg. 29.

(21). — O problema, entretanto, foi renovado por Heidegger: “Um cético não pode ser refutado, como também não pode ser provada a existência da verdade. O cético, se o é de fato, na maneira de negar a verdade, tampouco precisa ser refutado. Na medida em que é, e compreende esta sua existência, extinguiu, no desespero do suicídio, o ser, e com este a verdade. A verdade, e sua necessidade, não podem ser provadas, porque o ser não pode ser para si mesmo objeto de prova. Como não se prova que existam verdades eternas, também não se provou que jamais tenha existido um cético real como admitem, no fundo, as refutações do ceticismo, apesar da tarefa que se propõe. Talvez tenham existido mais frequentemente do que imaginam os inocentes ‘golpes de mão’ dialético-formais contra o ceticismo”. Martin Heidegger, *El ser y el Tiempo*, trad. de José Gaos, pg. 262-263.

(22). — Análise in J. Hessen — *Teoria del Conocimiento*, trad. esp. de José, Gaos, Losada, Buenos Aires, 1947, pg. 44-48.

rando ao atribuir a tôdas as formas de conhecimento o mesmo grau de certeza ou validez.

Explicitando: o fato de estabelecer ou verificar que alguns níveis de conhecimento (por exemplo, os estereótipos) exprimem ou revelam a interferência de fatores extra-teóricos, não implica a afirmação de que tôdas as formas de conhecimento estejam sob as mesmas condições. Aliás, se a condicionalidade do pensamento fôsse igual para todos os graus ou níveis de conhecimento, essa verificação seria impossível, o teórico recebendo as mesmas influências perturbadoras (23).

Esta necessidade de distinguir claramente os vários níveis de conhecimento não tem sido suficientemente considerada e, conseqüentemente, não se delimitam as esferas de ciência e conhecimento espontâneo, considerando-os como decorrência de fatores sociais ou culturais. Lembraríamos, como exemplo, esta saborosa passagem de Gorer: "To repeat, the personality is viewed as a commodity, a raw material; and like other raw materials it can be manipulated, transformed, studied. Many of the more recent developments of American psychology, both industrial and academic, have such a point of view concerning personality among their underlying assumptions; and, in the accounts of theories and experiments, both specialized and popular, the number of metaphores and descriptions of human behaviour drawn from machines is remarkable and consistent" (24). Entre essas teorias, o autor lembra as de Elton Mayo, Kurt Lewin e o comportamentismo. Embora afirmando que a inclusão dessas teorias não implica uma crítica ao seu mérito, supõe-se, aqui, a interferência de um traço da vida social americana nas teorias científicas.

(23). — Não seria fora de propósito lembrar que os estudos de psicologia social, americanos, aceitam, implicitamente, esta posição, no estudo justamente de estereótipos e atitudes (por ex. Theodore M. Newcomb, *Social Psychology*, Tavistock Publications Ltd., 1952, cps. II e III); sua insuficiência reside no fato de não relacionar a teoria com os motivos e normas sociais.

(24). — Geoffrey Gorer — *The Americans*.

Supomos que a elaboração teórica mais adequada do problema foi a realizada por Mannheim. Por isso, a fim de situar teoricamente nosso estudo, indicamos os vícios de sua teoria; utilizamos também, o estudo de Viola Klein, feito sob a direção de Mannheim, e empregando o seu método. A tese de Viola Klein é significativa, na medida em que enfrenta as dificuldades implícitas na teoria de Mannheim.

Num dos seus escritos mais conhecidos, o artigo **Sociologia do Conhecimento**, Mannheim, aparentemente, procura uma forma de superar o relativismo: “Só assim — encontrando critérios para determinar as relações entre pensamento e ação, e desenvolvendo uma teoria sobre os fatores não teóricos que condicionam o pensamento — podemos ter esperança de suplantar a forma vaga, mal digerida e estéril do relativismo no tocante ao conhecimento científico” (25).

Em outro trecho de “Ideologia e Utopia” temos também a impressão de um objetivo acima do relativismo: “Attingir-se-á um novo tipo de objetividade nas ciências sociais, não pela exclusão dos julgamentos de valor, mas tomando consciência deles, analisando-os criticamente e controlando-os” (26).

Mas, ao mesmo tempo, encontramos esta afirmação, tipicamente relativista: “uma teoria moderna do conhecimento que toma em consideração o caráter relacional, distinguindo-o do caráter apenas relativo de todo o conhecimento histórico, deve partir da premissa de que existem esferas do pensamento nas quais é impossível conceber verdades absolutas, independentes dos valores e posições do sujeito e sem relação com o contexto social. Nem mesmo um deus poderia formular, a propósito de um tema histórico uma proposição do tipo $2 \times 2 = 4$, pois o inteligível, na história, só pode ser formulado com referência a problemas e construções conceituais surgidos, eles mesmos, do fluxo da experiência histórica” (26).

(25). — Karl Mannheim — *Ideologia e Utopia*, trad. de Emilio Willems, Editora Globo, pg. 245.

(26). — Idem — pg. 5.

(27). — Ibidem — pg. 73.

Haveria, acaso, alguma possibilidade de superar essa contradição? Não o cremos: e basta passar para uma aplicação concreta dos conceitos de Mannheim, para verificar que não foi possível a conciliação entre o relativismo e a aceitação de uma verdade universalmente válida.

Tomemos como exemplo o estudo de Viola Klein, a que já nos referimos: "Truth in social matters presents itself in terms of various **perspectives**. By the method of a Sociology of Knowledge these **perspectives** are exposed to criticism and, as times goes on, an ever rich "integration **sui generis**" of these aspects becomes possible by an ever fuller understanding of their partiality. Relativism is thereby avoided, and a theory of "Relationism" established which takes account the fact that knowledge of social matters is connected with the social and cultural background" (pg. 3).

Depois de ter afirmado que as teorias examinadas eram justificações racionais de atitudes emocionais, acrescenta: "Only after all these influences have been revealed, and a comparison between the many ways of approach to the problem of femininity has been made, will a really sound and well-founded judgment on the elusive "feminine character" be possible".

Também aqui, vemos imediatamente, continua a contradição já apontada em Mannheim: o estudo das influências irracionais nos permitirá discernir e superar o relativismo; ao mesmo tempo não sabemos como evitar a nossa própria perspectiva. Em outros termos, como poderemos estar certos de que o método por nós empregado não é também uma justificação racional de atitudes emocionais? Ora, se supusermos que a Sociologia do Conhecimento é apenas mais uma perspectiva, então suas afirmações, dependentes de condições extra-teóricas, não podem pretender validade universal. Neste caso, uma pessoa ou um pesquisador que não esteja nas mesmas condições, está impossibilitado de empregar ou aceitar o mesmo método. Se, inversamente, admitirmos que a Sociologia do Conhecimento nos permite independência com

relação às várias perspectivas, então seria necessário provar de que forma se chegou a essa independência; esta, necessariamente, por outro lado, seria uma prova da falsidade da teoria.

Isto não significa a impossibilidade de chegar a encontrar motivos extra-teóricos, condicionando ou determinando o pensamento no campo das ciências humanas. Significa, entretanto, que não posso admitir a inevitabilidade da perspectiva, sob pena de não poder sequer formular minha teoria.

Além disso, a existência de condicionalidade ou determinismo extra-teórico do pensamento, só poderá ser aceita quando minha explicação sobre tal condicionalidade seja válida não para um caso tomado a *posteriori*, mas permita encontrar, em vários autores que estejam sob as mesmas condições, as mesmas formulações e a manifestação dos mesmos interesses. Isto jamais foi feito, e inclusive Mannheim não parece ter conseguido sequer esclarecer até onde e como existe condicionalidade ou determinismo do pensamento.

De outro lado, demonstrada essa condicionalidade, seria necessário provar também porque, e como, o formulador de uma tal teoria está isento de influência idêntica. Sem esta demonstração, bem poderia existir uma refutação baseada em outros motivos extra-teóricos, ou exprimindo apenas a reação de outra classe social, de outra época. Dizendo de outra forma, não podemos aceitar a demonstração de uma origem extra-científica de qualquer formulação, sem provar que o demonstrador não participa dos interesses em luta, ou não apresenta apenas uma perspectiva a mais.

Com relação ao estudo que empreendemos, seria necessário demonstrar nossa independência com relação a condições que tivessem determinado as teorias encontradas sobre o caráter nacional. Isto é, não poderíamos dizer que essas teorias nasceram de condições extra-teóricas específicas, porque precisaríamos provar porque não apresentamos outra perspectiva, tão falha quanto as apontadas nos autores examinados. Seria necessário provar também que os autores que estiveram sob as mesmas condições, apresentaram teorias idênticas.

Sem dúvida, um tal resultado poderá ser encontrado, mas apenas então poderemos dizer que, neste caso particular, as condições extra-teóricas determinaram ou condicionaram o pensamento.

Faculdade de Filosofia
Clências e Letras
Biblioteca Central

Affonso Celso — PORQUE ME UFANO DE MEU PAÍS
(1900)

A intenção explícita do autor (28) foi escrever um livro a fim de ensinar o patriotismo, demonstrando os motivos pelos quais a Pátria é digna de amor (cap. I). Ao mesmo tempo é fácil perceber o sentido de réplica existente no seu livro: “ousa muita gente afirmar que ser brasileiro importa condições de inferioridade. Ignorância ou má fé: Ser brasileiro significa distinção e vantagem” (pg. 10).

Quanto à descrição das características psicológicas do brasileiro, os capítulos mais significativos são os 16, 18, 19, 20, 21, 22, que adiante resumimos.

Cap. XVI: Sexto motivo da superioridade do Brasil:
a excelência dos elementos que entraram na
formação do tipo nacional

O povo brasileiro formou-se de três elementos: o ameríndio, o negro e o português e de seu cruzamento resultou o mestiço, que constitui mais da metade de sua população. “Qualquer daqueles elementos, bem como o resultado deles, possui qualidades de que nos devemos ensoberbecer. Nenhum deles fez mal à humanidade ou a deprecia” (pg. 57). A natureza boa do indígena pode ser observada já no primeiro encontro com os europeus, em 1500 e, pondo de parte “tribus nativamente ferozes”, veremos que os indígenas estiveram sempre dispostos à melhoria. Seus atos de crueldade eram raros e, entre seus descendentes, notamos homens de alto valor.

(28). — Affonso Celso — *Porque me ufano do meu País*, Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1943, 12a. edição.

Cap. XVIII: Os Negros

Os africanos “sempre se mostraram dignos de consideração, pelos seus sentimentos afetivos, resignação estóica, coragem, laboriosidade. Devemos-lhes imensa gratidão” (pg. 65). Sempre demonstraram “instintos de independência”, mas sacrificaram-se aos seus senhores, nem sempre benévolos, mas, em todo caso, menos bárbaros que os de outros países, especialmente os dos Estados Unidos. Tais os seus serviços — tanto dos homens quanto das mulheres — que no Brasil jamais existiu preconceito de côr. Além disso, notamos também entre os negros, e seus descendentes, muitos que se sobressairam na vida brasileira.

Cap. XIX: Os Portugueses

“A história não registra notícia de um povo que, com menos recursos, mais fizesse do que o português” (pg. 68). Prestou grandes serviços à humanidade com suas navegações, “formou o Brasil e, por isso, dá mostras de injustiça e ingratidão o brasileiro que ataca ou deprime Portugal” (pg. 69). Além disso, na arte criou o “gótico manuelino” e possui “Camões, uma das sumidades do pensamento universal” (idem). Apenas uma vez foi dominado por tropas estrangeiras e, em qualquer lugar da terra, os portugueses dão mostras de “união, patriotismo, amor ao trabalho, filantropia; elevam monumentos à caridade e à instrução”.

Cap. XX: Não foi de degredados que se povoou o Brasil

Depois do que demonstraram nossos historiadores, é absurdo afirmar que o Brasil foi povoado por degredados, isto é, pela pior gente portuguesa; ao contrário, vieram para cá os melhores elementos de sua população. Certo, Portugal costumava mandar degredados para cá mas, além dos protestos de outros colonos, observamos que as famílias das capitânias não se misturavam com êsses condenados. Além disso,

o severo Código da época permitia a condenação por pequenos erros e, certamente, entre os condenados, muitos eram inocentes. “Admitindo que fôsem culpados, força é reconhecer que a transplantação os regenerou. Onde os grandes crimes dos tempos coloniais? Onde a corrupção mais profunda que a de agora e a de outros países?” (pg. 72). Mais ainda, no Brasil não observamos as crueldades semelhantes às encontradas em outros países da América. Para a colonização concorreram não só expedições militares, como colonos vindos da Europa; com D. João VI vieram milhares de fidalgos. “Mas aceitemos a origem humilde de nossa gente. Que resulta daí de desairoso? Ao contrário, glória nos advém de haveremos chegado ao que chegamos partindo de tão baixo” (pg. 73). Existem, além disso, outros exemplos de países ou impérios cuja origem foi de condenados: a Austrália e Roma.

Cap. XXI: O Mestiço Brasileiro

Do cruzamento das três raças, resultaram: o mameluco (branco e selvagem) e o cafus (selvagem e negro). Observe-se como, embora falando genêricamente de mestiço e referindo-se às três raças, Affonso Celso não faz menção ao mulato.

Ambos (o mameluco e o cafus) apresentam como qualidades: energia, coragem, espírito de iniciativa, força de resistência; como defeito, a imprevidência.

Os mestiços contribuem para a riqueza nacional, pois embora não se prestem a trabalhos sedentários, são exímios nas funções que permitem mobilidade: pescadores, vaqueiros, etc. . “Muito inteligentes, têm suas legendas, as suas cantigas ao som da viola, a sua linguagem especial” e dêles sairá futuramente a língua brasileira. Entre os mestiços notamos homens notáveis em tôdas as atividades e “São Paulo, lugar em que mais considerável se operou o cruzamento com os índios, marcha na vanguarda da nossa civilização”. (pg. 75)

Cap. XXII: Nobres Predicados do Caráter Nacional

Fisicamente, o brasileiro não é um degenerado, pois muitos têm “estatura elevada, vigor e agilidade invulgares.”

“Quanto ao seu caráter, ainda os piores detratores não lhe podem negar:

- 1.º) Sentimento de independência, elevado até a indisciplina;
- 2.º) Hospitalidade. Por isso, no interior, raramente existem hospedarias.

Muitas casas têm um quarto de hóspedes, e estes demoram-se às vêzes meses e anos, pois para o dono da casa isto é “sinal de importância, como o receber cartas numerosas no correio”;

- 3.º) Afeição à ordem, à paz, ao melhoramento;
- 4.º) Paciência e resignação;
- 5.º) Doçura, longanimidade, desinterêsse;
- 6.º) Escrúpulo no cumprimento das obrigações contraídas. “Julgar-se-ia desairado quem, no interior, alegasse prescrição de dívida”;
- 7.º) Espírito extremo de caridade;
- 8.º) Acessibilidade que degenera, às vêzes, em imitação do estrangeiro;
- 9.º) Tolerância; ausência de preconceitos de raça, religião, côr, posição, decaindo mesmo em promiscuidade;
- 10.º) Honradez no desempenho das funções públicas ou particulares.

A favor do caráter brasileiro notamos a pequena incidência de crimes, o fato de que os homens que exercem cargos públicos, desde os mais elevados até os mais humildes, saem pobres de seus postos.

Um defeito que habitualmente se aponta no brasileiro é a falta de patriotismo. Mas a acusação não tem fundamento porque, se é verdade que o brasileiro não alardeia patriotismo, sempre que necessário soube demonstrá-lo como podemos verificar nas guerras a que fomos conduzidos.

“Acusam ainda o caráter brasileiro de baldo de iniciativas, decisão e firmeza. São antes desvirtudes do que vícios inveterados. A educação as corrigirá”. A principal causa de tendências más, a escravidão, já desapareceu.

Já se disse que o “povo brasileiro é demasiado indolente para ser mau” mas apenas as facilidades da vida dispensam grande diligência e esforço.

Aparecerão quando a luta pela existência os exigir. Apesar da alegada indolência, temos progredido: “Somos, a despeito de tudo, tão adiantados como os países de condições análogas às nossas”.

Enfim, no caráter brasileiro “há saldo considerável a favor das qualidades. Nenhuma falha lhe é peculiar ou exclusiva. Tem preciosas qualidades, eminentemente sociais. Não se mostra refratário a ensinamentos, nem insuscetível de emendas. Revela disposições ótimas, fundo excelente” (pg. 79).

Nas conclusões de seu livro (pg. 161) as características do brasileiro são assim resumidas: bom, pacífico, ordeiro, serviçal, sensível, sem preconceitos, não deturpa o caráter desse povo nenhum vício que lhe seja peculiar, ou defeito insuscetível de correção. A posição do Brasil entre os outros países é sintetizada da seguinte forma: “Outros povos apenas se avantajam ao nosso naquilo que a idade secular lhes conquistou. O Brasil poderá tornar-se o que eles são. Eles nunca serão o que é o Brasil. Qual o que em absoluto nos excede? Nenhum, dadas as nossas circunstâncias, faria mais do que fizemos” (pg. 162).

PERSPECTIVA GEOGRÁFICA

Euclides da Cunha — OS SERTÕES — (1902)

E' desnecessário lembrar a estrutura de "Os Sertões" (29), um dos livros básicos da literatura brasileira na qual, segundo alguns críticos, marca o início de um novo período.

Para a descrição do caráter do brasileiro é importante a segunda parte do livro (**O Homem**), e, assim mesmo, indiretamente, pois seu objetivo é antes a descrição do sertanejo do nordeste que a análise das características psicológicas de todos os brasileiros, que aparecem em comparações.

"Não temos unidade de raça... Predestinamo-nos à formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma. Invertemos, sob este aspecto, a ordem natural dos fatos. A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social" (pg. 70). Isto se infere não apenas da heterogeneidade de nossa formação técnica, como também da variação climática no Brasil.

Em algumas regiões do Brasil — na Amazônia, sobretudo — "o português... se foga ao cruzamento, no fim de poucas gerações tem alterados os caracteres físicos e morais de uma maneira profunda, desde a tês, que se acobreia pelos soes e pela eliminação incompleta do carbono, ao temperamento que se debilita, despido das qualidades primitivas"; então, é dominado pela raça inferior (pg. 79). O mesmo não acontece em grande parte do Brasil central e do Sul.

Esta diferença reflete-se na história brasileira e na formação de duas sociedades distintas, a do Norte e a do Sul. "O paulista — e a significação histórica deste nome abrange

(29). — Euclides da Cunha — *Os Sertões* (Campanha de Canudos) 17a. ed. corr. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1944.

os filhos do Rio de Janeiro, Minas, São Paulo e regiões do Sul — erigiu-se como um tipo autônomo, aventureiro, rebelde, libérrimo” (pg. 81), o que se explica pelas condições mesológicas diferentes das do norte, onde se realizava “a anomalia de deslocar para uma terra nova o ambiente moral de uma sociedade velha” (idem).

Na história do povoamento, é fácil notar o desinteresse inicial da Metrópole pela colônia; de notar, também, que para cá vieram “homens de guerra, sem lares, afeitos à vida solta dos acampamentos, ou degradados e aventureiros corrompidos” (pg. 88). Estes cruzam-se largamente com indígenas e africanos; enquanto o mulato domina o litoral, o curiboca domina o sertão.

A região do gado já no início do século XVIII compreendia grande parte de Minas, Goiás, Piauí, Maranhão, Ceará e Bahia, e se constitui “pela mesma gente entusiasta e enérgica das bandeiras” (pg. 97). “E não nos demasiamos em arrojada hipótese admitindo que este tipo extraordinário do paulista, surgindo e decaindo logo no Sul, numa degeneração completa ao ponto de declinar no próprio território que lhe deu o nome, ali renasce e, sem os perigos das migrações e do cruzamento, se conservasse prolongando, intacta, ao nosso tempo, a índole varonil e aventureira dos avós” (pg. 98).

Êsses paulistas cruzaram-se com os indígenas, formando “uma raça de curibocas quase sem mescla de sangue africano” (pg. 99), sobre cujo caráter podemos notar a influência das reações do meio.

“A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial... O mestiço — traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares — é, quase sempre, um desequilibrado”. E “o desequilíbrio nervoso, em tal caso, é incurável: não há terapêutica para este embater de tendências antagonistas, de raças repentinamente aproximadas, fundidas num organismo isolado” (pg. 108). “... O mestiço — mulato, mame-luco ou cafus — menos que um intermediário, é um decaído,

sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores” (pg. 109).

Apesar disso, o sertanejo do norte constitui uma raça forte, porque não teve, como o mestiço do litoral, que enfrentar a “sobrecarga intelectual e moral de uma civilização”. Esta diferença, portanto, decorre do meio e não dos elementos étnicos em cruzamento. Assim, sua evolução psíquica, demorada embora, far-se-á com a “garantia de um tipo fisicamente constituído e forte”.

Por isso mesmo, o “sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”. Comparado ao gaúcho — homem de outra região geográfica — pode dar a impressão desanimadora de um débil e indolente. Mas sua atividade o mostra vigoroso e ágil, embora sempre com características diversas das do gaúcho.

Manoel Bomfim — A AMÉRICA LATINA — Males de origem
(1905)

“Este livro (30) deriva diretamente do amor de um brasileiro pelo Brasil, da solicitude de um americano pela América”. Seu desejo é ver uma pátria próspera e livre. Mas se é um livro nascido do sentimento, traz a exposição de uma teoria construída com os fatos, embora nem sempre seja uma opinião desapaixorada.

Primeira Parte — A Europa e a América Latina

Embora os políticos e jornalistas europeus possam discordar em muitas coisas, não o fazem quanto à América Latina, pois desta todos sabem que é uma região atrasada, povoada por mestiços preguiçosos e degenerados. Esta opinião decorre do interesse em conquistar a América Latina, mas também da total ignorância a seu respeito. Por isso mesmo, embora na Europa os escândalos sejam inumeráveis, julga-se a América como a região dos escândalos e da desonestidade. Estes juízos servem como justificativa européia para os ataques à América Latina, mas não há dúvida de que são possíveis também como consequência do lamentável atraso das populações latino-americanas. As causas deste atraso é que devem ser reconhecidas, se desejamos modificar nossas condições de vida.

Segunda Parte — Parasitismo e degeneração

Embora exista muito abuso na associação entre organismo e vida social, é certo que “as sociedades existem como ver-

(30). — Manoel Bomfim — *A América Latina, Males de Origem*, Rio de Janeiro: H. Garnier, 1905.

dadeiros organismos, sujeitos, como os outros, a leis categóricas” (pgs. 20-21). Como todo organismo, as sociedades, para serem compreendidas, devem ser estudadas no tempo e no espaço. Com relação às sociedades americanas, vivendo em meio propício, a explicação para os males só pode ser encontrada no passado. Ora, se estudamos a história das nacionalidades sul-americanas, veremos que têm tôdas as mesmas condições de formação e, mais, se passamos para Portugal e Espanha, notaremos nestes países os mesmos sintomas. A origem desses males é um só: o parasitismo.

Terceira Parte — As nações colonizadoras da América do Sul

A história da Espanha nos mostra 1.200 anos de lutas contínuas até a formação integral da nacionalidade, nos fins do século XV. Qual a consequência disto para as nações ibéricas? A educação guerreira, o desenvolvimento das tendências depredadoras, a impossibilidade de adaptação a trabalho pacífico. Já não é o heroísmo, mas a sua perversão, na luta pela luta: a audácia do bandido, a intrepidez cruel do toureiro.

Após a conquista do território, os ibéricos se lançam à conquista do mundo, escudados na fé, ansiosos por descobrir os tesouros de além-mar. Mas a conquista não é feita segundo o espírito prático — regularizar e manter o comércio com as Índias, por exemplo — mas de forma violenta e destruidora. Na América, os espanhóis procedem como os portugueses na Índia, como o demonstram facilmente as conquistas do México e do Peru.

Portugal e Espanha — embora por processos um pouco diferentes — passam do heroísmo à vida sedentária e exploradora, na utilização dos indígenas ou dos africanos para o trabalho. À fase sedentária corresponde também a fase de decadência, observável em todos os aspectos da vida social portuguesa e ainda hoje presente.

Quarta Parte --- Efeitos do parasitismo sôbre as novas sociedades

O primeiro efeito do parasitismo é econômico, pois as nações americanas foram despojadas, logo ao nascer, de algumas de suas maiores riquezas (por exemplo, o ouro no México, no Peru, no Brasil) e de milhões de homens. Além disso, o parasitismo pode ser visto no estabelecimento do comércio através da metrópole, pelo qual se perdia todo o trabalho da colônia.

Organizado em função da exploração da colônia, o Estado é, desde o início, apenas o inimigo; não tem iniciativas visando o bem coletivo.

Qual o efeito das lutas contínuas, trabalho escravo, Estado tirânico e espoliador sôbre o caráter das novas nacionalidades? "Perversão do senso moral, horror ao trabalho livre e à vida pacífica, ódio ao governo, desconfiança das autoridades, desenvolvimento dos instintos agressivos" (pgs. 158-159).

Se a influência do parasitismo pode ser estudada independentemente do organismo sôbre que atua, também podemos verificar a forma específica do parasitismo nas sociedades exploradas. No caso das repúblicas latino-americanas, o parasitismo pode ser visto sob dois aspectos: 1) sua aceitação pela educação e 2) sua rejeição pela revolta do grupo explorado. Assim, o parasitismo ibérico agia sob três categorias: herança, educação e reação.

Não existe dúvida quanto à hereditariedade social. O autor cita Ribot para afirmar que "num povo esta soma de caracteres psíquicos, que se encontram em toda a sua história, em todas as instituições e épocas, chama-se caráter nacional ... A permanência do caráter nacional é o resultado e ao mesmo tempo a prova experimental de hereditariedade psicológica nas massas" (pgs. 163-164). Se bem que os povos na América tenham variado e o ambiente seja outro, "as qualidades dominantes de caráter são as mesmas, mostrando bem claramente o parentesco que entre elas existe" (pg. 166.)

Entre as qualidades transmitidas aos latino-americanos, a mais funesta é o conservantismo. Os homens das classes dirigentes “não suportam que as coisas mudem em torno dêles. Adotam as idéias, aceitam as palavras, mas não podem aclimatar-se às coisas que essas palavras designam” e, por isso mesmo, são incapazes de progresso, em qualquer atividade. São conservadores por interesse, herança e educação. “Mesmo os mais ousados entre os homens públicos, os mais revolucionários, são tão conservadores como os conservadores de ofício” (pg. 176).

O conservantismo inconseqüente justifica-se pelas “fórmulas de senso comum”, decorrentes de idéias e realidades de há muito ultrapassadas. O conservantismo é conseqüência do parasitismo, na medida em que procura manter uma situação privilegiada. Mas a ela se acrescenta outra característica: a falta de observação, pois não se tem necessidade de contáto direto com as coisas.

Por isso, tôda a solução é livresca, e todo o problema parece consistir em apresentar um decreto que, por si mesmo, deveria solucionar todos os problemas. O amor à formula escrita explica também a aceitação das teorias econômicas européias ou suas afirmações sôbre os americanos do sul: “depois que um estrangeiro qualquer, ignorante das condições sociais do homem do povo na América do Sul o denunciou como preguiçoso e incapaz de trabalhar, o pobre do americano não achou mais salvação. Pouco importam tôdas as qualidades de resistência e sobriedade que êle possui ...” As classes dirigentes fazem eco a essas afirmações e condenam, de forma irremediável, as classes trabalhadoras do país. Outra conseqüência da falta de observação está na incapacidade para verificar as necessidades econômicas do país, ao contrário do que acontece nos Estados Unidos. Daí derivam, também, tibieza, intermitência de entusiasmo, desfalecimentos contínuos, desânimo fácil, tendência à lamentação, facilidade na acusação, inadvertência, ausência de vontade, inconstância no querer ...

Além dos efeitos devidos à hereditariedade e à educação, outro se deve à imitação: o caráter do Estado. Este é, nas nações da América Latina, “o que era nos tempos coloniais, salvo modificações de forma, inerentes aos novos regimes políticos” (pg. 207). Sua característica fundamental era e é o alheamento à vida nacional. Por isso mesmo, é também odiado pelo povo, que sente o Estado como opressor, espoliador de bens particulares. Se, inicialmente, é uma organização da Metrópole, a independência não altera sua significação.

Enquanto nas sociedades modernas o Estado é concebido como defensor do interesse geral, na América Latina só existe “para cobrar impostos, coagir as populações, organizar as forças armadas que o defendem e representam o seu poder . . .” (pg. 215). Estas afirmações podem ser confirmadas pela análise do orçamento do Brasil, por exemplo. Portanto, a reação do povo contra o Estado é, precisamente, a reação do parasitado contra o parasita.

Quinta Parte — As novas sociedades. Os elementos essenciais do caráter

Além do parasitismo, as nações ibéricas têm como características comuns, “uma hombridade patriótica, intransigente, irredutível, levando os indivíduos a todos os heroísmos e resistências; e um extraordinário poder de assimilação social” (pg. 265).

Da hombridade patriótica derivam todos os exageros e perversões guerreiras dos povos peninsulares e, em parte, as infinitas revoltas e o caudilhismo americano. A capacidade de assimilação explica o fato de se fundirem, na península, raças tão diversas. “Este poder de assimilação deriva de uma grande plasticidade intelectual, e duma sociabilidade desenvolvidíssima, qualidades preciosas para o progresso” que não atuaram como poderiam fazer devido ao parasitismo que degradou Portugal e Espanha.

Além da influência ibérica, o caráter latino-americano recebe também a influência dos indígenas e africanos, embo-

ra em proporção muito menor. Esta menor influência se explica pelo fato de, índios e africanos, sendo “povos ainda muito atrasados, não possuíam nem qualidades, nem defeitos, nem virtudes, que se impusessem aos outros e provocassem a imitação”, sendo, então, os que imitavam os mais cultos; índios e africanos tinham “um conjunto de qualidades negativas — inconsistência de caráter, leviandade, imprevidência, indiferença pelo passado, etc.,” que apenas com a civilização irão desaparecendo.

Outro fator a determinar sua pequena influência foi a falta de liberdade em que viveram. Reduzida, embora, essa influência existiu e dos africanos nos veio “uma certa afetividade pas.siva, uma dedicação morna, doce e instintiva, sem ruidos e sem expressões...” Ainda hoje, os descendentes destes escravizados de três séculos afagam por aí, com o seu carinho esquecido e submisso, o egoísmo do branco absorvente” (pg. 271).

Ao lado dessas qualidades, muitos apontam como seus defeitos a submissão incondicional, frouxidão de vontade, docilidade servil ... mas tais qualidades negativas são antes o efeito da situação em que os colocaram.

Quanto ao indígena americano, tem como qualidades: “um amor violento à liberdade, uma coragem física verdadeiramente notável, e uma grande instabilidade intelectual” (pg. 272). Estas qualidades podem ser observadas: o amor à liberdade desde os tempos da colonização; a coragem, na guerra do Paraguai e em Canudos. A instabilidade intelectual se explica pelo fato de o indígena ser ainda infantil, mas êsse defeito é corrigível pela educação. Apontam-se ainda como defeitos dos indígenas a perfídia e a crueldade, mas a observação dos seus contactos com os europeus nos mostra que êstes foram muitos mais pérfidos, muito mais sanguinários.

Estas considerações levam ao exame da teoria das raças inferiores, que nada mais é que justificativa européia para o domínio e escravização do resto da humanidade (pgs. 278 ss.). Tais são as variações históricas dos povos, que a teoria perde inteiramente seu valor, mas convém examinar sua

aplicação ao caso americano, tantas são as autoridades empenhadas em provar a inferioridade racial dos latinos-americanos. Esses teóricos baseiam-se em: 1.º) que os indígenas e negros têm sido eliminados pelos brancos; 2.º) que são muito mais atrasados que os brancos e o atraso se deve à inferioridade étnica. O primeiro argumento é absurdo porque se às vezes a vitória cabe a um povo, logo a seguir vemos o vencido conseguir um triunfo. O segundo argumento também é absurdo, quando pensamos que os bárbaros — muito mais atrasados que os gregos da época de Péricles — são hoje dos povos mais adiantados do mundo.

Outra influência a ser examinada é a da mestiçagem, já que alguns autores aceitam a idéia de **efeitos regressivos dos cruzamentos**. Mas, nem teórica nem concretamente esses efeitos chegaram a ser provados, tão certo é que muitos povos híbridos têm apresentado homens de grande valor. Os mestiços são acusados de cruéis e pérfidos, mas na comparação com os brancos poder-se-ia verificar inclusive, que “são uns santos...”.

“Acusam-nos, ainda, de indolentes, indisciplinados, imprevidentes, preguiçosos, defeitos que não são exclusivos dos mestiços, e pertencem ao geral das populações latino-americanas. São defeitos mais de educação, devidos à ignorância em que vivem, ao abandono a que os condenam” (pg. 311).

Se comparamos a história política do Brasil com a das nações hispano-americanas, notamos a diferença já existente entre o “português” e o “espanhol”: o espanhol afirmativo, absoluto, gritante, violento, trágico e abundante nas grandes crises, rastaquera e espalhafatoso no faustos; o português — solene, composto, severo e morno nos heroísmos e transe, cabotino nas expansões e festas; ambos igualmente enérgicos e resistentes; mas aquêle — decidido, vivo, agudo, pronto; êste — apagado, triste, inconsistente, duro sem rijeza, carola ...” (pg. 323).

Enquanto na independência dos países hispano-americanos houve caudilhos, na independência do Brasil existiram apenas conselheiros. Estas características explicam a monar-

quia brasileira e a República: o grupo conservador, sob uma forma ou outra, assume o poder e não realiza a verdadeira revolução, mas apenas a reforma aparente da vida política.

A comparação com os Estados Unidos tem levado muitos a afirmar a inevitável inferioridade dos latino-americanos. Mas esses que condenam a América Latina, esquecem-se das diferenças existentes entre o desenvolvimento dos Estados Unidos e o do resto da América, desde a sua formação inicial até a independência. Entretanto, baseados nessa idéia pretendem a conquista da América Latina e os filósofos e sociólogos europeus vivem a prègar o domínio sòbre as populações “ingovernáveis”.

Apesar do êrro científico evidente em tais teorias, merecem o exame dos latino-americanos, devendo levá-los a refletir sòbre o estado dessas nações. O autor está convencido de que a fórmula para solucionar o atraso das populações latino-americanas é a educação.

**Faculdade de Filosofia
Ciências e Letras
Biblioteca Central**

PERSPECTIVA RACIAL

Oliveira Vianna (1918-1952)

Ao contrário do que acontece com a maioria dos autores analisados, Oliveira Vianna (31) não apresentou um livro dedicado especialmente ao caráter nacional brasileiro, mas apresenta sua interpretação em várias obras.

A síntese de sua teoria deve seguir, por isso mesmo, um caminho diverso do empregado no resumo de outros ideólogos (o mesmo deverá ser feito com Gilberto Freyre).

A Teoria: Ambiente geográfico e psicologia das raças

Oliveira Vianna efetivamente oscilou entre as duas explicações. Quanto às influências geográficas, “por mais que o homem faça para se libertar das influências do ambiente cósmico, delas nunca conseguirá libertar-se inteiramente” (*Evolução* ... pgs. 21-22).

Quanto às raças, escreve o autor: “esta maior ou menor frequência de certos tipos de temperamento ou de inteligência nós também a encontramos quando consideramos estas modalidades morfológicas chamadas **raças**. Há os mais fecundos neste ou naquele tipo de inteligência” (*Raça e Assimilação*, pg. 45).

Mas é pela aceitação da teoria racista que Oliveira Vianna é mais conhecido, o que se justifica (apesar do que diz o autor — V. prefácio a *Evolução do Povo Brasileiro*) por caracterizações como estas: “O homem branco cultivava, com

(31). — Oliveira Vianna — *Evolução do Povo Brasileiro*, 2a. ed. S. Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933; *Raça e Assimilação*, 2a. ed., augm. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1934; *Pequenos Estudos de Psychologia Social*, 3a. ed. augm. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1942; *Populações Meridionais do Brasil*, 5a. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1952, II v.

feito, certas aspirações, move-se segundo certas predileções e visa objetivos superiores, que de modo algum serão capazes de constituir motivos determinantes da atividade social do homem negro” (*Evolução* ... pg. 157). Os arianos evoluem e progridem por este traço: aspirar a coisas mais elevadas. Mas os negros “quando sujeitos à disciplina das senzalas, os senhores os mantêm dentro de certos costumes de moralidade e sociabilidade, que os assimilam, tanto quanto possível, à raça superior; desde o momento, porém, em que, abolida a escravidão, são entregues, em massa, à sua própria direção, decaem e chegam progressivamente à situação abastardada, em que os vemos hoje” (*Evolução*... pg. 158). Os índios estão aproximadamente na mesma situação dos negros.

Quanto aos mestiços, não são todos iguais, pois alguns são tipos superiores e outros inferiores (conforme a ascendência).

Em todo caso, o Brasil evolui no sentido de uma progressiva arianização, devida à corrente imigratória européia e à “seleção natural e social” (*Evolução*... pg. 178).

As características psicológicas

Onde Oliveira Vianna resumiu mais precisamente seu pensamento sobre as características psicológicas do brasileiro foi no capítulo III de **Populações Meridionais do Brasil** (I v.): “Psicologia do Tipo Rural”.

A Psicologia do tipo rural é o resultado da ação do “ambiente rural operando sobre a mentalidade da raça superior originária” (Pop. Merid. I v. pg. 64). Nesse ambiente se constitui a aristocracia rural, “centro da polarização dos elementos arianos de nacionalidade” refletindo ainda o caráter peninsular de que provimos: com as tintas de suas realidades é que se colorem, na intimidade da nossa consciência coletiva, os nossos mais recônditos ideais”. Isto não acontece apenas nas camadas plebéias em que, pela ação de sangue bárbaros, “opera-se uma desorganização sensível na moralidade dos seus elementos componentes” (pg. 64 5). O

homem rural possui quatro qualidades de grande influência na vida política: fidelidade à palavra dada, probidade, respeitabilidade e independência moral.

Entre S. Paulo, Minas e Rio de Janeiro há pequenas diferenças regionais, que não invalidam a descrição através dessas qualidades. Mas, repita-se, tais qualidades não são extensivas à plebe, cujo caráter é completamente diverso, mas valem apenas para a nobreza rural.

Felizmente, o caráter ariano da classe superior salvou-nos da regressão às raças bárbaras, preservando sua pureza; quando ascendem socialmente, os mestiços não o fazem como mestiços, mas como arianizados, isto é, deixam de ser psicologicamente mestiços.

Mas, além dessa descrição global, algumas vezes afloram explicações dos traços psicológicos do brasileiro.

Assim, para Oliveira Vianna é a formação da família patriarcal que impede o desenvolvimento de sentimentos de solidariedade extensa: “normalmente, o círculo de nossa simpatia ativa não vai, com efeito, além da solidariedade de clã. É a única forma de solidariedade social que realmente sentimos, é a única que realmente praticamos” (*Pop. Mer. I. v. pg. 243*).

As diferenças entre o caudilhismo brasileiro e o de outros países são explicadas em função “dos sentimentos generosos e afetivos e a sua têmpera fundamental doce e branda”, que jamais permitiriam soluções violentas.

Outro traço importante do brasileiro é a sua imitação do europeu: compara-nos aos macaccs de Kipling que descobriram uma cidade abandonada e resolveram imitar os homens, porque o brasileiro sempre procura imitar os povos mais civilizados. (*Pref. a Pequenos Estudos de Psicologia Social*)

Mas esta consideração não impede Oliveira Vianna de revelar falhas e linhas de inferioridade, desfazendo “com certa franqueza, um sem-número de ilusões nossas a nosso respeito, a respeito de nossas capacidades como povo”. “No confron-

to que faço entre a nossa gente e os grandes povos, que são os nossos mestres e paradigmas, evidencio muitas deficiências da nossa organização social e política ... tôda estranheza, que possam causar alguns dos meus conceitos, vem de que vivemos numa perfeita ilusão sôbre nós mesmos". (**Pop. Merid.** I v. pg. 19).

PERSPECTIVA DA HISTÓRIA

Paulo Prado — **RETRATO DO BRASIL** (1928) (32)

Cap. I — A luxúria

“Numa terra radiosa vive um povo triste. Legaram-lhe essa melancolia os descobridores que a revelaram ao mundo e a povoaram” (pg. 11). A tristeza decorre dos impulsos que os levaram às descobertas: a ambição do ouro e a sensualidade livre do Renascimento. O movimento das descobertas se explica como desejo de superar as preocupações com a morte e o inferno que torturavam os espíritos cristãos. Essa fase de movimentos migratórios “tomaria a forma de imperialismo econômico e comercial” (pg. 14).

A paixão do ouro domina as investidas européias para a Ásia, a África e a conquista espanhola.

Na natureza exuberante do Brasil é que “se soltara, exaltado pela ardência do clima, o sensualismo dos aventureiros e conquistadores. Aí vinham esgotar a exuberância de mocidade e força e satisfazer os apetites de homens a quem já incomodava e repelia a organização da sociedade européia” (pg. 26).

Os desadaptados de tôdas as nacionalidades se apossam da América, nesse alvorecer da colonização; e, recebidos como deuses pelos indígenas, logo se fixam ao litoral brasileiro. Se examinarmos os três núcleos iniciais de povoamento — que têm origem em João Ramalho, Diogo A. Correia (Caraturú) e Jerônimo de Albuquerque — veremos que têm como características a união com o indígena e que raramente os colonos são de “origem superior e passado limpo”. Compreen-

(32). — Paulo Prado — *Retrato do Brasil* — Ensaio sobre a tristeza brasileira, iv. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., ed., 1931.

de-se, dada a ausência de mulheres brancas, o fato de a concubinação ter sido regra nesses núcleos. Além disso, “o clima, o homem livre na solidão, o índio sensual, encorajavam as uniões de pura animalidade” (pg. 33).

A consequência disto pode ser observada nos documentos da Primeira Visitação do Santo Offício (1591-1592), onde vemos um panorama espantoso de dissolução, mostrando toda a gama de pecados e perversões sexuais em que viviam os colonos.

Entre os europeus, podemos distinguir dois grandes grupos: o dos que vinham para ganhar fortuna e gastá-la na Europa, e o dos que “tinham abandonado a Europa”. Estes últimos são os mais significativos, pois representavam “um tipo fisicamente selecionado”, por isso mesmo capaz de vencer as asperezas da natureza e adaptar-se à vida indígena. Estes homens foram dominados pela ambição e pela luxúria. A lascívia foi determinada pelos “impulsos da raça, a malícia do ambiente físico, a contínua primavera, a ligeireza do vestuário, a cumplicidade do deserto e, sobretudo, a submissão fácil e admirativa da mulher indígena, mais sensual do que o homem como em todos os povos primitivos” (pgs. 58-56).

Não eram, entretanto, uniões idealizadas por qualquer afeição, mas encontros de pura animalidade, mais tarde continuados com a vinda do africano. É que a “passividade infantil da negra africana” facilitou e desenvolveu “a super-excitação erótica em que vivia o conquistador e povoador, e que vincou tão profundamente o seu caráter psíquico” (pg. 57).

Cap. II — A cobiça

A outra paixão do colono era o ouro e à sua busca fazem-se as primeiras penetrações no território. Os conquistadores, fascinados pelas lendas de tesouros maravilhosos, enfrentam de início uma luta obscura contra a natureza e contra os selvagens. Nessa época dos degredados, dos cri-

minosos, dos náufragos, dos grumetes rebeldes, Portugal não se interessava ainda pela colonização, e raramente os colonos têm contactos com a civilização. Estamos no primeiro quartel do século XVI e os portugueses devem enfrentar a concorrência dos franceses, convencendo-se afinal de que somente a colonização efetiva garantiria a posse do território.

Confiada inicialmente a Martin A. de Souza, a colonização se desenvolverá apenas a partir de Tomé de Souza. É quando se intensificam as expedições pelo interior e “por toda a parte o aventureiro corria atrás da prata, do ouro e das pedras preciosas, que durante quase dois séculos não foram senão ilusões e desenganos. Compensava a esterilidade do esforço e descida do indígena”.

A busca do ouro não impede, entretanto, o estabelecimento no país de uma agricultura incipiente, um comércio rudimentar e a pecuária. Este desenvolvimento não detém a busca do ouro, “dinamismo formidável de uma época, de uma raça e de um novo tipo étnico, convergindo numa idéia fixa: Ouro. Ouro. Ouro”. A essa ambição escapam apenas os jesuítas e os burocratas metropolitanos. Os primeiros representam uma força moral em luta contra as ambições e a devassidão da sociedade; os burocratas são parasitas, a sugar as energias da metrópole.

No conflito com os jesuítas, salientam-se os bandeirantes, caracterizados pela “ânsia de independência até o motim e a revolta, excessos e brutesas de homens de engenho rude, escrúpulos exíguos, fortaleza física apurada pela endogamia e seleção num meio propício, ambição de mando que o isolamento da montanha desenvolvia, a ganância de riqueza rápida a que não era estranha a influência dos cristãos novos de São Paulo e Piratininga, ausência de elementos alienígenas, conseqüente predomínio dos fatores indígenas na cruz e no pessoal das expedições do sertão”.

São, êstes bandeirantes, de importância decisiva na integração do território, percorrendo, com suas incursões de finalidade comercial, quase todo o continente. Notamos que

a escravização e venda do indígena permitem a organização de bandeiras em busca de ouro, mas, apesar de sua “heroicidade instintiva”, não tinham pessoal e aparelhamento para a mineração. Não importa. A ambição do ouro domina tôdas as classes sociais como uma “loucura coletiva”. E, observa-se, esta característica é quase única na história dos povos, porque em outros países ao período de “febre do ouro” sucedeu o do “industrialismo das minas e as explorações comerciais”.

A descoberta das grandes minas das Gerais se dá apenas nos fins do século XVIII. Para essa região se dirigem todos, moços e velhos, mas, apesar das riquezas fabulosas aí encontradas, o século XVIII será de verdadeiro martírio para o brasileiro. O ouro era esbanjado em Portugal e no fim do século a colônia e a metrópole viam-se reduzidas à miséria. “Tinha faltado a Portugal a verdadeira compreensão histórica e econômica de sua missão metropolitana. A nação e o governo recebiam como uma esmola o ouro, as pedras preciosas e os produtos comerciáveis das colônias. Quiseram viver sem trabalhar” (pg. 106). Como monumentos da época, ficaram apenas as obras do Aleijadinho. De outro lado, continuaram as penetrações paulistas pelo sertão, ainda em busca das fantásticas miragens da riqueza.

Cap. III — A tristeza

Se examinarmos as várias colonizações européias na América, observaremos características distintas entre elas.

A colonização inglesa se faz dentro dos rígidos princípios do puritanismo e, quando mais tarde a colônia recebe o afluxo de toda espécie de aventureiros, “foi sem dúvida a forte disciplina religiosa dos primeiros agrupamentos congregacionistas o que fixou o tipo moral predominante na história do país (pg. 116).

No sul, as condições são bem diversas. Portugal se enfraquecera na Índia e, com a queda do Império, cai também a Metrópole. Corrompida pelo luxo e pela desmoralização dos

costumes, a nação perde a antiga vitalidade. O governo não tem energia para exercer sua função, e os administradores, corruptos, ocupavam-se dos lucros pessoais e não dos cargos. Há a reação da época de Pombal, mas os males estavam demasiadamente arraigados para serem extintos e a escravidão minava os costumes e destruía os antigos hábitos. Desaparece assim o português heróico do século XV e surge em seu lugar a mocidade educada nos vícios e crimes da sedução asiática. Por êsse povo decadente é colonizado o Brasil e aqui “frutificam esplêndidamente os fortes troncos que primeiro chegaram à nova terra. Mais tarde só escaparam à degenerescência de além mar os grupos étnicos segregados e apurados por uma mestiçagem apropriada” (pg. 123). Êste foi o caso de Piratininga. Por outro lado, é de observar-se que nos centros mais próximos não houve propriamente vida autônoma, mas identificação com Portugal. E, assim como da Europa do Renascimento nos veio o colono individualista e anárquico, veio em seguida o português da governança e da fradaria.

O colono é dominado por dois sentimentos tirânicos: a paixão do ouro e o sensualismo. A história do Brasil é o desenvolvimento desordenado dessas obcessões subjugando o espírito e o corpo de suas vítimas (p. 125).

Para o erotismo contribuíram o clima, a terra e a mulher indígena ou a negra africana.

Dos excessos da vida sensual ficaram traços no caráter brasileiro pois “os fenômenos do esgotamento não se limitam a funções sensoriais e vegetativas; estendem-se até o domínio da inteligência e dos sentimentos. Produzem no organismo perturbações somáticas e psíquicas, acompanhadas de uma profunda fadiga, que facilmente toma aspectos patológicos, indo do nojo até o ódio” (pgs. 126-127).

Ao lado dessa paixão, a do ouro.

“Na luta entre êsses apetites — sem outro ideal, nem religioso, nem estético, sem nenhuma preocupação política, intelectual ou artística — criava-se pelo decurso dos séculos uma raça triste” (pg. 127).

“No Brasil a tristeza sucedeu à intensa vida sexual do colono, desviado para as perversões eróticas, e de um fundo acentuadamente atávico (pg. 128). Além disso, a cobiça é também mórbida e pode absorver tôda a “energia psíquica. A cobiça não permite a saciedade e “no anseio da procura afanosa, na desilusão do ouro, esse sentimento é também melancólico, pela inutilidade do esforço e pelo ressaibo da desilusão.

Luxúria, cobiça: melancolia. Nos povos, como nos indivíduos, é a seqüência de um quadro de psicopatia: abatimento físico e moral, fadiga, insensibilidade, abolia, tristeza.

Por sua vez a tristeza, pelo retardamento das funções vitais, trás o enfraquecimento e altera a oxidação das células produzindo nova agravação do mal com seu cortejo de agitações, lamúrias e convulsões violentas” (pg. 129).

Qual a origem da diferença entre a alegria de uns povos e a tristeza de outros?

O clima, os hábitos de vida e alimentação ou o bom ou mau funcionamento das glândulas endócrinas?

De qualquer forma há povos alegres e outros tristes, às vezes dentro de um mesmo país.

Na China, os do norte são tristes, os do sul alegres; em outros países observaremos a mesma diferença.

Embora Buckle afirme que as diferenças de clima explicam as diferenças de temperamento, no Brasil observamos que todos são tristes, apesar do esplendor da natureza. Nesse quadro, diferem apenas o “gaúcho espanholado” e o “carioca”, já produto da cidade grande e marítima, em contacto com o estrangeiro e o lazzaronismo do ambiente”.

Ao lado da “taciturnidade indiferente ou submissa do brasileiro”, são alegres os ingleses e alemães, como de resto todos os nórdicos “respiram saúde e equilíbrio perfeito” (pg. 131); também são alegres os portugueses, se comparados ao brasileiro, vítima da doerça, da pálida indiferença e da cachacha.

As manifestações artísticas revelam essa “obcessão melancólica que só desaparece com a preocupação amorosa ou lasciva”.

A descrição de Luccock mostra exatamente isso: um povo sem alegria; se na capital do país se notava essa tristeza, no resto do país o mal seria ainda maior.

Como a colonização se fizera por homens interessados em enriquecer e voltar para a Europa, o Brasil era para eles um degrêdo ou um purgatório; por isso tombém, não se nota o sentimento nacional, exceção feita para dois movimentos: a luta contra o holandês e a expansão da pecuária e das bandeiras.

Mas no movimento contra os holandeses, “considerações materiais sobrepujaram os vislumbres de revolta nativista, desde a intervenção dos judeus e cristãos-novos na luta até os planos encobertos de João Fernandes Vieira (pg. 134). No bandeirismo, o traço dominante é a ambição, sem qualquer apêgo à terra natal (tão claramente observável nos Estados Unidos).

Se examinarmos o Brasil nos fins do século XVIII, quando se fecha um dos nossos períodos de formação, observamos que, quanto à formação étnica, de Pernambuco para o Norte não houve uma separação das raças, que contribuíram para a “formação contínua do Brasileiro que iria surgir em 1817, nas lutas de emancipação política” (pg. 136).

Cada um desses grupos pode ser caracterizado da seguinte forma: “os brancos eram os proprietários dos grandes engenhos onde a vida lhes corria quieta e indolente”. “O mulato desprezava o mameluco; pretendia pertencer à classe dos brancos e vangloriava-se de não ter parentes índios”.

Os mamelucos “eram mais belos do que os mulatos, sobretudo as mulheres. Na independência do caráter, na repugnância pela adulação do branco, mostravam a nobreza da ascendência livre dos dois lados”. “O índio domesticado era em geral, com suas virtudes conhecidas, o sertanejo, corajoso, sincero, generoso, hospitaleiro, o tipo clássico da caatinga do Nordeste” (pg. 139). “O negro cativo era a base de nosso

sistema econômico, agrícola e industrial e, como que em represália aos horrores da escravidão, perturbou e envenenou a formação da nacionalidade, não tanto pela mescla de seu sangue como pelo relaxamento dos costumes e pela dissolução do caráter social, de consequências ainda incalculáveis” (idem).

Os centros mais importantes da época (fim do século XVIII) são: Recife, a Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. Na Bahia e no Rio, mais que no Norte, “dominava o mal da escravidão”. Nestas cidades, “a vida dissoluta do negro e do mestiço invadia a melhor sociedade. Tudo se fazia nesse abandono desleixado e corrompido que é a paga da escravidão” (pg. 144).

Segundo Luccock, “poucos se preocupavam com os mais mezinhos princípios da verdade, da propriedade particular ou das virtudes domésticas” (pg. 150). São Paulo, “defendida do contágio europeu pelo caminho do Mar”, vegetava na indigência de lugarejo provinciano e serrano (pg. 151). Mas nem assim escapou à dissolução dos costumes.

A colônia, quando se inicia o século de sua independência é, assim, um corpo amorfo, mantendo-se “pelos laços tênues da língua e do culto” (pg. 153).

A população, demasiadamente pequena para o território, atacada pela sífilis, pela verminose e pelo impaludismo, vivendo num solo explorado criminosamente e sob o clima amolecedor de energias, nada apresentava de notável. A mais completa indigência intelectual e artística, reflexo apagado da decadência da mãe pátria; facilidade para decorar a loquacidade derramada, simulando cultura; vida social nula porque não havia sociedade. As manifestações coletivas, sempre passageiras, pela falta de cooperação, tão própria do indígena. Apenas, “disseminadas pelos sertões, de Norte a Sul, as virtudes ancestrais: simplicidade lenta na coragem, resignação na humildade, homens sóbrios e desinteressados, doçura das mulheres” (pg. 155).

Cap. IV — O Romantismo

Nesse organismo precocemente depauperado, agiu, como uma doença, o mal romântico. Definir o Romantismo é tarefa de duvidoso êxito pois “como expressão dinâmica do espírito humano o romantismo é um fenômeno extenso e complexo” (pg. 160). Suas raízes se aprofundam na Antigüidade, na Idade Média. Na verdade, a expressão **Romântico** apresenta duas faces: o romantismo de sentimento e o da inteligência. O primeiro é “sinônimo de lirismo e pessimismo”, e o segundo, “ao contrário, é uma afirmação de generosidade, de ardor, de fé no inexgotável poder do espírito humano” (pg. 160).

Rousseau é a fonte inspiradora de ambos: tanto do romantismo lírico quanto do romantismo político.

No Brasil, os primeiros movimentos nacionalistas nasceram sob a influência da independência americana, fruto das idéias da Enciclopédia. Românticas são as Revoluções de 1817 e 1824; românticos, os brasileiros que em 1786 procuraram Jefferson para pedir auxílio para a proclamação da Independência; romântico D. Pedro I, que “sofia como os contemporâneos do vício das palavras grandiloquentes”; romântico, o nosso pacto constitucional.

Enfim, toda a nossa vida ia ser invadida pelo mal do século.

O meio intelectual era de pobreza assustadora, de acordo com a vida do fim da época colonial, arrastando-se em pequenos centros do litoral.

Introduzida no Brasil pelo livro de Gonçalves Magalhães, **Suspiros Poéticos e Saudades**, a nova tendência literária tomou conta do país.

Os seus centros de irradiação são Olinda e São Paulo. Principalmente a Academia de São Paulo. Na de Olinda permanece por mais tempo o que restava de espírito colonial e foi um núcleo principalmente político e jurídico; só mais tarde ali apareceram os poetas. São Paulo apresentou o espetáculo da mocidade embriagada pelo byronismo, transpor-

tando para a realidade a poesia européia. De 1840 em diante — e talvez se possa dizer até hoje — os moços levam das academias para a “vida política”, as miragens, as ilusões poéticas, o mau gosto artístico e literário, a divinização da palavra, todo o divórcio entre a realidade e o artificial que é, em suma, a própria essência do mal romântico. Vinha a infecção das margens do Tiête ou do Capibaribe e aos poucos contaminava o Brasil inteiro” (pg. 177).

O Romantismo deformou o nosso organismo social e fez com que o Brasil, numa hora de mentalidade prática, dê a impressão de gente viva falando uma língua morta.

Desde a Constituição Imperial até as mensagens de nossos homens de Estado, nossa vida política tem sido uma sucessão de atos românticos.

Na literatura ainda hoje continuamos a seguir a tendência romântica, pois ao contrário do que aconteceu na Europa (onde o Romantismo dominou apenas de 1830 a 1850), no Brasil restou “o desequilíbrio que separa o lirismo romântico da positividade da vida moderna e das forças vivas e inteligentes que constituem a realidade social” (pg. 181). “Entre nós, o círculo vicioso se fechou numa correspondência de influências: versos tristes, homens tristes; melancolia do povo, melancolia dos poetas” (idem).

Os nossos poetas românticos, voltaram-se para o amor e a morte, os dois refrães da poesia brasileira. Procuraram a “sobrevivência num erotismo alucinante, quase feminino. Representavam assim a astenia da raça, o vício das nossas origens mestiças. Viveram tristes, numa terra radiosa” (pg. 182).

Post-scriptum

Embora tendo defeitos, “Retrato do Brasil” não é um livro regionalista.

O autor procurou evitar o exagêro da tristeza paulista no descrever a tristeza brasileira.

O livro pretendeu ser um quadro impressionista, deixando de lado as datas, para chegar à essência das coisas. Pro-

curar, segundo os lineamentos de Martius, a penetração biológica das três raças que deverão produzir o tipo étnico do Brasil; estudar o colono, no momento histórico do Renascimento e depois na colônia, nos seus variados misteres; conhecer o africano nos seus costumes; conhecer o indígena.

O negro pode ser considerado sob dois aspectos: o biológico, como fator nos cruzamentos do Brasileiro com o escravo, “elemento preponderante na organização social e mental” (pg. 190).

Desde o início da colonização apareceram aqui os negros africanos e logo se iniciou o processo de caldeamento.

E’ a hiperestesia sexual, peculiar ao nosso descobrimento, que evita a segregação étnica do negro africano (tal como a encontramos nos Estados Unidos). “Aqui a luxúria e o desleixo social aproximaram e reuniram as raças” (pg. 192).

Por isso mesmo, nosso problema não é idêntico ao do americano; lá, a única solução seria o extermínio de um dos adversários; aqui “nascemos juntos e juntos iremos até o fim de nossos destinos” (pg. 193).

Já a ciência não aceita as teorias de Gobineau e Grant da desigualdade racial, mas resta o problema da mestiçagem.

E o mameluco “confirmou a lei biológica da heterosis em que o vigor híbrido é sobretudo notável nas primeiras gerações”; se os mestiços de brancos e indígenas deram provas de uma força extraordinária na história de São Paulo “hoje, depois de muitas gerações, o caboclo miserável — pálido epígono — é o descendente da esplêndida fortaleza do bandeirante mameluco” (pg. 195).

A mestiçagem de brancos e negros ainda não está suficientemente estudada, embora, na África do Sul, Eugen Fischer tenha notado entre boers e hotentotes a herança de característico de seus componentes, mas com um defeito persistente: “falta de energia, levado ao extremo de uma profunda indolência” (pg. 196).

No Brasil, ainda não podemos avaliar as conseqüências corretamente; se é verdade que o mestiço brasileiro tem apresentado valores extraordinários de inteligência e cultura, não

é menos certo que as populações oferecem espantosa fraqueza física.

Além dêsse aspecto biológico, o negro foi escravo e a escravidão exerceu poderosa influência em nossa vida social. “Na promiscuidade do convívio verifica-se que a escravidão foi sempre a imoralidade, a preguiça, o desprezo da dignidade humana, a incultura, o vício protegido pela lei, o desleixo nos costumes, o desperdício, a imprevidência, a subserviência ao chicote, o beijamão ao poderoso — tôdas as falhas que constituíram o que um publicista chamou a filosofia da senzala, em maior ou menor escala latente nas profundezas inconfessáveis do caráter nacional” (pgs. 198-199).

A fusão, iniciada durante a colonização, continua até hoje. Do ponto de vista psicológico, salienta-se a influência “da luxúria e da cobiça e, em seguida, na sociedade já constituída, os desvarios do mal romântico” (pg. 199).

Dessas influências decorre o nosso individualismo desordenado, encontrável no colono e nas lamúrias dos poetas; aqui não existiram, como na América do Norte, os sentimentos religiosos e o “instinto de colaboração coletiva”. Por isso mesmo, vivemos dominados por uma contínua apatia, raramente sacudida por uma reação, por um entusiasmo.

Mas essa apatia facilitou a preservação da unidade territorial do país, “favorecida pela língua comum (nenhum dialeto perturba essa uniformidade), pelo culto da mesma religião, pelo ódio inato e tradicional ao castelhano” (pg. 201).

Além disso, a burocracia portuguesa, atrasada e defeituosa, pôde manter pelos seus próprios erros e vícios, a unidade da colônia.

“Ao chegarmos aos dias de hoje, é êsse o grande milagre” (pg. 204).

Mas qual a realidade que hoje apresentamos ao mundo?

Entre os países de “mediana importância”, somos talvez o mais atrasado.

Crescemos como criança doente e, talvez com relativa facilidade possamos atingir os algarismos astronômicos das

populações asiáticas; mas o nosso sertão continua inexplorado, continuamos como caranguejos arranhando as areias do litoral.

O cangaço ainda domina o âmagô do país; as populações do Nordeste vivem ainda as crendices e o fanatismo. “O paludismo, a cachaça, a sífilis, o amarelão, a indolência desançimada, completam o quadro” (pg. 106).

No litoral o progresso é explorado pelos capitais estrangeiros e por poucos grupos nacionais que só cuidam de seus interesses.

Tudo se deve à iniciativa particular pois o poder público — como a metrópole no século XVIII — só cria impostos e, longe de auxiliar o movimento progressista é quase um impecilho e um trambolho.

Tôda a vida econômica é um descabro, das estradas de ferro e dos transportes marítimos, à pecuária, à lavoura, à economia extrativa; a Justiça se perde e se confunde com os interesses da Política.

Ao lado do analfabetismo de quase cento por cento nas classes inferiores, a bacharelise romântica que passa por intelectualidade do país.

Em tudo, o gôsto do palavreado, dos discursos cantantes.

Em tudo, o vício nacional: a imitação. Donde a importação, que não é sustentada por uma exportação correspondente, mas apenas pela exportação de um ouro que não possuimos.

A única questão vital é a política e dela cuidam os homens públicos.

Mas êsse mal vem ainda da monarquia: após o I império em que se funde a nacionalidade, temos o II, de homens retos e ilustrados, mas inteiramente desligados da realidade.

Tivemos então a época dos jurisconsultos, mas, entre tôdas as leis faltou a que reclamava Ferreira Vianna: a que mandasse cumprir as outras.

Comprometida a monarquia — pela questão militar, pela abolição, pela desorganização dos partidos — tivemos a República que, em quarenta anos, proporcionou apenas a

resolução dos limites por Rio Branco e o saneamento da capital por Rodrigues Alves.

Em tôdas as regiões a oligarquia, disfarçada sob o nome de “política dos governadores”.

Para tão grandes males, apenas dois remédios drásticos: a guerra ou a revolução.

A guerra permitiria o aparecimento de capacidades que a inveja, o egoísmo dos açambarcadores de posições anulam.

Ou a Revolução, que não seja uma revolta de soldados ou corrida para o poder, mas a “afirmação inexorável de que quando tudo está errado, o melhor corretivo é o apagamento de tudo que foi feito” (pg. 218).

PERSPECTIVA DA HISTÓRIA

Sergio Buarque de Holanda — **RAIZES DO BRASIL**

(1934) (33)

O Brasil é caso único de transplantação de cultura européia para zona tropical e sub-tropical; o fato de trazermos de outros países nossas formas de vida e procurarmos mantê-las em ambiente diverso — faz de nós uns “desterrados em nossa terra”. Portanto, antes de investigar a possibilidade de criar algo novo, devemos verificar até onde continuamos a apresentar as formas de vida herdadas de nossos antepassados.

Ora, nossa herança a recebemos de Portugal que, juntamente com a Espanha, Rússia, países balcânicos e, em parte, a Inglaterra, pertence ao grupo de países incompletamente integrados na vida européia.

O primeiro traço a distinguir os ibéricos de outros europeus é o culto da personalidade: “para êles, o índice do valor de um homem infere-se, antes de tudo, da extensão em que não precise dos demais, em que não necessite de ninguém, em que se baste” (pg. 17). Dêste culto da independência pessoal resulta a “tibieza das formas de associações que impliquem solidariedade e ordenação entre êsses povos” (pg. 18). Por isso, jamais os privilégios hereditários tiveram a mesma influência apresentada em outros países; por isso também sempre apresentamos elementos anárquicos e os governos não procuraram reunir os homens, mas refrear suas paixões e opiniões particulares.

Daí o erro dos que supõe a necessidade de uma ordem perfeitamente hierarquizada como remédio à nossa desordem:

(33). — Sérgio Buarque de Holanda — *Raízes do Brasil*, 2a. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, Editora, 1948.

se analisamos a Escolástica Medieval, vemos que correspondia a uma estrutura do mundo e da religião, hoje inexistente.

Estas características — o culto da personalidade, a falta de hierarquização, a desordem — não decorrem de “alguma inelutável fatalidade biológica ou que, como as estrêlas do céu, pudessem subsistir à margem e à distância das condições de vida terrena” (pg. 24). Tanto não é assim, que em várias épocas de sua história, os ibéricos deram provas de grande adaptabilidade às novas condições de vida (por exemplo, no século XV, em que chegaram a estar na vanguarda da Europa). Mas esta transformação para formas mais modernas de existência parece ter sido prematura. Em Portugal, a burguesia, em sua ascensão, não encontrou uma barreira aristocrática a vencer, e por isso não criou uma forma nova de agir e pensar, procurando apenas imitar as formas aristocráticas já existentes.

O culto das virtudes pessoais explica também a repulsa causada entre ibéricos pelas doutrinas negadoras de livre-arbítrio: “foi essa mentalidade, justamente, que se tornou o maior óbice, entre eles, ao espírito de organização espontânea, tão característico de povos protestantes, e sobretudo de calvinistas” (pg. 27). Por isso, a organização política dos ibéricos sempre foi “artificialmente mantida por uma força exterior que, nos tempos modernos, encontrou uma das suas formas características nas ditaduras militares” (idem).

Outra característica dos ibéricos “é a invencível repulsa que sempre lhes inspirou tôda moral fundada no culto ao trabalho” (ibidem).

Não pretendem agir sôbre o mundo exterior, pois isto seria submeter-se a êste; donde o pouco prestígio que sempre teve o trabalho manual entre portugueses e espanhóis. Seu ideal sempre foi “uma vida de grande senhor, exclusiva de qualquer esforço, de qualquer preocupação”, aproximando-se mais da antiguidade clássica que do mundo medieval.

A ausência de uma moral do trabalho contribui para tornar ainda mais frágil a capacidade de organização social. A solidariedade entre ibéricos existe apenas onde existe vincu-

lação de sentimentos e, claro, essa solidariedade não favorece associações sobre “plano mais extenso, gremial ou nacional” (pg. 30). Mas, porque a obediência é difícil, aparece, algumas vezes, como virtude suprema, e é para eles “o único princípio político verdadeiramente forte”. Assim, “as ditaduras e o Santo Ofício são formas tão típicas de seu caráter como a inclinação à anarquia e à desordem” (pg. 30). Como hoje a disciplina fundada exclusivamente na obediência parece uma fórmula caduca, em vão temos importado formas de governo capazes de dominar “nosso natural inquieto e desordenado”. Lembre-se ainda que toda cultura absorve apenas os traços de outras, quando êstes encontram possibilidades de ajustar-se aos seus quadros de vida. Com as culturas européias no Novo Mundo deu-se a mesma coisa: no caso do Brasil “podemos dizer de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria plástica, que se sujeitou mal ou bem a essa forma” (pg. 32).

II — Trabalho e aventura

E’ possível distinguir dois tipos humanos: o aventureiro e o trabalhador. O primeiro ignora fronteiras e obstáculos, vivendo dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes. As características do aventureiro são: audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem e, sem dúvida, foi êste o tipo predominante na obra da conquista e colonização. Donde estas se terem feito por portugueses, espanhóis e ingleses, onde o trabalhador encontrou ambiente menos propício.

“Essa ânsia de prosperidade sem custo, de títulos honoríficos, de posições e riquezas fáceis, tão notoriamente característica do povo de nossa terra, não é bem uma das manifestações mais cruas do espírito de aventura?” (pg. 40). De outro lado, deve-se lembrar que nas condições existentes para a colonização, as qualidades do aventureiro, sobretudo sua adaptabilidade extraordinária, foram decisivas para o êxito da tarefa.

E' ainda no espírito do português emigrante (que vinha buscar riqueza, “mas riqueza que custasse ousadia, não riqueza que custasse trabalho”) que devemos procurar uma das razões para o tipo de agricultura latifundiária aqui instalado. Mas houve outros fatores: a situação do mercado europeu na época, a qualidade da terra encontrada na América.

Outra face típica do português é a ausência, nêle, de qualquer orgulho de raça, característica em parte explicável pela mestiçagem já existente no Reino.

O trabalho coletivo não se organiza durante a colônia justamente por falta de uma “capacidade de livre e duradoura associação entre os elementos empreendedores do país” (pg. 65). Essa cooperação existiu apenas nos casos em que havia vínculos sentimentais entre as pessoas.

A êsse elemento acrescenta-se a “moral das senzalas” que adocicou tôda a vida colonial brasileira. Mas teria sido possível outro sistema? A experiência holandesa nos mostra que neste caso talvez se pudesse criar uma colônia baseada no trabalho ordenado e duradouro. Mas a Holanda só pôde mandar para cá aventureiros de tôda espécie, sem o menor desejo de criar raízes na terra. Além disso, os holandeses pretenderam transpor a pátria para os trópicos, incapazes de adaptar-se às condições ambientes, ao contrário do que aconteceu com os portugueses.

III — Herança Rural

Embora os portugueses não tivessem fundado no Brasil uma civilização agrícola, fundaram uma sociedade de raízes rurais. Nas propriedades agrícolas concentrou-se, durante os séculos iniciais, a vida da colônia e as cidades tornaram-se simples dependências das fazendas. A situação sòmente se modificaria em 1888.

A vida na propriedade rural e, por extensão, nas cidades e na política, é denominada pelo sentimento de família e, neste, o princípio de autoridade, ao contrário do que acontecia nas outras instituições, permanecia indisputado. Assim, o quadro

familiar torna-se tão poderoso que persegue o indivíduo ainda quando fora do recinto doméstico, dando “uma invasão do público pelo privado, do Estado pela Família” (pg. 106) . Com a ascensão dos centros urbanos é a aristocracia rural chamada a ocupar novos cargos, para estes conduzindo a mentalidade “familiar” como o **talento**, entendido como atividade puramente intelectual e oposto ao esforço físico. “E’ que para bem corresponder à função que, mesmo sem o saber, lhe conferimos, inteligência há de ser ornamento e prenda, nunca instrumento de conhecimento e ação” (pg. 107) .

IV — O Semeador e o Ladrilhador

Enquanto a colonização espanhola se caracterizou por uma aplicação tendente a assegurar o predomínio militar e econômico, através das cidades estáveis e ordenadas, a portuguesa distinguiu-se pelo seu caráter de exploração comercial. Por isso, enquanto a colonização espanhola revela a “vontade criadora que a anima” a colônia portuguesa “é simples lugar de passagem, para o govêrno como para os súditos”. Esta diferença explica a colonização litorânea do Brasil, a colonização interiorana pelos espanhóis.

Enfim, os portugueses revelaram em sua obra colonizadora um certo **desleixo**, que mostra não o desapêgo pela vida, mas que a aceita como é, “sem cerimônias, sem ilusões, sem impaciência, sem malícia e, muitas vêzes, sem alegria” (pg. 157) . Esse realismo é que o afasta das soluções metafísicas, dos grandes vôos da imaginação, do princípio de ordenação rigorosa. Em tôdas as atividades, inclusive na colonização, revelaram-se semeadores, não ladrilhadores.

V — O Homem Cordial

“Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição” (pg. 203) . E’ pela derrota das virtudes familiares que se implantam as virtudes políticas.

“No Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização... ia acarretar um desequilíbrio social cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje” (pg. 211). Formados no ambiente familiar, os detentores de posições públicas dificilmente compreenderam a “distinção fundamental entre os domínios do privado e do público” (pg. 212); assim, apenas como exceção tivemos um sistema administrativo fundado em interesses objetivos.

Empregando uma expressão de Ribeiro Couto, diz que “daremos ao mundo o “homem cordial”: a lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade... representam com efeito um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal” (pg. 214). Mas êsses caracteres não representam um aspecto de civilidade, mas indicam “fundo emotivo extremamente rico e transbordante” (pg. 215). Ao contrário da civilidade que é antes defesa do indivíduo que se preserva dos outros, a cordialidade nos leva a “viver nos outros” através da vida em sociedade. Que não somos ritualistas, percebe-se pela nossa aversão à reverência prolongada diante de superiores. O mesmo horror à distância, que parece constituir, ao menos até agora, o traço mais específico do espírito brasileiro, pode ser observado na forma intimista assumida pela religião católica no Brasil.

VI — Novos Tempos

Mas a aptidão para o social está longe de constituir um fator apreciável de ordem coletiva, pois nosso comportamento revela um apêgo singular aos valores da individualidade e “raramente nos aplicamos de corpo e alma a um objeto exterior a nós mesmos” (pg. 227). Donde nossa eversão às atividades morosas e monótonas, seja na vida intelectual, seja nas “artes servis”; o trabalho adquire, assim, um fim em nós mesmos, e não no próprio trabalho (donde a multiplicidade

de atividades). Ainda no vício do bacharelismo, que não é exclusivo do brasileiro, ostenta-se também a mesma tendência para exaltar a personalidade, o individualismo. De outro lado, preferimos encerrar a realidade em quadros fixos e imutáveis, como acontece com certos empregos públicos que libertam o indivíduo da aspereza da luta pela vida, como acontece também com certas construções de inteligência, dispensando “qualquer trabalho mental aturado e fatigante; as idéias claras, lúcidas, definitivas, que favorecem uma espécie de atonia de inteligência, parecem-nos constituir a verdadeira essência da sabedoria” (pg. 234). Um exemplo disso pode ser visto na aceitação do positivismo comtiano. Mas o desligamento entre os comtistas e a realidade brasileira é apenas um exemplo do desencontro entre as idéias e a vida brasileira. Esse desencontro, ou desencanto, decorre do abismo entre a classe dominante, consciente, e a grande massa do povo. O romantismo literário, a retórica, a gramática, o direito formal representam outras tantas formas de fuga a essa realidade mesquinha e desprezível.

VII — Nossa revolução

A verdadeira revolução do Brasil consiste na passagem da vida rural para a urbana: é um “lento cacacismo, cujo sentido parece ser o do aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura para a inauguração de um estilo de vida nova, que crismamos talvez ilusoriamente de americano...” (pg. 255).

Portanto, há um progressivo desaparecimento de nossas formas tradicionais de vida, coincidindo, tal desaparecimento, com a decadência da cultura da cana e sua substituição pela do café, quando a cidade deixa de ser dependência da zona rural para tornar-se sua sede. A República é de certo modo a tradução exterior do desaparecimento dos fazendeiros de açúcar, pois no novo regime político esses proprietários rurais deixam de ter a importância que tiveram no Império. De outro lado, a República continua a manifestar aproxi-

madamente os mesmos ideais do Império, pois o brasileiro continua a manifestar as mesmas idéias a respeito da posição do Brasil no mundo: desejamos parecer um povo brando, culto, comportado. Este objetivo tem sido procurado através da lei escrita, escapando-nos “esta verdade de que não são as leis escritas fabricadas pelos jurisconsultos, as mais legítimas garantias de felicidade para os povos e de estabilidade para as nações” (pg. 266). Se a revolução por que vem passando o Brasil consiste no desaparecimento das formas ainda coloniais e patriarcais, podemos perguntar de que forma se fará essa revolução. Provavelmente, pela ascensão da classe trabalhadora, embora contra isto se revoltam as velhas vozes reacionárias.

PERSPECTIVA FILOSÓFICA

Affonso Arinos de Mello Franco

CONCEITO DE CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA (1936) (34)

INTRODUÇÃO

O Brasil é o país de contrastes, observáveis em todos os domínios, desde a geografia física até a vida intelectual. Nesta, não se compreende o meio-tom; na política, por exemplo, ou nos localizamos na extrema esquerda ou na extrema direita. Por isso mesmo, não existe ambiente para uma política moderada e, “entre os dois polos contrastantes, o esforço desapassionado da inteligência perde o estímulo e a significação” (pg. 10). Se é certo que de toda a verdade teórica decorrem consequências políticas, não devemos esquecer que a investigação intelectual “independe da cristalização dos seus resultados em torno de concepções políticas, ou de deduções políticas, que são processos típicos de civilização” (pg. 11).

Assim, se a aplicação de um princípio foi feita erradamente, isto não significa que a verdade de onde se partiu fôsse errada; apenas, o processo de sua aplicação foi viciado por interesses ou imcompreensões. Supor errada a teoria por causa dos desacertos de sua aplicação é um esforço inepto e impossível, porque, sendo todo o fenômeno cultural uma simples transposição para o plano da inteligência, ou melhor, da consciência, de um valor vital, a sua supressão significa um contrariamento das leis biológicas, que não tem fim político, mas é apenas “expressão filosófica, social e histó-

(34). — Affonso Arinos de Mello Franco — *Conceito de Civilização Brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936.

rica do que se deve entender por civilização brasileira” (pg. 13).

Primeira Parte

Cultura e civilização

A “investigação dos elementos afetivos, ideais e materiais, que integram a nação brasileira”, não é tarefa difícil: o material está à mão do investigador e os processos para seu estudo têm sido desenvolvidos por teóricos estrangeiros. Até aqui, não se fez História do Brasil, mas apenas nos preocupamos com a exposição dos fatos de superfície. Se transformarmos êsse “depósito de matérias primas em uma estrutura lógica, concentrada, que seja ao mesmo tempo uma explicação do passado e uma indicação do futuro, eis a passagem da História do Brasil, para o que chamaremos História da Civilização Brasileira” (pg. 19). Esta será a forma de conseguirmos uma história viva.

A primeira coisa a ser feita, é uma definição das palavras, coisa indispensável em qualquer investigação. Para definir a palavra civilização podemos deixar de lado várias acepções correntes e “de acôrdo com as idéias da filosofia alemã sôbre êsses assuntos, e lançando mão da sugestiva expressão celebrizada pela terminologia marxista, diremos que as civilizações são as super-estruturas aparentes, que resultam da elaboração invisível, profunda e causal das culturas. A vida humana, na superfície do planeta, precede à formação das culturas e é causa determinante delas. As culturas, da mesma forma, precedem as civilizações e são as causadoras de seu aparecimento” (pgs. 23-24).

Certo, não se tem certeza, ainda, sôbre a gênese das culturas; mas isto é compreensível, se pensamos que não existe ainda explicação para a origem e o fim da vida. Se deixamos de lado o problema da origem das culturas e passamos para o do seu desenvolvimento, veremos que a cultura “começa por ser uma sorte de consciência coletiva da vida”,

formada, sempre, a partir de três elementos básicos: a raça, o espaço e o tempo.

Embora existam culturas primitivas e culturas superiores, sempre tendem para o mesmo fim: o domínio da natureza pelo homem.

A cultura dá origem à civilização: aquela se caracteriza pela criação, esta pelo aproveitamento do mundo. De forma alguma se poderia admitir como verdadeiro o processo inverso, isto é, admitir a precedência da civilização sobre a cultura, pois “em nenhum terreno o homem pode agir antes de contemplar o mundo, e de interpretá-lo teoricamente, ou melhor, ideologicamente” (pg. 41). Estão certos portanto os que, como Spengler, admitem a cultura como um processo de criação vital; Spengler erra, no entanto, ao supor a civilização como o sistema de consumo de valores criados pela cultura. Ao contrário, o espírito humano tem a capacidade de reelaborar o seu conhecimento e sua interpretação do mundo. Resumindo, poderíamos dizer que “a civilização é a cultura, realizada pela técnica”. Assim, quando surge a técnica, desaparece a cultura e surge a civilização. ,

E como distinguir as culturas e civilizações primitivas das superiores? As primeiras se caracterizam por interpretar “a vida e o mundo de uma forma elementar, pouco lógica, obscura e afetiva”. A filosofia, a arte, a ciência e a moral confundem-se em preceitos religiosos e arbitrários, onde o raciocínio é, principalmente, um elemento “aproximador e concatenador das sensações” (pg. 57). Outra característica da cultura primitiva é que nesta a compreensão do mundo exterior é também grosseira e rude. Uma quarta característica seria um imutável fundo de religiosidade, pois todos os aspectos de sua vida social (agricultura, direito, família, dança, guerra) são “outros tantos capítulos da religião” (pg. 61).

Nas culturas superiores, “o hábito da introspecção infunde respeito pelo valor do mundo subjetivo” e, por isso, em todas as suas atividades, o homem tende a desenvolver sua personalidade com o escopo contínuo de libertar-se. “Ao

mesmo tempo que as culturas superiores penetram verticalmente na alma, as civilizações superiores expandem, amplamente, o seu domínio horizontal sobre o mundo” (pg. 67).

Segunda Parte — Conceito de Civilização Brasileira

I — O africanismo e o indianismo

Para verificarmos a possibilidade de falar numa civilização brasileira, devemos procurar ver se tivemos uma cultura brasileira. Se o pretendemos fazer, devemos examinar nossas três origens: o índio, o africano, o europeu.

Quanto ao índio brasileiro, saliente-se a falta de estudos científicos sobre o assunto (um exemplo, seria a moda romântica do indianismo, sem fundamento científico); mas, ainda quando se fazem estudos com esse caráter, não se procura estabelecer a influência do indígena sobre a vida brasileira.

Com o africano aconteceu mais ou menos a mesma coisa: inicialmente foi um tema romântico, e só recentemente passamos a estudá-lo cientificamente.

A atitude do século XIX é explicável, se pensamos que o índio era um símbolo do nacionalismo e, portanto, sua diversidade e caracteres peculiares não importavam; o negro era um símbolo para o abolicionismo e importava como imagem sintética do sofrimento.

Ora, recentemente surge entre os brasileiros a consciência de influências culturais de negros e indígenas, até aqui disfarçados como se fossem provas de inferioridade. Utilizando os dados obtidos por essas investigações recentes talvez se possa chegar ao conceito de civilização brasileira.

II — O choque das três raças

No encontro, já muitas vezes descrito, das três raças, nota-se “a imensa superioridade da influência portuguesa sobre a dos outros povos brancos” (pg. 100).

Se às vêzes se tem diminuído — por um falso nacionalismo — a participação portuguesa em nossa vida, é impossível ocultar a importância dessa participação. “Pelo menos quanto ao primeiro século, o trabalho português é inegável. E foi dêsse trabalho inicial que decorreram as circunstâncias que lhe permitiram a vida mais ou menos folgada dos tempos seguintes...” (pg. 103).

Nos primeiros tempos da descoberta — antes do apogeu da lavoura do açúcar — “o trabalho luso na terra do Brasil foi, sobretudo, sexual” (idem). Se nada restava, na terra, da civilização portuguesa, “os ventres das cunhãs, ao contrário, começaram, logo, a gerar a vida de uma nova raça. Foi a primeira coisa de grande, que o branco deixou após si” (pg. 104).

A partir da terceira década do século XVI, com o início da lavoura de cana, aparece a necessidade de fixação à terra. A era colonial se caracteriza por esta fixação e pelo começo das aglomerações urbanas e de uma formação social. Ao mesmo tempo, os colonos trazem consigo o terceiro elemento da conquista: o africano.

Então, os pontos de contacto não estão apenas no campo sexual, mas também no cultural, principalmente a vida religiosa. “As crendices bárbaras, elementares, da África” e “as religiões mais avançadas, inclusive, em grande escala, a mahometana” chocavam-se aqui com as religiões indígenas.

A heresia do século XVI denominada “Santidade” era um amálgama de religião indígena e branca, representando um aspecto de luta do oprimido contra o opressor. Na “Santidade” o indígena rebelado pretendia vencer os brancos através de processos mágicos. Os negros devem também ter contribuído para enriquecer as “santidades”, como elementos mais evoluídos que eram. Aliás, para entendermos a formação do Brasil devemos ter a “idéia geral de que o Brasil foi teatro histórico de um grande choque entre duas culturas e uma civilização” (pg. 114). Se a civilização portuguesa esmagou as culturas inferiores, deixou-se também influir por elas. A civilização índia “não contribuiu de maneira

apreciável para a civilização brasileira” e se a civilização negra exerceu alguma influência, podemos, no entanto, “admitir que a civilização branca tenha, imediatamente, esmagado e incorporado ao seu ritmo as tímidas afirmações das civilizações negra e índia” (pg. 115).

A resistência ao branco se fez através da cultura, isto é, “através dos processos ideais, subjetivos, religiosos, de afirmação de tôdas essas tendências, e da realização de todos êsses valores” (pg. 116). Explica-se, assim, a aproximação e interpretação das duas raças dominadas; explica-se, também assim, o fato de as revoltas negras lançarem mão de elementos religiosos, através dos quais pudessem vencer os brancos. Como a defesa dos negros era cultural, “fugiam em massa das povoações da costa e se embrenhavam nos desolados longes sertanejos. Reintegravam-se na natureza, praticavam aquêle ato elementar que indicamos como básico da cultura (pg. 121). Um exemplo esplêndido dêsse fenômeno é o quilombo de Palmares. No quilombo encontramos a união de traços das três culturas, seja na organização política, social, seja na língua ou na agricultura.

Finalmente, é expressivo o fato de a civilização branca ter derrotado os quilômbolas apenas quando teve como chefe um nativo (Domingos Jorge Velho) que, por esta condição, “era capaz de enfrentar no seu próprio meio cultural, hostil ao branco europeu, a resistência das raças de côr” (pg. 129).

O episódio é ainda significativo, porque nêle vemos a pequena resistência material de indígenas e negros que, entretanto, influíram culturalmente sobre os brancos, principalmente porque o branco esteve em ambiente hostil e, além disso, a miscigenação produziu o mestiço, “excelente campo de desenvolvimento das culturas inferiores, porque a elas estava ligado pela predisposição atávica” (pg. 131).

Por isso, se pretendemos conhecer a atual civilização brasileira, precisamos estudar as sobrevivências das culturas indígena e negra no panorama da civilização branca.

III — Os resíduos índios e negros

“Chamo resíduos àqueles elementos, já assimilados, que por traços distintivos identificáveis, traem, com mais segurança, suas origens” (pg. 134).

Certo, muitas tendências brasileiras são resultantes das três influências (negra, índia e branca); entre essas, citemos “a preocupação do brasileiro popular pelo sexo e seus problemas, tão notada nos colégios e academias, preocupação que forma o núcleo de tôdas as conversas entre adolescentes e jovens” (pg. 135).

Aqui, serão postos em evidência “os resíduos tipicamente afro-índios, isto é, aquêles elementos constitutivos das culturas inferiores que foram assimilados pela civilização colonial branca, marcando para sempre, com sua influência, a futura civilização brasileira” (pgs. 135-136).

O sangue indígena teve participação primordial nas primeiras gerações brasileiras, e ainda hoje sua percentagem no povo é bem maior do que se costuma supor. Mas, ainda que fôsse menor do que é, “a sedimentação psicológica do primeiro século se transmitiria necessariamente às gerações posteriores, embora nestas a percentagem de sangue nativo fôsse menor. E se transmitiria, como se transmitiu, não só porque tal sedimentação já estava incorporada ao caráter nacional brasileiro do povo em formação, como, também, porque o meio natural era favorável à permanência de tais tendências psicológicas, uma vez que êste meio é que se havia imposto aos índios, que não eram autóctones nas nossas selvas e que tinham adquirido essas tendências pela sua adaptação à terra de adoção” (pg. 136-137).

Além disso, se pensarmos na influência psicológica da linguagem e verificarmos que nos dois séculos iniciais da colonização a língua geral foi muito mais falada que a portuguesa, teremos uma idéia de como foi grande a influência indígena em nossa formação.

Quanto ao africano, é quase desnecessário lembrar sua poderosa influência, dado que os estudos contemporâneos

brasileiros têm, inclusive, exagerado sua participação na formação do povo brasileiro.

1 — Imprevidência e dissipação

E' errado dizer-se que o índio brasileiro era indolente, pois grande parte da conquista do território foi feita com auxílio do trabalho indígena; além disso, mesmo abandonado a si mesmo, cultivava a terra, pescava, caçava e fazia a guerra.

Mas como nômades ou semi-nômades, "o seu trabalho tinha o caráter mais imediatista que é possível: cingia-se à imposição de uma necessidade, seguida da satisfação dela, sem plano, sem sentido econômico, sem faculdade de previsão" (pg. 141).

"A nossa imprevisão, a nossa falta de poupança, a nossa desatenção pueril para com o futuro, nos foram incutidas no sangue e na alma pelos nossos antepassados tupi-guaranis" (pg. 142). Isto pode ser observado tanto na iniciativa privada quanto no trabalho do Estado. Assim, constroem-se estradas de ferro em regiões semi-desérticas, e incentiva-se a produção em zonas sem transporte, contraem-se dívidas sem cuidar de recursos para pagá-las, etc.

2 — O desaprêço pela terra.

Outro traço do nomadismo indígena que permaneceu no brasileiro foi o desaprêço pela terra. Apenas os brancos ou os de "grande superioridade branca no sangue ou na educação" amam a terra e desejam possuí-la. O negro, que não era nômade, possuía o sentimento da propriedade da terra, enquanto o índio não dava a esta a menor importância. "E a influência através do sangue caboclo, foi a que se propagou, neste ponto, dentro da massa rural brasileira" (pg. 144). Se nossas estatísticas fôsem mais perfeitas, iríamos verificar que o latifúndio predomina onde é maior a parte de sangue indígena.

O latifúndio terá, naturalmente, "causas econômicas, também, como todo fenômeno social, sem estar contudo, ex-

clusivamente adstrito a elas” (pg. 145). Por isso, sob as mesmas condições econômicas, uma região apresenta grandes e outra, pequenas propriedades.

Como ilustração dêsse traço podemos lembrar que no levante de 1924 um chefe militar ofereceu terras aos voluntários, no caso de vitória, e não houve um só voluntário interessado nessa repartição de terras. Outro fato que indica o desapêgo do brasileiro pela terra é a afirmação de Prestes de que o problema de ocupação da terra pelo proletariado brasileiro é apenas uma fórmula retórica.

O sentimento de amor à terra é apenas ternura literária ou histórica, “o que é, evidentemente, um sentimento de apêgo superior, que não tem nada de instintivo”; a massa camponesa, sempre que pode, abandona a terra e por isso é tão impressionante o nomadismo da população rural. “Mineiros do norte e baianos vão por milhares a S. Paulo, e voltam, findas as colheitas. Não se fixam aqui nem lá” (pg. 148).

A exceção, é o caso dos cearenses; mas ela se explica quando compreendemos o “mecanismo psicológico” do nomadismo. O nômade o é, porque não tem necessidade de cultivar a terra; vive da extração ou de pequenas plantações que não exigem esforço capaz de gerar amor ao solo. “Já o caboclo cearense está ligado pelo destino a uma terra caprichosa, feminina e trágica” (pg. 152). E ama essa terra volúvel e enganadora, exatamente pelo trabalho que lhe dá. Enquanto isso acontece com o cearense “o resíduo índio permanece íntegro nas regiões de clima favorável e fertilidade aparente, bastante, em todo caso, para prover, sem trabalho, às pobres necessidades de seus habitantes” (pg. 153).

O gênero de produção agrícola (cana de açúcar), semi-feudal e pré-capitalista, não favoreceu a formação do amor à terra; o caboclo, pelo atavismo, não o possuía, e o branco, na produção de tipo quase capitalista, se proletarizou, impedindo a formação da pequena propriedade.

Depois, a lavoura do café, tendo diante de si a terra imensa para devastar, não modificou a situação.

Ora, neste caso se vê que o fator econômico tem importância, mas que não é possível desprezar o “atavismo cultural da massa rural”: “evidentemente, existe, na flutuação da população camponesa, um resíduo psicológico do nomadismo selvagem” (pg. 157).

3 — A salvação pelo acaso

Entre as influências conjuntas (afro-índias), talvez a mais importante seja a que diz “respeito à superstição, à magia, ao mistério, ao predomínio, enfim, das forças pré-lógicas sobre o comportamento social” (pg. 157). Do índio herdamos “o seu sentimento do acaso, do imprevisto, do azar”; do negro “o seu terror difuso, a sua esperança na proteção de forças desconhecidas, a sua tendência a incluir todos os atos da vida dentro de um círculo de riscos e possibilidades mágicas”. Esses traços fazem do brasileiro um povo espantosamente jogador. Explicam também o desenvolvimento das loterias e do jogo do bicho; mesmo os mais pobres, em vez de economizar — como os de poucos recursos de outros países — arriscam tudo na esperança do enriquecimento rápido.

Em vão a polícia tenta combater essa paixão popular. Para combatê-la, seria necessário um “largo plano educacional de aproveitamento dessas tendências incoercíveis, e da sua derivação, da sua aplicação em objetivos sociais” (pg. 161).

Também entre as classes média e alta predomina o interesse pelo jogo. Por isso mesmo, até as casas de comércio apelam para o jogo, oferecendo possibilidade de sorteios; o Estado participa da loteria, acenando com a sorte em suas apólices de dívida interna.

As conseqüências dêsse traço psicológico do brasileiro são de duas ordens: uma, econômica, outra, política. Quanto à economia, o jogo impede a poupança e, assim, o acúmulo de capitais necessários ao nosso desenvolvimento. A conseqüência política do espírito de jogo é o fortalecimento

da convicção, arraigada na opinião pública, de que a salvação nacional se pode operar por meio de milagres, de passes, de golpes de azar. Ora, num país onde o ambiente é de expectativa num milagre, a ordem pública é impossível; ninguém percebe “que a mudança de fórmulas ou regimes são simples transformações de côres, de nomes, de rótulos” (pg. 169). Daí decorre uma preocupação com os processos de produzir (seja a produção econômica, cultural, científica ou técnica); ninguém se lembra de que o fator fundamental da produção é o próprio trabalho. Isto explica que os ídolos brasileiros não sejam tanto “os que trabalham, como os que jogam com as fôrças que lidam: os malabaristas, os prestidigitadores, os fakires”. O que o brasileiro “aprecia, é o golpe de malandro, a rasteira presta, o gingado imprevisto do corpo, a tapeação, o despistamento” (pgs. 170-171).

Assim se explica também a crença no “Deus brasileiro” capaz de, numa intervenção inesperada, salvar-nos todos de tôdas as dificuldades.

4 — O amor à ostentação e suas conseqüências

Ao mesmo tempo que o jogo, outra influência impede o desenvolvimento do espírito de economia: “o amor do adorno, do enfeite, da ostentação simuladora, que o nosso povo herdou dos seus antepassados ameríndios e africanos” (pg. 172). “O espírito primário é sempre inimigo da simplicidade”, e isso explica que os povos mais atrasados tenham os “sentidos mais vivos, porém a sensibilidade menos aguda”. Ao contrário, “o espírito superior é simples, porque engloba as diferenças” numa unidade mais alta. Além disso, “a importância do vestuário e do adorno na vida sexual e religiosa do índio e do negro é capital, e tem sido posta em relêvo pelos especialistas nesta ordem de estudos” (pg. 173). Por isso, pode-se pensar que seja um resíduo cultural afro-índio a “mania de roupas, sêdas, côres vivas, cheiros fortes, pinturas brilhantes que caracteriza o brasileiro popular, sobretudo o mulato e o caboclo (pg. 173-174). Aliás, desde os tempos colo-

niais a mania de ostentação no traje tem sido observada na raça mestiça; ainda atualmente é possível verificar a mesma coisa com empregadas domésticas: as portuguesas são econômicas, organizadas, discretas; a mulata e a preta gastam tudo em enfeites para o corpo. E' o mesmo traço das baianas dos tempos passados e indica bem "as raças infantis de que provimos" (pg. 176). No interior todo, a mesma observação: os empregados, mulatos e caboclos, consomem todo o ordenado em pinga, "potes de brilhantina, gravatas berrantes, camisas do mesmo tom".

Uma das consequências do amor à ostentação é, como já foi indicado, a falta de espírito de economia do brasileiro; outra, "política e administrativa de relêvo, é o fundo de ostentação que se transferiu da "psiqué" popular para os hábitos de governo e para a organização de poder público, em todas as suas manifestações" (pg. 178). A demonstração disto está na distância imensa que separa as condições de vida das cidades das do campo. Ora, o desenvolvimento das cidades não é "coerente com a civilização brasileira, por isto que ela se apresenta com base indiscutivelmente agrária" (pg. 180).

Observa-se que, durante a colônia, êsse abismo não existiu, pois a cidade e o campo se ligavam diretamente e, sem dúvida, a vida no campo foi, nesse período, mais agradável que nas cidades.

Apenas a República "viria subverter esta linha tradicional da civilização brasileira": donde a idéia de construir uma capital no coração da selva; por isso Manaus, no fastígio da borracha, exibiu "colunatas de mármore, francesas importadas adrede, bailes de máscara", enquanto a região dos seringais continuava pestífera e miserável; daí vem o desenvolvimento anômalo de São Paulo, o embelezamento do Rio de Janeiro.

Como se explica esta característica republicana? Na colônia, os administradores eram portugueses e aqui deram "preferência ao campo, como já tinha ocorrido em Portugal, nos tempos anteriores à grande navegação" (pgs. 198-199).

No Império a mesma tendência continua, porque no período monárquico as classes dirigentes eram constituídas por brancos. Na República, apesar de todos os falseamentos da democracia brasileira, as eleições exprimem mais fielmente a vontade do povo e, numerosas vêzes, foram “mestiços de raça os chefes do executivo brasileiro” (pg. 200). Na verdade, as tendências exibicionistas dos mestiços já existiam durante a colônia e o Império, mas apenas com a República puderam manifestar-se livremente. Assim “a nossa civilização foi tomando, aos poucos, o aspecto anti-agrário que hoje a vicia e marca, porque o espírito que preside à nova estrutura do Estado se origina no sentimento popular da raça mestiça, afeiçoada, como vimos, ao luxo das aparências e profundamente desapegada da terra”; “reunem-se nessa antipatia instintiva da massa pela terra e nesse amor pela cidade, os resíduos que já definimos, de nomadismo indígena e do apêgo ao ornamento, que são afro-índios, com as conseqüências do sistema forçado da grande exploração agrícola capitalista” (pgs. 203-204).

5 — Razão e força

“Outra influência decisiva que os resíduos afro-índios imprimiram, sob a República, à nossa civilização, foi o desrespeito pela ordem legal”. Embora assentasse seus alicerces sobre bases fictícias, o Estado moderno tinha significação no Brasil. Mas, “o institnto rebelde à organização técnica (e portanto também à organização elaborada pela técnica política) era comum às duas culturas com as quais se chocou a civilização branca” (pg. 208).

Os índios e negros possuíam um “Estado embrionário”, mas êste se fundava não sobre a razão, e sim sobre a força. Ao contrário, nas civilizações superiores, embora frequentemente a lei se faça a favor de interesses e contra a razão, é certo que “o coeficiente de razão cresce continuamente nos quadros políticos dessas civilizações, ao passo que diminui o da força” (pg. 211). A “psiquê” do brasileiro “assimilou

os resíduos afro-índios da concepção da legalidade filiada ao terror natural, à presença da força, desligada de quaisquer compromissos sem razão”. Durante séculos êsses impulsos elementares das massas mestiças foram limitados, e detidos, sustados, por um complexo aparelho de Estado, que representava o regime da legalidade fundado na razão (pg. 211 212).

No período colonial, “a ostentação contra a vaga de terror natural foi exercida pela Companhia de Jesus”. Eram os jesuítas que representavam, na época, a razão contra a força. A escravidão mostra bem esta oposição entre razão e força: os colonos, que tinham assimilado resíduos das culturas afro-índias, queriam resolver a escravidão pela força; a êles se opuseram os jesuítas encarando o princípio da razão.

No império, a razão se encarnou no regime parlamentarista e êste, embora convencional, serviu como protetor da integridade nacional. Mas, sendo artificial, e produto de longa elaboração européia, como pôde êsse sistema se ajustar tão bem ao Brasil? É que o parlamentarismo funcionou “não como expressão de verdadeiro sentimento, e das verdadeiras tendências do povo brasileiro, “tomada a palavra “povo” no seu sentido mais alto, designativo de totalidade da população nacional, mas, ao contrário, como a negação dêsses sentimentos e tendências” (pg. 218).

Com a República passamos a ter um Estado assente não mais na ordem política — “porque o regime republicano já nascera politicamente fracassado” — mas na teoria jurídica. Isto explica o furor dos juristas — principalmente Rui Barbosa e seus discípulos — na defesa da Constituição. Embora muitas vêzes violada, a Carta Magna era considerada como a única forma de salvação nacional. Os problemas políticos importantes “não refletiam alterações nas suas condições econômicas e sociais”, mas agitações ligadas ao desrespeito da lei pelo governo. “Estar dentro da lei ou fora da lei, eis o que significava governar bem ou governar mal, para aquela geração de advogados militantes, e, através do seu

psitacismo retumbante, para tôda a opinião pública brasileira” (pg. 228); “o mais elevado conceito de Estado, na República, se exprimia, assim, pela razão jurídica, como no Império se exprimira pela razão política e na Colônia pela razão evangélica” (pg. 230).

Esta artificialidade, e o jôgo em que revoltosos e governo se julgavam mutuamente como fora da lei, terminarão com a Revolução de 1930: ainda então, os revolucionários pediam ao governo o cumprimento da lei, e o governo, fora da lei, pretendia obrigá-los ao cumprimento da mesma lei. Simplesmente, desta feita, o choque militar foi desfavorável ao governo.

Mas o que ocorre depois de 1930? Os revolucionários percebem que a legalidade era apenas um conceito e não poderiam governar o Estado dentro dela. De outro lado, a massa vitoriosa verifica que a legalidade é inútil e pretende um governo capaz de atender às necessidades populares. “E são essas necessidades que procuram, agora, se fazer ouvir pela voz da força, num evidente recuo ao plano de influência das culturas primitivas” (pg. 232). Conseqüentemente, a legalidade perdeu seu prestígio anterior e o Estado, enquanto não encontrar outro mito, somente poderá se opor aos “impulsos de resíduos culturais afro-índios” pela força, isto é, suprimindo qualquer aparelho permanente de Estado.

Palavras finais

Procurou-se “fazer um novo retrato do Brasil. Mas um retrato psicológico, em que os contornos não fôsem do corpo, mas da alma” (pg. 236). Embora tenham sido indicados poucos traços — e alguns dêles já apontados anteriormente por outros autores — não se deu apenas descrição, mas também uma explicação para êles. Isto foi feito, “partindo de uma base filosoficamente assentada”, e de documentos históricos, chegando-se assim “a certas conclusões fatais”, demonstrando a “causa histórica dos traços mais fortes de nossa psicologia”.

PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL

Arthur Ramos — NOTAS PSICOLÓGICAS SÔBRE A VIDA
CULTURAL BRASILEIRA (1938) (35)

Existem atualmente várias teorias que procuram analisar a relação entre a vida social e o pensamento. Ainda no “pensamento puro, as condições históricas e sociais modificam a essência mesma da função de pensar. Kurt Lewin, em ensaios notáveis, mostra hoje como ao “pensamento aristotélico”, orientado dentro das noções rígidas de causalidade”, se contrapõe o “pensamento galileico”, móvel, dinâmico, “fora da lei”.

De outro lado, a psicologia da cultura, de Lévy-Bruhl, Graebner, Werner, Sapir, Dollard, tem demonstrado a relatividade do pensamento, desde a forma primitiva-catatímica, até a lógica-ocidental. Mas nesta permanecem resíduos daquela, nos sonhos, nas neuroses, na arte.

Ora, essa relatividade está ligada a influências socio-culturais, e não a raças, como às vezes se supõe. E o pensamento pode ser estudado dentro de todas as condições que o determinam ou modificam. A vida intelectual brasileira merece um estudo onde seja analisada a cultura brasileira, os processos de sua vida mental. “Esta nos surgiria ainda eivada de defeitos, próprios de culturas ainda na infância”. Este estudo é apenas uma abordagem rápida do tema e das causas psico-sociais desses defeitos de nossa vida intelectual. “Muitas destas causas são predominantemente psicológicas, outras mais especialmente sociais, várias de índole propriamente

(35). — Arthur Ramos — *O Negro Brasileiro* — I v. Ethnographia Religiosa, 2a. ed. aum. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1940; *A Aculturação Negra no Brasil*, São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1942.

econômica, histórica, etnográfica, mas tôdas, em suma, de natureza psico-social”.

Alguns dêsses aspectos podem ser analisados da seguinte forma:

1) — **O culto da palavra:** “E’ uma sobrevivência da mentalidade primitiva. No primitivo, o pensamento está ligado intimamente aos símbolos concretos”. Por isso, o primitivo fala mais por gestos, com mímica exuberante. O brasileiro tem tendência a esta dispersão verbal. Nossa história está cheia de discursos empolados, onde a idéia é sacrificada à forma; nem é por outra razão que as nossas figuras mais representativas sempre foram os discursadores. A fórmula verbal é sagrada, e chegamos a confundir o decreto com o facto realizado. “Há uma confluência do pensamento imaginativo e realístico, pelo poder mágico concedido às fórmulas verbais”.

2) — **O culto do doutor e a caça ao diploma:** No Brasil, o objetivo dos estudos não é a aquisição de saber, mas a do diploma e do anel, por qualquer meio possível. “Sobrevivência do amor primitivo aos enfeites, aos adornos, símbolos de poder e de dominação”.

3) — **Primarismo, auto-didatismo, narcisismo:** Estas três características estão intimamente ligadas. Como não há orientação eficaz no ensino superior, o indivíduo deve dispendar um tremendo esforço para adquirir cultura, lendo tudo, sem seleção. “O auto-didatismo reforça, no Brasil, aquela percentagem de narcisismo, que é quase generalizada entre nós”.

Nas ciências e nas artes, os auto-didatas tornam-se “donos de assuntos” e, por isso, inatacáveis.

Na administração, o narcisismo é responsável pela descontinuidade da vida administrativa, pois cada um nega a obra do predecessor. “Esta é a história psicológica de nossas reformas sucessivas, e das soluções de continuidade de nossa vida cultural.

4) — **Culto das coisas concretas:** “Entre nós, ainda é ciência apenas aquilo que se vê, as coisas tidas como positivas ou reais. Ainda uma modalidade do pensamento primitivo que pensa em imagens visuais”. “Isto explica que apenas médicos e naturalistas sejam considerados cientistas no Brasil”. A Psicologia e Sociologia, apenas função de cartomantes.

5) — **Totens estrangeiros:** Temos vivido o culto da “última moda”, em ciência ou literatura. Assim, as teorias são refutadas em nome de autoridades estrangeiras, ou como fora de moda. Por isso, se atribui tão grande importância às viagens de estudo ao estrangeiro. “O culto da “última novidade”, é ainda uma sobrevivência pré-lógica: o que vem por último é verdadeiro”.

6) — **“Indoctrination”:** Muitos setores do pensamento brasileiro estão hoje influenciados pela orientação político-partidária ou pela religião. “Aliás, é este o grande mal da época”, como o demonstram as teorias racistas.

No Brasil, o ensino científico se confunde com o ensino religioso, apesar de em outros países observarmos — mesmo sob a orientação da Igreja Católica — a separação completa entre os dois domínios. Basta verificar a separação que se pode observar nos Estados Unidos entre o ensino de Teologia e o de ciências.

Se temos algumas escolas superiores excelentes, não temos ainda uma Universidade, porque nos “falta aquele espírito de pesquisa, de objetividade, de imparcialidade de julgamento, etc., que seria tão premente introduzir no Brasil”. A nossa cultura superior se ressentir de tais defeitos e “muitos outros que só um exame mais detido poderia elucidar”. Há, além disso, outros fatores ligados à própria vida mental brasileira, no seu sentido geral: a existência de substratos afetivos, emocionais, na nossa vida coletiva e a influência do pensamento mágico.

Não se pode pensar que um ou outro grupo étnico seja responsável por estes defeitos; estes são “uma consequência

de atraso cultural ou de desajustamentos sócio-culturais advindos de trabalho de aculturação ainda não completo”.

Na realidade, alguns destes defeitos o serão apenas na aparência e talvez se transformem em qualidades, pois alguns processos de pensar africanos e ameríndios talvez dêem à civilização do Novo Mundo uma característica própria. Talvez esses elementos pré-lógicos se incorporem ao pensamento aristotélico e assinalem uma nova forma de pensar. Talvez na transformação violenta de valores por que passamos, nos encaminhemos para uma forma galileica de pensar. Talvez a reação já observada na arte e na vida cotidiana se estenda à ciência, subvertendo o processo lógico.

Os defeitos não são, entretanto, irredutíveis, mas “definam a nossa “cultura” como entidade ântropo-cultural”. Alguns podem e devem ser corrigidos, enquanto outros “são inerentes à nossa vida mental”, “expressões características de uma civilização em início”.

Em *O Negro Brasileiro*, Arthur Ramos tinha delineado essa apresentação, dizendo: “nós vivemos ainda em pleno domínio de um mundo mágico, impermeável, de uma certa maneira ainda aos influxos de verdadeira cultura” (pg. 496). Para afastar essa barreira ao progresso, devemos “conhecer o substratum emocional que jaz nas primitivas capas estruturais de nossa psiquê”.

Este substratum é formado pelos costumes de sobrevivência negra e por isso o estudo das religiões africanas é indispensável, pois “acantonadas que se acham nos bastidores do inconsciente coletivo” “mostram melhor o poder dinâmico emocional que agita as sociedades”. (pg. 407).

Se é verdade que a lógica pura é uma abstração, e que o pensamento mágico persiste na arte, no sonho, na crença, nem por isso devemos deixar de lado a tentativa de eliminar a ilusão narcísica e buscar a complexa socialização da libido.

Reconhecia entretanto que ainda não podemos compreender a psiquê coletiva do brasileiro, e “com o estudo das formas atrasadas de suas religiões, consegue-se apenas des-

cobrir uma ponta de véu”. Mas é preciso descer mais, até chegarmos a escrever a história do Brasil, através “das peripécias e transformações de seu inconsciente coletivo” (pg. 410).

Faculdade de Filosofia
Ciências e Letras
Biblioteca Central

PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA

Fernando de Azevedo — PSICOLOGIA DO POVO
BRASILEIRO (1940)

Para Fernando de Azevedo (36) o caráter coletivo de um povo é produto de fatores geográficos, econômicos e sociais e é uma síntese de elementos que se combinam ou tendem a combinar-se. Aceita a afirmação de Durkheim, para quem “um temperamento coletivo ou individual, é coisa eminentemente complexa e não poderia ser traduzida numa simples fórmula. O caráter, nos grupos como entre particulares, é o próprio sistema de todos os elementos mentais; é o que faz a sua unidade. Mas essa unidade não se prende à preponderância mais ou menos marcada, de tal ou qual tendência particular”.

Não é, pois, possível generalizar a partir da observação de indivíduos, mas observando os vários fatores que condicionam o caráter coletivo. O meio físico, o clima e a raça modelam “um povo no momento em que sua alma é virgem ainda” e são capazes, “através da modificação do meio humano, de perpetuar os traços hereditários que se imprimiram desde o princípio às primeiras gerações”.

A medida que a civilização se desenvolve, então as forças sociais têm maior influência que as naturais. Se a alma de um povo não é uma “essência eterna”, e está sujeita a transformações, então a análise deve se concentrar na pesquisa dos hábitos e tendências mentais “suficientemente persistentes e suficientemente gerais”.

(36). — Fernando de Azevedo — “Psicologia do povo brasileiro” Cap. V in *A cultura Brasileira: Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil*, São Paulo: Cia. Editores Nacional, (1944) pgs. 103-122..

A dificuldade de análise provém da variedade de influências a que está sujeito o caráter coletivo; no caso particular do brasileiro, a outra dificuldade decorre do fato de constituirmos um povo jovem, que ainda não chegou a afirmar “os seus aspectos distintivos e a realizar a fusão harmônica dos diversos elementos mentais que entraram na sua composição”.

Isto não significa, por outro lado, a inexistência de um caráter próprio; entretanto, além de alguns elementos básicos, existem outros traços até agora indefiníveis, e os vários estudos anteriores não permitem ainda apresentar uma psicologia política e social do povo brasileiro. Os traços apontados são muitas vezes transitórios e a explicação se fundamenta nas condições geográficas e nas três raças constituintes do povo.

Pergunta o autor se, por maior que tenha sido a pressão do meio sobre a raça, “no tempo em que nenhum produto social se interpunha entre um e outro”, poderemos explicar muita coisa na história de um povo por essa pressão primitiva. E se, além disso, podemos aceitar que a mestiçagem de brancos, índios e negros explique diversos traços do povo, ou se, pelo contrário, são apenas características de certos grupos e certas épocas. Se é verdade que, em proporções variáveis, essas três raças se cruzaram em todo o território nacional, não é menos certo que a fusão jamais chegou a ser completa e foi antes superficial e aparente.

Se não se pode subestimar, seja do ponto de vista racial, seja do ponto de vista econômico, a contribuição de negros e índios, “a cultura ibérica foi predominante em todos os pontos”. Além disso, muitos traços cuja origem se atribui aos negros e índios, não nos vieram deles. Por exemplo, o negro é apresentado como triste, mas na verdade, como lembra Gilberto Freyre, sempre teve alegria e robustez para suportar o trabalho enfadonho das plantações.

De certa forma, esta a crítica que se pode fazer a Paulo Prado: para este autor, a luxúria e a cobiça são os dois traços predominantes no caráter nacional; destes traços, pela

fadiga da paixão genésica e pela ambição de ouro, resultou a tristeza, a que o negro deu a sua contribuição. A crítica de Humberto de Campos procurou mostrar que o brasileiro não tem de quem herdasse a tristeza, pois o português, o africano e o indígena são alegres, como provam suas festas.

O mesmo se pode dizer dos traços apresentados por Affonso Arinos de Mello Franco, como características do brasileiro: a imprevidência e a dissipação, o desapêgo pela terra, a salvação pelo acaso, o amor à ostentação e o desrespeito à ordem legal. Para Mello Franco, êstes traços seriam providos dos indígenas ou dos africanos. Mas, como observa Miranda Reis, essas são características de um determinado estágio dos povos ou de atraso mental de classes populares.

Ainda não se estudou corretamente o resultado do encontro das três raças iniciais. “A raça não deixa de ser um fator importante. Êsses numerosos cruzamentos que se verificaram, sobretudo durante os três primeiros séculos, entre os elementos raciais, constitutivos de nossa população, puderam passar à alma brasileira certos caracteres dêsses povos, modificando, como modificaram, a do conquistador e a do colonizador branco”.

Por outro lado, não parece possível descrever o caráter brasileiro em função unicamente das raças, mesmo porque, no caso brasileiro, existe tal variedade de tipos e sub-tipos raciais que não se pode falar, êtnicamente, num brasileiro.

Quanto à descrição do caráter brasileiro, os traços mais freqüentemente apresentados são: a afetividade, a irracionalidade e o misticismo, que se infiltram por “todo ser espiritual, amolecendo-lhe ou exarcerbando-lhe a vontade, conforme os casos, e dando-lhe à inteligência um aspecto essencialmente emocional e carregado de imaginação”.

Se é certo que em todo o povo existe uma grande parte de afetividade, “no brasileiro, a sensibilidade, a imaginação e a religiosidade têm uma tal intensidade e fôrça que ramente a cultura consegue dissimulá-las, não concorrendo senão para levantar o afetivo e o místico, de suas formas primitivas e grosseiras, para formas mais altas e delicadas”.

Essa afetividade interfere em todos os nossos juízos e nos leva a resolver as questões em termos de “amigos” ou “inimigos”; para compreendê-la é necessário lembrar nossa origem portuguesa e a obra evangelizadora de vários séculos, que nos dão a chave para explicar a religiosidade persistente.

O sentimento religioso não é, entretanto, uniforme, tendo variado de região para região, adaptando-se às particulares condições de vida. Mas ao contrário do que Boutmy observou nos Estados Unidos, em que a religião tem um caráter “ético e prático”, Gilberto Freyre encontra no Brasil uma religião doméstica, de relações quase de família entre os santos e as pessoas. “Ou por força desse sentimento religioso, com sua espontaneidade rica de simpatia humana, ou pela ação da natureza tropical, deprimindo e esmagando o homem, o brasileiro não é um revoltado, mas um resignado, dócil e submisso às fatalidades físicas e morais às quais aprendeu a resistir com coragem e a subordinar-se sem amargura, quando as reconhece superiores aos seus recursos de defesa e de ação. A sua atitude, em face da vida, — misto de indulgência, de piedade e de ironia — é uma espécie de capitulação resignada ao assalto das forças de uma natureza hostil”.

Assim, um dos traços mais gerais do brasileiro é a sua bondade. Por isso, o brasileiro ignora “distinções de classes e diferenças de raças, se retrai diante da brutalidade e da violência ... e é fácil de se conduzir, quando se faz apêlo à razão e, sobretudo, aos sentimentos”. Essa bondade tem origem na formação profundamente cristã de nosso povo e na confraternização de sentimentos e de valores e na democratização social para que contribui também a mestiçagem aqui praticada. Além disso, para essa bondade deve ter contribuído, segundo a observação de Gilberto Freyre, a influência do negro. Outro motivo foi a separação entre os núcleos de povoadores, onde a chegada de uma visita significava sempre a alegria e o contacto com terras estranhas; por isso mesmo, o forasteiro era sempre bem recebido.

Mas à bondade sempre se reuniam a reserva e a desconfiança, frutos das condições do povo, isolado, e sempre

exposto aos mais variados perigos. Isto não significa agressividade; é uma atitude de defesa que vai “desde a reserva no falar e a dissimulação, até essa aparente incontinência de linguagem que nos permite falar muito sem dizer nada ou, ao menos, sem abrir o coração”.

A desconfiança e a reserva, se estão mais acentuadas no mineiro, podem ser encontradas em todos os brasileiros, devidas exatamente às condições de vida na colônia, à natureza enganadora. “O brasileiro, sob a pressão dessas causas, aprendeu a reagir e a defender-se numa atitude de expectativa e de observação. Mas é verdadeiramente admirável que êsse ceticismo que se traduz numa atitude de complacência e bom humor, e de piedade e de ironia em face da vida, — flor de sabedoria em que se desabrocham as civilizações maduras e refinadas, — tenha surgido, como um dos traços mais vivos de seu caráter, num povo simples e jovem, ainda em formação”.

Outra característica do brasileiro é a sobriedade, cuja origem é a natureza áspera e avara em que vive. Ao contrário do que pensa Paulo Prado, o brasileiro não tem e nunca teve interesse fundamental pelo ouro. Mesmo a parcimônia, observável no mineiro, é antes desejo de guardar o pouco que tem e não manifestação de usura.

A imprevidência vem, não do indígena, mas das próprias condições de vida, onde as bruscas oscilações convidam à dissipação da riqueza e à confiança na sorte e não na continuidade do trabalho.

A instabilidade econômico-social e a fragmentação dos núcleos de povoação podem explicar o sentido da cultura entre nós, considerada não como uma atividade prática ou um valor moral, mas sinal de classe ou distinção. “Não é que faltasse ao brasileiro interesse pela cultura: a sua sensibilidade delicada e excitável, a sua inteligência vivaz, mas superficial, a sua facilidade de adaptar-se a um *minimum* de vida material e a sua própria tradição religiosa não só lhe despertaram uma noção viva de subordinação dos valores materiais aos valores morais, mas lhe trouxeram uma forte

atração pelas coisas do espírito. Mas a nossa cultura é, geralmente, uma cultura literária de superfície". Ora, não foi apenas a tradição escolástica portuguesa que nos manteve aferrados ao encanto da forma e às pompas da erudição. A sua mesma sensibilidade contribui para mantê-lo afastado da ciência e da filosofia, que exigem uma técnica severa e uma forte disciplina de pensamento. O brasileiro não apresenta vigor ou penetração de pensamento mas sim a facilidade, a graça, o brilho. Por outro lado, as próprias condições de vida material não permitiram o desenvolvimento das ciências e da filosofia; e o verbalismo pode perfeitamente transformar-se sob uma orientação diferente, o que indica não uma inteligência fraca, mas uma inteligência mal formada.

"Tanto por influência das três raças que entraram na composição do povo, como pela ação do meio físico e do clima, e ainda pelas próprias condições de nossa formação social, parece fortemente marcado o predomínio da afetividade sobre a inteligência, no brasileiro". Por essa predominância podemos explicar vários aspectos de nossa vida intelectual. Portanto, a chave de nosso caráter deve ser buscada na sensibilidade e não na inteligência, com influência daquela sobre a vontade. "Tudo o que nossa vontade tem de explosivo, essa aptidão de guardar, sob as aparências da moleza, da lassidão e da indiferença, reservas de energias que se desencadeiam, sob o imperativo de uma necessidade ou ao choque de uma emoção, não denunciam uma preponderância acentuada da sensibilidade sobre a inteligência, ou, para empregarmos termos técnicos de fisiologia, do simpático neuroglandular, com tôdas as suas impulsões, os seus instintos e as suas taras, sobre o cérebro, com sua capacidade de comparar, de julgar, de concluir?"

Donde a nossa falta de continuidade, os impulsos inopinados, representativos de uma adaptação às condições ambientais.

Um dos elementos preponderantes do caráter brasileiro é o individualismo, provindo dos povos ibéricos, alargado sob

as novas condições de vida. Este individualismo não é o individualismo criador, encontrável, por exemplo, entre os anglo-saxões. É antes negativo, no sentido de ser muita vez uma tendência anti-social, implicando numa rebeldia do indivíduo diante da sociedade. O próprio sistema de vida do pastoreio, ou os latifúndios, tenderiam a acentuar essas características. O individualismo, “estimulando sentimentos de audácia, coragem e altivez, assegura, sem dúvida, a sua floração, mas, impondo à vida o princípio das competições individuais, alimenta, ao mesmo tempo, com a dispersão e a indisciplina, as fontes de rivalidade e de conflito”. A esse individualismo anárquico devemos acrescentar o fraccionamento em capitánias, para compreender a resistência à concentração política do país. Donde a ausência de espírito de cooperação, já observada por Sérgio Buarque de Holanda. Se é verdade que o combate ao indígena e ao estrangeiro obrigou à união, como também o exigiu o tipo de trabalho, este fato não demonstra cooperação, mas falta de coesão, pois essas associações acidentais não deixam vestígios em instituições permanentes.

Todos os fatores de nossa formação — o contacto de raças diferentes, as migrações internas, o nomadismo ou o isolamento de muitas populações do interior — “tudo isso contribuiu para desenvolver em alto grau o sentimento democrático e as tendências igualitárias”. Mas esse sentimento democrático deve ser compreendido dentro dos quadros em que se desenvolve: as disputas, políticas ou intelectuais, abandonam o campo das idéias para se transformar em lutas pessoais. “Num país em que o prestígio pessoal é tudo, independente do nome herdado, e a união dos indivíduos e grupos se tinha de fazer, em consequência, em torno de chefes ou de personalidades prestigiosas, não podia ser forte o princípio de coesão e de hierarquia social nem dominante a tendência à centralização”.

Onde se pode observar hierarquização é na sociedade latifundiária e escravocrata. Com a urbanização, esta hierarquia social desaparece e dela nos fica a moral de senhores e

de escravos, patrões e empregados. Esta moral deu conteúdo social ao personalismo e deu forma à política, “de que se acham afastados tanto o sentimento do interesse comum quanto o espírito de cooperação”.

Enquanto, observa Boutmy, nos Estados Unidos, o Estado surge como criação consciente dos indivíduos, e estes não desejam sua intervenção no domínio privado, “no Brasil o Estado aparece como uma providência que precede os indivíduos e a quem se recorre como um sistema de amparo e proteção”. Atrás do Estado não se vê o interesse coletivo, e sim as pessoas que têm o poder em suas mãos. Esse fascínio pelos poderosos não adquire caráter místico mas, ao contrário, o brasileiro procura despojar os chefes de suas máscaras de predestinados. Além disso, as distâncias entre os núcleos de população tenderiam a apagar as funções e o prestígio estatais. “Se, porém, algum traço de misticismo se encontra na atitude do brasileiro em face do Estado, é um certo feiticismo das fórmulas e dos regimes, que se exprime numa confiança quase ingênua na eficácia de construções *a priori*, de instituições sociais e políticas perfeitas”, e deve provir de falta de tradição política e do espírito revolucionário do século XVIII.

Se o patriotismo é, no Brasil, mais utilitário que místico (como, aliás, nos Estados Unidos) e se, sem longa tradição, se projeta e se encarna no futuro, nem por isso o sentimento nacional é menos intenso. “O que admira, ao primeiro aspecto, nesse fato singular da existência de um espírito coletivo já tão arraigado, é que esse sentimento se tenha formado e tenha adquirido tanta vitalidade num país em que não concorreriam para desenvolvê-lo nem a extensão territorial, nem a densidade de população, nem os estímulos poderosos de inimigos exteriores”; apesar disso, o sentimento de pátria é uma das forças vivas do brasileiro.

Ora, se há traços gerais em todos os brasileiros, existem também peculiaridades regionais. Como características gerais, o brasileiro apresenta o altruísmo, a sentimentalidade, a generosidade, “capaz de paixões impulsivas, violentas mas

pouco tenazes, amando mais a vida que a ordem, pacífico, hospitaleiro mas desconfiado, tolerante por temperamento e por despreocupação". Quanto à vontade, é um trabalhador resistente, dotado de individualismo vigoroso, mas agindo por impulsões e sem continuidade.

Quanto à inteligência, é de "uma sensibilidade aguda, de rara vivacidade intelectual e de uma imaginação rica em ficções que o predispõe mais às letras e às artes que às ciências"; é notável pela "facilidade de apanhar no ar" e pela sua intuição, alimentada na sensibilidade e pelos seus instintos de direção".

As diferenças regionais não são apenas as que decorrem de diferenças entre o homem do campo e o da cidade, e observáveis universalmente.

As distinções mais notáveis podem ser percebidas entre os habitantes do norte e os do sul como decorrência de diversidade na "composição étnica, variedade de meios físicos e condições específicas de formação social".

De fato, devido à natureza contraditória, o homem do norte "é mais vibrátil, mais lírico e dramático" enquanto o do sul, é "mais comedido, mais positivo e realista". No do norte prepondera a "sensibilidade sobre a razão, o gosto da eloquência, dos gestos e atitudes ardentes"; no do sul, "um maior domínio dos nervos, uma sobriedade até a reserva, equilíbrio e moderação".

Mas além destas diferenças básicas, podemos notar o paulista "de uma discreção quase hostil, de tão reservada, com sua tendência à ação, empreendedor e tenaz"; o mineiro, "desconfiado até a dissimulação, prudente até o pessimismo, de um grande poder de plasticidade, de claro bom senso e de hábitos morigerados; o carioca "com seu bom humor até a irreverência, seu senso do ridículo e seu gosto do bem estar e dos prazeres da vida"; o gaúcho, "romântico e cavalheiresco", de entusiasmo apaixonado e uma natural generosidade.

Esses traços distintos mostram o processo de nossa formação mas não impediram a unidade nacional nem as idéias e tendências comuns.

Também, pela influência de imigração e pela ação da civilização industrial muitos desses traços tendem a modificar-se, e à medida que a civilização se desenvolve, as forças sociais pesam mais sobre o caráter das nações do que as forças naturais”.

Observa-se que as transformações se dão em campo limitado “e na direção das tradições e tendências fundamentais com que se afirma o temperamento de um povo”. Aliás, por mais que as nações procurem ser perfeitas, em todos os domínios revelam suas qualidades específicas, concorrendo, com essas diferenças, para a riqueza e força da civilização.

PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA

Gilberto Freyre (1933-1947) (37)

A partir de *Casa Grande & Senzala* (1933) Gilberto Freyre vem descrevendo a vida cultural brasileira: *Sobrados e Mucambos* (1936), *Problemas Brasileiros de Antropologia* (1943) e *Interpretação do Brasil* (1947) são os mais importantes para o ponto de vista que aqui nos interessa.

Tentar a síntese de seu pensamento é tarefa difícilima; o recurso seria buscar suas idéias fundamentais em *Interpretação do Brasil*, talvez o mais sistemático de seus livros. Esta limitação implicaria, de outro lado, num falseamento de suas idéias e preferi não o fazer.

Baste um exemplo de suas muitas contradições para indicar a dificuldade e quase diríamos impossibilidade de realizar uma síntese de seus livros.

No prefácio à 3a. edição de *Casa Grande & Senzala*, escrevia o autor que sua interpretação era baseada sobretudo em documentação do Nordeste, e que São Paulo (e todo o sul) apresentariam um panorama diverso: "só no século XVIII... o regime patriarcal da família ganharia relêvo na região mineira; mas já diminuído pelo maior poder d'el-Rey e pela influência das cidades mineiras, mais autônomas que as do Norte" (pg. 65). No prefácio à quarta edição, ao falar dos traços derivados da cultura da cana, dirá: "traços que depois

(37). — Gilberto Freyre — *Casa Grande & Senzala — Formação da Família Brasileira* sob o *Regime de Economia Patriarcal*, 5a. ed. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio Editora, 1946 II v; *Sobrados e Mucambos — Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*, 2a. ed. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio Editora, 1949; *Problemas Brasileiros de Antropologia*. Rio de Janeiro: Edições C. E. B., 1942; *Sociologia — Introdução ao Estudo dos seus Princípios*. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio ed., 1945. *Interpretação do Brasil: Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. Trad. de Olivio Montenegro, Rio de Janeiro: Liv. José Olympio Editora, 1947.

se transmitiram, às vêzes com uma pureza que nos surpreende ... à economia do café (S. Paulo e Rio de Janeiro principalmente) e à ordem social estabelecida sôbre a mesma economia As viagens de estudo ou observação do autor por áreas brasileiras menos agrárias na sua formação do que o Nordeste — ou inteiramente pastoris ou quase industriais, como certas áreas neo-brasileiras do sul do país — só têm feito confirmar nele as idéias e interpretações esboçadas neste livro” (pg. 72).

Ainda mais, pôde escrever um artigo em que considera sub-grupos apolíneos e dionisiacos no Brasil. (*Sociologia*, II v., pg. 274; *Problemas Brasileiros de Antropologia*, pg. 169).

1. — A vida econômica e familiar: o tipo de trabalho

A análise da sociedade brasileira foi feita em função de três elementos fundamentais: a economia latifundiária e monocultora, a família patriarcal e o trabalho escravo.

Em tôrno dessas três variáveis desenvolve-se sua análise da vida nacional. A economia latifundiária e monocultora se estabelece em tôrno do açúcar e mais tarde do café. Raramente se fazem referências à vida brasileira de outras regiões em épocas não monocultoras e latifundiárias (como São Paulo, antes do ciclo do café).

A família patriarcal é descrita no seu apogeu (Casa Grande & Senzala) e na sua decadência (Sobrados e Mucambos), prometendo-nos o autor estudos sôbre o Brasil contemporâneo onde sua influência continua a manifestar-se (*Ordem e Progresso e Jazigos e Covas Rasas*, ainda não publicados).

2. — Reabilitação do Negro e do Mestiço

O conhecimento da moderna literatura antropológica e sociológica permite a Gilberto Freyre desmentir as teorias da inferioridade biológica e psicológica do negro e do mestiço; mais ainda, valorizar a contribuição de negros e mestiços para a formação da cultura brasileira. (*Interpretação* ... pg. 179 ss; *Sobrados e Mucambos*, III v. pg. 1041).

Para Gilberto Freyre, uma das características da colonização portuguesa e, posteriormente, de toda a vida social brasileira — foi a tolerância para com o negro, cu o tratamento diferente do de outros colonizadores mais duros ou intransigentes.

Essa tolerância — ou capacidade de adaptação — explicar-se-ia, no português, pelo seu maior contacto, já na Europa, com povos de côr e cultura diferentes (*Casa Grande* ... v. I, cap. I e III; v. II cap. IV; *Interpretação* ..., cap. IV).

O negro teria importância fundamental, não pelas suas características de negro, mas pela situação de escravo ("se há hábito que faça o monge, é o do escravo" escreveu Gilberto Freyre).

3. — As características psicológicas

Já dissemos, Gilberto Freyre não tem descrição específica do caráter nacional, mas são relativamente abundantes suas referências a qualidades psicológicas do brasileiro.

a) **A luxúria**, conseqüência da escravidão, não do negro, sobretudo originada do próprio português (... "a mesma coisa do Brasil, onde êsse erotismo lusitano só fez encontrar ambiente propício nas condições lúbricas da colonização. A maior delícia do brasileiro é conversar safadeza". *Casa Grande* ... V. I, pg. 438).

b) **A tolerância e a adaptabilidade**, notadas na aceitação de técnicas ou processos indígenas, na convivência com os escravos.

c) **O gosto do jogo**: os jogos infantis, de arremêdo de animais, seriam resultantes de hábitos indígenas; "o próprio jogo de azar, chamado de bicho, tão popular no Brasil, encontra base para tamanha popularidade no resíduo animista e totêmico de cultura ameríndia reforçada depois pela africana" (*Casa Grande* ... v. I, pg. 273).

d) **A simpatia, a cordialidade**: Gilberto Freyre descreve êsses traços como particularmente notáveis no mulato, mas

atribui sua origem a fatores sociais (ascensão social) e não raciais (Sobrados e Mucambos, II v., pgs. 1060) .

e) **O individualismo:** descrito a partir da distinção entre apolíneo e dionisiaco (**Problemas Brasileiros de Antropologia**, pg. 169) .

PERSPECTIVA DA HISTÓRIA INTELECTUAL

João Cruz Costa — O DESENVOLVIMENTO DA FILOSOFIA NO BRASIL E A EVOLUÇÃO HISTÓRICA NACIONAL (1950)

Evidentemente, não poderemos aqui analisar os vários aspectos da teoria do autor (38). Dela retiraremos apenas a **caracterização** do pensamento brasileiro, como **traço** constante de nossa vida intelectual.

Para Cruz Costa, “a filosofia não é exterior ao mundo. Não é simplesmente uma aventura do espírito, mas uma aventura humana, total, que se expressa, freqüentemente, de modo sutil, mas cujas raízes estão na terra” (pg. 22).

Portanto, o pensamento somente será compreendido nas suas relações com a história e o autor inicia essa pesquisa na origem portuguesa de nossa cultura, e verifica que “tôda a atividade dos portugueses orienta-se para um sentido positivo, para uma forma concreta de pensamento . . .”; em outras palavras, para “uma valorização pragmática da existência” (pg. 27).

Ora, a história do pensamento brasileiro mostra êsse mesmo traço: desde a época da colônia, podemos notar a tendência utilitária da filosofia. E’ o que se dá com os jesuítas que repetiram as teorias alheias com “fim prático, imediato, religioso e político” (pg. 342).

O mesmo pode ser notado, a seguir, em tôdas as correntes filosóficas aceitas e expostas pelos brasileiros.

(38). — João Cruz Costa — *O desenvolvimento da Filosofia no Brasil no século XIX e a evolução histórica nacional*. São Paulo: Tese apresentada ao concurso da cadeira de Filosofia, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1950.

As críticas às ideologias

A primeira forma de analisar as ideologias seria verificar sua exatidão teórica através de critérios mais precisos ou mais científicos de estudo. Assim, poderíamos perguntar, como Otto Klineberg, “quais são as provas para essas afirmações?” (40).

Esta foi, aproximadamente, a forma de análise empreendida por Roger Bastide (41) não só das teorias brasileiras, como das teorias sul-americanas, todas elas com as mesmas características: todas se apresentaram como diagnósticos para o “povo doente”, foram atingidas por um romantismo **desesperado**, receberam a influência de teorias européias, nasceram de um confronto da América Latina com os Estados Unidos e o Canadá. Para Bastide, é possível distinguir três fases nessas teorias: 1) fase geográfica; 2) fase racial e 3) fase sociológica. Com a passagem das teorias do determinismo geográfico ou racial para a sociologia, dar-se-ia, também, a transformação do pessimismo em otimismo: a **doença** desses povos, verificam os teóricos, não é irremediável, mas depende de condições sociais modificáveis.

Depois de examinar as várias teorias, Bastide verifica que “à part quelques brilliants essais, la sociologie qui a succédé à la psychologie ethnique a tué cette dernière” pg. 39). Isto não significa, de outro lado, que a Psicologia Étnica deva desaparecer, “mais il lui faut éviter, pour mériter le nom de science, ces généralisations emphatiques, ce mélange incessant entre des jugements de fait et des jugements de valeur, ce romantisme du pessimisme ou de l’optimisme, du peuple malade ou de la race cosmique, il lui faut substituer les méthodes prudents aux développements littéraires” (idem).

Já veremos que essa interpretação é correta, tanto para a ligação existente entre as ideologias e as teorias européias

(40). — Otto Klineberg “Psychologie et caractère national” in *Revue de Psychologie des Peuples*, 3e. année, n. 1, Janvier, 1948, pg. 18.

(41). — Roger Bastide “La psychologie ethnique en Amérique du Sud” in *Revue de Psychologie des Peuples*, 3e. année, n. 1, Janvier 1948, pg. 27-39.

da época, quanto para a relação existente entre a América Latina e os Estados Unidos.

Mais recentemente, Leopoldo Zéa (42) fazia verificação coincidente com a de Bastide, dizendo que “a América do Norte foi, para a América Espanhola, entre outras coisas, a fonte de todos os seus sentimentos de inferioridade”. Mas não foi só: “diante da América do Norte, a consciência hispano-americana tem tido duas atitudes: uma de admiração e outra de rejeição” (pg. 82). Para Zéa, não existe contradição nessas atitudes opostas, mas apenas a verificação correta das duas faces dos Estados Unidos: o país democrático, e o colonialista ou imperialista. Desta forma, a admiração e a rejeição são perfeitamente compreensíveis e justificadas.

Nossa intenção neste ensaio não foi relacionar ou examinar a teoria com desenvolvimentos mais recentes dos estudos sobre o caráter nacional, nem nos pareceria ser agora justificável um estudo desse tipo. Pretendemos analisar as ideologias em si mesmas, como forma de descrever o caráter nacional brasileiro, e consideramos que sua adequação, embora possa ser incidentalmente estudada aqui, não é nosso problema central. A examiná-las de acordo com critérios mais recentes ou mais modernos evidentemente deveríamos rejeitá-las como falsas, tanto é verdade que não utilizaram os princípios científicos de Antropologia ou Psicologia Social (é a verificação de Roger Bastide).

Outra forma de analisar as ideologias seria comparar os traços, descritos como característicos do brasileiro, às descrições de outros povos. Parece-nos que esta forma de análise será válida quando tivermos a possibilidade de comparar as descrições do brasileiro pelo brasileiro, com as do americano pelo americano, do japonês pelo japonês. Mas não parece significativa a comparação da descrição do brasileiro pelo brasileiro com a feita do japonês pelo americano, por exemplo. E não é significativa porque as duas descrições inevitavelmente decorrem de posições diversas e do fato de apresentarem traços diferentes ou semelhantes não se pode in-

(42). — Leopoldo Zéa — *La Filosofía como compromiso y otros ensayos*, pg. 55.

ferir nenhuma conclusão indiscutível, seja que se conclua pelo êrro das descrições, seja que se aceite sua validade. Claro, a verificação posterior de coincidência ou não das descrições de sujeitos em posições diferentes seria significativa.

Este ensaio é precisamente uma tentativa de verificar a descrição do brasileiro pelo brasileiro, permitindo assim uma comparação com outras descrições de um povo por indivíduos do mesmo povo; não estava ao nosso alcance, nem em nossa intenção, realizar aqui essa comparação, que seria uma fase posterior de estudo.

As características psicológicas atribuídas ao brasileiro.

Se observarmos o quadro de qualidades e defeitos atribuídos ao brasileiro (*) poderemos notar a concentração das descrições nos seguintes traços: **indolência, imitação do estrangeiro, tolerância, individualismo e bondade.**

De todos êstes traços, os predominantes são provavelmente os dois últimos, pois a êles poderíamos associar caracteres próximos, em alguns casos suficientemente próximos para que se fizesse uma identificação.

Assim poderíamos, sem muito êrro, ligar a individualismo: **narcisismo, indisciplina, desordem, rebeldia, independência.**

A bondade poderíamos relacionar: **sensibilidade, hospitalidade, doçura, caridade, afetividade, generosidade, altruísmo.**

Em proporção menor, notaremos a descrição dos seguintes traços: **luxúria, sobriedade, ostentação, ambição, utilitarismo, tristeza, imprevidência.**

Indolência:

Êste traço aparece em quase todos os ideólogos, desde Affonso Celso. A descrição desta característica por êste autor parece sintomática, pois recusando-se a admitir os outros defeitos apontados para o brasileiro, **reconhece a indolência**

(*) — V. quadro, em apêndice. V., nas conclusões, a organização dos traços psicológicos.

como um dêesses defeitos (embora não o considere incurável, mas decorrente das facilidades da vida no Brasil).

Aparece ainda em M. Bomfim, embora êste seja também um livro de defesa do latino-americano. Finalmente, aparece em Paulo Prado, Sérgio Buarque de Holanda, indiretamente em Affonso Arinos de Mello Franco (desapreço pela terra e salvação pelo acaso); indiretamente em Fernando de Azevedo (trabalho sem continuidade); em Gilberto Freyre aparece como característica de uma classe e consequência do sistema de trabalho.

Portanto, dos autores que examinamos, apenas Arthur Ramos, Euclides da Cunha e Cruz Costa não se referem à indolência do brasileiro (note-se que nesses autores, precisamente, não existia a intenção de descrever o caráter nacional como um todo).

Imitação do estrangeiro:

Êste também é um defeito que vem sendo apontado de Affonso Celso até Cruz Costa, embora as explicações e justificações para a característica tenham variado enormemente nos vários autores; embora, além disso, a ênfase dada a êsse aspecto tenha sido também variável.

Tolerância:

Empregamos a palavra tolerância para designar vários traços descritos, mas todos muito próximos: a acessibilidade, a tendência igualitária, a ausência de preconceitos. Também é traço salientado por todos os autores: de Affonso Celso a Sérgio Buarque de Holanda: o brasileiro, como o português, tem menos repugnância à aceitação de raças diferentes, de costumes diferentes. E' a tendência que se poderia — um pouco imprópriamente, sem dúvida — denominar **democrática** ou igualitária (não aparece em Cruz Costa, Euclides da Cunha e Arthur Ramos).

Individualismo:

Esta característica, ainda que sob nomes muito diferentes, aparece na maioria dos teóricos do caráter nacional. É descrita freqüentemente como incapacidade para a organização de vida coletiva estável, às vezes como incapacidade de estabelecer relações fora do círculo familiar ou de amizade; como amor a si mesmo; como indisciplina. Mas está sempre presente (à exceção de Euclides da Cunha e Cruz Costa).

Bondade:

A bondade, apresentada com este nome, aparece apenas em Affonso Celso e Fernando de Azevedo. Mas é uma qualidade que inferimos da descrição dos ideólogos, sobretudo quando falam em doçura, em hospitalidade, em afetividade. Considerando-se assim, essa característica aparece em todos os ideólogos, alguns louvando-a, outros condenando-a como falta de firmeza, de sentimento de coletividade ou interesses acima do indivíduo.

Luxúria:

Este é um traço que aparece descrito apenas por Paulo Prado, Affonso Arinos de Mello Franco e Gilberto Freyre. As causas de luxúria são: as raças (Paulo Prado e Affonso A. de Mello Franco), o clima (Paulo Prado), condições da vida social e a cultura (Gilberto Freyre).

A perspectiva teórica e a explicação para os traços

Se percorremos os vários autores, facilmente notaremos a sua filiação teórica (com a exceção de Affonso Celso).

Nossa primeira hipótese — diante dessa filiação, foi supor que as ideologias decorreriam apenas da interpretação do europeu ou do americano do norte. Se assim fôsse, seria possível estabelecer uma continuidade entre os ideólogos do caráter nacional, não como sequência entre as teorias brasileiras, mas como repetição das teorias científicas européias.

Desta forma, cada um dos autores brasileiros corresponderia à tendência européia e a sua ligação com a realidade seria mínima ou, pelo menos, seria indireta, **vendo** as características com olhos europeus.

Esta hipótese de certo modo se confirma, se pensamos nos diferentes autores: Euclides da Cunha corresponderia às teorias sobre influência da raça, da hibridação e do ambiente geográfico na determinação das características psicológicas de um povo. Manoel Bomfim corresponderia à teoria de hereditariedade psicológica de traços adquiridos. Oliveira Vianna à teoria de Lapouge. Paulo Prado, como Euclides da Cunha, formularia sua descrição a partir da teoria da inferioridade do híbrido, da influência do ambiente geográfico. Affonso Arinos de Mello Franco aplica, ao caso brasileiro, a teoria de Spengler. Sérgio Buarque de Holanda filia-se a várias teorias, mas principalmente à teoria de Max Weber sobre a formação do capitalismo; Fernando de Azevedo interpreta o caráter nacional brasileiro através da teoria de Durkheim. Cruz Costa interpreta a história do pensamento brasileiro segundo a teoria do historicismo e, às vezes, a do materialismo histórico. Mas as teorias não são aceitas integralmente, como veremos agora.

Nessa linha de pensamento seria possível distinguir, principalmente, duas fases: a dos valores culturais **absolutos** e a dos valores **relativos**. Na primeira fase — como já indicamos na I parte deste ensaio — os teóricos europeus pensavam no estabelecimento de um desenvolvimento unilinear da cultura, dentro do qual a cultura européia representaria o ponto mais perfeito ou mais evoluído. Por isso mesmo, estaria justificada a idéia de culturas ou raças infantis (é a exposição claramente feita por Letourneau).

Esta fase da teoria européia pode ser vista, explicitamente, nas teorias de Manoel Bomfim, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna e, indiretamente, nas de Affonso Celso, Affonso Arinos de Mello Franco, Fernando de Azevedo.

Quando a teoria da cultura desenvolve uma descrição relativista (em que não se admitem raças ou povos mais evo-

luídos ou melhores) vemos também sua correspondência nos ideólogos brasileiros. E' esta a apresentação de Gilberto Freyre: o apolíneo e o dionisiaco, a família patriarcal — são formas diferentes da vida (embora a apresentação do autor às vezes permita supor sua preferência pelas formas brasileiras de vida) social, nem melhores, nem piores que outras. E' a descrição de Sérgio Buarque de Holanda, distinguindo o trabalhador e o aventureiro, dois tipos universais de personalidade, sendo que às vezes um, às vezes outro é melhor para determinadas condições da vida humana. E' ainda a descrição da história da filosofia brasileira por Cruz Costa: cada povo tem a sua própria filosofia, correspondente às suas disposições e inclinações, às condições de sua história. Ainda a mesma descrição relativista em Arthur Ramos: há o pensamento aristotélico, há o galileico (embora em Arthur Ramos seja possível verificar a permanência da fase anterior ao falar em primitivo; V. nossa discussão em parágrafo seguinte).

Mas esta interpretação, esquematicamente válida e perfeita, não se confirma na análise de pormenor.

Primeiramente, não são raras as vezes em que o autor brasileiro contradiz a teoria européia, procurando demonstrar o seu erro. Esta verificação pode ser feita, facilmente, em Manoel Bomfim, quando nos diz ser injustificada a idéia de raças superiores e raças inferiores. E tal é a sua demonstração, que, de certo modo, antecipa as críticas feitas às teorias da superioridade racial: estas seriam apenas justificativa européia para o domínio sobre o resto da humanidade e desmentidas pela variação histórica dos povos.

Nos outros ideólogos, embora em alguns casos em ponto menor, poderiam ser demonstradas afirmações semelhantes, isto é, contradizendo os teóricos europeus ou americanos.

Entretanto, além dessa refutação parcial das teorias, encontramos, quase sempre, **deformações** maiores ou menores das teorias aceitas como básicas pelos vários autores.

Tomemos, como exemplo, a descrição de Arthur Ramos. O autor parte da distinção entre pensamento aristotélico e

pensamento galileico. Mas, enquanto Lewin procurava analisar a distinção entre as duas formas de pensamento nas teorias científicas, mostrando sobretudo a persistência da forma aristotélica de pensamento na Psicologia contemporânea, Arthur Ramos procura analisar, dentro desse esquema, a cultura brasileira. A análise de certo modo se justificaria por uma referência quase incidental de Lewin à semelhança entre a forma aristotélica de pensamento e a forma primitiva ou do homem primitivo (43). O aspecto mais curioso de filiação teórica seria que, enquanto Lewin aproxima a forma aristotélica de pensar da forma primitiva, Arthur Ramos inverte a associação, supondo que primitiva é a forma galileica de pensamento.

Qual a origem de uma deformação tão visível da teoria? Poder-se-ia pensar que Arthur Ramos simplesmente não entendeu a teoria de Lewin (no que, possivelmente, não estaria sozinho nem mal acompanhado), mas parece haver aí razões mais profundas para o engano evidente. Uma das razões seria o fato de que a forma aristotélica de pensamento é o oposto do que o autor pensa ser característica da vida nacional brasileira: para ele seria impossível descrever o pensamento brasileiro como **dentro da lei**, incapaz de dar conta da individualidade. Por isso, inverte-se a descrição, o pensamento galileico é apresentado como o primitivo e, desta forma, pretendendo dizer o contrário, aproxima o pensamento brasileiro da ciência moderna. Esta deformação da teoria se completa com a aceitação de elementos de outros autores, sobretudo a idéia de inconsciente coletivo. E aqui outra deformação ou transposição errada pode ser notada. Enquanto para os psicanalistas europeus todos os povos são dotados de inconsciente coletivo, A. Ramos apresenta a idéia de que o brasileiro tem ou sofre uma pressão maior do inconsciente coletivo do que os povos civilizados. Neste caso, o processo é ainda muito sugestivo, porque o autor se encarrega de nos dizer que na arte, na criança, na neurose, podemos perceber manifestações do

(43). — Kurt Lewin — *A Dynamic Theory of Personality*, pgs. 7-8.

pensamento primitivo ou do inconsciente coletivo, o que por si só poderia afastar a idéia de uma inferioridade ou diferença do brasileiro com relação a este aspecto da vida social.

O resultado da combinação das teorias é naturalmente contraditório: de um lado, o brasileiro tem o pensamento dinâmico ou galileico, de outro é incapaz de adquirir a “verdadeira cultura”.

Estamos deixando de lado a idéia de “cultura verdadeira” e “atraso cultural”, por onde se vê como o conceito de cultura (aparentemente o da antropologia contemporânea e, portanto, relativista) não é aceito coerentemente, permitindo supor uma cultura verdadeira e uma falsa, uma superior e outra inferior.

Esse processo de deformação da teoria aceita, associado ao estabelecimento de relações entre teorias perfeitamente distintas e às vezes incomunicáveis, poderia ser demonstrada nos outros ideólogos. Assim, a aceitação da teoria de Spengler por Affonso Arinos de Mello Franco é possível através de deformação evidente a uma primeira análise.

Enquanto para Spengler a civilização nasce da cultura e esta é consequência da raça, Affonso Arinos fala em choque de civilização (a portuguesa) com as culturas (africanas e indígenas), supondo que do choque pudesse nascer uma civilização.

Aqui observamos o processo já encontrado em Arthur Ramos, pois aceitar integralmente a teoria de Spengler equivaleria a negar a existência de uma civilização brasileira (tão evidente a impossibilidade de pensar numa raça brasileira que criasse uma cultura a esta se desenvolvesse numa civilização). De outro lado, a idéia de **resíduos** culturais é também incompatível com a teoria de Spengler, que supunha um desenvolvimento orgânico e uniforme das culturas e civilizações.

Estes exemplos são suficientes, pensamos, para indicar a deformação teórica existente nas ideologias.

Outro aspecto teórico sob o qual as ideologias do caráter nacional brasileiro poderiam ser analisadas refere-se à sua coerência. Assim poderíamos examinar as várias afirmações

dos teóricos, tentando verificar se sua interpretação não apresenta afirmações que se excluem mutuamente. Uma tal análise tem importância, permitindo verificar até que ponto as afirmações são aceitáveis como interpretação geral da psicologia coletiva do brasileiro, até que ponto anulam a si mesmas. Uma tal demonstração tem ainda importância porque, se verificamos o caráter ilógico da ideologia, seremos levados a supor uma origem extra-teórica, disfarçada pela exposição científica.

Mas este problema também apenas indiretamente nos interessou na pesquisa e nos limitaremos a exemplificar as contradições.

Considere-se, como um todo, a descrição de Paulo Prado. O autor, durante todo o livro, procura demonstrar a origem histórica de inferioridade do brasileiro. Entretanto, já no fim de **Retrato do Brasil** supõe a possibilidade de que uma guerra ou uma revolução modifiquem inteiramente a mentalidade do brasileiro e o tornem capaz de adaptar-se ao mundo contemporâneo. A contradição parece evidente: se a tristeza — origem da indiferença e de outras más qualidades — é consequência de transmissão de caracteres adquiridos por nossos antepassados e aparecem em toda a nossa história, como supor uma transformação brusca, realizada por um único acontecimento social?

Outro exemplo dessa contradição pode ser notado em Sérgio Buarque de Holanda. Inicialmente, o autor nos diz que os portugueses são caracteristicamente aventureiros e que este traço explica não só a colonização do Brasil como muitos dos traços psicológicos do brasileiro atual. Mas, de outro lado, ao explicar o pequeno ou nenhum êxito da colonização holandesa no Brasil, atribui esse fracasso ao fato de que os holandeses não conseguiram trabalhadores, mas apenas aventureiros para a tarefa.

Mais um exemplo, apenas: Affonso Celso atribui ao caráter do brasileiro — desde a sua formação — traços inerentes às raças que entraram em nossa formação. Ao referir-se às más qualidades pensa poder atribuí-las a circunstâncias geo-

gráficas ou sociais (a indolência explicada como consequência das “facilidades da vida”).

Claro, poderíamos perguntar agora qual a origem da **deformação** teórica, às vezes tão evidente em nossos ideólogos.

Se não se aceita — e não parece possível aceitar — a deformação como consequência, unicamente, de incompreensão da teoria aceita, devemos procurar sua origem em outros dados.

Tomemos como exemplo, primeiramente, a descrição de Euclides da Cunha. Aceitando a teoria de que o híbrido racial é um degenerado, deveria descrever, como tal, o sertanejo do Nordeste. Sua descrição, entretanto, resume-se à expressão famosa do “sertanejo, antes de tudo um forte”.

Para chegar a esta descrição, Euclides **forjou** uma explicação curiosíssima: o paulista (cruzamento de branco e indígena) vive vários séculos no sertão, sem cruzar-se com negros e sem necessitar enfrentar o “pêso de uma civilização”. Por isso, o sertanejo pôde desenvolver-se num **forte**.

Neste caso concreto, qual a origem da deformação teórica? Parece-nos que seria impossível, para Euclides da Cunha, continuar afirmando a inferioridade do híbrido, diante da observação do comportamento do sertanejo. Em outras palavras, a teoria é deformada para poder dar conta da realidade. Claro, a deformação se faz ainda nos quadros da ciência do seu tempo, acrescentando-lhe um pouco mais de fantasia.

O processo de **deformação** é também observável em Cruz Costa; a sua função é ainda a mesma. Aceitando integralmente a teoria historicista ou o materialismo histórico, seria impraticável uma análise do pensamento brasileiro, pois êste pensamento é, em grande parte, originário de outras condições de vida, transpondo para o Brasil as teorias surgidas na Europa. Por isso o interêsse de Cruz Costa se centraliza em torno das **vicissitudes** e das **transformações** por que passa o pensamento europeu no Brasil. Neste caso, a **deformação** é a adequação da teoria às condições da vida intelectual brasileira; sem deformar, seria impossível a análise.

Não estenderemos a mesma demonstração a todos os autores, nem este é nosso problema agora. Importa considerar apenas a origem da **deformação** teórica: esta parece estar, primeiramente, no fato de que a teoria européia é inadequada para interpretar a realidade brasileira. A inadequação resulta do fato de que a realidade européia ou americana em que nasceu a teoria, é diversa daquela a que o teórico brasileiro procura aplicá-la.

Aliás, com intenção um pouco diferente, Freyer já fez a mesma observação a propósito da transposição da Sociologia americana para a vida alemã (44).

Como acabamos de ver, as ideologias não podem ser explicadas exclusivamente pela aceitação de teorias européias ou americanas, pois nestas se introduzem **deformações** que as falseiam, às vezes inteiramente (é o caso da teoria de Arthur Ramos). Além disso, apresentam nítidas contradições em suas afirmações.

Diante destas verificações, podemos perguntar pela origem das ideologias. Podemos procurar a fonte em que suas afirmações foram apreendidas.

Mas, antes de o fazer, lembremos que a hipótese segundo a qual a ideologia não decorre **unicamente** das teorias, pode ser, ao menos parcialmente, comprovada, se tivermos meios de verificar a descrição do brasileiro por indivíduos sem teoria. Para esta comprovação — evidentemente limitada — realizamos a esquisa sobre estereótipos, relatada na parte III deste estudo.

Através da teoria de raças superiores e inferiores ou através da inferioridade do híbrido, chega-se à idéia de inferioridade do brasileiro. Neste caso, a explicação do traço inferior é feita responsabilizando o negro ou o indígena (muito mais freqüentemente o negro), e a explicação depende — ao menos teoricamente — das teorias européias sobre as raças.

Mas quando os ideólogos, em vez de descrever as características do brasileiro como consequência do negro ou do ame-

(44). — Hans Freyer — *La Sociología — Ciencia de la Realidad*, trad. Losada, pg. 18-19.

ríndio, o fazem através de nossa dependência de Portugal, a perspectiva também não é otimista. Isto porque Portugal e Espanha, debatem-se, ao menos intelectualmente, em drama semelhante, em suas conseqüências, senão em sua origem, ao nosso: a decadência do país. Como os brasileiros, os ibéricos também procuram uma explicação para sua inferioridade diante dos outros povos. Na Espanha, isto pode ser observado em Ortega y Gasset (45), em Unamuno (46). Em Portugal, pode ser notado, sobretudo, no grupo dos “vencidos da vida” (47).

A Comparação com outros povos

Como já observaram Roger Bastide e Leopoldo Zéa, o latino-americano tira seu sentimento de inferioridade como povo de uma comparação com o norte-americano. Este é um modelo e a discordância do modelo explica a deficiência do povo. Mas não apenas ao americano é comparado o povo brasileiro.

Tentemos aproximar-nos da descrição do americano e veremos como sua figura permanece imprecisa, nunca existindo uma comparação com traços efetivamente observados. Entretanto, na maioria das vezes em que a comparação aparece, é desfavorável ao brasileiro, embora não o seja sempre. Em Affonso Celso a comparação é favorável ao brasileiro e ao português, ao lembrar que os senhores de escravos, “nem sempre benévolo, foram melhores que os americanos” (pg. 96). Pela descrição de Affonso Celso tem-se a impressão de que o americano ainda não era o modelo para o brasileiro: por isso, pôde escrever que os outros povos se avantajam ao bra-

(45). — Ortega y Gasset — *España Invertebrada* (V. citação, Parte I, pg. 27).

(46). — “Atraviesa la sociedad española honda crisis; hay en su seno reajustes íntimos, vivaz trasiego de elementos y por de fuera, un desesperante marasmo” Miguel de Unamuno. “En torno al Casticismo” in *Ensayos*, Madrid, pg. 125.

(47). — Sobre a crítica dos “vencidos da vida” a Portugal, Fidelino de Figueiredo — *História da Literatura Realista*, 3a. ed., pg. 392; v. também de Antero de Quental “Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos” in *Prosas Escolhidas*, pg. 95 ss. Mais recentemente, a mesma idéia da decadência pode ser verificada em Antônio Sérgio: “O Reino Cadaveroso” in *Ensaio* v. II, pg. 17 ss.

sileiro apenas naquilo que a **idade** lhes deu, (pg. 99) fazendo aqui clara referência aos europeus.

Em Euclides da Cunha não notamos refência ao americano do norte. Já em Manoel Bomfim a referência é bem nítida. Ao explicar algumas das características dos latino-americanos como consequência da organização do Estado parasitário, mostra a diferença entre essa organização e a dos Estados Unidos.

Em outros dois autores, aproximadamente da mesma época de Manoel Bomfim, e aqui não analisados por não se referirem especificamente ao caráter nacional brasileiro, podemos encontrar comparação muito significativa entre os Estados Unidos e o Brasil. Em José Veríssimo (48) — **A Educação Nacional**, a pg. XXII ss. notamos a comparação entre a educação brasileira e a americana, referindo-se também às condições de formação dos Estados Unidos, muito superiores às nossas. Basta um trecho para dar idéia da descrição de Veríssimo: “Universidades há nos Estados Unidos (e ali a universidade realiza plenamente, como em nenhum outro país, a sua denominação) cuja renda, não das propinas dos seus alunos, mas dos bens que lhes constituem a sólida base de existência, é igual a tudo o que gasta a União brasileira com o ensino público a seu cargo”. O importante a observar, no caso concreto, é que Veríssimo não analisa as populações e os recursos dos dois países, tornando a comparação inteiramente sem significação.

Em Nina Rodrigues: “Na trilogia do clima intertropical inóspito aos brancos, que flagela grande extensão do país; do negro que quase não se civiliza; do português rotineiro e improgessista, duas circunstâncias conferem ao segundo saliente preeminência: a mão forte contra o branco que lhe empresta o clima tropical, as vastas proporções do mestiçamento que, entregando o país a mestiços, acabará privando-o, por largo prazo pelo menos, da direção suprema da raça branca. E esta foi a garantia da civilização nos Estados Unidos” (49).

(48). — José Veríssimo — *A Educação Nacional*, 2a. edição, pgs. XXII e XXXI.

(49). — Nina Rodrigues — *Os Africanos no Brasil*. O livro foi escrito em 1906. Pgs. 17-18.

Outro autor em que se pode observar a comparação entre o brasileiro e o americano é Paulo Prado. Para êle, a compreensão das diferenças entre o Brasil e os Estados Unidos pode ser obtida através da história dos dois países; o puritanismo deu a característica fundamental do povo americano (v. pg. 118).

Êsses são os autores da fase que já indicamos como sendo a dos valores absolutos. Se passamos para os da fase de valores relativos — Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Cruz Costa — haverá a comparação com o americano, mas sob uma forma bem diversa, ao menos na intenção.

Gilberto Freyre aproxima o tipo de sociedade que se desenvolveu no Brasil do tipo de sociedade do sul dos Estados Unidos (Casa Grande & Senzala, I v. pg. 17). Sérgio Buarque de Holanda indica que essa semelhança é menor do que geralmente se pensa (**Raízes do Brasil**, pg. 51), enquanto Cruz Costa indica que também o americano vive, intelectualmente, na dependência da Europa (**O desenvolvimento da Filosofia** ... pg. 11).

Como é fácil observar por estas indicações, a comparação com o americano tem significado muito diverso, se pensamos nas duas fases já descritas: na fase dos valores absolutos da cultura, a comparação é o indício de uma inferioridade; na dos valores relativos, a comparação apenas indica as semelhanças ou diferenças entre os dois povos.

Mas, além da comparação explícita com o americano os ideólogos nos apresentam descrições onde, implicitamente, verificamos uma comparação mal definida com outros povos. Geralmente, quando isto acontece, estamos diante de uma comparação com europeus, mas não espanhóis e portugueses, porque êstes são considerados como determinadores do caráter nacional brasileiro. Esta a descrição de Sérgio Buarque de Holanda, de Cruz Costa, de Gilberto Freyre.

Entretanto, porque mal definida e imprecisa, a comparação é dificilmente analisável. E' antes uma atmosfera mental, notada apenas quando lemos os ideólogos, sendo uma impressão que não podemos reduzir, sem destruí-la, a uma

fórmula. A comparação, neste caso, não se faz com uma qualidade do brasileiro, apresentada como peculiar.

As conseqüências dos traços psicológicos para a vida brasileira

Se é verdade que os ideólogos explicam os traços psicológicos como conseqüência de alguns fatores básicos — a raça, o meio geográfico, a história, a cultura, — a partir da descrição, a vida brasileira é compreendida como conseqüência desses traços psicológicos. Dizendo de outro modo, não se procura descrever a vida econômica e, mais amplamente, a vida social como responsável pelas condições de desenvolvimento do Brasil. Ao contrário, a vida mental é que seria a responsável por toda a vida nacional.

Esta suposição não aparece, integralmente, em Affonso Celso, mas, como acabamos de ver, apenas ao referir-se às más qualidades pensa poder atribuí-las às condições da vida no Brasil. Já Euclides da Cunha descreve a vida do sertanejo como conseqüência de sua vida mental. Em Manoel Bomfim observamos ainda a mesma coisa, considerando os traços psicológicos como responsáveis pelo atraso das sociedades latino-americanas (o conservantismo, o parasitismo).

Em Paulo Prado esta forma de descrição está inteiramente formulada, inclusive ao dizer que o espírito de aventura foi responsável pelos empreendimentos capitalistas do Renascimento.

Oliveira Vianna apresenta ainda a mesma descrição (a vida política como resultado de características psicológicas do brasileiro — V. pg. 113), embora em alguns casos concretos indique as condições de vida como responsáveis pelo aparecimento de algumas características psicológicas. Neste caso estaria sua descrição das qualidades do homem rural, em que as condições de vida exigem a manifestação da fidelidade à palavra dada (**Pop. Meridionalis**, I v., pg. 71).

Esta é também a descrição de Sérgio Buarque de Holanda, ao apresentar o tipo de exploração econômica do Brasil como conseqüência do espírito de aventura, e apenas se-

cunhadariamente determinada pelas condições da terra, e da situação econômica da Europa.

A mesma coisa pode ser observada em Cruz Costa, ao explicar o desenvolvimento intelectual brasileiro como consequência do **espírito prático** (v. pg. 171), embora também lembrando as condições de vida (**A Filosofia no Brasil**, pg. 21).

Não parece necessário estender a análise aos outros ideólogos; todos consideram os traços psicológicos como responsáveis pela vida nacional. Poderíamos perguntar agora qual a consequência disto para a sua concepção do Brasil e de suas possibilidades de desenvolvimento.

Note-se que os ideólogos (os da fase de valores absolutos) movem-se numa questão insolúvel: se as características psicológicas são as responsáveis pelas condições da vida brasileira, seria necessário modificá-las para modificar a vida nacional. Mas, de outro lado, as características psicológicas são consequências de nossa história e esta não pode ser modificada.

Esse círculo vicioso aparece em tôda a nitidez em Manoel Bomfim e Paulo Prado. O primeiro apresenta a educação com fórmula capaz de solucionar os males brasileiros; Paulo Prado indica a revolução ou a guerra como soluções.

Estas formas de superar a inferioridade nacional indicam uma das possibilidades de interpretação das ideologias, como teorias de uma elite, aspecto que desenvolvemos em parágrafo seguinte.

Claro, êste problema não existe — pelo menos sob a mesma forma — para os autores da fase de valores relativos porque, neste caso, cada cultura deve desenvolver sua própria maneira de viver.

As ideologias como preconceito de raça e de classe

A primeira possibilidade de interpretação, como já indicamos, seria supor a descrição como consequência da pers-

pectiva teórica; mas já demonstramos que essa hipótese não pode dar conta das descrições encontradas.

Tentemos, portanto, verificar quais seriam as hipóteses para explicar essa origem.

Pensamos que há, ao menos, três possibilidades de interpretação: 1) transposição de uma teoria européia de superioridade de raças ou povos para uma teoria de classes; 2) a ideologia como projeção de conflitos ou caracteres individuais dos ideólogos; 3) a percepção de qualidades reais do grupo descrito.

Examinemos cada uma das hipóteses, a fim de verificar sua possível adequação aos fenômenos encontrados.

A primeira hipótese poderia ser formulada da seguinte forma: se as interpretações são apresentadas por indivíduos da classe alta ou média, a sua descrição das características brasileiras seria decorrente da aceitação da teoria européia de superioridade da raça branca. Assim os ideólogos estariam **identificados** com o grupo branco e sua descrição seria atribuição de **qualidades inferiores** à classe baixa (onde, precisamente, estariam localizados os negros e os híbridos).

Supomos que esta hipótese é correta para explicar pelo menos algumas das ideologias. A suposição de Euclides da Cunha quanto à inferioridade do mestiço do litoral parece enquadrar-se perfeitamente nesta hipótese. O mestiço é um decadente porque todo mestiço herda más qualidades da raça inferior e não as boas da raça superior.

Por esta hipótese também se explicaria a teoria de Paulo Prado. Embora não aceitando a idéia de inferioridade das raças, aceita ainda a inferioridade do híbrido e a possibilidade de chegarmos a encontrar defeitos decorrentes especificamente da hibridização.

Mas a hipótese é adequada, ainda com maior rigor, à teoria de Affonso Arinos de Mello Franco. Com efeito, a idéia fundamental de seu livro — a existência de resíduos afro-índios na vida brasileira — é a demonstração desta identificação com uma elite branca, européia, e a descrição de más qualidades nas classes inferiores da sociedade brasi-

leira. Este preconceito aparece muito nitidamente, por exemplo, quando compara as negras ou mestiças brasileiras às portuguesas (v. pg. 148).

Ainda a mesma hipótese explicaria a idéia de Arthur Ramos segundo a qual o brasileiro teria, no inconsciente coletivo, restos de culturas primitivas, que o impediriam de atingir a verdadeira civilização (v. pg. 155).

Esta hipótese poderia ser, ao menos parcialmente comprovada, pelo fato de, como já dissemos, os grupos de côr ou mestiços estarem nas camadas mais baixas da população (50).

Mas não se applicaria àqueles autores que atribuem aos portugueses (ou, mais amplamente, aos ibéricos) a origem de nossas características psicológicas coletivas. Neste caso estariam Sérgio Buarque de Holanda, Cruz Costa e Gilberto Freyre, embora em graus diferentes. Assim, Sérgio Buarque de Holanda apresenta a idéia que de Portugal “nos veio a forma atual de nossa cultura”, (v. pg. 131), que Cruz Costa aceita, demonstrando-a para o caso da vida intelectual (v. pg. 171).

Já Gilberto Freyre afasta-se um pouco dessa idéia, ao afirmar que “todo brasileiro... traz na alma, quando não na alma e no corpo... a sombra ou pelo menos, a pinta, do indígena ou do negro” (Casa Grande & Senzala, II v. pg. 479).

A ideologia como projecção de caracteres pessoais do ideólogo

Já vimos que alguns autores (Parte I, pg. 74) têm suposto a possibilidade de interpretar as descrições de um povo pelo outro como resultado de projecção de características próprias, atribuídas aos outros.

(50). — Costa Pinto — *O Negro no Rio de Janeiro*, pg. 64; Charles Wagley et als., *Races at Classes dans le Brésil Rural*, pg. 164; Thales de Azevedo — *Les Élités de Couleur dans une ville brésilienne*, pg. 34 ss.; René Ribeiro — “Situação Étnica no Nordeste” in *Sociologia*, V. XV, n. 3. Agosto de 1953, pg. 212.

Para as ideologias que estamos examinando, essa interpretação não seria inteiramente adequada, pois analisamos descrições de um povo por indivíduos dêsse mesmo povo. Mas a idéia de projeção não perderia o seu valor, pois seria possível supor a descrição como projeção de características pessoais.

Ora, esta hipótese não parece suficiente para explicar as descrições, uma vez que encontramos características muito semelhantes, descritas por vários autores. Sem dúvida, seria possível pensar que as diferenças existentes entre as várias descrições resultariam da interferência de qualidades pessoais, apresentadas como existentes no povo. De outro lado, se relacionarmos esta hipótese com a idéia de que as ideologias apresentam preconceito de raça ou de classe, seríamos levados a admitir a hipótese de que são atribuídas a outra classe ou **raça** as más qualidades observadas em si mesmo (v. Parte III, onde expomos esta teoria, a propósito dos estereótipos).

Mas a hipótese de projeção de caracteres observados em si mesmo poderia ser formulada de outra forma, capaz de explicar a semelhança entre as várias descrições. Seria supor que as qualidades são as observadas pelos ideólogos, em suas personalidades, mas como todos receberam a mesma cultura, ou passaram pelo mesmo processo de enculturação, podem descrever traços semelhantes.

A descrição como resultado de características reais observadas

Supomos que a coincidência das descrições sugere a hipótese de as ideologias revelarem características reais do brasileiro. Certamente, a hipótese anterior, segundo a qual as ideologias manifestam preconceito de raça ou classe não nos parece possa ser afastada inteiramente. Mas, como procuraremos demonstrar na Parte III dêste ensaio, mesmo nas descrições feitas a partir do preconceito não é possível eliminar, com facilidade, a idéia de características reais observadas.

A hipótese de características **reais** descritas através de formulações não científicas, foi apresentada muito claramente por Solomon Asch, embora referindo-se apenas aos grupos estranhos, isto é, àqueles de que não participamos (51).

De outro lado, o mesmo autor reconhece que não estamos ainda em condições de descrever exatamente como se formam essas impressões sobre grupos. Assim, "we are not in a position to answer certain first questions such as — What are the organizational properties of group impressions? In what respects to they differ among individuals? What condition determine their rigidity and lability?" (pg. 235).

Nossa pesquisa pôde demonstrar que, não apenas as descrições de um povo por indivíduos de outro são muito próximas, como também as descrições por participantes do grupo são muito próximas. Uma etapa posterior do estudo seria verificar se as descrições de estrangeiros coincidem com as de brasileiros e se a descrição pode ser confirmada por métodos mais precisos.

(51). — Solomon Asch — *Social Psychology*, pg. 221.

TERCEIRA PARTE

PESQUISA SÔBRE ESTEREÓTIPOS NACIONAIS DE ALUNOS DO CURSO SECUNDÁRIO

Objetivo de pesquisa

O objetivo desta pesquisa foi verificar se existe possibilidade de estabelecer-se relação entre as ideologias do caráter nacional brasileiro e os estereótipos dos próprios brasileiros sôbre suas características coletivas e, no caso de existir essa possibilidade, saber se são ou não coincidentes as ideologias e os estereótipos.

A êste objetivo fundamental vieram juntar-se dois outros problemas, certamente relacionados com o primeiro: a origem e, conseqüentemente, a validez dos estereótipos ou sua adequação aos grupos estereotipados. Embora, por motivos explicados mais adiante, nosso estudo tenha sido feito com reduzido número de sujeitos, supomos que a pesquisa apresenta algumas interessantes sugestões para futuras análises e permite comparações com estudos conduzidos em outros países, embora com métodos diferentes.

Na parte II, capítulo I, dêste estudo, procuramos definir nossa posição quanto à origem das ideologias: embora nos pareça contraditório admitir a priori a determinação existencial das ideologias, não afastamos a possibilidade de que, em alguns casos particulares e delimitados, exista tal determinação. Ora, se pudéssemos verificar a coincidência entre as ideologias do caráter nacional e os estereótipos, ao menos uma parte desta hipótese (a da determinação existencial das ideologias) estaria comprovada, pois se no estereótipo não existe uma justificação teórica a permitir determinada afirmação, encontrar a mesma idéia na ideologia provavelmente nos permite pensar que as ideologias e os estereótipos têm a mesma origem.

Entretanto, no mesmo capítulo já indicado, procuramos mostrar que a origem extra-teórica da ideologia não afeta sua validade, assim como, do ponto de vista individual, o ódio ou o amor a uma pessoa não impedem a análise justa de sua personalidade, embora, é certo, tornem mais difícil uma apreciação objetiva.

As teorias sobre a origem e validade dos estereótipos

Grande número de autores tem salientado o caráter ilógico e alógico do estereótipo, enquanto outros reconhecem a existência de um fundo de verdade, pelo menos em alguns dos estereótipos analisados. Como não pretendemos fazer trabalho de erudição, tomamos alguns autores básicos e procuraremos sintetizar suas teorias sobre a origem e a validade do estereótipo. Como se verá, não existe uma teoria uniformemente aceita sobre o assunto, e sequer os autores apresentem coerência em suas análises.

Em Kimball Young (1) encontraremos a seguinte definição de estereótipo "...a false classificatory concept to which as a rule, some strong emotional-feeling tone of like or dislike, approval or disapproval, is attached. To illustrate this, the stereotype "wop" is used to classify all Italians without regard to any logically sound basis in fact for such classification" (pg. 189). Mas logo adiante, depois de resumir o conhecido experimento de Rice (feito com retratos de pessoas de origem diferente e posição política e social diferente, mas cujos nomes não eram revelados aos sujeitos) diz: "These results show not only that stereotypes may distort or direct human judgments, but also that stereotypes are not necessarily or entirely foolish. They grow up with people and events or with verbal and pictorial communications about them" (pg. 192). O autor procura explicar a falsidade de estereótipos pelo fato de terem origem na observação de alguns indivíduos e daí estenderem-se indevida-

(1). — Kimball Young — *Handbook of Social Psychology*.

mente a todos os participantes do grupo considerado. Não é difícil perceber que Kimball Young procura demonstrar ou supõe uma origem para o estereótipo falso e outra para o estereótipo verdadeiro ou o que corresponde, pelo menos, a uma parte da realidade. Em outros termos, o estereótipo falso seria explicado pelo sentimento contrário a determinado grupo, enquanto o estereótipo parcialmente verdadeiro teria origem na observação de indivíduos. Segundo essa idéia, portanto, seríamos levados a admitir duas espécies de estereótipos: os verdadeiros e os falsos.

Num contexto mais completo, Gordon Allport (2), apresenta aproximadamente a mesma teoria. Para êle, “uma idéia certamente decorre de algum lugar”, e se formulamos um juízo baseado em certa probabilidade do acerto, tal juízo não poderá ser denominado estereótipo, pois êste pode desenvolver-se contra ou apesar de toda a evidência. Mas, além disso, o autor reconhece que muitos estereótipos têm “um grão de verdade” como, por exemplo, quando se diz que os judeus são os “assassinos de Cristo”, esquecendo-se, entretanto, de mencionar que os romanos também participaram de sua condenação e execução. E, depois de reconhecer não apenas que alguns estereótipos têm “um grão de verdade”, como também, às vèzes, são favoráveis ao grupo considerado, Allport propõe como definição de estereótipos: “uma crença exagerada associada a uma categoria. Sua função é justificar (racionalizar) nossa conduta com relação a essa categoria” (pg. 191). O autor lembra os estudos que assinalaram a origem do estereótipo nos conflitos individuais, e resumirá as várias teorias dizendo “stereotypes may or may not originate in a kernel of truth; they aid people in simplifying their categories; they justify hostility; sometimes they serve as projections screens for our personal conflicts”. Além dêstes, acrescenta que outro fator importante na manutenção dos estereótipos reside no fato de serem continuamente repetidos pelo cinema, jornais, revistas e rádio.

(2). — Gordon W. Allport — *The Nature of Prejudice*, cap 12 e 15.

Desta forma, verifica-se facilmente tanto em Allport quanto em Kimball Young, a existência de uma pergunta não respondida, sequer inteiramente formulada: como se pode compreender que alguns estereótipos sejam **verdadeiros** e outros **falsos**?

Ao sumariar as várias pesquisas e as várias teorias existentes sobre o estereótipo, Otto Klineberg (3), como os dois autores antes citados, continua a mover-se entre as duas hipóteses, sem conseguir um esclarecimento dos pontos de vista, ou uma nova formulação.

Klineberg distingue muito claramente as duas teorias no estudo do estereótipo: aquela que o julga inteiramente falso e a que admite um **fundo de verdade** nêle existente.

A favor da primeira hipótese estaria sobretudo a variação das imagens oferecidas pelos estereótipos (embora o autor reconheça a possibilidade de uma variação real do grupo considerado, e, portanto, possibilidade de que o estereótipo seja verdadeiro apesar de sua variação no tempo). Enfim, para Klineberg, “parece muito mais provável que a imagem varie em função das condições econômicas e sociais e, assim, o estereótipo não esteja necessariamente apoiado em experiências reais” (pg. 141). Entretanto, à mesma página, o autor pode afirmar que “certos estudos de estereótipos efetivamente revelaram que êstes continham uma parte de verdade” (idem). Então, passa a enumerar vários estudos que demonstram o estereótipo como sem base real, e os outros que demonstram sua decorrência da realidade.

Mas onde o problema da relação entre o estereótipo e a realidade poderia ter aparecido com toda a clareza seria no estudo de Brunno Bettelheim e Morris Janowitz (4), quando os autores examinaram os estereótipos apresentados por veteranos americanos sobre judeus e negros. E poderia ter aparecido com toda a clareza porque os negros e judeus não são apresentados com as mesmas qualidades ou os mesmos de-

(3). — Otto Klineberg — *États de Tension et Compréhension Internationale*, cap. III.

(4). — Bruno Bettelheim e Morris Janowitz — *Dynamics of Prejudice*.

feitos pelos mesmos indivíduos. Entretanto, os autores não se interessaram pela análise do estereotipado, procurando resolver a questão exclusivamente através do estudo dos portadores de preconceito. Assim, para eles, se os estereótipos apresentados a respeito de negros e judeus não são idênticos, isto se explicaria pela função diferente que os dois grupos minoritários têm para os indivíduos que apresentam preconceito. A partir desta idéia, chegam a formular a hipótese de que os estereótipos nada mais são que projeções de conflitos existentes em nós. Os judeus receberiam as projeções dos conflitos **super-ego**, os negros as dos conflitos do **id**. Sua afirmação seria comprovada pela verificação de que, na Alemanha, onde não existia o grupo negro para ser combatido e estereotipado, o judeu era descrito como possuindo os defeitos indicados pelos americanos para judeus e negros. Infelizmente, os autores não esclarecem se todos os **defeitos** apresentados como característicos do negro americano eram atribuídos aos judeus pelos alemães (êste aspecto é importante, pois se isto não se dá, a hipótese já seria insustentável, pelo menos na forma apresentada). Outro fato a confirmar sua idéia seria que a experiência no exército — onde houve contacto com negros e judeus — não foi suficiente para modificar os estereótipos. Neste caso, não pensamos que o contacto com o grupo seja suficiente para afastar o estereótipo, porque também se poderia imaginar a possibilidade de o contacto confirmar a idéia preconcebida, se as vítimas do preconceito realmente **apresentam** o comportamento suposto.

Como se vê, Bettelheim e Janowitz afastam qualquer possibilidade de que o estereótipo apresente relação com a realidade observada, atribuindo sua origem exclusivamente a conflitos de personalidade.

William Pitt e Jacob A. Goldeberg (5) inclinam-se também à aceitação da tese segundo a qual o estereótipo é uma idéia falseada pelo interesse dos sujeitos. O sugestivo de sua apresentação reside no fato de, mais ainda do que Allport, salientarem a relação entre o estereótipo e o **bode expiatório**.

(5). — William J. Pitt e Jacob Goldeberg — *Psychology*, part. 4.

Esta idéia é decorrente da teoria da frustração-agressão segundo a qual o indivíduo frustrado se torna agressivo, e sua agressividade se lança sobre pessoas ou grupos inocentes, isto é, os **bodes expiatórios**. Para os autores, os estereótipos decorrem de “associações ilógicas de idéias e atitudes” (pg. 293), e são por isso mesmo falsos, ou melhor, sua relação com a realidade é pequena. Ainda aqui, como se nota, os autores preferem não afirmar o desligamento completo entre o estereótipo e a realidade observável, tão certo é que, em muitos casos, os estereótipos efetivamente apresentam uma verificação — embora imprecisa ou deformada — de comportamento dos grupos estereotipados.

Mas a posição extrema na afirmação da ilogicidade do estereótipo foi a apresentada por Eysenck e Crown (6). Repetiram o questionário de Katz e Braly, e encontraram aproximadamente os mesmos resultados. Introduziram, entretanto, um aspecto novo no questionário pedindo aos sujeitos que escrevessem sobre suas afirmações, e a metade dos sujeitos deixou claro não tomar essas descrições muito a sério. A partir desta verificação, Eysenck e Crown afirmam a necessidade de outras investigações para verificar, inclusive, a existência dos estereótipos pois muito do que se diz sobre os estereótipos é viciado pelo fato de os sujeitos serem obrigados, pelo processo experimental, a dar respostas que não correspondem a suas idéias verdadeiras sobre o assunto.

Repetindo, para os autores, não está em dúvida apenas a validade do estereótipo, mas também a sua existência (isto é, a aceitação pelos sujeitos que o manifestam) é discutível. Ora, nossa pesquisa, como se verá mais adiante, procurou apresentar um novo fator, capaz talvez de verificar mais precisamente a hipótese formulada por Eysenck.

Mas antes de descrever nosso questionário e a forma de apresentá-lo, convém lembrar algumas das pesquisas já realizadas — e os seus resultados — e tentar verificar os pontos mais discutíveis e sugestivos existentes nessas pesquisas.

(6). — H. J. Eysenck — “War and Aggressiveness — a survey of Social Attitudes Studies” in I. H. Pear — *Psychological Factors of Peace and War*, pp. 49 ss.

O interesse do exame de algumas pesquisas reside no fato de nestes casos concretos, encontrarmos as qualidades atribuídas aos vários povos, sua variação no tempo, e alguns problemas da interpretação.

Dos mais conhecidos destes estudos é o realizado por Daniel Katz e Kenneth W. Braly (7), com 100 alunos de Princeton. Katz e Braly apresentaram uma lista de 84 características e 10 grupos (alemães, italianos, chineses, irlandeses, ingleses, negros, judeus americanos, japoneses e turcos), solicitando dos sujeitos que escolhessem tantas características quantas lhes parecessem necessárias para descrever um povo ou um grupo racial. Vários autores têm se fundamentado neste estudo para mostrar que, se as respostas são quantitativamente significativas no caso dos turcos (com os quais os estudantes não tinham contacto algum), não se pode supor o estereótipo como decorrência de realidade efetivamente observada. Entretanto, parece-nos, existe aí um aspecto salientado pelos autores, mas ao qual não dão maior importância e para o qual não procuram uma forma de compreensão (talvez por partirem da idéia de uma **determinação irreal** do estereótipo): embora negros e turcos sejam colocados na parte mais baixa da escala de preferência, a concordância quanto aos seus traços característicos é muito diferente: o maior acôrdo existe quanto aos negros, e o menor quanto aos turcos. Simplificando, poderíamos dizer que, embora negros e turcos sejam considerados, por todo o grupo, como **maus**, um grande número concorda quanto as razões pelas quais os negros são maus, mas não existe acôrdo quanto às más qualidades dos turcos. Este simples resultado está a indicar a existência de um fator não considerado, como procuraremos demonstrar mais adiante.

Outra pesquisa que parece apresentar interesse para nós foi a realizada por Max Meenes (8) com um grupo de negros,

(7). — *In Journal of Abnormal and Social Psychology*, 1933, XXVIII, reproduzido com modificações, em *Readings in Social Psychology de Newcomb, Hartley and als.* (eds.). Crítica em Spratt — *Social Psychology*, pgs. 211 ss.

(8). — "A Comparision of Racial Stereotypes of 1935 and 1942" in *The Journal of Social Psychology*, v. XVII, pgs. 327-336.

descrevendo 10 raças diferentes (na realidade, raças e nacionalidades). A pesquisa indicou que os estereótipos encontrados em 1935 concordam em larga medida com os resultados obtidos em 1942, exceto para o caso dos chineses, japoneses, alemães, turcos e italianos. O estereótipo sobre o chinês é mais favorável em 1942 que em 1935, ao passo que o do japonês o é menos. O do alemão concorda em grande parte com o de 1935, exceção feita para os caracteres **vingativo, cruel e desleal**. Quanto aos turcos e italianos, salienta o autor, embora as palavras empregadas não sejam as mesmas, o quadro geral é muito semelhante nas duas pesquisas.

Deixemos de lado as explicações dadas pelo autor, para notar que, nas modificações observadas de 1935 para 1942, muito provavelmente existe uma influência decisiva da situação de guerra e da consideração de países aliados ou inimigos (9) e, conseqüentemente, da propaganda contra ou a favor de certo povo (10).

Mas, não poderemos, ainda aqui, perguntar por que determinados traços são **escolhidos** pela propaganda, e não outros? Não poderíamos tentar saber se outros traços apresentados seriam ou não aceitos? Em outras palavras, seria possível perguntar se, no estereótipo favorável ou desfavorável, apesar da interferência de fatores ilógicos ou fantásticos, não subsiste uma parte decorrente da observação; então, a deformação se faria, não ao acaso, mas a partir de uma realidade observada.

A partir desta idéia, baseada principalmente no fato de que os estereótipos dos diferentes povos em conflito não são os mesmos e que os mesmos estereótipos são apresentados por

(9). — Resultados semelhantes aos de Max Meenes foram obtidos por Irwin L. Child and Leonard W. Doob, "Factors Determining National Stereotypes" in *The Journal of Social Psychology*, v. XVII, pgs. 203-219.

(10). — V. Raph H. Gundlach "The Attributes of an enemy, allied and domestic nationality group as seen by college students of different regions" in *The Journal of Social Psychology*, vol. XIX, pgs. 249-258. Embora o autor não fale em propaganda, a não ser referindo-se ao estereótipo sobre os russos, os seus dados indicam a existência da tendência — evidentemente de se esperar — de estereótipos favoráveis aos países aliados e contrários aos inimigos.

indivíduos em situação muito diferente, pensamos poder formular as seguintes hipóteses:

a) os estereótipos não têm todos a mesma origem. Alguns se formarão a partir de situações de conflito: seria o caso dos estereótipos dos negros que podemos encontrar na sociedade americana; seria o caso do estereótipo de judeus que notamos em várias sociedades européias e americanas. Outros se formariam a partir de situações completamente diferentes, e seriam decorrentes das imagens de povos oferecidas pelos jornais, cinema, história, etc. Este seria o caso dos estereótipos de turcos encontrados por Katz e Braly, na pesquisa antes citada. Evidentemente, é possível que exista aqui a interferência de outro fator, não conflitual e que seria o temor ou antipatia por um povo diferente daquele a que pertencemos.

b) Conseqüentemente, a hipótese de que o estereótipo é unicamente projeção de conflitos individuais, e portanto independe da realidade observada — tese sustentada por Bettelheim e Janowitz — é inaceitável. E é inaceitável principalmente por não poder dar conta do fato de os vários estereótipos, de um mesmo grupo, acêrca dos diferentes povos, não serem idênticos.

c) A deformação evidente do grupo estereotipado, que existe no estereótipo, deve ser compreendida não apenas em função dos conflitos e frustrações existentes nos sujeitos (os portadores de estereótipos), mas também em função das características dos objetos (os grupos estereotipados).

d) Uma das formas de compreender a origem dos estereótipos é interrogar os sujeitos, pois neste caso podemos observar como os estereótipos são explicados e entendidos pelos seus portadores. Esta idéia já foi sugerida por Kimball Young, mas apenas Eysenck e Crown procuraram verificá-la experimentalmente, pedindo aos sujeitos que escrevessem sobre os estereótipos por eles mesmos manifestados em questionário.

Na realidade, não pretendemos ter analisado ou verificado inteiramente tôdas estas hipóteses na pesquisa adiante relatada, mas acreditamos ter posto à prova algumas delas.

Parece-nos evidente que sòmente outras pesquisas, conduzidas em grupos diferentes, poderão demonstrar se efetivamente em outros casos se verificarão os mesmos resultados por nós obtidos.

Além disso, levamos em conta a objeção de Eysenck e Crown e procuramos não apenas obter explicações dos sujeitos, o que tinha sido feito por êsses psicólogos, mas também modificar inteiramente a situação da prova, a fim de evitar alguns dos vícios apontados nas pesquisas usuais.

Descrição da prova

A prova de estereótipos foi respondida por 152 alunos de quatro séries diferentes, três classes de 3a. série do curso científico e uma série do curso clássico, do Colégio Mackenzie (grupo I). O grupo de controle foi constituído por uma classe de 3a. série do curso científico do Colégio Paulistano e uma classe da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (Grupo II).

Em tôdas as classes do grupo I foi seguido o mesmo processo de aplicação da prova, mas não está eliminada a possibilidade de pequenas diferenças durante a preparação das classes e a apresentação da prova, pois não houve uma exposição memorizada ou lida, mas apenas um plano uniformemente seguido. De outro lado, se existiram pequenas diferenças durante a prova, nas várias classes, sua interferência não se revela nos resultados por nós obtidos.

Todos os sujeitos (dos grupos I e II) são alunos regulares do aplicador da prova, que em todos os casos estava na ocasião ministrando um curso de Psicologia. A diferença fundamental está no fato de que no grupo I a prova foi realizada como parte do curso, o que não aconteceu no grupo II.

A prova no grupo I

Estudando, no contexto do curso de Psicologia, os aspectos psicológicos apresentados pelos grandes grupos humanos, estudava-se o **problema das raças**. Depois de expor as linhas ge-

rais das teorias racistas, o experimentador deu aos alunos a noção de cultura (para mostrar as diferenças entre grupos humanos vivendo separadamente) e a noção de marginalidade (para mostrar as diferenças de situação dos grupos espacialmente contíguos).

Dentro do estudo da situação diferente dos vários grupos, foi indicada aos sujeitos a variação da mútua apreciação dos grupos. Neste ponto, como exemplificação de um dos casos de variação da opinião, indicaram-se os estereótipos como uma das formas mais comuns de apreciação de um grupo pelo outro; indicaram-se as duas hipóteses fundamentais sobre a validade dos estereótipos, a primeira admitindo nestes um **fundo de verdade** e, a segunda, afirmando a sua falsidade.

Foram apresentados exemplos favoráveis a ambas as correntes. Em todas as classes apresentaram-se os mesmos exemplos: a variação de estereótipos de chineses, em jornais americanos de épocas diferentes, através da qual se é levado a pensar na falsidade dos estereótipos (Otto Klineberg); as diferenças entre estereótipos de negros e judeus, onde se encontraria possibilidade para admitir um **fundo de verdade** nos estereótipos, embora em ambos os casos exista evidente deformação.

Neste ponto da exposição, os alunos foram convidados a fazer uma pequena experiência e para isso deveriam retirar uma folha de caderno e copiar o quadro que desenhamos na lousa (é a tabela adiante apresentada).

Pediu-se que cada um seleccionasse duas qualidades ou defeitos para cada povo e, se admitisse mais de duas, fizesse um esforço para seleccionar as duas que lhe parecessem mais significativas ou mais notórias (mas poderia colocar 3 ou mais). Se pensasse em alguma qualidade não indicada deveria colocá-la abaixo do quadro, na mesma folha. Se não admitisse a possibilidade de atribuir qualquer característica a nenhum dos povos, deveria entregar a folha em branco. Foi ainda esclarecido que qualquer resposta seria boa, desde que representasse a opinião do sujeito, e foi proibida qualquer comunicação (retirando as provas dos que se comunicassem).

A organização da prova foi feita segundo alguns critérios que convém esclarecer.

Inicialmente, seria interessante apresentar um número maior de características a ser selecionadas, e um maior número de povos, mas várias aplicações de questionários demonstraram ao autor que, se exigimos grande número de respostas, as últimas são dadas mais ou menos ao acaso, com a preocupação de terminar a prova. Este fato — não sabemos se já observado antes — faz com que as últimas respostas não possam ser avaliadas com o mesmo critério ou a mesma significação atribuída às primeiras. Evidentemente a verificação precisa desta observação pessoal demandaria uma pesquisa, que não foi feita. E' certo, de outro lado, que o número de respostas provavelmente dadas com interesse varia não apenas de acôrdo com a idade dos sujeitos, a relação do experimentador com êles, mas também de acôrdo com o interesse próprio da prova. Isto explica o fato de termos selecionado apenas 7 características, atribuíveis a apenas 4 povos.

As qualidades foram selecionadas de acôrdo com o seguinte critério: **bondoso** e **inteligente** por serem das qualidades mais freqüentemente atribuídas a brasileiros: a bondade, pelos ideólogos do caráter nacional, a inteligência nas apreciações correntes; **vadio** por ser um dos defeitos mais freqüentemente apontados no brasileiro pelos mesmos ideólogos (v. parte II, descrição dos traos psicológicos). Junto a estas características colocamos os seus opostos: **malvado** e **trabalhador**, não o fazendo no caso de **inteligente**, pela impossibilidade de encontrar uma palavra, da linguagem corrente, capaz de significar exatamente o oposto.

Provavelmente cometemos um êrro ao colocar a característica **econômico**, pois estávemos interessados em verificar também uma das más qualidades consideradas nos brasileiros, a falta de espírito econômico (imprevidência). O êrro esteve em não avaliar, não só a impossibilidade de encontrar a palavra oposta correspondente, mas também em que esta palavra assume vários sentidos diferentes, que não podemos depois examinar com precisão. A característica antipático foi

apresentada partindo da idéia de que é uma qualidade difficilmente definível e além disso pouco provavelmente atribuível a um povo (claro, facilmente atribuível a indivíduos).

O povo brasileiro foi colocado porque a pesquisa procurava conhecer a opinião do brasileiro sobre si mesmo. O povo americano foi apresentado na tentativa de verificar a hipótese apresentada por Roger Bastide e Leopoldo Zéa, segundo a qual o sul-americano tira seu sentimento de inferioridade da comparação com o americano do norte. O japonês foi apresentado por surgir sob dois aspectos aos brasileiros: o japonês vivendo no Brasil e o japonês apresentado pelas **fitas de guerra** do cinema americano (donde termos formulado a hipótese de que a característica **malvado** provavelmente seria indicada para o japonês). Apresentamos o inglês por ser um povo com o qual temos pouco contacto directo. O ideal seria apresentar um povo menos conhecido ainda, ou imaginário, mas não o fizemos para evitar a torrente de perguntas sobre quem seria esse povo desconhecido. Num questionário escrito a situação seria evitável, mas na situação normal professor-alunos haveria interferência muito grande das perguntas, perturbando a aplicação da prova.

A forma de aplicação da prova

Como é fácil observar, introduzimos algumas modificações na forma usual de aplicação de uma prova de estereótipos. Primeiramente, porque explicamos o que é um estereótipo antes de os sujeitos responderem ao questionário apresentado. Partimos da suposição de que a explicação antecipada poderia impedir as respostas estereotipadas, isto é, os sujeitos poderiam, a partir da explicação, não admitir a possibilidade de atribuir as características a eles sugeridas. Na realidade, um número mínimo de sujeitos reagiu desta forma, mas seu número aumentou quando foram solicitadas explicações sobre as respostas.

Outra modificação foi aplicar a prova no contexto de aula normal, evitando a situação anômala em que um es-

tranho solicitasse respostas. Por isso, também evitamos fazer a prova em papéis especiais, utilizando as folhas de caderno habitualmente empregadas pelos alunos.

Pelos resultados, é fácil verificar que estas modificações parecem não influir decisivamente sobre o número relativo de sujeitos que apresentam estereótipos; note-se, entretanto, que essa não-influência é significativa, pois demonstra a impossibilidade de aceitar, integralmente, a tese apresentada por Eysenck e Crown. Num intervalo variável de 1 a 3 dias, foram solicitadas explicações, devendo os sujeitos indicar as razões pelas quais apontaram determinadas características. Durante êsse espaço de tempo — entre a resposta ao quadro de caracteres e a explicação das respostas — o aplicador da prova não comentou com os sujeitos os resultados, nem avisou da nova prova a ser realizada.

A prova do grupo II

Exatamente o mesmo quadro foi oferecido a 51 alunos da 3a. série do curso científico do Colégio Paulistano e do 1.º ano da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

Neste grupo, a modificação introduzida foi com relação ao contexto em que a prova foi aplicada. Embora também estivéssemos num curso de noções gerais de Psicologia, os alunos não tinham recebido explicações sobre o significado e importância dos estereótipos. A prova foi apresentada como um assunto que interessava conhecer ao experimentador e, portanto, a motivação para a prova foi muito menor que no caso do grupo I. A diferença quanto à motivação pôde aparecer claramente na diferença quanto ao interesse que a prova despertou e na seriedade com que foi realizada, muito menores no grupo II que no I.

Os resultados

A análise das respostas ao questionário foi feita da forma mais simples possível, calculando a porcentagem de

respostas atribuindo determinado traço a um povo, com relação ao número de vezes em que o traço foi indicado para todos os povos. Outra forma de verificar a frequência relativa de cada traço em cada povo, seria calcular a relativa importância dada a cada traço pelo conjunto de indivíduos que responderam à prova. Preferimos a primeira alternativa (embora a segunda não fôsse apresentar, sempre, um resultado muito diferente), porque nos pareceu mais significativo examinar, porcentualmente, a relativa incidência de cada traço para cada povo, comparado ao número de vezes em que o traço foi atribuído a todos os povos em conjunto, principalmente porque um sujeito pode não ter atribuído o mesmo traço a vários povos. Tomando um exemplo concreto, a característica **malvado** foi escolhida 78 vezes, sendo 3 vezes para o brasileiro. Portanto, pelo menos 74 sujeitos não designaram povo algum com o traço malvado. A porcentagem 3,8% significa que, entre as vezes em que alguns povos foram considerados malvados, o brasileiro o foi 3,8%. De resto, a concentração em determinados caracteres para alguns povos é suficientemente forte para ser analisada sob os dois pontos de vista, e analisar com relação ao número de sujeitos também nos ofereceria resultados bem nítidos.

A dificuldade para analisar quantitativamente as explicações dos sujeitos para seus estereótipos é muito maior, pois muitas vezes, para o mesmo povo e a mesma qualidade, um indivíduo apresenta diversas explicações. Assim, um dos alunos responde, referindo-se ao inglês: “acho que o povo inglês é econômico em virtude de seu espírito altamente conservador, o que torna na maioria dos casos antipático, como podemos ver no seu critério sobre qualquer espécie de trabalho em que tome parte, tornando-se sempre inacessível”. Verifica-se imediatamente a dificuldade para classificar, numericamente, as respostas aí contidas ou sequer defini-las, a não ser como voltas em torno do mesmo ponto ou simplesmente racionalização.

Outras respostas são de grande lucidez, e nelas são separáveis, nitidamente, várias explicações: “Ao japonês eu

atribuí as qualidades de trabalhador levando em conta os imigrantes no Brasil e a própria vida deles no Japão (durante a guerra, através da História, na reconstrução do pós-guerra, etc.). Inteligente: não sei porque... No inglês eu levei em conta os ingleses que conheço, ao lhes atribuir as qualidades de antipáticos e auto-suficientes". A mesma aluna terminaria a prova, depois de outras considerações com esta ironia saborosa: "Pelo tom, até pareço um novo Gobineau ou coisa que o valha..." Ora, nesta segunda resposta, devemos notar não apenas a clarificação das origens dos estereótipos, feita de forma extraordinariamente precisa, mas também que, por isso mesmo, é **qualitativamente** diferente (na forma e no conteúdo) da que apresentamos em primeiro lugar. Por aí se tem uma idéia da dificuldade de síntese ou análise quantitativa das respostas apresentadas, correndo-se o risco de reduzir a expressão viva e significativa a esquemas sem sentido ou sem relação com as respostas obtidas. Em todo caso, este é um risco inevitável, se pretendemos verter as respostas para formas inteligíveis e onde, provavelmente, diminua o grau de avaliação pessoal. A única forma de traduzir quantitativamente as respostas foi considerar cada qualidade, em cada povo, e as explicações apresentadas. Sem isto, seríamos levados a não mostrar, nos resultados, a discrepância que existe, no mesmo sujeito, entre as várias respostas que apresenta.

Pensamos poder agrupar as respostas, sem muito êrro talvez, sob as seguintes categorias: A — Respostas gerais (referentes a todos os estereótipos); B — Respostas específicas (quando o sujeito se refere a cada povo e cada qualidade).

Entre as respostas da categoria A, pudemos seleccionar 7 classes diferentes:

- 1 — Observação
- 2 — Explicação do traço, não do estereótipo
- 3 — Informação
- 4 — Resposta incompreensível ou racionalização

5 — Admite que é impossível explicar porque atribuiu o traço

6 — Não admite estereótipo

7 — Não lembra o que escreveu

Entre as respostas específicas encontramos as mesmas classes, menos as duas últimas (6 e 7).

Esta classificação, certamente complexa, mas ainda imperfeita diante das respostas obtidas, permite de certo modo traduzir as diferenças extraordinárias entre explicações dos vários sujeitos e as explicações do mesmo sujeito para os estereótipos dos vários povos e das várias qualidades de cada um. As diferenças entre as explicações apresentadas pelo mesmo aluno para os vários estereótipos são particularmente significativas, indicando não ter apreendido essas idéias da mesma fonte. É bem verdade, entretanto, que os sujeitos tendem a dar um mesmo tipo de resposta, isto é, tendem a apresentar respostas racionalizadas ou a partir de observações diretas de pessoas.

O critério de classificação

As respostas são facilmente classificáveis, quando nelas o indivíduo simplesmente confessa a impossibilidade de explicar ou negar a existência de estereótipo. Na classificação de outras respostas a dificuldade é maior e não estamos absolutamente seguros de ter interpretado corretamente todas as respostas.

1 — **Observação:** assim foram classificadas as respostas em que o sujeito explica a atribuição pela verificação do comportamento de indivíduos: Ex. — “Pelo que observei na lavoura japonesa no Brasil”.

2 — **Explica o traço:** neste caso o sujeito não entendeu o que tinha sido solicitado e procurou explicar porque determinado traço existe em certo povo e não porque pôde atribuir o traço a esse povo. Ex. — “vadio (o brasileiro) pois está na índole do povo ser da vida mole”.

3 — **Informação:** (cinema, livro, etc.) o traço é explicado pelo que notou no cinema ou leu, ou simplesmente ouviu dizer. Ex. — “pelo que vi no cinema”.

4 — **Resposta incompreensível ou racionalização:** Talvez pudéssemos ter separado as duas formas de explicação e se não o fizemos foi porque muitas vezes é impossível distinguí-las. Ex.: “Japonês é 100% trabalhador, nasce no trabalho rude e aí morre. Seu ideal é trabalhar. O japonês é pouco inteligente porque não consegue sair desta promiscuidade permanente e vivem semi-civilizados com costumes antiquíssimos” (gramática do aluno). Este tipo de explicação é importante, porque muitas vezes revela o preconceito do aluno, como neste exemplo: “(o japonês é mau) porque é mau mesmo. Tipo de sujeito errado. Não sei se há razão minha para isso, mas não topo japonês”.

Interpretação

Chama a atenção no conjunto das respostas o fato de a qualidade indicada menor número de vezes ter sido a única moralmente má apresentada no questionário (malvado). A outra característica má (vadio), vem a seguir, entre as menos indicadas, e, em grande porcentagem, atribuída ao brasileiro. Inversamente, as boas qualidades — trabalhador, inteligente, econômico — são as apresentadas em porcentagem maior.

Ora, este resultado parece indicar uma tendência igualitária ou otimista do estudante brasileiro, se o comparamos aos estudantes de outros países, respondendo a questionários semelhantes. De outro lado, é preciso lembrar também que não colocamos aí nenhum grupo em conflito com o brasileiro (a não ser talvez o japonês) e este seria outro fator a influir no resultado obtido.

Os povos estereotipados

O primeiro resultado positivo de nossa pesquisa de esteótipos nacionais decorre da observação de que as qualidades atribuídas ao brasileiro coincidem com algumas das características descritas por nossos ideólogos do caráter nacional. De fato, os traços **bondoso**, **inteligente** e **vadio** aparecem como caracteres do brasileiro, sobretudo em Fernando de Azevedo e Affonso Celso. Além disso, seria interessante notar que uma qualidade **má** é atribuída ao brasileiro (ser vadio (11)).

Se examinamos os povos de melhores qualidades, veremos que o americano, no conjunto, é o que recebe as melhores qualidades: 1.º em inteligência, 1.º em trabalho, embora seja o 2.º em antipatia. A seguir viria o brasileiro, 1.º em bondade, 2.º em inteligência, mas também o 1.º em vadiagem. O inglês como 1.º em economia, mas também 1.º em antipatia. O japonês é o que apresenta resultados aparentemente mais contrastantes: 1.º em trabalho, 1.º em maldade.

Além disso, podemos comparar estes resultados com os obtidos por Carolina Martuscelli, em pesquisa sobre o preconceito, utilizando a Escala de Distância Social de Borgardus (12). Seus resultados indicam o americano como preferido do grupo, a seguir o inglês e finalmente o japonês (evidentemente, considerando apenas os grupos colocados por nós no questionário). Nossa classificação de grupo preferido não é muito precisa, mas indica, de certa forma, uma coincidência, não só quanto aos grupos preferidos, mas também quanto à maior liberalidade do estudante brasileiro, também observada, de outro ponto de vista, por Carolina Martuscelli. Finalmente, o fato de o brasileiro ser colocado como infe-

(11). — Seria desejável examinar as qualidades tolerância, sensibilidade, hospitalidade, sobriedade; à exceção de hospitalidade, não são, as demais, palavras vulgares, e somente estas deveriam ser empregadas.

(12). — Carolina Martuscelli — "Uma pesquisa sobre aceitação de grupos nacionais, grupos "raciais" e grupos regionais, em S. Paulo", in *Boletim de Psicologia* N. 3, pg. 53 ss.

rior ao americano quanto às qualidades (embora o brasileiro seja considerado mais bondoso que o americano), de certo modo poderia também confirmar a tese de Bastide e Zéa, segundo a qual o sul-americano retira seu sentimento de inferioridade de uma comparação com o americano.

Os resultados do grupo II

Já se disse que a principal modificação introduzida na prova realizada pelo grupo II foi não apresentar, antes de solicitar respostas ao questionário, explicações sobre a existência e as teorias sobre o significado dos estereótipos.

Ora, é fácil observar que os resultados não indicam variação atribuível a este fator; antes, o inverso é que seria verdadeiro, isto é, tanto um grupo como outro manifesta estereótipos de vários povos e saber da existência do estereótipo e das dúvidas sobre sua validade não impede a continuação de sua aceitação pelos sujeitos examinados.

Uma diferença bem nítida aparece na descrição do japonês, pois no grupo II diminui a porcentagem dos que aceitam a qualidade **malvado** como característica desse povo. A explicação para este fato deve provavelmente ser encontrada no maior número de japoneses ou descendentes de japoneses no grupo II (no grupo I há 7 descendentes de japoneses; no grupo II, 16).

Outra diferença acentuada pode ser encontrada na aceitação do americano como grupo **antipático**. No grupo I o americano, em antipatia, está bem distanciado do inglês, ao passo que no grupo II a **distância** entre ambos é menor. A explicação que nos parece mais razoável deve ser procurada na diferença entre as classes sociais encontradas nos dois grupos: o grupo I provavelmente é constituído por indivíduos das classes médias superior e alta inferior, enquanto o grupo II é constituído por indivíduos das classes média inferior e baixa superior (mas é claro que esta é apenas uma tentativa de interpretação, pois a classificação dos indivíduos já seria perfeitamente discutível).

Interpretações para as explicações

A pesquisa de explicações dos portadores de estereótipos tem sido sugerida por vários autores, entre outros por Kimball Young e Solomon Asch. Mas apenas Eysenck e Crown — ao que podemos saber — tentaram pesquisa com êsse objetivo. Aparentemente — e na medida em que são válidas as condições criadas em nosso questionário e em sua aplicação — essa é uma das formas, talvez a melhor, para chegarmos a compreender a origem e, mais importante, a função do estereótipo para o sujeito.

A grande dificuldade para essa pesquisa é sem dúvida obter da pessoa interrogada uma reflexão sobre suas idéias ou a origem delas. Esta dificuldade, talvez mais que a incompreensão da tarefa exigida, explica a elevada porcentagem dos que, em vez de explicar as idéias a respeito dos objetos, procuraram explicar o objeto estereotipado ou as condições que o fizeram de tal ou tal forma. Embora correndo o risco de filosofar gratuitamente, diremos que as idéias e os sentimentos são problemas para o psicólogo, mas para o homem ingênuo, sem teoria, são realidades autênticas antes de serem idéias ou sentimentos, e sua correspondência com a realidade é inquestionável. A possibilidade de pôr em dúvida as próprias idéias e tentar verificar sua origem será aceita apenas por alguns indivíduos, cuja personalidade e cuja inteligência se estruturam de forma peculiar. Este fenômeno, talvez dificilmente verificável de forma experimental, explicará a aceitação do estereótipo e sua função para um grande número de indivíduos.

E' ainda em condições de certas personalidades que devemos procurar a explicação para a tendência, observada por nós mas não explicitada quantitativamente, de o sujeito apresentar quase sempre o mesmo tipo de explicação. Isto é, os que racionalizam tendem a racionalizar tôdas as explicações, assim como os que explicam pela observação tendem a explicar tôdas as qualidades através da observação. Mas é uma tendência porque, como se observa claramente pela tabela

das explicações, há qualidades, em determinados povos, que tendem a ser explicadas de maneira mais ou menos uniforme por todos os indivíduos que responderam ao questionário. Provavelmente, a verificação dessa tendência de os sujeitos manifestarem o mesmo tipo de explicação foi que levou tantos pesquisadores a explicar através de fatores psicológicos internos — a hipótese da frustração-agressão ou de condições de personalidade — a existência de estereótipos e preconceitos.

Na realidade se os fatores internos de personalidade existem e são atuantes na formação dos estereótipos, não permitem compreender vários outros dados encontrados em nossa pesquisa; sobretudo, os fatores internos de formação dos estereótipos não permitem compreender a centralização das respostas, em alguns casos, em torno de um tipo de explicação. Tomemos alguns exemplos, na tabela, e as afirmações se tornam mais claras. As explicações para os 3 traços mais indicados no brasileiro se dispersam entre vários tipos de explicação: assim, a característica **bondoso** é explicada por observação (34,7%), por racionalização (37,0%) ou através de respostas que procuram explicar o traço, não a idéia (20,0%). A característica **vadio** é explicada também de forma muito diferente pelos sujeitos: 28,0% por observação, 34,6% por racionalização, enquanto 26,7% explicam o traço; a qualidade **inteligente** é explicada em 14,6% por observação, em 26,8% através de explicação do traço e não do estereótipo, e em 46,3% é processo racionalizador. Para as características do japonês as proporções são muito diferentes: o traço **trabalhador** é explicado por observação (65,3%), e em proporção claramente menor por informação (9,3%) ou por processos racionalizadores (17,3%), enquanto apenas 6,7% tentam explicar o traço e não a idéia apresentada. A característica **malvado** se explica por outra fonte: 52,9% indicam a informação como a origem do estereótipo, 41,2% racionalizam, 5,9% explicam o traço e 0,0% apresentam a observação como origem do estereótipo. Observem-se os dados relativos a qualidades opostas no brasileiro e no japonês: apenas uma explicação para a

bondade do japonês, e esta por observação: nenhuma resposta para o japonês como **vadio**. No caso do brasileiro, nenhuma resposta para o brasileiro como **malvado**, e apenas 5 para o brasileiro como **trabalhador**, sendo 60,0% a partir de observação.

Se passamos para as qualidades atribuídas ao inglês, veremos que a **antipatia** é explicada por um processo de racionalização (50,5%), em 23,7% a explicação é dada à característica, não para o estereótipo; apenas em 2,6% decorre de informação e em 10,5% de observação. Já a característica **trabalhador** é, nitidamente, decorrente de informação, assim como as características **econômico** e **inteligente**. Observe-se que o inglês raramente é caracterizado, segundo os sujeitos, a partir de observação, indicando, de certo modo, o acerto de nossa escolha do inglês como um povo com o qual tínhamos pouco contacto direto. Observe-se, além disso, como as explicações para os traços indicados para o americano são dadas através de informações.

Ora, estes dados poderiam, ainda uma vez, ser interpretados como formas diferentes de racionalização, e voltaríamos a encontrar os fatores internos de personalidade como responsáveis pela formação dos estereótipos. Mas se, deixando de lado os resultados quantitativos, nos voltamos para algumas das respostas dadas, verificamos imediatamente a impossibilidade de continuar a interpretar os dados dessa forma. A seguinte resposta é perfeitamente esclarecedora: “O japonês é trabalhador, porque de maneira geral ele melhora sua situação num país através de trabalho, como, por ex. as belas lavouras de japoneses. E’ malvado do ponto de vista de ser frio, impassível à dor e à miséria”. Aí estão as duas características dos japoneses: o trabalho verificado na observação da lavoura japonesa, a malvadeza apenas descrita, não explicada. Não explicar num caso, quando havia explicado imediatamente antes, significa que as duas coisas não têm a mesma origem, e podemos falar de racionalização no segundo caso, mas certamente não se pode falar em racionalização no primeiro

onde, inclusive, se apresenta uma característica louvável ou desejável pelo sujeito que a atribuiu.

Estes resultados parecem indicar o acerto de nossa primeira hipótese, segundo a qual os estereótipos não têm a mesma origem e, conseqüentemente não têm, igualmente, a mesma validade.

Aparentemente, então, vamos chegar à idéia, já antes apresentada, de que alguns estereótipos são verdadeiros e outros falsos, como vários autores têm indicado: uns decorriam da observação, outros de simples racionalização, ou informação. Aqui ainda, no entanto, enfrentamos uma dificuldade aparentemente insuperável: por que determinadas qualidades, boas ou más, são apresentadas para alguns povos e outras para outros povos? Sem dúvida, poderíamos pensar na hipótese de Bettelheim e Janowitz, para quem os diferentes povos têm funções diferentes para os sujeitos que mantêm preconceitos e recebem diferentes projeções de conflitos. Mas como explicar então o estereótipo do próprio grupo e os dos grupos que não estão em conflito? Como explicar a escolha de algumas qualidades boas para os grupos caracterizados como maus pelos mesmos sujeitos, segundo outras qualidades atribuídas?

Tomemos como exemplo o japonês, descrito como trabalhador e malvado. Poder-se-ia pensar que **malvado** é um estereótipo falso, e **trabalhador** um estereótipo verdadeiro (corresponderia à realidade). A confirmar esta hipótese poderíamos supor que **trabalhador** é qualidade observada (segundo indicam as explicações dos sujeitos) e **malvado** qualidade apreendida indiretamente (no cinema, nos livros, etc.).

Entretanto, se recordamos os filmes da última guerra, veremos como o italiano não era apresentado com o comportamento de **mau**, enquanto o alemão e o japonês o eram. Por que essa distinção? Supomos que a única hipótese para explicar a diferença quanto à descrição de povos inimigos seria admitir que a deformação do comportamento de um grupo inimigo ou competidor é feita a partir de observação de características reais do grupo estereotipado. Isto não significa, de

outro lado, que o estereótipo seja verdadeiro mas sim que não se pode imaginar sua formação a partir do nada.

A discussão teórica que mais se aproxima dessa tentativa de interpretação para os dados obtidos é a de Asch (13). Sua insuficiência reside no fato de continuar se movendo em torno da questão do **verdadeiro e do falso**. Asch supõe que o estereótipo pode ser tido “como resultante de impressões de grupos”, consideradas, por êle, como um primeiro passo para o conhecimento; como resultado de literatura, folclore, quando se refere a grupos “fora de nossa experiência”. Esta discussão é insuficiente porque a literatura, o folclore, os jornais necessariamente formaram estereótipos também a partir de uma realidade.

Mas, se assim é, por que alguns estereótipos podem ser considerados falsos e outros verdadeiros?

Seria possível admitir-se, por exemplo, que o japonês é realmente malvado? Pensamos que a resposta correta deve ser procurada em outra direção. Devemos considerar o estereótipo como: 1) resultante de características psicológicas dos que o manifestam; 2) da situação em que o sujeito e o estereotipado se encontram, um com relação ao outro; 3) das qualidades próprias do grupo estereotipado.

Como vimos, grande parte das interpretações tem levado em conta os dois primeiros fatores e apenas Solomon Asch considera o terceiro, mas não procura relacioná-lo com os outros dois.

A nossa suposição é que as qualidades do grupo estereotipado estão sempre presentes no estereótipo, mas sua adequação ou seu erro dependem das características dos portadores de estereótipos e da situação em que estão colocados diante dos grupos estereotipados.

(13). — Solomon Asch — *Social Psychology*, pgs. 232-235.

INTERPRETAÇÃO GERAL E CONCLUSÕES

O tema caráter nacional — pela sua amplitude e pelas possibilidades de perspectivas diferentes no seu estudo — oferece campo imenso não apenas para o psicólogo social como para o antropólogo, o sociólogo, o historiador. Se atentarmos para os desenvolvimentos mais recentes de estudo, veremos que a tendência mais nítida é considerar o caráter nacional como um capítulo da análise de **personalidade e cultura**. Esta tendência — já indicada nas teorias de Gorer e Mead — não é, entretanto, exclusiva, pois a idéia de caráter nacional (ou de características psicológicas dos povos) antecede à formulação de uma teoria sistemática, fundamentada em observações de povos diferentes, através de técnicas antropológicas e psicológicas. É possível, por isso mesmo, verificar a origem dessas idéias ou teorias e perguntar pela sua função em determinada sociedade. Nossa intenção neste ensaio foi verificar qual a descrição, apresentada por intelectuais brasileiros, de nossas características psicológicas e tentar explicar a sua origem. Essas teorias foram denominadas ideologias — dando a esta palavra o sentido utilizado por Viola Klein ao examinar as teorias sobre o caráter feminino; embora este sentido seja demasiadamente amplo e vago, parece legítimo o seu emprêgo quando se pensa na teoria de K. Mannheim e nas pesquisas que (com a de Viola Klein) foram feitas sob essa orientação. Se aceitamos o sentido dado à ideologia por Viola Klein, preferimos não aceitar (por razões apresentadas na Parte II deste ensaio), **a priori**, as suposições de Mannheim quanto à origem das ideologias: a sua teoria é, de um ponto de vista metodológico, contraditória. Claro está que, não aceitando essas suposições como ponto de partida, não estávamos obrigados a rejeitá-las se, empiricamente, se comprovassem corretas. A diferença entre as duas posições (a aceitação **a priori** ou após a confirmação empírica) não resulta, como poderia parecer, de uma disputa em torno de minúcias. O grande vício das teorias em ciências humanas, seja na Sociologia, seja na Psicologia, é a aceitação de explicações para **atos passados** como se fossem explicações científicas satisfatórias. Na realidade, o que se obtém, neste caso, é a elaboração de teorias **ad hoc**, satisfatórias para **explicar** um conjunto de acontecimentos, mas inteiramente incapazes de oferecer, ao investigador, a possibilidade de previsão (1).

(1). — Se é verdade que a previsão, por si só, não representa uma confirmação completa da teoria, não é menos verdade que sucessivas previsões corretas representam índices de confirmação, aumentando nossa confiança na teoria proposta.

No caso concreto que estamos a examinar — o das ideologias sobre o caráter nacional brasileiro — não parece difícil encontrar teorias que se ajustem aos fenômenos observados, e seria relativamente fácil supor algumas **explicações** para as ideologias: poderíamos supor algumas condições existenciais capazes de determinar descrições do caráter nacional. O reconhecimento da inutilidade científica deste processo de estudo levou-nos a um ponto mais elementar de análise, isto é, a um nível descritivo, tanto quanto possível minucioso, capaz de revelar quais as características apresentadas como constituintes do caráter nacional brasileiro. A partir deste nível bem simples é que seria possível encontrar sugestões e hipóteses que nos levassem a uma explicação da ideologias.

Se estivéssemos interessados apenas nas características psicológicas indicadas, seria possível reduzir as ideologias apenas aos traços psicológicos que cada uma descreve no brasileiro. Este resumo foi feito, e constitui o quadro de características apresentado em apêndice. Entretanto, o material apresentava uma riqueza maior que o conjunto de características: o ideólogo não apenas descreve, mas também explica, e a explicação poderia ser, em muitos casos, significativa. Por isso, preferimos a apresentação mais ampla de cada um dos autores, por onde se pudesse observar o arcabouço de suas teorias.

*

* *

A primeira explicação para as ideologias decorria do material que conseguimos reunir: os vários autores (com exceção de Affonso Celso) apresentam filiações teóricas mais ou menos nítidas e seria possível imaginar que a descrição do caráter nacional brasileiro resultasse da aplicação da teoria européia ao caso brasileiro. Esta hipótese, vê-se imediatamente, iria contrariar os princípios da teoria de Mannheim, pois as ideologias — apresentadas por autores brasileiros — seriam independentes de suas condições existenciais, resultando apenas de uma convicção teórica.

Havia dois caminhos para comprovar esta hipótese: o primeiro, verificar a **fidelidade teórica** do autor brasileiro; o segundo, encontrar descrições não-teóricas e verificar se estas confirmam ou não as ideologias. Quanto ao primeiro, a possibilidade de comprovação que nos oferece é, naturalmente, muito limitada: de fato, é extremamente difícil, nas ciências humanas — que ainda utilizam linguagem imprecisa e dados qualitativos — dizer até que ponto uma teoria é aceita ou rejeitada. Em alguns casos, entretanto, a teoria original está de tal forma modificada pelo ideólogo, que é possível pensar que o autor brasileiro não está **transpondo** a teoria européia, mas alterando-a

a tal ponto que sua filiação teórica não pode servir como explicação. Quanto ao segundo, oferece também limitadas possibilidades: foram apresentadas 64 características para o brasileiro e, além disso, as descrições se localizam num período de 50 anos de vida brasileira — período não apenas longo, mas também cheio de transformações violentas na vida social e econômica do país. De outro lado, seria impossível garantir a uniformidade de opiniões de pessoas de várias regiões do país, o que deveria ser feito para comprovação rigorosa, uma vez que os ideólogos não são todos do Estado de São Paulo (região que, pela industrialização, diferenciou-se das demais). Apesar dessas limitações, tentamos verificar a semelhança ou divergência entre as descrições das ideologias e as dos estereótipos. Embora a origem e a correção dos estereótipos sejam ainda muito mal conhecidas, é possível dizer que o estereótipo é a **idéia feita** a respeito de um grupo; é certo que o estereótipo não resulta de um ponto de vista teórico, mas, ao contrário, de uma descrição ingênua da realidade social. Assim, se os estereótipos (descrições não-teóricas) confirmam as ideologias, pode-se supor — embora com limitada evidência empírica — que não é a teoria que determina a descrição ideológica, mas outros fatores ainda não identificados. A observação — através da manifestação de estereótipos por estudantes do curso secundário — indica, embora para algumas características apenas, que ideologias e estereótipos apresentam a mesma descrição.

Se afastássemos — pela comprovação de que as ideologias não obedecem aos princípios teóricos a que se filiam e, além disso, são semelhantes aos estereótipos — a hipótese de uma determinação teórica da ideologia, restava procurar uma explicação extra-teórica (ou existencial) para a descrição apresentada.

Foram sugeridas três hipóteses capazes de nos conduzir a essa explicação: a) a ideologia resulta da observação de características reais do brasileiro, que seriam intuitas pelos ideólogos; b) a ideologia resulta de uma transposição da auto-observação, isto é, os ideólogos, descrevendo o **brasileiro**, estão na realidade descrevendo a própria personalidade; c) a ideologia é preconceito de classe, vale dizer, o ideólogo (indivíduo de classe média ou alta) apresenta características psicológicas muito freqüentemente indesejáveis, como sendo responsáveis pela situação do país; esta seria uma forma de **lançar a culpa** da situação (que consideram condenável) sobre características gerais do povo, considerando-se eles próprios irresponsáveis por ele.

A primeira hipótese não pode ser refutada imediatamente: não existem critérios para saber se é possível atribuir tais características a algum povo; portanto, não podem existir critérios para saber se são ou não adequadas ao povo brasileiro. Note-se, entretanto, que

Apesar de os agrupamentos abrangerem, assim, um grande número de características, muitas outras permaneceriam isoladas, e o seu agrupamento não conduziria a qualquer verificação significativa.

Seria possível pensar nos 4 traços (individualismo, sentimentalidade ou bondade, indolência e tolerância) como característicos do povo brasileiro? Segundo o que podemos saber até agora, não. Em primeiro lugar, seria necessário retomar a questão do qualitativo e quantitativo na descrição de traços psicológicos. Se a caracterização é qualitativa, é insustentável. Seria muito difícil admitir outros povos que não tivessem essas qualidades. Se a descrição é quantitativa, seria necessário saber com quem os ideólogos pretendem comparar o povo brasileiro e, mais ainda, quais os critérios utilizados para a comparação. Ora, como já tivemos ocasião de observar, existem, quanto a este aspecto, duas fases nas ideologias: uma, em que a comparação é feita com o europeu; outra, em que o americano é considerado o modelo. Na fase em que o europeu é termo de comparação (seria o caso de Affonso Celso), o brasileiro poderia ter uma visão otimista de si mesmo ("os outros povos se avantajam apenas naquilo que a idade lhes deu", diria Affonso Celso): o país novo não tinha ainda desenvolvido tôdas as suas possibilidades. Quando o americano passa a ser o modelo ao qual os brasileiros procuram comparar-se, a situação é inteiramente diversa: diante de dois países novos, o problema é saber **por que** um se desenvolve tanto e outro tão pouco. Mas o modelo americano, se é nítido em suas realizações, é impreciso na caracterização psicológica que dêle fazem os brasileiros. Seria portanto inadequado dizer que o ideólogo **compara** — quanto às características psicológicas — brasileiros e americanos. Nesse caso, a descrição pretende ser qualitativa e, como tal, é inaceitável.

Este critério de **refutação** das ideologias, diga-se logo, não elimina o problema, mas propõe outras questões. Qual a razão de terem sido apresentadas essas características e não outras?

Se a descrição é inaceitável segundo os critérios atuais da ciência, deve haver razões que levem os ideólogos a fazer essa apresentação do **brasileiro**.

E' possível supor algumas características de comportamento — embora não saibamos quais sejam — capazes de levar os ideólogos a apresentar o brasileiro como o fizeram: um povo individualista, sentimental (bondoso), indolente e tolerante (acessível).

Na verdade, a psicologia contemporânea ainda não nos permite explicar de que modo chegamos a intuir determinadas características nos indivíduos que nos cercam, como não nos permite ainda dizer porque supomos que um povo tem alguns traços psicológicos e outros não. Neste sentido, a contribuição da psicologia foi mais negativa que po-

sitiva; mas isto não significa que tenha sido inútil. Pode-se dizer, sem medo de errar, que os psicólogos contemporâneos têm conseguido demonstrar que o comportamento de indivíduos ou grupos é resultado dos estímulos ou das condições em que estão colocados. No caso particular do brasileiro que vimos examinando, a ciência nos levaria a dizer que, modificadas as condições em que o povo brasileiro está colocado, seriam modificadas também suas características psicológicas. Esta conclusão, para muitos um lugar comum sem maiores conseqüências, é na realidade uma transformação completa da forma de pensar de psicólogos e sociólogos. Implica em aceitar que o comportamento humano não resulta de misteriosas forças interiores (no caso do indivíduo) ou de obscuras razões de raças ou do passado coletivo (no caso de grupos e sociedades) e sim de condições externas, criadas pelo homem e passíveis de modificações. As características que se descreveram para o brasileiro — se verdadeiras, e não sabemos se o são — não podem ser consideradas como traços definitivos do nosso caráter coletivo. Não podemos também, através delas, tentar explicar o nosso passado ou o nosso presente. Ao contrário, deveríamos perguntar pelas condições materiais da existência e pela educação que permitiram o nosso desenvolvimento numa ou noutra direção.

Em outras palavras, chegamos à conclusão de que as características psicológicas não podem servir de explicação para a vida brasileira mas, ao contrário, a vida social é que determina tais características. Essa verificação é importante, na medida em que elimina uma visão pessimista do povo brasileiro: se apresenta características psicológicas contrárias a um desenvolvimento social (como o individualismo e a indolência) não é porque seja naturalmente individualista ou indolente, mas porque as condições de vida social que aqui se desenvolveram provocaram comportamentos que **podem ser interpretados** como exprimindo essas duas características.

As duas outras hipóteses para explicar a origem e a função das ideologias nos levam a compreendê-las de maneira mais ampla. O mecanismo da projeção é responsável pela atribuição de tendências psicológicas indesejáveis (de que o indivíduo não está consciente) a outros indivíduos. O indivíduo que **projeta** tendências indesejáveis consegue defender-se (embora de forma pouco satisfatória, evidentemente) do sentimento de culpa a que seria levado se as reconhecesse em si mesmo. A **indolência** e o **individualismo** são as duas características que poderiam ser interpretadas como resultado da projeção pelos ideólogos (no caso dos estereótipos, pelos que os apresentaram para o brasileiro). Pode-se supor que numa sociedade recém-saída de um regime patriarcal e escravocrata, os indivíduos do grupo do-

minante procuram justificar a pobreza em que vivem os grupos dominados, atribuindo-lhes características do grupo dominante: a indiferença pelo bem estar social (rejeição dos valores coletivos) e indolência.

Esta hipótese se completa com a terceira, isto é, a suposição de que as ideologias do caráter nacional brasileiro apresentam preconceito de classe. E' certo que esta hipótese não se aplica a todos os ideólogos, mas é indiscutivelmente verdadeira para os que explicam o brasileiro através de critérios raciais. Se a teoria da superioridade dos brancos foi a arma de que se valeu o imperialismo colonial do século XIX para justificar o seu domínio sobre regiões economicamente mais *atrasadas*, a sua transposição para a luta de classes foi a arma do grupo dominante para impedir a ascensão do grupo dominado (onde se localizam, precisamente, os indivíduos de raças então consideradas inferiores).

A terceira hipótese não cuida, evidentemente, da origem das ideologias, mas de sua **função** na vida social brasileira: não importa a **intenção** consciente do ideólogo, mas a consequência teórica e prática de sua teoria. E a consequência é a justificação, por motivos psicológicos, da situação das classes mais pobres da população (com as quais, já procuramos indicar, os ideólogos não se identificam).

*

* *

Caberia, finalmente, uma pergunta ingênua: existem características psicológicas do brasileiro? As perguntas ingênuas (frequentemente responsáveis pelo progresso científico) cabem respostas ingênuas: é muito provável que existam, mas não temos critérios para descrevê-las. Podemos estar certos de que as características indicadas não são verdadeiras e poderiam ser aplicadas a todos os outros povos, indiscriminadamente. Podemos estar certos também de que *raça* e *história* não determinam características psicológicas, a não ser na medida em que criam condições reais diante das quais reagimos.

Se o homem é o mesmo por toda parte, diferencia-se ao enfrentar condições também diferentes. Em vão buscaremos encontrar o **brasileiro**; em cada geração encontraremos indivíduos diferentes, resultantes da vida renovada a cada instante, que se desdobra ante os nossos olhos.

BIBLIOGRAFIA

(Obras Citadas)

- ALLPORT, GORDON W. — *The Nature of Prejudice*. Cambridge: Addison-Wesley Publishing Co., Inc., 1954.
- ANASTASI, ANNE and FOLEY, JOHN P. (Jr.) — *Differential Psychology: Individual and Group Differences in Behavior*. New York: The Macmillan Co., 1949. Revised Edition.
- ASCH, SOLOMON E. — *Social Psychology*. New York: Prentice Hall, Inc., 1952.
- ASSIS, J. M. MACHADO DE — *A Semana* 1.º v. (1892-1897) in *Obras Completas*. S. Paulo: W. M. Jackson, Inc., 1937.
- AUERBACH, ERICH — *Mimesis: La representación de la realidad en La Literatura Occidental*. México e B. Aires: Fondo de Cultura Economica, 1950. Trad. de I. Villanueva y E. Imaz. 1a. ed. alemã de 1942.
- AZEVEDO, FERNANDO DE — “Psicologia do povo brasileiro” in *A Cultura Brasileira: Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1944. pgs. 103-122.
- AZEVEDO, THALES DE — *Les Elites de Couleur dans une Ville Brésilienne*. Paris: Unesco, 1953.
- BARNETT, ANTHONY — *The Human Species: A Biology of Man*. London: Macgibbon & Kee, Ltd., 1950.
- BATESON, GREGORY — “Formulation of End Linkage” in Mead and Métraux (eds.) — *The Study of Culture at a Distance*. Chicago: University of Chicago Press, 1953. Pgs. 367-378.
- BENEDICT, RUTH — *Patterns of Culture*. New York: Penguin Books, 1946. (A 1a. edição é de 1934).
- *The Chrysanthemum and the Sword: Patterns of Japanese Culture*. Boston: Houghton Mifflin Co., 1945.
- BETTELHEIM, BRUNNO and JANOWITZ, MORRIS — *Dynamics of Prejudice: a Psychological and Sociological Study of Veterans*. New York: Harper & Bros., 1950.
- BILAC, OLAVO B.M. dos G. — *Poesias*. 19a. ed. São Paulo: Liv. Francisco Alves, 1942.
- BIRKET-SMITH, KAJ — *Razas Humanas: La evolución de la Humanidad*. Trad. de Felipe Jiménez de Asúa. Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1949.

- BOAS, FRANZ — “The Problem of Race’ in *Anthropology* apud Calverton, V. Fl. — *The Making of Man: an Outline of Anthropology*. New York: Random House, 1931.
- BOMFIM, MANOEL — *A America Latina: Males de Origem*. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1905.
- BROWN, J. F. — *Psychology and the Social Order: An Introduction to the Dynamic Study of Social Fields*. New York and London: McGraw-Hill Book Co., Inc., 1936.
- CASSIRER, ERNST — *Las Ciencias de la Cultura*. México: Fondo de Cultura Economica, 1951. (A 1a. edição alemã é de 1942).
- CANTRIL, HADLEY and BUCHANAN, WILLIAM — *How Nations see each other: a study in public opinion*. Urbana: University of Illinois Press, 1953.
- CELSO AFFONSO — *Porque me ufano de meu País*. Rio de Janeiro: F. Brigueit & Cia., 1943. 12a. edição.
- CHAGAS, M. PINHEIRO — in *Obras Completas* de Casimiro J. M. de Abreu, colligidas, anotadas, precedidas de um juízo critico dos escriptores nacionaes e estrangeiros e de uma noticia sobre o auctor e seus escriptos por J. Norberto de Souza S. 5.a edição. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1877.
- CHILD, IRWIN L. and DOOB, LEONARD W. “Factors Determining National Stereotypes” in *The Journal of Social Psychology*, v. XVII, pgs. 203-219.
- COMMAGER, HENRY STEELE — *America in Perspective: The United States through Foreign Eyes*. New York: Random House, 1947.
- COSTA, JOÃO CRUZ — *A Filosofia no Brasil* (Ensaaios). Pôrto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1945.
— *O Desenvolvimento da Filosofia no Brasil no século XIX e a evolução histórica nacional*. São Paulo: Tese apresentada ao concurso da cadeira de Filosofia, da Fac. de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1950.
- COUTO, RIBEIRO — *Dia Longo* — *Poesias Escolhidas*. Lisboa: Portugalia Editora, 1944.
- CUNHA, EUCLIDES DA — *Contrastes e Confrontos*. Porto: Lello & Irmão, 1941. 8a. edição.
— *Os Sertões: Campanha de Canudos*. 17a. ed. corr. Rio de Janeiro: Liv. Francisco Alves, 1944.
- DEUTSCH, HÉLÈNE — *La psychologie des Femmes*, (trad. da 7a. ed. ingl. por Hubert Benoit) Paris: Presses Universitaires de France, 1949. II v.
- DEUTSCH, KARL W. — *Nationalism and Social Communication: An Inquiry into the Foundations of Nationality*. Boston, New York and London: Published jointly by The Massachusetts

- Institute of Technology, John Wiley & Sons, Inc., and Chapman & Hall, Ltd., 1953.
- DUNN, L. C. and DOBZHANSKY, TH. — *Heredity, Race and Society*. New York: Penguin Books, 1946.
- ENGELS, FREDERICK — *The Origin of the Family, Private Property and the State*. Chicago: Charles H. Kerr & Co., 1902.
- EYSENCK, H. J. "War and Aggressiveness: A Survey of Social Attitude Studies" in Pear, T. H. — *Psychological Factors of Peace and War*. New York: The Philosophical Library, 1950. Pgs. 47-81.
- FIGUEIREDO, FIDELINO DE — *Historia da Literatura Realista (1871-1900)* 3a. ed. rev. São Paulo: Ed. Anchieta, S. A. 1946.
- *Ultimas Aventuras*. Rio de Janeiro: Empresa A Noite, s/d.
- FOUILLÉE, ALFRED — *Bosquejo psicológico de los pueblos europeos*. Trad. de Ricardo Rubio. Madrid, 1903.
- FRANCO, AFFONSO ARINOS DE MELLO — *Conceito de Civilização Brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936.
- FREYER, HANS — *La Sociologia, Ciencia de la Realidad: Fundamentación Lógica del Sistema de la Sociología*. Trad. de Francisco Ayala. Buenos Aires: Editorial Losada, S.A., 1944.
- FREYRE, GILBERTO — *Casa Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*. 5a. edição. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio Editora, 1946 II v.
- *Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. 2a. edição. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio Editora, 1949. III v.
- *Problemas Brasileiros de Antropologia*. Rio de Janeiro: Edições C.E.B., 1942.
- *Sociologia: Introdução ao Estudo dos seus Princípios*. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio Editora, 1945. II v.
- *Interpretação do Brasil: Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. Trad. de Olivio Montenegro. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio Editora, 1947
- FROMM, ERICH — *Escape from Freedom*. New York and Toronto: Rinehart & Company, Inc., 1941.
- FYFE, HAMILTON — *The Illusion of National Character*. London Watts & Co., 1946, Revised and agridged.
- GASSET, JOSÉ ORTEGA Y — *España Invertebrada*. Madrid: Revista de Occidente, 1948. (A 1a. edição é de 1921).
- INSBERG, MORRIS — "National Character in *The British Journal of Psychology*. V. XXII, Part 3, January 1942, pgs. 183-205.

- GORER, GEOFFREY — *The Americans: a study in National Character*, London: The Cresset Press and the Book Society, ed. 1948.
— “National Character: Theory and Practice” in Mead and Métraux (eds.) — *The Study of Culture at a Distance*. Chicago: University of Chicago Press, 1953, pgs. 57-82.
- GOBINEAU, A. — *Essai sur l'inégalité des races humaines*. 5e. édition. Paris: Librairie de Paris, s/d. (A 1a. edição é de 1854).
- GRUNWALD, ERNST — “Das Problem einer Soziologie des Wissens” *apud* Paul Kecskemeti (ed.) — *Essays on the Sociology of Knowledge*. London: Routledge & Kegan Paul Ltd., 1952. Pgs. 28-29.
- GUNDLACH, RALPH H. “The Attributes of an enemy, allied and domestic nationality group as seen by college students of different regions” in *The Journal of Social Psychology*, V. XIX, pgs. 249-258.
- HEIDEGGER, MARTIN — *El ser y el tiempo*. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1951. (A 1a. edição alemã é de 1927).
- HENRY, PAUL — *Le Problème des Nationalités*. Paris: Librairie Armand Colin, 1937.
- HERTZ, FREDERICK — *Nationality in History and Politics: a Psychology and Sociology of National Sentiment and Nationalism*. London: Routledge & Kegan Paul Ltd., 1951. (1a. ed. 1944).
- HESSEN, J. — *Teoria del Conocimiento*. Trad. de José Gaos. Buenos Aires: Losada, 1947.
- HOLANDA, SERGIO BUARQUE DE — *Raízes do Brasil*. 2a. ed. rev. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio Editora, 1948. (A 1a. edição é de 1936).
- JENNINGS, H. S. et als. — *Aspectos Científicos del Problema Racial*. Buenos Aires: Editorial Losada, S. A., 1946. Trad. de Felipe Jiménez de Asúa.
- KATZ, DANIEL and BRALY, KENNETH W. — “Verbal Stereotypes and Racial Prejudice” in Newcomb, Hartley et als. — *Readings in Social Psychology*. New York: Henry Holt and Company 1947. Pgs. 204-210. (Esse estudo foi publicado originalmente em 1933).
- KLEIN, VIOLA — *The Feminine Character: History of an Ideology*. London: Kegan Paul, Trench, Trubner & Co., Ltd., 1946.
- KLINBERG, OTTO — *Race Differences*. New York and London: Harper & Brothers Publishers, 1935.
— “Psychologie et caractère national” in *Revue de Psychologie des Peuples* 3e. année N. 1 Janvier 1948. Pgs. 14-26.

- “Recent Studies of National Character” in Sargent, S. Stansfeld and Smith, Marian W. — *Culture and Personality*. New York: Viking Fund, Inc., 1949. Pgs. 127-141.
- *Race et Psychologie*. Paris: Unesco, 1951.
- *États de Tension et Compréhension Internationale*. Paris: Librairie de Médecis, 1951.
- “American Culture and American Personality — Some Methodological Considerations” in *The Journal of Social Issues*, V. VII, N. 4, 1951. Pags. 40-44.
- *Social Psychology*. New York: Henry Holt & Company, 1954.
- KLUCKHORN, CLYDE — *Mirror for Man: The Relation of Anthropology to Modern Life*. New York and Toronto: McGraw-Hill Book Co., Inc., 1949.
- KOHN, HANS — *Historia del Nacionalismo*. Mexico-B. Aires: Fondo de Cultura Económica, 1949. (A 1a. edição inglesa é de 1944).
- KRACAUER, SIEGFRIED — *From Caligari to Hitler: A Psychological History of the German Film*. New York: Princeton University Press, 1947.
- KRECH, DAVID and CRUTCHFIELD, RICHARD S. — *Theory and Problems of Social Psychology*. New York, Toronto and London: McGraw-Hill Book Company, Inc., 1948.
- LANSON, GUSTAVE — *Histoire de la Littérature Française*. Paris: Librairie Hachette, 1912. 12e. édition.
- LAPOUGE, V. — *Anthroposociologie*. Paris, 1909.
- LETOURNEAU, CHARLES — *La Psychologie Ethnique*. Paris: Librairie Schleicher Frères, s/d.
- LEWIN, KURT — *A Dynamic Theory of Personality* (Selected Papers) Transl. by Donald K. Adams and Karl E. Zener. New York and London: McGraw-Hill Book Company, Inc., 1935.
- “Some Social-Psychological Differences between the United States and Germany” in *Resolving Social Conflicts*. New York: Harper & Brothers, 1948.
- LINTON, RALPH — *O Homem: uma introdução à Antropologia*. Trad. de Lavinia Vilela. São Paulo: Liv. Martins Editora, 1943.
- LEWIS, OSCAR — *Life in a Mexican Village: Tepoztlán Restudied*. Urbana: University of Illinois Press, 1951.
- LOWIE, ROBERT — *Historia de la Etnología*. Versão Espanhola de Paul Kirchhoff. Mexico: Fondo Económico, 1946. (A 1a. edição inglesa é de 1937).
- MACHADO, ANTONIO DE ALCÂNTARA — *Cavaquinho e Saxofone* (Solos) 1926-1935. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio Ed. 1940.

- MC IVER, R. M. — *O Estado*. Trad. de Mauro Brandão Lopes e Asdrubal Mendes Gonçalves, São Paulo: Livraria Martins Editora, s/d.
- MALINOWSKI, BRONISLAW — *Sex and Repression in Savage Society* London: Routledge & Kegan Paul Ltd., 1949. (1st. ed., 1927).
- MANHEIM, KARL — *Ideologia e Utopia*. Pôrto Alegre: Editora Globo, s/d., Trad. de Emilio Willems.
- MARTUSCELLI, CAROLINA — “Uma Pesquisa sobre Aceitação de Grupos Nacionais, Grupos “Raciais” e Grupos Regionais, em S. Paulo” in *Boletim CXIX Psicologia* N. 3. S. Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo, 1950. Pgs. 53-73.
- MEAD, MARGARET — *And Keep your Powder dry! An Anthropologist looks at America*. New York: William Morrow and Comp., 1942.
- *Male and Female: A study of the Sexes in a Changing World*. New York: William Morrow & Comp. Publ., 1949.
- “L'étude du Caractère National” in Lasswell Harold et Lerner, Daniel (eds.) — *Les “Sciences de la Politique” aux États-Unis*. Paris: Librairie Armand Colin, 1951.
- “The Study of Culture at a Distance” in Mead and Métraux (eds.) — *The Study of Culture at a Distance*. Chicago: The University of Chicago Press, 1953. Pgs. 3-53.
- “National Character” in Kroeber, A. L. — *Anthropology Today: an Encyclopedic Inventory*. Chicago: The University of Chicago Press, 1953. Pgs. 642-667.
- MEENES, MAX — “A Comparision of Racial Stereotypes of 1935 and 1942” in *The Journal of Social Psychology*, v. XVII, pgs. 327-336.
- MINDER, ROBERT — *Allemagne et Allemands: essai d'histoire culturelle*. Tome I Ed. rev. et augm. Paris: Éditions du Seuil, 1948.
- MURDOCK, GEORGE P. — “Ethnocentrism” in *Encyclopaedia of the Social Sciences*, V. 5. New York: The Macmillan Co., 1951. Pgs. 613-614.
- MYRDAL, GUNNAR et als. — *An American Dilemma: The Negro Problem and Modern Democracy*. New York and London: Harper & Brothers Publishers, 1944.
- NEWCOMB, THEODORE M. — *Social Psychology*. London: Tavistock Publications Limited, 1952.
- PEIXOTO, AFRANIO — Introdução à edição fac-similar de *As Primeiras* de Casimiro de Abreu. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945. Pgs. IX-XVIII.

- PIERSON, DONALD — *Teoria e Pesquisa em Sociologia*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1945.
- PITT, WILLIAM J. and GOLDBERG, JACOB — *Psychology*. New York, Toronto and London: MacGraw-Hill Book Company, Inc., 1954.
- PRADO, PAULO — *Retrato do Brasil: Ensaio sobre a Tristeza Brasileira*. IV edição. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Ed. 1931. (A 1a. edição é de 1928).
- QUEIROZ, J. M. EÇA DE — *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e mais Páginas Recolhidas*. Pôrto: Lello & Irmão, Ltda. 1929.
- QUENTAL, ANTERO DE — *Prosas Escolhidas de Antero de Quental*. Seleção e Prefácio de Fidelino de Figueiredo. Rio de Janeiro: Edições Livros de Portugal, 1942.
- RAMOS, ARTHUR — *O Negro Brasileiro I v. Ethnographia Religiosa*. 2a. ed. aum. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1940. — *A Aculturação Negra no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1942.
- RAMOS, GRACILIANO — *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio Editora, 1953. IV v.
- REDFIELD, ROBERT — *Civilização e Cultura de Folk: Estudo de Variações Culturais em Yucatan*. Trad. de Asdrubal Mendes Gonçalves, São Paulo: Liv. Martins Editora, 1949.
- RIBEIRO, RENÉ — "Situação Étnica no Nordeste" in *Sociologia* V. XV N. 3, Agosto de 1953. Pgs. 210-259.
- RODRIGUES, RAIMUNDO NINA — *Os Africanos no Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1932.
- RÓHEIM, GEZA — *Psychoanalysis and Anthropology: Culture, Personality and the Unconscious*. New York: International Universities Press, 1950.
- ROMANELL, PATRICK — *La Formación de la Mentalidad Mexicana: Panorama actual de la filosofía en Mexico, 1910-1950*, Mexico: El Colegio de Mexico, 1954.
- SCHAFFNER, BERTRAM — *Father Land: a study of authoritarianism in the German Family*. New York: Columbia University Press 1949. 1st. print. 1948.
- SCHUCKING, L. L. — *The Sociology of Literary Taste*. Tradução inglesa. London: Routledge & Kegan Paul, 1950. (A 1a. edição alemã é de 1931).
- SIEGFRIED, ANDRÉ — *Amérique Latine* 4e. ed. Paris: Librairie Armand Colin, 1949. (A 1a. edição é de 1934).
- SOUZA, ANTONIO SERGIO — *Ensaio* 2.º v. Lisboa: Tip. "Seara Nova", 1929.

- SOUSA, ANTONIO CANDIDO DE MELLO E — *A Literatura Brasileira no século XX*, Comunicação Fundamental N.º 2, *Literature*, apresentada ao International Colloquium on Luso-Brazilian Studies, Outubro de 1950. Mimeografada.
- SPROTT, W. J. H. — *Social Psychology*. London: Methuen & Co. Ltd., 1952.
- STOETZEL, JEAN — *Jeunesse sans chrysanthème ni sabre: Étude sur les attitudes de la jeunesse japonaise d'après guerre*. Paris: Plon-Unesco, 1954.
- STONEQUIST, EVERETT V. — *O Homem Marginal: Estudo de Personalidade e Conflito Cultural*. Trad. de Asdrubal Mendes Gonçalves. São Paulo: Livraria Martins Ed., S. A., 1948.
- TAINE, HYPOLITE — *Notes sur l'Angleterre*. 12e. édition. Paris: Librairie Hachette et Cie., 1903: (o prefácio é de 1871).
- TAX, SOL et als. — *An Appraisal of Anthropology Today*. Chicago: The University of Chicago Press, 1953.
- TYLER, LEONA E. — *The Psychology of Human Differences*. New York: Appleton Century-Crofts, Inc., 1947.
- UNAMUNO, MIGUEL DE — *Ensayos*, II tomos. Madrid: M. Aguilar Editor, 1945.
- VERISSIMO, JOSÉ — *A Educação Nacional*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Liv. Francisco Alves, 1906.
- VIANNA, FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA — *Evolução do Povo Brasileiro*. 2a. ed. S. Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933.
- *Raça e Assimilação* 2a. ed. augm. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1934.
- *Pequenos Estudos de Psychologia Social*. 3a. ed. augm. S. Paulo: Cia. Editora Nacional, 1942.
- *Populações Meridionais do Brasil*. 5a. ed., Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1952. II v.
- WAGLEY, CHARLES et als. — *Races et Classes dans le Brésil Rural*. Paris: Unesco, 1951.
- *Amazon Town: A Study of Man in the Tropics*. New York: The Macmillan Company, 1953.
- WARNER, W. LLOYD — *Structure of American Life*. Edinburgh: The Edinburgh University Press, 1952.
- ZÉA, LEOPOLDO — *La Filosofía como Compromiso y otros ensayos*. Mexico: Tezontle, 1952.
- ZNANIECKI, FLORIAN — *Modern Nationalities: a sociological study*. Urbana: The University of Illinois Press, 1952.

IDEOLOGIAS

QUADROS DAS CARACTERISTICAS

AS CARACTERISTICAS DESCRITAS NO BRASILEIRO

Affonso Celso

Bom
Pacífico
Serviçal
Sensível
Sem preconceitos
Falta de iniciativa
Falta de firmeza
Falta de decisão
Indolência
Sentimento de independência
(Indisciplina)
Hospitalidade
Afeição à ordem
Paciência
Doçura
Desinterêsse
Longanimidade
Cumprimento de obrigação
Caridade
Acessibilidade
(Imitação do estrangeiro)
Tolerância
Honlandez

Paulo Prado

Tristeza
Erotismo
Individualismo
Imoralidade
Preguiça
Desleixo nos costumes

Desperdício

Resignação
Sobriedade
Desinterêsse
Doçura nas mulheres

Euclides da Cunha

(Paulistas: Rio, Minas e São Paulo)

Autônomo
Aventuroso
Rebelde
Libérismo

(Mestiço do litoral)
Neurastênico

Manoel Bomfim

Preguiça
Conservantismo
Resistência
Sobriedade
Patriotismo
Poder de Assimilação Social
Tristeza
Carola
Inconsciente
Duro sem rijeza

Imprevidência
Subserviência
Imitação
Gosto da palavra
Ambição

Corajoso
Sincero
Generoso
Hospitaleiro

Oliveira Vianna

(Tipo rural: nobreza)
Fidelidade à palavra
Probidade
Respeitabilidade
Independência moral

Solidariedade afetiva
Doçura
Brandura
Imitação do estrangeiro

Sérgio B. de Holanda

Individualismo
Desordem
Falta de Hierarquização
Não Trabalhar
Aventureiro
(Procura de títulos e riquezas fáceis)
Acessibilidade
Horror à distância
Cordialidade
Hospitalidade
Generosidade
Emotividade
(Sentimentalidade)
Prático

Generoso
Pacífico
Desorganizado
Hospitaleiro
Tolerante
Desconfiado
Trabalho sem continuidade
Inteligência intuitiva

Affonso Arinos de Mello Franco

Luxúria
Imprevidência
Dissipação
Desapreço pela terra
Salvação pelo acaso (superstição e jôgo)
Amor à ostentação

Fernando de Azevedo

Bondade
Reserva
Desconfiança
Sobriedade
Afetividade
Individualismo
Tendência igualitária
(Acessibilidade)
Altruismo
Sentimentalidade

Arthur Ramos

Culto da palavra
Culto de doutor
Primarismo
Autodidatismo
Narcisismo
Culto das coisas concretas
Totens estrangeiros

Gilberto Freyre

(Cordialidade)

Individualismo

Luxúria

Tolerância

Gosto do jogo

Simpatia

João Cruz Costa

Prático

(Pragmático)

**QUADRO GERAL DAS CARACTERÍSTICAS PSICOLÓGICAS
INDICADAS PELOS IDEÓLOGOS**

Individualista	5	Desconfiado	1
Sentimental	4	Altruista	1
Indolente	4	Sem hierarquia	1
Hospitaleiro	4	Desaprecia a terra	1
Imita o estrangeiro	4	Supersticioso	1
Tolerante	4	Gosta de ostentação	1
Acessível	4	Serviçal	1
Independente	3	Sem iniciativa	1
Sóbrio	3	Afeito à ordem	1
Erótico	3	Paciente	1
Generoso	3	Longânime	1
Doce	3	Cumpridor de obrigações	1
Pacífico	3	Neurastênico	1
Bom	2	Conservador	1
Indisciplinado	2	Resistente	1
Desorganizado	2	Patriota	1
Cordial	2	Carola	1
Prático	2	Fiel à palavra dada	1
Jogador	2	Respeitável	1
Sem firmeza	2	Imoral	1
Sem decisão	2	Desleixado nos costumes	1
Desinteressado	2		
Honrado	2		
Aventuroso	2	Imoral	1
Triste	2	Desleixado nos costumes	1
Desperdiçador	2	Corajoso	1
Imprevidente	2	Sincero	1
Gosto da palavra	2	Primário	1
Sem preconceitos	1	Autodidata	1
Caridoso	1	Narcisista	1
Reservado	1	Cultua as coisas concretas	1
Trabalho sem continuidade	1	Tem inteligência intuitiva	1

GRUPO I**N.º INDIVÍDUOS 152**

Nacionalidade	Brasileiro		Americano		Japones		Inglês		N.º total de atrib.
Qualid. Atrib.	n.º resp.	%	n.º resp.	%	n.º resp.	%	n.º resp.	%	resp.
Bondoso	97	70,8	21	15,3	4	2,9	15	11,0	137
Malvado	3	3,8	9	11,6	55	70,5	11	14,1	78
Inteligente	63	26,8	70	29,7	57	24,3	45	19,2	235
Econômico	6	3,3	35	19,6	38	21,2	100	55,9	179
Trabalhador	16	6,3	78	30,6	120	47,0	41	16,1	255
Vadio	98	88,3	8	7,2	1	0,9	4	3,6	111
Antipático	6	4,3	33	23,7	29	20,9	71	51,1	139

GRUPO II (Contrôle)**N.º INDIVÍDUOS 51**

Nacionalidade	Brasileiro		Americano		Japones		Inglês		N.º total de atrib.
Qualid. Atrib.	n.º resp.	%	n.º resp.	%	n.º resp.	%	n.º resp.	%	resp.
Bondoso	34	69,4	5	10,2	5	10,2	5	10,2	49
Malvado	1	6,3	3	18,7	7	43,7	5	31,3	16
Inteligente	14	18,0	27	34,6	15	19,2	22	28,2	78
Econômico	2	3,51	13	22,81	21	36,84	21	36,84	57
Trabalhador	5	6,0	26	31,3	42	50,6	10	12,1	83
Vadio	34	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	34
Antipático	0	0,0	17	39,5	2	4,7	24	55,8	43

BRASILEIRO

Caracteres Explicação para o este- reótipo	Bondoso		Malva- do		Inteli- gente		Econô- mico		Traba- lhador		Vadio		Antipá- tico	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Observação	26	34,7	0	0,0	6	14,6	1	33,3	3	60,0	21	28,0	0	0,0
Explica o traço	15	20,0	0	0,0	11	26,8	0	0,0	1	20,0	20	26,7	0	0,0
Informação	4	5,8	0	0,0	4	9,8	0	0,0	0	0,0	6	8,0	0	0,0
Incompreen- sível ou Ra- cionalização	28	37,3	0	0,0	19	46,3	1	33,3	1	20,0	26	34,6	2	100,0
Não sabe porque	2	2,7	0	0,0	1	2,4	1	33,3	0	0,0	2	2,7	0	0,0

AMERICANO

[illegible]

JAPONÊS

Caracteres Explicação para o estereótipo	Bondoso		Malvado		Inteligente		Econômico		Trabalhador		Vadio		Antipático	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Observação	1	100,0	0	0,0	9,0	39,1	11	47,8	49	65,3	0	0,0	2	50,0
Explica o traço	0	0,0	0	5,9	3	13,1	2	8,7	5	6,7	0	0,0	0	0,0
Informação	0	0,0	18	25,9	5	21,7	1	4,4	7	9,3	0	0,0	0	0,0
Incompreensível ou Racionalização	0	0,0	14	41,2	6	26,1	9	39,1	13	17,3	0	0,0	2	50,0
Não sabe porque	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,3	0	0,0	0	0,0

INGLÊS

Caracteres Explicação para o estereótipo	Bondoso		Malvado		Inteligente		Econômico		Trabalhador		Vadio		Antipático	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Observação	0	0	1	20,0	0	0,0	3	5,5	0	0,0	0	0,0	4	10,5
Explica o traço	1	25,0	0	0,0	1	4,0	7	12,7	2	14,8	0	0,0	9	23,7
Informação	0	0,0	1	20,0	12	48,0	24	43,6	8	57,1	0	0,0	1	2,6
Incompreensível ou Racionalização	8	75,0	3	60,0	12	48,0	19	34,6	4	28,6	0	0,0	23	60,5
Não sabe porque	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	3,6	0	0,0	0	0,0	1	2,6

Faculdade de Filosofia
Ciências e Letras
Biblioteca Central

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	7
PREFÁCIO	11
Primeira Parte: Teorias do Caráter Nacional e Objetivo do ensaio	15
O período anterior ao século XIX. Teóricos do século XIX e seus continuadores. Críticas às teorias. Formulação de uma nova teoria do caráter nacional. Exemplos de análises contemporâneas. Críticas às análises de caráter nacional. Teorias do caráter nacional. Suposições básicas para o estudo do caráter nacional. As ideologias e os estereótipos como forma de descrição do caráter nacional; limites e intenção do ensaio.	
Segunda Parte: Os ideólogos do caráter nacional brasileiro..	76
Ideologia e literatura; distinção dentre os dois níveis. A ideologia e os fatores extra-teóricos. As ideologias: Affonso Celso, Euclides da Cunha, Manoel Bomfim, Oliveira Vianna, Paulo Prado, Sergio Buarque de Holanda, Affonso Arinos de Mello Franco, Arthur Ramos, Fernando de Azevedo, Gilberto Freyre, Cruz Costa. As críticas às ideologias. As características psicológicas atribuídas ao brasileiro. A perspectiva teórica e a explicação para os traços psicológicos. A comparação com outros povos. As conseqüências dos traços psicológicos para a vida brasileira. As ideologias como preconceito de raça e de classe. A ideologia como projeção de características pessoais do ideólogo. A descrição como resultados de características reais observadas.	

Terceira Parte:	Pesquisa sôbre estereótipos nacionais de alunos do curso secundário	193
	Objetivos da pesquisa. As teorias sôbre a origem e a validez dos estereótipos. Descrição da prova. Os resultados. Interpretação.	
Quarta Parte:	Interpretação geral e conclusões	219
	BIBLIOGRAFIA	227
Apêndices: 1.	Quadro das características descritas pelos ideólogos	235
	2. Resultado da pesquisa sôbre os estereótipos..	239

**BOLETINS PUBLICADOS PELA CADEIRA
DE PSICOLOGIA**

- N.º 1 — Otto Klineberg, **Introdução a Psicologia Social**, 1946 (esgotado).
- N.º 2 — Annita de Castilho e Marcondes Cabral, **O Conflito dos Resultados dos Experimentos sobre a Memória de Formas**, 1946.
- N.º 3 — 1) Annita de Castilho e Marcondes Cabral. **A Psicologia no Brasil**;
- 2) Carolina Martuscelli, **Uma pesquisa sobre aceitação de grupos nacionais, "raciais" e regionais, em São Paulo**;
- 3) Maria da Penha Pompeu de Toledo, **Ensaio de elaboração de uma técnica para o estudo psicanalítico quantificado de documentos pessoais e protocolos de testes projetivos**;
- 4) Dante Moreira Leite, **Conceitos morais em seis livros didáticos primários brasileiros**;
- 5) Dante Moreira Leite, **Preconceito racial e patriotismo em seis livros didáticos primários brasileiros**; 1950.
- N.º 4 — F. J. Urban, **Métodos Estatísticos em Psicologia**, 1952.
- N.º 5 — Maria da Penha Pompeu de Toledo, **Estudo Psicanalítico Quantificado de Dez Contos Infantis Tradicionais**, 1958.
- N.º 6 — Carolina Martuscelli, **Os Experimentos de Interrupção de Tarefas e a teoria de Motivação de Kurt Lewin**, 1958.

COMPOSTO E IMPRESSO NA SECÇÃO GRÁFICA DA
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
1959

